

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA

| Relatório de Atividades
dezembro de 2006

Conselho Nacional de Combate à Pirataria e
Delitos Contra a Propriedade Intelectual

Ministério da Justiça



Biblioteca - Ministério da Justiça



MJU00052971D10



CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À

PIRATARIA

341.554-12
C 455 C
DEP. LEGAL

843242



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

Márcio Thomaz Bastos

Secretário Executivo

Presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria

André Luiz Alves Barcellos



CONSELHEIROS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Embaixador Antonino Marques Porto e Santos
Otávio Brandelli

MINISTÉRIO DA CULTURA
Otávio Afonso dos Santos
Marcos Alves de Souza

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Ricardo Augusto Panquestor Nogueira
Jonas Santana Filho

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Silvio Souza da Silva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
Ronaldo Lázaro Medina
Jorge Luiz Alves Caetano

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
Márcio Heidi Sugieda
Sância Regina M. Ferrari

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
Gustavo Starling Leonards
Rodrigo Sérgio Bonan de Aguiar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE
Paulo Milliet Roque

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
Carlos Alberto de Camargo
Eduardo Salles Pimenta

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DIREITOS REPROGRÁFICOS
Enoch Bruder
Dalton Spencer Morato Filho

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCEIAL
Emerson Kapaz
Milton Cabral

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS - CNI
Francisco Renan Oronoz Proença
Ricardo Figueiredo Caldas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Francisco Carlos de Matos Félix
Marcelo Silva Pontes

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Augusto César Gadelha Vieira
Marylin Peixoto da Silva Nogueira

SENADO FEDERAL
Humberto Lucena Pereira da Fonseca
Leonardo Garcia Barbosa

POLÍCIA FEDERAL
Valquíria Souza Teixeira Andrade
Leandro Daiello Coimbra

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Hélio Cardoso Derenne
José Altair Gomes Benites

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Cícero Barrozo Fernandes
Marcelo Andrei da Silva

**Ministério da Justiça
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 3º andar, Sala 313
Cep 70.064-900, Brasília - DF, Brasil.
Fone: 55 61 3429-3199
Fax: 55 61 3429-3011
Correio eletrônico: cncp@mj.gov.br
Internet: www.mj.gov.br/combatepirataria

Organização:

André Luiz Alves Barcellos
Ana Lúcia de Moraes Gomes
Eurides Branquinho Silva
Gustavo Gondim Pereira da Costa
Michael Xavier Lima

Agradecimentos:

À Sergio Torres Santos, Otávio Brandelli, Renato Pinheiro do Amaral Gurgel, Carlos Eugênio Timo Brito e Luciana Vieira de Sousa, pelas valiosas contribuições durante a elaboração deste documento.

III RELATÓRIO DE ATIVIDADES

BRASIL 2006

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| PARTE I – A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA..... | 11 |
| 1) A Vertente Repressiva | |
| • Dados sobre operações e apreensões realizadas em 2006..... | 15 |
| • Capacitação de agentes públicos para o combate à pirataria..... | 29 |
| 2) A Vertente Educativa | |
| • Programa Nacional Educativo "Pirata Tô Fora! Só Uso Original"..... | 35 |
| • Prêmio Criatividade no Combate à Pirataria..... | 37 |
| • Projeto "Jogo da Cidadania"..... | 37 |
| • Outras iniciativas | 37 |
| 3) A Vertente Econômica..... | 39 |
| PARTE II – O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL..... | 45 |
| 1) Reuniões ordinárias..... | 47 |
| 2) Reuniões setoriais..... | 49 |
| 3) Oficina com os integrantes do Painel de Colaboradores..... | 53 |
| 4) Agenda internacional..... | 54 |
| 5) Clique Denúncia..... | 55 |

| | |
|---|----|
| PARTE III - FATOS RELEVANTES NO CONTEXTO INTERNACIONAL..... | 57 |
| 1) Estados Unidos..... | 59 |
| • O arquivamento da investigação realizada no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP)..... | 59 |
| • Visita do Secretário de Comércio Americano ao Brasil..... | 63 |
| • Prêmio entregue pela Motion Picture Association of America (MPAA) ao Presidente do CNCP..... | 66 |
| • Transferências financeiras realizadas para o exterior, relativas a direitos decorrentes de Propriedade Intelectual..... | 67 |
| 2) União Européia..... | 69 |
| 3) Paraguai..... | 71 |
| 4) China..... | 72 |
| 5) Portugal..... | 72 |
| 6) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)..... | 72 |
| 7) Mercosul..... | 73 |
| PARTE IV – OUTROS FATOS DE DESTAQUE..... | 75 |
| 1) Criação de grupos estaduais de combate à pirataria..... | 77 |
| 2) Proposições legislativas voltadas ao combate à pirataria..... | 79 |
| 3) Condenação por pirataria na internet..... | 84 |
| 4) Divulgação de pesquisa encomendada pela Indústria Fonográfica..... | 84 |
| 5) Participação em Seminários, Congressos etc..... | 85 |
| PARTE V - CONCLUSÃO..... | 89 |
| ANEXOS..... | 93 |

INTRODUÇÃO

Na oportunidade em que o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual – CNCP completa o seu primeiro biênio de existência, temos enorme satisfação em realizar o lançamento do seu 3º Relatório de Atividades, ressaltando os principais avanços obtidos pelo Brasil na sua marcha, com passos largos e firmes, em favor da proteção e da valorização da Propriedade Intelectual.

Na primeira parte do relatório encontram-se os principais fatos ocorridos em 2006, divididos nas vertentes repressiva, educativa e econômica. Nesse sentido, poder-se-á constatar que o Estado brasileiro tem empreendido um esforço repressivo sem precedentes, com sucessivos registros de recordes de apreensões de mercadorias piratas, de prisões e de instauração de inquéritos, não obstante a imperiosa necessidade de avanços mais significativos nas vertentes educativa e econômica.

Na segunda parte do documento estão registradas informações sobre o CNCP, relativas a reuniões e acessos ao Clique Denúncia, bem como aspectos relacionados à agenda internacional de 2006.

Na terceira parte faz-se um destaque da repercussão dos trabalhos do CNCP, em 2006, no cenário internacional. Vale destacar, já neste momento, o arquivamento da investigação no âmbito do Sistema Geral de Preferências – SGP; e a premiação do Presidente do CNCP pela Motion Picture Association of America, como a autoridade pública que mais se destacou na América Latina em 2005 no combate à pirataria.

Na quarta e última parte, procede-se ao registro de outros fatos de destaque ocorridos em 2006, que contribuíram sobremaneira para a implementação das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Combate à Pirataria.

Na conclusão deste documento, é feito um breve balanço do atual estágio do combate à pirataria no País e são apontados alguns dos principais desafios que se impõem para os próximos anos.

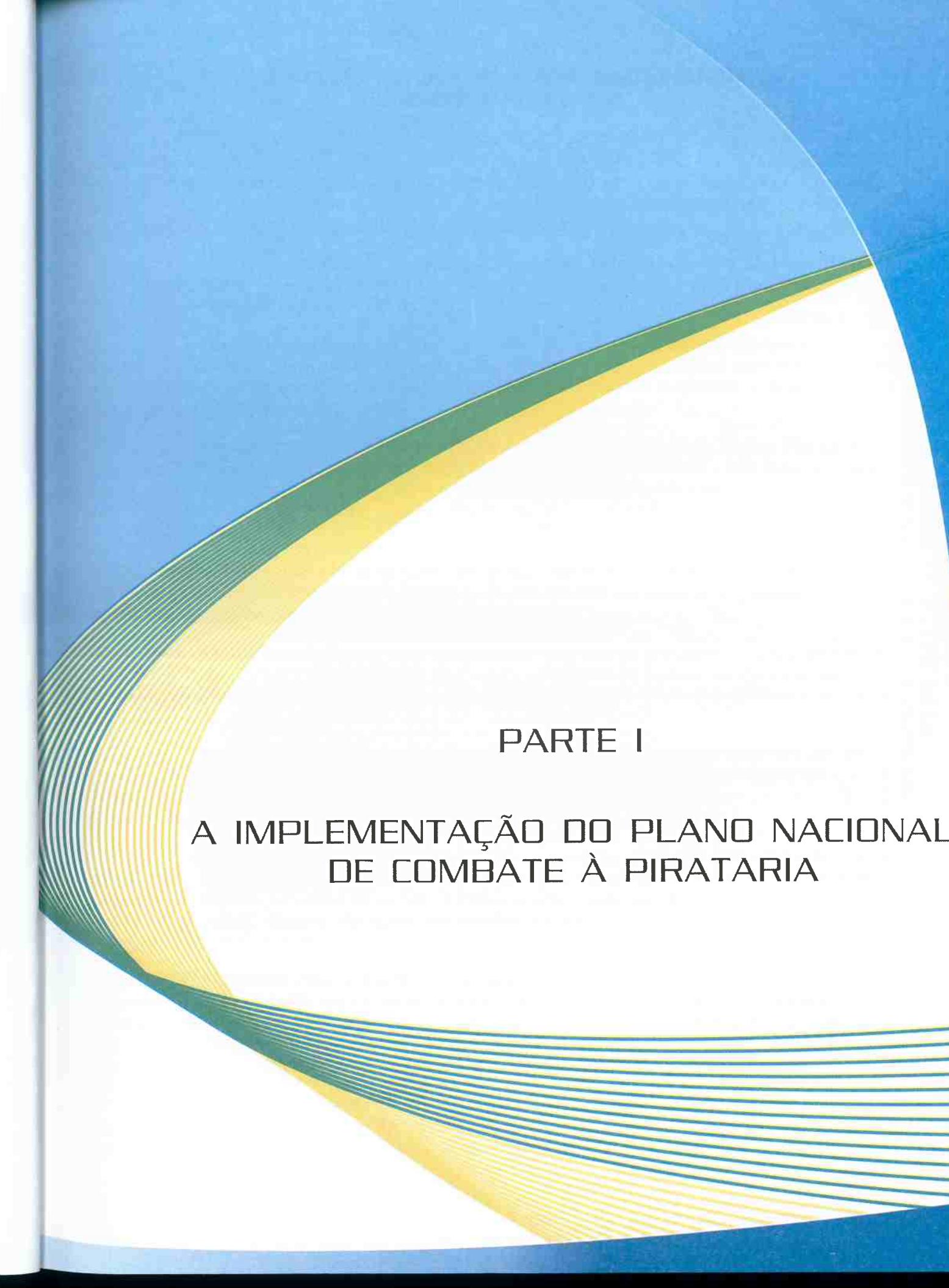
Esperamos que este documento leve ao leitor a percepção acerca do amadurecimento do Brasil com relação ao tema e sua posição de vanguarda no que se refere ao combate à pirataria.

Brasília, 19 de dezembro de 2006.

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Presidente do CNCP

André Luiz Alves Barcellos
Secretário Executivo do CNCP

Ministério da Justiça
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e
Delitos contra a Propriedade Intelectual
Biênio 2005/2006.



PARTE I

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA

Muitos são os motivos para se combater a pirataria. Configura-se num crime transnacional com repercussão mundial, de grande complexidade, gerenciado por máfias internacionais ligadas ao crime organizado e, por isso, fortemente relacionado com outros delitos - como a lavagem de dinheiro, o narcotráfico e o tráfico de armas e munições - e cujo combate não pode prescindir da forte atuação do Estado.

Segundo a Interpol, a pirataria é o crime do século. Seus dados informam que a pirataria se tornou o crime mais lucrativo do mundo. A modalidade movimenta anualmente US\$ 522 bilhões, contra US\$ 360 bilhões do tráfico de drogas.

Além do combate ao crime organizado, há ainda outros motivos para que a pirataria seja reprimida de maneira implacável. Dentre os principais motivos podemos destacar os riscos que implica à imagem do País, à economia e à saúde e segurança dos consumidores.

Nesse sentido, em fevereiro de 2005 foi elaborado o Plano Nacional de Combate à Pirataria, traduzido num conjunto de 99 ações concretas, que contemplaram todas as reivindicações do setor público e do setor privado presentes no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual.

Assim, pela primeira vez na história do País, um governo sinalizou para a sociedade brasileira e internacional com uma política pública voltada ao combate à pirataria e aos delitos contra a Propriedade Intelectual, conferindo ao tema a importância que ele merece.

De fato, observou-se uma mudança de paradigma no tratamento do problema. E isso só foi possível por meio de uma discussão aprofundada acerca das suas causas, fruto do intercâmbio de visões e experiências de pessoas ligadas ao Poder Público e ao setor privado.

O Plano Nacional de Combate à Pirataria assume o pressuposto de que o combate à pirataria deve envolver uma ampla articulação de forças voltada à adoção de medidas que ataquem o problema o qual, por sua complexidade, deve ser considerado sob diversos ângulos.

Em outras palavras, a luta contra a pirataria deve ser uma luta de todos, envolvendo o Poder Público - nas esferas municipal, estadual e federal - e a Sociedade, para a implementação tanto de ações voltadas à contenção da oferta de produtos piratas (ações repressivas), quanto de ações destinadas a conter a demanda (ações educativas e econômicas).

Seguindo essa linha de entendimentos e conforme registrado nos relatórios anteriores, o ano de 2005 caracterizou-se pelos recordes de apreensões de produtos piratas realizadas no País, sobretudo em função do trabalho integrado entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal. E a expectativa era a de que o ano de 2006 se destacaria como o ano da implementação de ações educativas.

No entanto, como poderá ser verificado mais adiante, por meio dos números registrados pelas instituições de fiscalização e repressão, o ano de 2006 também está sendo intenso em repressão. Uma pequena mostra disso é o fato de que os números de 2006,

até o mês de setembro, superaram todos os recordes atingidos em 2005.

E isso tem sido possível em função da ação cada vez mais integrada envolvendo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal, nas zonas primárias, e, também, em decorrência da adesão, espontânea e cada vez maior, de estados e municípios à luta contra a pirataria.

Adicionalmente, o desenvolvimento de cursos, destinados a agentes públicos que trabalham no combate à pirataria, tem conferido uma maior qualidade aos trabalhos de repressão, com consequências práticas imediatas.

A seguir, serão apresentados os principais destaques nas vertentes repressiva, educativa e econômica.

1] A VERTENTE REPRESSIVA

Neste ponto, buscamos evidenciar os resultados obtidos em função do esforço repressivo empreendido pelo aparelho estatal brasileiro, destacando os principais números relativos a operações e apreensões realizadas pela Secretaria da Receita Federal (SRF); pelo Departamento de Polícia Federal (DPF); pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF); e pelos Estados e Municípios.

Vale ressaltar que, consoante a política pública brasileira de combate à pirataria, o alvo das ações repressivas devem ser as organizações criminosas que gerenciam essa atividade.

Por seu turno, o consumidor deve ser alvo de ações educativas - dado que a informação é a maior arma da população - e, também, ser incentivado a comprar produtos originais por meio de estímulos de natureza econômica.

DADOS SOBRE OPERAÇÕES E APREENSÕES REALIZADAS EM 2006

A. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF)

A atividade de repressão tem passado por constante processo de aperfeiçoamento, na busca da consolidação da nova filosofia de combate aos crimes econômicos oriundos do comércio internacional, principalmente o contrabando, o descaminho, a contrafação, a pirataria e o narcotráfico.

Nesse sentido, a criação das Divisões de Repressão ao Contrabando e Descaminho (DIREP), no mês de fevereiro de 2005, possibilitou a intensificação do combate ao crime organizado por meio do aumento do nível de presença fiscal, tendo como consequência o incremento da percepção de risco por parte dos infratores.

Os investimentos feitos no aparelhamento das atividades de vigilância e repressão e no aumento do quadro de servidores públicos que atuam nessas áreas, permitiram à SRF intensificar os controles aduaneiros em todo o território nacional, não apenas nos portos, aeroportos e pontos de fronteira, mas também na zona secundária, onde atuam as equipes especializadas de repressão.

Somando-se a essas iniciativas, merecem destaque, também, o aprimoramento da análise de risco voltada aos intervenientes no comércio exterior; a utilização de novas tecnologias de vigilância em portos e aeroportos; a integração com outros órgãos que atuam nessa área; e a criação das equipes especializadas de repressão.

Em decorrência de todo esse processo de aperfeiçoamento organizacional, tecnológico e operacional, verifica-se um incremento no volume de operações e apreensões realizadas pela SRF.

Foram realizadas pela SRF em 2006, de janeiro a setembro, 1.025 operações de repressão, distribuídas entre 10 regiões fiscais.

Relativamente às apreensões de mercadorias, comparando-se os períodos de janeiro a setembro de 2005 e de 2006, constata-se um aumento de 54,73%, em termos monetários.

Nesse mesmo sentido, vale destacar que o recorde de apreensões de mercadorias

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

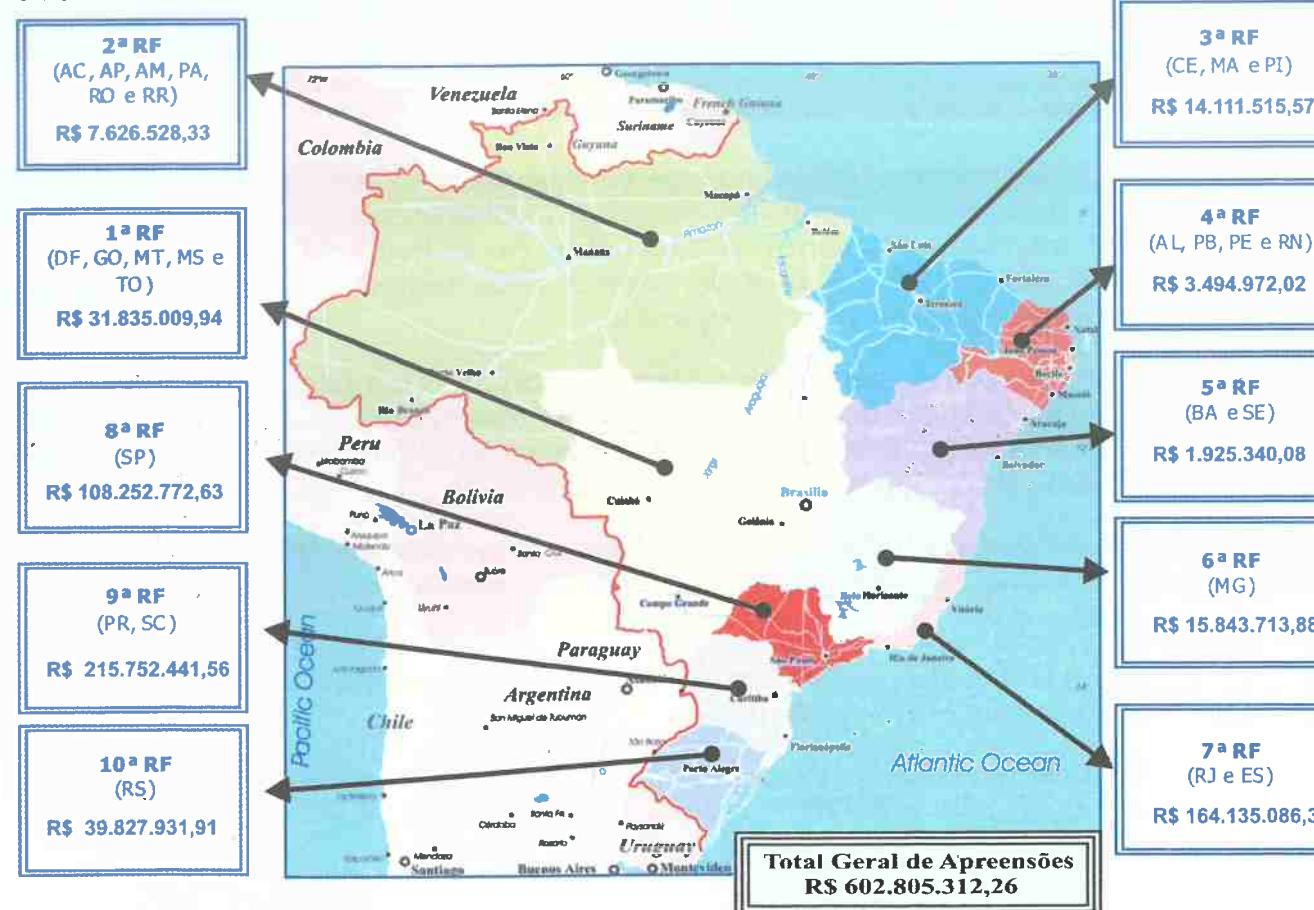
verificado no ano de 2005 (R\$ 596,1 milhões), no período de janeiro a dezembro, foi superado em 2006 (R\$ 602,8 milhões), considerando-se somente o período de janeiro a setembro.

Referindo-nos especificamente aos resultados obtidos na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, situada na região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina), alguns números merecem destaque.

Naquela região, em decorrência dos trabalhos realizados no contexto da Operação "Fronteira Blindada", verificou-se, no período de janeiro a setembro de 2006, um volume de apreensões de mercadorias da ordem de US\$ 57 milhões, cifra essa que supera em 31,4% o total de apreensões verificadas em 2005 (US\$ 43,4 milhões).

Também na região da tríplice fronteira, o número de veículos apreendidos por servirem de meio para o transporte de mercadorias ilícitas aumentou de forma substancial. No ano de 2005 foi apreendido um total de 1.458 veículos, enquanto, em 2006, de janeiro a setembro, foram apreendidos 2.452 veículos, o que representa um incremento de 68,2% em relação ao ano anterior.

Espera-se que, com o início oficial das atividades na nova aduana, construída ao lado da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai, a circulação de mercadorias de origem ilícita seja reduzida drasticamente. A nova estrutura funcionará ininterruptamente e permitirá a fiscalização de 100% dos veículos e pedestres que retornarem de Ciudad del Este. Toda vistoria será feita com apoio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Pelo esquema de amostragem adotado atualmente, apenas cerca de 5% do fluxo é vistoriado.



Apreensões de Mercadorias
Mapa Resumo das Apreensões por Região Fiscal

| Período | 2005 | 2006 | Variação (2005/2006) |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| | Jan - Set | Jan - Set | |
| 1ª RF | 18.076.119,22 | 31.835.009,94 | 76,12% |
| 2ª RF | 7.037.489,59 | 7.626.528,33 | 8,37% |
| 3ª RF | 21.152.172,56 | 4.111.515,57 | -33,29% |
| 4ª RF | 11.286.093,41 | 3.494.972,02 | 8,37% |
| 5ª RF | 1.648.332,35 | 1.925.340,08 | 16,81% |
| 6ª RF | 25.028.090,55 | 15.843.713,88 | -36,70% |
| 7ª RF | 40.309.075,68 | 164.135.086,34 | 307,19% |
| 8ª RF | 71.713.927,23 | 108.252.772,63 | 50,95% |
| 9ª RF | 161.335.672,87 | 215.752.441,56 | 33,73% |
| 10ª RF | 32.003.864,76 | 39.827.931,91 | 24,45% |
| TOTAL | 389.590.838,22 | 602.805.312,26 | 54,73% |

Valores em R\$

Comparativo de apreensões de mercadorias
Janeiro a Setembro 2005/2006

| Período | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | Total Geral 2003 - 2006 |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|
| | Jan - Dez | Jan - Dez | Jan - Dez | Jan - Set | |
| 1ª RF | 20.911.325,73 | 17.784.218,74 | 27.039.213,66 | 31.835.009,94 | 97.569.768,07 |
| 2ª RF | 43.845.942,20 | 22.079.929,61 | 8.494.742,62 | 7.626.528,33 | 82.047.142,76 |
| 3ª RF | 3.382.726,18 | 1.895.437,47 | 26.228.107,60 | 14.111.515,57 | 45.617.786,82 |
| 4ª RF | 24.090.779,37 | 8.218.283,38 | 17.274.657,39 | 3.494.972,02 | 53.078.692,16 |
| 5ª RF | 10.311.539,16 | 5.247.179,00 | 2.584.067,67 | 1.925.340,08 | 20.068.125,91 |
| 6ª RF | 8.327.521,29 | 11.062.696,28 | 29.582.212,04 | 15.843.713,88 | 64.816.143,49 |
| 7ª RF | 41.190.433,68 | 50.874.831,28 | 87.654.165,65 | 164.135.086,34 | 343.854.516,95 |
| 8ª RF | 87.044.588,26 | 121.991.337,22 | 124.293.285,29 | 108.252.772,63 | 441.581.983,40 |
| 9ª RF | 137.305.324,59 | 148.814.835,93 | 229.702.367,92 | 215.752.441,56 | 731.574.970,00 |
| 10ª RF | 39.231.405,04 | 64.294.315,36 | 43.217.097,67 | 39.827.931,91 | 186.570.749,98 |
| TOTAL | 415.641.585,50 | 452.263.064,37 | 596.069.917,51 | 602.805.312,26 | 2.066.779.879,64 |

Valores em R\$

LONAS/PI

Mercadorias apreendidas
Quadro Geral – Janeiro a Setembro de 2006.

| DESCRÍÇÃO | QUANTIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR (R\$) |
|--|-------------------------|--------------------|-------------------------------|
| Armas Munições | 594 18.140 | unidade unidade | 8.590,94 4.274,77 |
| Bebidas Alcoólicas Outras | 885.918 125.643 | garrafa garrafa | 3.134.645,67 219.884,05 |
| Brinquedos | 3.855.768 498.612 | unidade kg | 18.928.590,41 7.268.574,02 |
| Calçados Esportistas | 102.763 | par | 10.876.103,75 |
| Cigarros e similares | 84.921.329 | maço | 51.652.754,65 |
| Eletro-eletrônicos | 1.661.374 | unidade | 44.992.004,83 |
| Inseticidas, fungicidas, herbicidas, desinfetantes | 80.078 32.959 | unidade kg | 768.515,09 764.225,82 |
| Informática | 1.025.372 | unidade | 56.028.504,00 |
| Máquinas de jogos de azar | 1.817 | máquinas | 1.671.395,94 |
| Medicamentos | 3.576.639 20.062 | unidade kg | 3.187.982,27 161.621,58 |
| Mídias para gravação (CD, DVD) Gravadas Não Gravadas | 3.022.645 31.512.240 | unidade unidade | 5.000.473,47 24.782.653,16 |
| Óculos de sol | 1.253.716 | unidade | 8.077.906,62 |
| Relógios | 1.455.169 | unidade | 8.730.888,46 |
| Veículos | 5.688 | veículo | 49.577.414,73 |
| Outras Mercadorias | | | 306.968.308,03 |
| TOTAL | | | 602.805.312,26 |

Fonte: CTMA

Informática
Principais produtos apreendidos
Janeiro a Setembro de 2006

| DESCRÍÇÃO | QUANTIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR (R\$) |
|--|------------------|-------------------|----------------------|
| DVD player, CD player, gravador de CD, gravador de DVD | 71.773 | unidade | 5.364.032,28 |
| Gabinete montado | 1.143 | unidade | 1.085.281,64 |
| HD | 10.066 | unidade | 1.655.656,76 |
| Impressora | 6.478 | unidade | 1.180.875,57 |
| Memória (RAM) | 33.383 | unidade | 3.117.169,62 |
| Monitor | 1.464 | unidade | 402.000,66 |
| Notebook | 5.177 | unidade | 13.222.960,80 |
| Placa (placa-mãe, placa de som, placa de vídeo) | 178.763 | unidade | 14.906.482,57 |
| Processador | 831 | unidade | 176.235,42 |
| Outros produtos | 141.013 | unidade | 9.798.437,02 |
| Partes de produtos de informática | 575.281 | unidade | 5.119.371,66 |
| TOTAL | 1.025.372 | | 56.028.504,00 |

Fonte: CTMA

Veículos apreendidos – Veículos terrestres
Principais veículos apreendidos – Janeiro a Setembro de 2006.

| TIPOS DE VEÍCULOS | QUANTIDADE | VALOR (R\$) |
|--------------------------------|--------------|----------------------|
| Automóveis de passeio | 3.946 | 22.597.982,55 |
| Camionetas, Furgões e Pick-Ups | 58 | 585.812,21 |
| Caminhões | 38 | 1.804.215,00 |
| Ônibus | 591 | 17.790.517,87 |
| Motos | 979 | 2.691.357,10 |
| Outros | 76 | 4.107.530,00 |
| TOTAL | 5.688 | 56.028.504,00 |

Fonte: CTMA

Quantidade de Operações por Região Fiscal
Janeiro a Setembro de 2006.

| REGIÃO FISCAL | QUANTIDADE |
|---------------|-------------|
| 1ª RF | 4 |
| 2ª RF | 12 |
| 3ª RF | 28 |
| 4ª RF | 30 |
| 5ª RF | 19 |
| 6ª RF | 12 |
| 7ª RF | 5 (*) |
| 8ª RF | 77 |
| 9ª RF | 621 |
| 10ª RF | 217 |
| TOTAL | 1025 |

(*) Os dados da 7ª RF estão atualizados até junho/2006

Operação Fronteira Blindada
Veículos apreendidos
Janeiro a Setembro de 2006.

| VEÍCULOS | QUANTIDADE | |
|--------------|--------------|--------------|
| | 2005 | 2006 |
| AUTOMÓVEL | 623 | 1.693 |
| CAMIONETA | 113 | 104 |
| CAMINHÃO | 43 | 74 |
| ÔNIBUS | 642 | 402 |
| MOTOCICLETAS | 24 | 13 |
| OUTROS | 13 | 166 |
| TOTAL | 1.458 | 2.452 |

Operação Fronteira Blindada (Foz do Iguaçu)
Apreensões realizadas
Janeiro a Setembro de 2006

| MERCADORIAS | 2005 | | 2006 | |
|----------------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | VALOR (US\$) | Participação/Total | VALOR (US\$) | Participação/Total |
| INFORMÁTICA | 8,079,847.00 | 19% | 9,063,235.00 | 16% |
| ELETRÔNICOS | 6,689,859.00 | 15% | 8,309,859.00 | 15% |
| BRINQUEDOS | 1,835,482.00 | 4% | 1,669,200.00 | 3% |
| BEBIDAS | 200,910.00 | 0,5% | 253,627.00 | 0,4% |
| CIGARROS | 8,917,258.00 | 21% | 7,628.035 | 13% |
| OUTROS | 10,290,315.00 | 24% | 15,470,731.00 | 27% |
| VEÍCULOS | 7,345,477.00 | 17% | 14,567,709.00 | 26% |
| ARMAS/MUNIÇÕES | 3,201.00 | 0,01% | 3,175.00 | 0,01% |
| TOTAL | 43,362,349.00 | | 56,965,571.00 | |

Operação Fronteira Blindada
Representações Fiscais para fins Penais
Janeiro a Setembro de 2006

| REGIÃO FISCAL | Contrabando/Descaminho | |
|------------------|------------------------|--------------|
| | 2001-2006 | 2006 |
| 1ª RF | 1.543 | 353 |
| 2ª RF | 459 | 0 |
| 3ª RF | 17 | 0 |
| 4ª RF | 13 | 2 |
| 5ª RF | 133 | 3 |
| 6ª RF | 552 | 55 |
| 7ª RF | 54 | 0 |
| 8ª RF | 602 | 0 |
| 9ª RF | 24.346 | 6.724 |
| 10ª RF | 10.046 | 2.124 |
| TOTAL | 37.765 | 9.261 |

Operação Fronteira Blindada
Apreensão de drogas na Operação Fronteira Blindada

| Drogas e Entorpecentes | Quantidade (Gramas) | |
|------------------------|---------------------|------------------|
| | 2005 | 2006 |
| COCAÍNA | - | - |
| CRACK | 3.860 | 167.500 |
| HAXIXE | - | 2.000 |
| LANÇA-PERFUME | 2.036 | 2.400 |
| MACONHA | 1.705.150 | 3.294.833 |
| TOTAL | 1.711.046 | 3.466.733 |

Ao final deste documento (no ANEXO I) poderão ser verificadas algumas das principais notícias veiculadas na mídia sobre as operações da SRF em 2006.

B. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF)

O Departamento de Polícia Federal tem investido no seu fortalecimento institucional, direcionando recursos para a área de inteligência, para a realização de treinamentos, para a compra de equipamentos e softwares, e para a reestruturação e construção de novas sedes em vários locais do Brasil, com vistas ao bom cumprimento de sua missão.

Nesse sentido, destaca-se como uma das realizações de 2006 a inauguração da delegacia de Cascavel/PR, que absorverá considerável número de procedimentos investigatórios em trâmite atualmente na delegacia em Foz do Iguaçu/PR. Em termos estratégicos, a cidade de Cascavel, no oeste paranaense, fica localizada no entroncamento rodoviário que liga a região de fronteira a diversas cidades do Estado do Paraná, do sul de São Paulo e ao porto de Paranaguá, locais onde há circulação de pirataria e contrabando.

Em decorrência desses investimentos, a Polícia Federal tem marcado presença em todo o território nacional, por meio da realização de inúmeras operações que resultam em apreensões consideráveis de mercadorias ilícitas, prisões e instauração de inquéritos policiais.

Vale lembrar que em 2005 a Polícia Federal procedeu à prisão em flagrante de 1.200 pessoas por violação de direitos autorais, contrabando e descaminho, número cerca de 30 vezes maior que o verificado em 2004, quando foram efetuadas 39 prisões.

Para melhor ilustrar a importância que a Polícia Federal vem dando ao assunto, basta verificar a evolução dos números de inquéritos policiais instaurados desde 2004. Naquele ano chegou-se ao número de 5.021 inquéritos policiais. Em 2005, esse número subiu para 6.186. Em 2006, no período de janeiro a setembro, foram instaurados pela Polícia Federal 6.930 inquéritos policiais referentes à violação de direito autoral, contrabando e descaminho.

Dentre as operações realizadas em 2006, merece destaque a Operação I-Commerce, realizada no dia 16 de outubro, com vistas à repressão à pirataria cometida por meio da Internet, o que demonstra a preocupação das autoridades também com os crimes cibernéticos, paralelamente ao forte combate que vem sendo empreendido nos últimos anos à pirataria física.

O nome da operação reporta-se ao comércio eletrônico (E-Commerce) praticado pela rede mundial de computadores. Entretanto, no caso das investigações, trata-se de comércio ilegal pela Internet, daí a denominação I-Commerce (Illegal-Commerce).

A operação resultou de investigações policiais realizadas durante quatro meses, a partir de representações encaminhadas por associações protetoras de direitos autorais (Associação Brasileira das Empresas de Software, Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos, e Associação de Defesa da Propriedade Intelectual) ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP). Ao todo foram cumpridos 79 mandados de busca e apreensão em 13 Estados e o Distrito Federal, mobilizando aproximadamente 350 policiais. Foram registradas 20 prisões durante a operação.

Ao final deste documento (no ANEXO II) estão relacionadas algumas das principais notícias veiculadas na mídia sobre as operações do DPF em 2006.

LONASER

A Polícia Rodoviária Federal tem atuado de forma sistemática no combate ao descaminho e pirataria. Grandes apreensões de mercadorias foram realizadas a partir da atuação rotineira dos policiais. Hoje, a cultura de se coibir o contrabando, o descaminho já está inserida no dia-a-dia das atividades da Instituição.

Nesse sentido, a Divisão de Combate ao Crime (DCC) do DPRF tem reforçado a necessidade do combate à pirataria por meio de ações de repressão desenvolvidas em todo o País.

Outra iniciativa desenvolvida pela DCC refere-se ao treinamento dos Núcleos de Operações Especiais de todas as regionais, buscando capacitar os policiais e conscientizá-los sobre a importância de se combater o contrabando e a pirataria.

As ações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal buscam auxiliar os esforços do Governo Federal no combate à pirataria, tendo em vista que grande parte do escoamento dos produtos pirateados é realizado através das rodovias e estradas federais.

No quadro abaixo se pode verificar a evolução dos números das apreensões realizadas desde 2004.

COMPARATIVO DE APREENSÕES

| Ocorrência/Apreensões | Medida | 2004 | 2005 | 2006 Janeiro - Setembro |
|-----------------------|---------|---------|-----------|----------------------------|
| Bebida | litro | 12.711 | 32.843 | 152.730 |
| CD/DVD | unidade | 451.429 | 2.030.411 | 5.496.512 |
| Cigarro | pacote | 733.149 | 1.342.808 | 1.779.071 |
| Combustível | litro | 0 | 71.904 | 130.034 |
| Informática | unidade | 48.304 | 92.604 | 95.333 |
| Eletrônicos | unidade | 57.165 | 160.258 | 220.007 |
| Medicamentos | caixa | 0 | 120.212 | 198.554 |

Ao final deste documento (no ANEXO III) estão relacionadas algumas das principais notícias veiculadas na mídia sobre as operações do DPRF em 2006.

D. ESTADOS E MUNICÍPIOS

Como foi dito anteriormente, a luta contra a pirataria não pode prescindir de uma articulação envolvendo todo o Poder Público, considerado nas esferas municipal, estadual e federal.

Essa mobilização tem fundamental importância no que se refere à repressão à comercialização de produtos piratas, que não pode ser tolerada. E, sob esse aspecto, ganham relevo não somente os trabalhos desenvolvidos pelas polícias, civis e militares, mas, também, pelas administrações municipais, posto que o ato de comércio deve ser objeto de regulação e fiscalização por parte das prefeituras, que detêm o poder-dever de agir nos casos em que a atividade comercial se desenvolva de forma irregular.

A partir desses entendimentos, tem-se observado no País uma adesão espontânea e cada vez maior de estados e municípios às diretrizes contidas no Plano Nacional de Combate à Pirataria, tendo como consequência o desencadeamento frequente de operações de repressão à pirataria.

Vale registrar que é uma das diretrizes do Plano Nacional de Combate à Pirataria o estímulo à criação de delegacias estaduais especializadas no combate à pirataria e delitos contra a propriedade intelectual.

No Estado de Pernambuco, começou a funcionar no mês de outubro de 2006 o primeiro Núcleo do norte/nordeste especializado na prevenção e repressão à comercialização de produtos falsificados. O Núcleo de Combate à Pirataria dispõe de cinco salas e um laboratório para análise do material que for apreendido. Atuarão na unidade oito profissionais, incluindo, um delegado, escrivães, comissários, técnicos em informática e peritos.

Apresentamos a seguir alguns dados sobre operações/apreensões realizadas por órgãos estaduais, encaminhados ao CNCP.

01. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Período: janeiro a setembro de 2006
Principais apreensões: 3.362 CD'S.

02. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ DELEGACIA DE DEFRAUDACÕES E FALSIFICAÇÕES

Período: janeiro a junho de 2006
Principais apreensões: 967 DVD'S; 7.653 CD'S; 75.717 falsificações de produtos das empresas TIME WARNER e DISNEY.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

03. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

- DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 1.899 DVD'S; 2.085 CD'S; 335 games; 1.374 falsificações de produtos da marca PUMA.

- DELEGACIA DE FALSIFICAÇÕES E DEFRAUDAÇÕES**

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 81.353 DVD'S e 42.779 CD'S;

*Foram apreendidos também equipamentos destinados à produção de pirataria; peças de vestuário; bolsas; tênis; maços de cigarros; etc.

04. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DELEGACIA DE DEFRAUDAÇÕES E FALSIFICAÇÕES

Período: janeiro a junho de 2006

Principais apreensões: 8.566 DVD'S; 5.250 CD'S

05. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

DELEGACIA ESTADUAL DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 91.462 itens compreendendo DVD'S, CD'S; VHS; GAMES.

*Foram apreendidas também bebidas; peças de vestuário; medicamentos; bolsas; tênis; pneus; óculos de sol; etc.

06. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO AO CRIME INFORMÁTICO E ÀS FRAUDES ELETRÔNICAS

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 83.319 DVD'S; 107.943 CD'S;

07. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

DIVISÃO DE INVESTIGAÇÕES E OPERAÇÕES ESPECIAIS

DELEGACIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Período: janeiro a junho de 2006

Principais apreensões: 23.440 DVD'S; 15.665 CD'S.

08. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE REPRESSÃO À PIRATARIA

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 282.647 DVD'S; 42.093 CD'S;

09. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 64.249 DVD'S; 170.456 CD'S;

*Foram apreendidos também equipamentos destinados à produção de pirataria

10. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Período: janeiro a junho de 2006

Principais apreensões: 244.960 DVD'S; 367.679 CD'S; 35.934 VHS; 108.927 softwares (aplicativos e games)

*Foram apreendidos também inúmeros outros produtos falsificados, tais como bebidas; peças de vestuário; bolsas; maços de cigarros; óculos; calçados; brinquedos; perfumes; etc.

11. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DELEGACIA ESPECIALIZADA EM FALSIFICAÇÕES E DEFRAUDAÇÕES

Período: junho a setembro de 2006

Principais apreensões: 5.652 DVD'S; 3.718 CD'S;

*Foram apreendidos também equipamentos destinados à produção de pirataria

12. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

DELEGACIA DO CONSUMIDOR

Período: julho a setembro de 2006

Principais apreensões: 2.849 itens compreendendo DVD'S, CD'S e Jogos.

13. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA DE INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS

GERÊNCIA DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS

*Informou-nos sobre a instauração de inquérito policial em maio/2006, tendo como vítima a Microsoft Corporation; sobre a participação em operações conjuntas, em junho/2006, com a Receita Federal; e sobre a realização de operações nos meses de agosto e setembro de 2006, que culminaram na apreensão de mercadorias de origem ilícita, como equipamentos eletrônicos, medicamentos, CD'S, DVD'S, e equipamentos de informática utilizados na produção de pirataria.

14. SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GRUPO DE COMBATE AO CONTRABANDO, FALSIFICAÇÃO E PIRATARIA

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 6.668 DVD'S; 9.302 CD'S; 88.918 carteiras de cigarros.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

15. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÕES SOBRE O CRIME ORGANIZADO

DIVISÃO DE INVESTIGAÇÕES GERAIS

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 1.204.724 DVD'S; 672.975 CD'S.

Foram apreendidos também equipamentos de informática, tênis, roupas, bolsas, relógios, óculos, brinquedos etc.

16. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS

DELEGACIA ESTADUAL DE CRIMES CONTRA OS COSTUMES, JOGOS E DIVERSÕES PÚBLICAS

Período: janeiro a setembro de 2006

Principais apreensões: 4.160 DVD'S; 3.053 CD'S.

Deve-se destacar, também, as iniciativas do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), que tem como objetivo organizar ações integradas entre os diversos Ministérios Públicos do País para o enfrentamento à criminalidade organizada, contando ainda com a parceria das polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, bem como com as receitas estaduais e federal, entre outros órgãos.

Seguem, ao final deste documento (no ANEXO IV), algumas notícias publicadas na mídia que evidenciam o esforço que vem sendo empreendido por estados e municípios. Note-se que quase a totalidade das unidades federadas desenvolveram, em 2006, alguma operação destinada a combater a pirataria.

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA O COMBATE À PIRATARIA

Durante o ano de 2006 foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o Poder Público a fim de capacitar agentes públicos para o combate à pirataria.

Essas iniciativas decorrem da necessidade de atualização permanente daqueles que estão na linha de frente da repressão, face ao grande número de novos produtos lançados pelas indústrias a cada dia, tornando imprescindível que os agentes públicos responsáveis por combater a pirataria estejam munidos de informações que os possibilitem identificar facilmente um produto falsificado.

Esses treinamentos configuram-se em oportunidades de integração entre agentes de diversas instituições, a partir do intercâmbio de informações que possibilitem a estruturação de estratégias de atuação conjunta.

A seguir estão registradas informações sobre os projetos implementados no ano de 2006.

➤ PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (ADEPI) E A EMBAIXADA AMERICANA

Os cursos tiveram por finalidade capacitar agentes públicos para a prevenção e repressão ao delito de pirataria de obras protegidas pelo direito autoral.

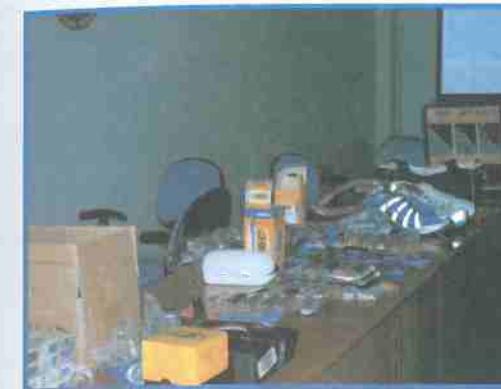
| LOCais | DATAS | ESTADOS PARTICIPANTES |
|-------------------|---------------|--|
| Distrito Federal | 20/03 a 23/03 | DF, MT, MS, GO, TO, AM, PA |
| Rio Grande do Sul | 22/05 a 25/05 | RS, SC, PR, SP |
| Pernambuco | 17/07 a 20/07 | PE, RN, SE, AL, PB, CE, MA, PI, BA |
| Minas Gerais | 25/09 a 28/09 | MG, ES, BA, RJ, SP, DF |
| São Paulo | 04/12 a 07/12 | Baixada Santista; Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto e região oeste, RJ, ES, MG |

➤ PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES), COM A ENTERTAINMENT SOFTWARE ASSOCIATION (ESA), COM A ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS DIREITOS INTELECTUAIS FONOGRÁFICOS (APDIF), COM A ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (ADEPI) E COM A DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DRCPIM)

Os cursos foram desenvolvidos para capacitar os funcionários do Disque Denúncia do Estado do Rio de Janeiro e, também, guardas municipais, policiais militares e fiscais da

INFRAERO no Rio de Janeiro, para a prevenção e repressão ao delito de pirataria de obras protegidas pelo direito autoral.

| LOCAIS | DATAS | PARTICIPANTES |
|----------------|------------|---|
| Rio de Janeiro | 19 e 20/06 | Guardas Municipais |
| Rio de Janeiro | 08 e 09/08 | Guardas Municipais, Policiais Militares e Fiscais da Infraero |
| Rio de Janeiro | 14 e 15/09 | Funcionários do Disque Denúncia |



➤ PARCERIA COM A US CHAMBER OF COMMERCE E A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP)

Cursos voltados ao treinamento de agentes aduaneiros para o combate a práticas desleais de comércio e à pirataria. Os cursos têm sido desenvolvidos nos principais portos brasileiros.

| LOCAIS | DATAS | PARTICIPANTES |
|----------------------------------|------------|--|
| Porto de Vitória/ES | 01/09 | Agentes aduaneiros lotados nos principais portos brasileiros |
| Porto de Itaguaí/RJ | 26/09 | |
| Porto do Rio de Janeiro/RJ | 27/09 | |
| Porto de São Francisco do Sul/SC | 04/10 | |
| Porto de Itajaí/SC | 05/10 | |
| Porto de Santos/SP | 25 e 27/10 | |
| Porto de Suape/PE | 31/10 | |
| Porto de Rio Grande/RS | 07/11 | |
| Porto de Paranaguá/PR | 14/11 | |
| Porto de Manaus/AM | 14/12 | |
| Porto de Belém/PA | 15/12 | |
| Porto de Fortaleza/CE | 18/12 | |



➤ PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE (ABES)

Os cursos são voltados a agentes públicos que atuam no combate à pirataria, com abordagem sobre aspectos legais e identificação técnica da pirataria de software. A parceria envolveu também o Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria do Estado de São Paulo, nas cidades situadas naquele Estado.

| LOCAIS | DATAS | PARTICIPANTES |
|--------------------------|-------|--|
| Recife/PE | 09/10 | Agentes públicos (federais, estaduais e municipais) que atuam no combate à pirataria |
| Curitiba/PR | 18/10 | |
| Porto Alegre/RS | 19/10 | |
| Ribeirão Preto/SP | 24/10 | |
| Campinas/SP | 30/10 | |
| Salvador/BA | 07/11 | |
| Belo Horizonte/MG | 14/11 | |
| São Paulo/SP | 21/11 | |
| Goiânia/GO | 28/11 | |
| Brasília/DF | 30/11 | |
| Rio de Janeiro/RJ | 12/12 | |
| São José do Rio Preto/SP | 15/12 | |



em diversos estados brasileiros, voltados à capacitação e formação de técnicos e fiscais dos Procons, ocasiões em que foram abordados assuntos relacionados à política nacional de combate à pirataria, além dos malefícios causados à saúde e segurança dos consumidores que adquirem produtos piratas.

Outras duas iniciativas importantes na capacitação de agentes públicos para o combate à pirataria estão sendo objeto de parceria entre órgãos públicos, e serão implementadas no final de 2006 e início de 2007.

- **PARCERIA COM A AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)**, para a capacitação de agentes públicos, com o objetivo de combater a falsificação de medicamentos.
- **PARCERIA COM O INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA (INC), DA POLÍCIA FEDERAL**, para a capacitação de peritos, federais e estaduais, com abordagem sobre especificações técnicas de produtos que são objeto de pirataria e contrafação.

Segue abaixo notícia veiculada na mídia sobre essa parceria.

Abes e Ministério da Justiça oferecem treinamento para policiais do Brasil
Evento passará por 11 cidades e contará com a presença do Conselho Nacional de Combate à Pirataria
03/Outubro/2006

A Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) realiza treinamento de identificação de programas ilegais, com o apoio do Ministério da Justiça. Serão capacitados membros da Receita Federal, Secretarias Estaduais e Municipais, policiais civis, militares, federais, rodoviários, guardas municipais e institutos de criminalística.

A iniciativa acontecerá nas cidades de Recife, Curitiba, Poro Alegre, Ribeirão Preto, Campinas, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia, Brasília e Rio de Janeiro, nos próximos meses de outubro, novembro e dezembro.

Além de educar as autoridades locais o objetivo é apresentar um panorama geral sobre a pirataria no setor de software, os prejuízos causados para indústria nacional e o balanço das ações de combate à pirataria em cada região do país. Os eventos contarão com as participações do presidente da Abes, Jorge Sukeie; do secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), André Barcellos e do coordenador do Grupo de Trabalho Antipirataria da Abes, Emilio Munaro.

"A união de esforços entre o setor público e o privado no combate à pirataria demonstra que a sociedade está organizada e preparada para enfrentar as organizações criminosas que atuam no Brasil. Por esta razão, o CNCP apóia iniciativas como esta da Abes", afirma Barcellos.

"O índice de pirataria de software no Brasil ainda é de 64%, ou seja, encontra-se 29 pontos percentuais acima da média mundial e causou, no último ano, um prejuízo de US\$ 766 milhões para o setor. Nosso objetivo é conscientizar o mercado sobre estes danos", declara o presidente da associação.

Somente no primeiro semestre ocorreram 383 ações policiais que resultaram na apreensão de mais de 650 mil CDs e em 34 prisões em flagrante. A expectativa é reunir, em cada cidade, cerca de 100 participantes.

O CNCP esteve presente, ainda, no ano de 2006, em vários cursos promovidos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), do Ministério da Justiça,

2) A VERTENTE EDUCATIVA

Em conformidade com o Plano Nacional de Combate à Pirataria, são condições necessárias para o enfrentamento eficaz do problema a contenção da oferta, mas, também, a contenção da demanda por produtos pirateados ou contrafeitos.

Dessa forma, o desenvolvimento de ações educativas é de fundamental importância, haja vista que, de posse de informações sobre os malefícios decorrentes da pirataria – riscos à segurança pública, à economia e à saúde e segurança do consumidor –, cada cidadão pode tornar-se, no exercício pleno de sua cidadania, um dos protagonistas na luta contra esse mal.

Trata-se, portanto, da promoção de uma mudança no comportamento do consumidor, que só poderá ser efetivada por meio da educação, aproveitando, assim, o potencial da consciência moral do nosso povo.

- **PROGRAMA NACIONAL EDUCATIVO “PIRATA TÔ FORA! SÓ USO ORIGINAL.”**

A campanha *Pirata: Tô fora! Só uso Original*. é uma iniciativa do Sindicato dos Técnicos da Receita Federal (SINDIRECEITA), e conta com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

Consiste em uma série de ações que buscam conscientizar a população, não só quanto à extensão dos danos causados pela pirataria e pelo contrabando no Brasil, mas também, quanto à importância da proteção da propriedade intelectual e quanto às vantagens individuais geradas pelo consumo dos produtos originais e legais.

O público-alvo prioritário da campanha são os jovens da faixa etária de 16 a 24 anos. Além de exercerem grande influência no ambiente familiar, de estarem próximos de atingir a fase adulta e, com isso, se tornarem consumidores independentes, essa parcela da população é hoje a que mais consome produtos piratas, segundo pesquisa realizada pela US Chamber em 2005.

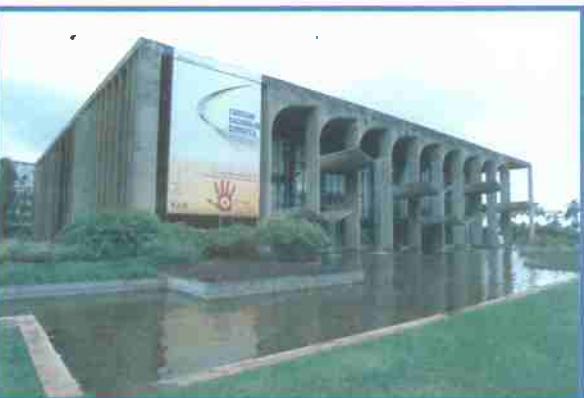
As ações da campanha envolvem visitas a escolas e universidades, previamente acompanhadas de um trabalho de capacitação de potenciais agentes multiplicadores, veiculações de anúncios e matérias em jornais, rádios e TV's, distribuições de peças publicitárias e informativas como camisetas, bonés, buttons, adesivos e cartilhas, entre outras.

Durante o carnaval baiano de 2006, aproveitando a grande concentração de público e a forte presença de artistas e personalidades, foi feito um pré-lançamento da Campanha, o que resultou em um excelente trabalho de divulgação, de alerta e de conscientização do público sobre o problema do contrabando e da pirataria. Praias e shoppings também foram locais escolhidos para distribuição dos produtos da campanha.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



No dia 16 de março, no Salão Negro do Ministério da Justiça, em Brasília, foi realizado o lançamento oficial da campanha. O evento contou com a presença do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, além de parlamentares, juízes e outras autoridades. Os cantores Fagner e Luis Caldas também marcaram presença. Nesse mesmo mês, foi lançado o sítio oficial da campanha na Internet (www.piratatofora.com.br), veículo que passou a disponibilizar aos internautas informações diversas sobre o tema.



Outros eventos musicais de grande porte com forte presença de jovens, como o Piauí Pop, ocorrido em julho, na cidade de Teresina, também foram alvos da campanha.

A partir de 2007, pretende-se dar início ao trabalho educativo nas escolas e universidades. A caravana nacional *O Brasil contra a Pirataria* está sendo planejada para ter inicio em março do próximo ano e deve atingir jovens de várias capitais do País. A caravana será o principal veículo de transmissão do conteúdo da campanha e englobará seminários, palestras, debates, exibições de vídeos educativos e peça teatral, exposições de produtos piratas e outras ações de cunho informativo e educativo. Educação e cultura caminharão juntas quando da realização da caravana.

- **PRÊMIO CRIATIVIDADE NO COMBATE À PIRATARIA**

O Prêmio Criatividade no Combate à Pirataria é uma oportunidade prática e gratuita para estudantes de qualquer curso de graduação desenvolverem habilidades e conhecimentos necessários ao exercício de uma liderança socialmente responsável e sustentável, agregando ao seu currículo um diferencial cada vez mais importante e exigido pelo mercado de trabalho.

Tem como objetivo principal estimular uma visão crítica e bem orientada sobre as causas e impactos da pirataria para a sociedade brasileira.

Esse prêmio é parte da campanha *Pirata: Tô Fora! Só Uso Original* e tem a coordenação da empresa Neurônio Consultoria, contando ainda com o apoio da US Chamber, Nike, Motion Picture Association e Caixa Econômica Federal.

- **PROJETO "JOGO DA CIDADANIA"**

O Jogo da Cidadania (www.jogodacidadania.com.br) é o maior programa de capacitação em Responsabilidade Social e de desenvolvimento de competências do Brasil.

Em 2006, o Jogo está na sua quarta edição, e sua coordenação cabe à empresa Neurônio Consultoria. Conta com a participação das seguintes empresas: Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES); Carta Capital; DPaschoal; SKY e a US Chamber, além do apoio institucional do CNCP, na fase de capacitação dos estudantes sobre o tema "Combate à pirataria".

O Jogo visa contribuir para o desenvolvimento e reconhecimento de jovens talentos, capacitando e premiando estudantes universitários que elaborem projetos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) para as empresas participantes.

Nesta edição contemplou duas categorias, segundo a forma de capacitação: 1) presencial - apenas para universitários da Grande São Paulo; 2) à distância - para universitários de todo o Brasil, por meio de uma ferramenta de e-learning via internet.

- **OUTRAS INICIATIVAS**

Faz parte, também, do contexto das ações educativas, a inserção do tema "Propriedade Intelectual" na grade curricular de cursos superiores, notadamente os da área jurídica, de modo que a matéria se dissemine entre os operadores do Direito, criando, assim, uma maior massa crítica favorável à proteção e valorização da Propriedade Intelectual no País. Como exemplo dessas iniciativas, apresentamos a notícia abaixo.

OAB propõe inclusão da disciplina Propriedade Intelectual nas universidades
31/Ago/2006

A Comissão e Propriedade Intelectual e Direito Autoral da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso encaminhou para as faculdades de direito de Mato Grosso uma circular sugerindo a inclusão da disciplina de propriedade intelectual na grade curricular da instituição de ensino. A circular foi assinada pelo presidente da OAB/MT, Francisco Faiad que entendeu a necessidade dessa matéria como "forma de aprimoramento profissional e atualização".

O conteúdo programático da disciplina proposta abrangerá as espécies de propriedade industrial (marcas, patentes, concorrência desleal e etc), direito autoral (imagem, obras lútero-musicais, obras impressas, obras artísticas, autoria na relação de emprego e etc), registro de softwares entre outras. "Diversas universidades brasileiras já dispõem da disciplina Propriedade Intelectual tendo em vista a dinâmica imposta pela inovação tecnológica. É necessário que o operador de direito esteja atualizado nessa área", disse o presidente da Comissão da OAB/MT, Geraldo da Cunha Macedo.

A Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Autoral da OAB/MT entende que a inclusão dessa disciplina atende as necessidades das empresas se adequarem às leis vigentes, assim como fizeram com o direito do consumidor e o direito ambiental, que foram disciplinas inclusas recentemente na grade curricular de algumas faculdades de direito. "Impossível dissociar a evolução tecnológica do aperfeiçoamento da proteção legal conferida aos criadores de obras intelectuais, de qualquer padrão", ressaltou Macedo.

A circular foi encaminhada no início de agosto, para 20 Instituições de Ensino de Direito em Mato Grosso. A Comissão da OAB/MT avisa que estará oferecendo orientação metodológica para as faculdades que acatarem a sugestão.

Fonte: 24 Horas News [30/08]

3) A VERTENTE ECONÔMICA

Adicionalmente à intensificação da repressão e ao desenvolvimento de medidas educativas, devem ser implementadas ações de cunho econômico, dado que uma das explicações para o grande consumo de produtos piratas refere-se à diferença dos preços destes com relação aos respectivos produtos originais.

Não se pretende, todavia, que esses preços se igualem, posto que as estruturas de custos para a produção de um e de outro produto (o pirata e o original) são totalmente diversas.

No entanto, deve-se atentar para a necessidade de se buscar alternativas criativas que sirvam de estímulo ao consumo do produto original, em detrimento do pirata, seja por meio do lançamento de linhas de produtos a preços populares, da realização de campanhas promocionais e, até mesmo, por meio da redução de impostos.

Para tanto, o setor privado e o setor público devem buscar essas soluções conjuntamente, de forma responsável e transparente, a fim de que o problema da pirataria seja minimizado e, por conseguinte, todos se beneficiem, ou seja, com a geração de ganhos para o consumidor, para a indústria e para o Estado.

A seguir, apresentamos algumas notícias veiculadas na mídia que vêm ao encontro desses entendimentos.

Contra a pirataria, preços mais em conta
10/Julho/2006

Apesar de ser recém-chegada às terras brasileiras, a NBA já tem planos para enfrentar os produtos piratas. "Já existem muitos bonés e uniformes falsos por aí", lembra Dean Schwartz, vice-presidente da NBA para a América Latina. "Aqui, e também na Ásia, temos muita concorrência com os produtos piratas, por isso resolvemos enfrentá-los naquilo em que geralmente eles levam vantagem: no preço."

Uma das linhas que a NBA trará para o Brasil, pela empresa brasileira GVD International, é a chamada NBA Elevation. "É a linha mais simples de produtos NBA, feita com materiais um pouco mais baratos e sem tantos bordados. Mas é um produto oficial e de qualidade." A linha Elevation é composta por camisas de basquete e calções que chegam ao consumidor final com preços em torno de R\$ 40. Segundo Schwartz, é o preço que os falsificadores cobram por uma cópia.

Segundo as previsões da GVD, as peças da linha Elevation estarão à venda em grandes magazines como Renner e C&A a partir de setembro. Todas as peças oficiais da NBA - da linha Elevation e também das linhas mais caras - vêm com uma etiqueta holográfica com o logotipo da associação de basquete americana. "Se não tiver o holograma, não é da NBA." As bolas Spalding também terão sua linha mais barata, de borracha, sendo vendida no País. "A partir de R\$ 35, é possível comprar uma bola original", diz Schwartz.A.P.L.

Fonte: O Estado de S. Paulo (10/07/2006)
Por: Ana Paula Lacerda

Atlético Mineiro lança campanha contra pirataria

22/Septembro/2006

Decidido a pelo menos minimizar a "pirataria" de sua marca, o departamento de marketing do Atlético-MG lançou o Programa de Democratização do Acesso ao Prudoto Oficial, cujo objetivo é oferecer aos torcedores produtos com preços baixos e bem próximos daqueles praticados no mercado clandestino.



A primeira iniciativa do clube foi lançar a réplica da camisa oficial do Atlético por um preço mais em conta para o torcedor, que poderá trocar a sua pirata pelo modelo oferecido na Loja do Galo, pagando R\$ 59,90. Após essa promoção, que termina neste sábado, o preço passa a ser R\$ 74,90, que ainda é menor que os R\$ 139,90 cobrado pela camisa oficial.

O assistente de marketing do Atlético, Filipe Soalheiro, informou que as cópias "piratas" da camisa alvinegra estão sendo vendidas em Belo Horizonte por aproximadamente R\$ 50. "A gente chegou o mais perto possível disso, com um produto de qualidade", observou.

A próxima ação do clube, segunso Soalheiro, ocorrerá em outubro, quando serão lançados mais cinco produtos reduzidos: chaveiro, bonés, gorros, faixas para a cabeça e bandanas. Um boné, que custam atualmente R\$ 40, sairá por R\$ 15, por exemplo.

A meta do departamento de marketing do Atlético é mais ambiciosa. Até o final de 2007, o clube quer dobrar o número de consumidores, que passariam dos 70 mil atuais para 140 mil. Em 2008, ano em que o Galo completará 100 anos de existência, o objetivo é dobrar esse público.

Para isso, uma das ações futuras será o credencimaneto de "ambulantes oficiais" da Loja do Galo, cujo o objetivo é se aproximar cada vez mais do torcedor. "Estamos em fase de seleção e treinamento dos ambulantes", informou Soalheiro, que é o responsável pela área de produtos ao consumidor do Atlético.

Outro passo importante para aumentar a venda de produtos oficiais será a criação de uma rede de fornecedores a partir do próximo ano. "É uma solução que atinge o interior de Minas e outros estados, como São Paulo, Brasília e o Espírito Santo, onde o Atlético tem a terceira maior torcida, perdendo só para Flamento e Vasco", afirmou o assistente de marketing.

Felipe Soalheiro vai além e explica que a meta é transformar lojas no interior em pontos de encontro de atleticanos. Segundo ele, já existem comerciantes interessados na iniciativa. "O objetivo é que eles se tornem pontos de relacionamento de torcedores", acrescentou.

Milhões de reais

Em função da "pirataria", que é representativa na receita do clube mineiro, Felipe Soalheiro estima que grande parte da fanática torcida não consome os produtos oficiais do Atlético. "A proporção é de, para cada camisa oficial vendida, três piratas sejam comercializadas. São, de fato, milhões de reais que os clubes perdem", exemplificou.

O assistente de marketing do Atlético disse que é muito difícil combater a pirataria no Brasil. Uma saída seria o desenvolvimento de medidas conjuntas entre os clubes. "O comércio clandestino faz a festa. Para produzir produtos 'piratas', qualquer um monta uma fábrica em casa, coloca o escudo do Atlético e vende", comentou.

Atualmente o Atlético comercializa 200 produtos licenciados. A meta é dobrar esse número até o final de 2008, em comemoração pelo centenário do clube. Segundo Felipe Soalheiro, a democratização do acesso ao material oficial ao torcedor vem sendo discutida internamente desde 2004.

Até o final de 2007, o departamento de marketing espera oferecer pelo menos 50 produtos oficiais com preços reduzidos aos torcedores. "A réplica da camisa é apenas a ponta do iceberg para levar o produto oficial do Atlético aonde o torcedor está", ressaltou Soalheiro.

Fonte: Pelé.Net

Por: Julio César Rezende

CD com iogurte

Gravadora aumenta faturamento em 25% com canais alternativos de comercialização de discos

31/Outubro/2006

A Caco Discos, selo mundial baiano, terá CDs em supermercados de todo o país no fim de novembro. A promoção, com a Danone, garantirá a distribuição de uma tiragem inicial de 150 mil coletâneas de músicas de artistas da gravadora, como Netinho. A ação é uma estratégia antipirataria e alia acesso maciço ao consumidor e menor preço.

- Vimos que há uma lacuna de mercado entre os CDs piratas e as gravadoras - diz Fábio Almeida, diretor da Caco Discos. - Não basta produzir discos. É preciso dar acesso ao consumidor e apostar na qualidade do produto legal.

Para isso, o selo usa canais de distribuição alternativos, como o da promoção com a Danone. A primeira experiência foi com a Avon, em parceria com a Universal Music, num pré-lançamento de "Super Novas", de Ivete Sangalo, que vendeu 600 mil CDs no fim de 2005.

- O faturamento cresceu 25% - diz Almeida.

A estratégia é eficaz. Em agosto passado, a Caco foi o quarto selo em número de músicas nas rádios do país, segundo a Crowley Broadcast, atrás da Universal, EMI, e Sony/BMG.

Fonte: O Globo

Por: Flávia Oliveira

Adeus ao PC de fundo de quintal

10/Julho/2006

Os fabricantes brasileiros de computador estão se preparando para comemorar uma grande virada até o Natal deste ano. Pela primeira vez, as vendas de PCs de marca devem superar as das chamadas máquinas cinza, aquelas recheadas com memória, processador e programas contrabandeados ou piratas. De acordo com a International Data Corporation (IDC), consultoria que realiza pesquisas de mercado na área de tecnologia e telecomunicações, dois anos atrás os PCs montados em fundo de quintal representavam 74% das vendas. No início deste ano, já tinham sua fatia reduzida para 57%. A mudança afeta as pequenas empresas, que sobrevivem na informalidade, sem prestar contas à Receita Federal, e o montador de micros – aquele amigo da família que já prestou serviços a toda a vizinhança com peças das quais nem ele sabe a procedência. No lugar deles, entram os produtos de fabricantes conhecidos como Positivo, HP e Dell.

As vantagens para o consumidor nesta nova fase começam pelas formas de pagamento. Enquanto é praticamente impossível conseguir crédito com os contrabandistas, as lojas e os sites de fabricantes ou de comércio eletrônico dividem o valor em dez vezes sem acréscimo ou, em alguns lugares, em 24 vezes com juros de no mínimo 1,99%. O valor mensal, nesse último caso, oscila entre de 50 e 70 reais, o que tornou o computador acessível até mesmo à classe C, que representa um terço da população brasileira. Depois da compra, caso o consumidor tenha algum problema, agora há a quem recorrer. Pode-se usar o auxílio por telefone (de eficiência ainda um pouco aquém da desejada, é certo) ou utilizar a garantia. Também é de esperar que o rodízio entre fabricantes diminua. Se antes marcas como Microtec e Five Star apareciam e sumiam do dia para a noite, agora se pode presumir que os nomes que estão nas gôndolas durem por muito mais tempo.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Vários fatores contribuem para baixar o preço do PC. O mais importante é a queda no preço do dólar. O câmbio favorável barateou a importação de componentes pelos grandes fabricantes. Também ajudou a ação da Polícia Federal contra o contrabando, principalmente em Foz do Iguaçu, tradicional porta de entrada de muamba eletrônica. A Medida Provisória 252, a MP do Bem, de meados do ano passado, reduziu a cobrança de PIS-Cofins e deixou os chamados micros populares, com preços de até 2.500 reais, pelo menos 10% mais baratos. Os notebooks produzidos no Brasil de até 3.000 reais foram igualmente beneficiados, o que fez dobrar as vendas dos PCs portáteis no ano passado.

Com tudo isso, a diferença de preços entre a máquina cujo fabricante paga todos os impostos e aquela montada na informalidade caiu vertiginosamente. Com peças compradas na Rua Santa Efigênia, um dos paraísos da pirataria na capital paulista, uma máquina de configuração básica pode sair 14% mais barata que a similar vinda da fábrica – a diferença é pequena demais para compensar o risco de defeitos e a falta de garantia do produto cinza. "O governo baixou impostos e deixou que a iniciativa privada tomasse a dianteira. É a coisa certa", diz Ivair Rodrigues, diretor de pesquisas da ITData Consultoria.

A mudança no comércio de computadores segue a tendência iniciada pelas impressoras. Em 1998, quando as primeiras empresas começaram a fabricar no Brasil impressoras de jato de tinta, o contrabando representava 80% das vendas. Dois anos depois, caiu para 30%. Hoje, as quatro empresas com fábricas no Brasil, HP, Lexmark, Epson e Xerox, comprimem o mercado cinza a míseros 5%. "Com 65% dos componentes nacionais, conseguimos um preço muito competitivo", diz Luis Tedesco, gerente de produtos de imagem e impressão da HP. A probabilidade de reviravolta nos preços dos PCs é pequena. O maior risco seria uma variação repentina do dólar devido às incertezas do ano eleitoral. Os fabricantes acreditam que as mudanças serão sutis, com o dólar custando em torno de 2,4 reais até o fim do ano. "Uma elevação de 10% a 15% não traria um aumento expressivo dos preços, pois aproximadamente metade dos componentes de uma máquina não depende das oscilações do câmbio", diz Hélio Rotenberg, diretor da paranaense Positivo Informática, atual líder nacional entre os fabricantes de PC.

Não compensa

A diferença de preço em relação ao PC de marca é tão pequena que o montado em fundo de quintal não vale mais a pena

CONFIGURAÇÃO

Processador Intel Celeron D325, 256 Mb de memória RAM, disco rígido de 40 GB, gravador de CD, controladora de vídeo e som, leitor de disquete 1,44 Mb, teclado, mouse, caixas de som, fax-modem, monitor de LCD de 15 polegadas, Windows XP Starter Edition

TOTAL

Computador montado: 1.719 reais*
Computador de marca: 1.999 reais**

Diferença: 14%

*Preços da Rua Santa Efigênia, o centro de produtos eletrônicos em São Paulo

**Preço médio em supermercados

Internet virou item obrigatório

Por que comprar um computador pessoal? A resposta para a maioria das pessoas: para se conectar à internet. Uma pesquisa da ITData, consultoria com sede em São Paulo, mostrou que, entre os homens, o interesse maior é manter-se informado, o que só pode ser feito com o uso da internet. Os idosos dos grandes centros urbanos querem se comunicar com os filhos e navegar na internet. O objetivo de mulheres e crianças é aprender com o computador, o que é bastante facilitado pela internet.

"O acesso à rede mundial de computadores é hoje um recurso básico de qualquer equipamento", diz Ivair Rodrigues, da ITData. "Não há um sequer que seja vendido sem esse item." A importância dos sites e e-mails fez com que mais brasileiros deixassem de se conectar à internet pela linha telefônica e adquirissem planos de acesso rápido.

De acordo com o Ibope NetRatings, que mede a audiência na internet, 68,2% das conexões residenciais hoje já são em alta velocidade. A porcentagem da população com acesso evoluiu bastante. Dos 180 milhões de brasileiros, 13,2 milhões se conectam de casa. "O total de pessoas com acesso à internet é maior, 32,1 milhões", diz Alexandre Magalhães, coordenador de análise do Ibope NetRatings. "Muitos acessam a rede do trabalho, de bibliotecas ou de telecentros."

Fonte: Revista Veja
Por: Duda Teixeira

PARTE II

**O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À
PIRATARIA E DELITOS CONTRA A
PROPRIEDADE INTELECTUAL**

O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Nesta parte do relatório será apresentado um resumo das principais atividades realizadas no âmbito do CNCP em 2006.

1) REUNIÕES ORDINÁRIAS

O calendário inicial de reuniões ordinárias sofreu algumas modificações, em decorrência da opção pela realização de reuniões setoriais, sobre as quais nos reportaremos adiante.

Nesse sentido, em 2006 ficaram definidas as seguintes datas de realização das reuniões ordinárias:

| DATA | REUNIÃO |
|----------------|-----------------------|
| 17 de Abril | 11ª Reunião Ordinária |
| 23 de Junho | 12ª Reunião Ordinária |
| 22 de Novembro | 13ª Reunião Ordinária |
| 19 de Dezembro | 14ª Reunião Ordinária |

Durante as sessões foram discutidos diversos assuntos, tendo-se destacado a aprovação de uma minuta de anteprojeto de lei, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, propondo alterações no Código de Processo Penal - Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - especificamente nos artigos 530-C, 530-D, 530-F e 530-G, de modo a tornar mais célere o tratamento dado às mercadorias apreendidas por violação de direitos autorais. Segue abaixo a transcrição da minuta aprovada.

PROJETO DE LEI Nº DE 2006

Altera os arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G, do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 530-C. Na ocasião da apreensão será lavrado termo, assinado por 2 (duas) ou mais testemunhas, com a descrição, por amostragem, dos bens apreendidos, o qual deverá integrar o inquérito policial ou o processo." (NR)

"Art. 530-D. Subseqüente à apreensão, será realizada, por perito oficial, ou, na falta deste, por pessoa tecnicamente habilitada, perícia por amostragem dos bens apreendidos e elaborado o laudo que deverá integrar o inquérito policial ou o processo." (NR)

"Art. 530-F. Ressalvada a possibilidade de se preservar o corpo de delito, o juiz determinará a destruição da produção ou reprodução apreendida, a requerimento da vítima ou do Ministério Pùblico, quando não houver impugnação quanto à sua ilicitude ou quando a ação penal não puder ser iniciada por falta de determinação de quem seja o autor do ilícito." (NR)

"Art. 530-G. O juiz, ao prolatar a decisão ou sentença, determinará a destruição dos bens ilicitamente produzidos ou reproduzidos e poderá determinar o perdimento dos equipamentos apreendidos, desde que precipuamente destinados à produção e reprodução dos bens, em favor da Fazenda, que deverá destruí-los, incorporá-los, por economia ou interesse público, ou doá-los à União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, às instituições públicas de ensino e pesquisa ou de assistência social, que não poderão retorná-los aos canais de comércio." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Brasília,

2) REUNIÕES SETORIAIS

Tendo em vista que o desenvolvimento e implementação de uma política pública de combate à pirataria é um trabalho extremamente complexo e difícil, e, ainda, considerando que o Plano Nacional de Combate à Pirataria propõe diretrizes e ações a partir de uma visão geral do problema, torna-se necessária a obtenção de uma visão mais pormenorizada, que permita uma melhor compreensão dos problemas que afigem os setores afetados pela pirataria.

Nesse sentido, em 2006 foram realizadas quatro reuniões setoriais, conforme o quadro abaixo:

| DATA | SETOR |
|----------------|------------------|
| 13 de Junho | Relógios |
| 21 de Agosto | Software (games) |
| 11 de Setembro | Audiovisual |
| 16 de Outubro | Ótico |

Essas reuniões criaram um canal direto de contato com empresários e seus representantes legais, possibilitando o compartilhamento de informações com vistas à superação da pirataria nos respectivos setores, por meio das quais buscar-se-á formas de atuação conjunta entre o setor privado e o Poder Pùblico no combate à pirataria.

Nessa linha, cada um dos setores encaminhará ao CNCP documento com proposições de iniciativas que contribuirão para a redução da pirataria. Os referidos documentos serão analisados pelo Conselho e, naquilo que se referirem ao tema Propriedade Intelectual, servirão de insumos para a discussão de ações específicas voltadas ao combate à pirataria.

Seguem abaixo notícias veiculadas na mídia sobre as referidas reuniões setoriais.

No país, 40% dos relógios são ilegais

14 Julho/2006

Os principais fabricantes de relógios do país traçaram ontem um quadro devastador aos dirigentes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP): de cada dez produtos no Brasil, praticamente quatro são contrabandeados ou falsificados. Devido ao ingresso desenfreado dos relógios no Brasil, disseram eles, a produção da Zona Franca de Manaus — onde se concentram as indústrias — caiu a um terço nos últimos dez anos, de 15 milhões para 5 milhões de unidades por ano, com a perda de cerca de cinco mil empregos diretos.

Na reunião, realizada no Ministério da Justiça, os empresários pediram ao conselho a elaboração de uma lei que preveja punição mais rigorosa a importadores e comerciantes que venderem produtos falsificados. Como sugestões, eles indicaram a perda do alvará de funcionamento da loja e a suspensão de seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Além disso, a Receita Federal teria mais atuação nas aduanas, para evitar o subfaturamento dos produtos importados, e seria

aberto um processo antidumping para dificultar a entrada de relógios a preços abaixo dos custos de produção.

— Entram relógios no Brasil a dez centavos de dólar, o que é um absurdo — disse Maurício Loureiro, diretor da Technos e dirigente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas.

De acordo com o presidente do Conselho, Luiz Paulo Barreto, que também é secretário-executivo do Ministério da Justiça, são comprados no Brasil, por ano, em torno de 15 milhões de relógios contrabandeados ou falsificados, a maioria proveniente dos países do Sudeste asiático. Barreto informou que a Polícia Federal, a Receita e a Polícia Rodoviária Federal estão se preparando para aumentar a ofensiva. Outra frente de trabalho será a realização de campanhas educativas em conjunto com os empresários do setor.

Segundo Barreto, o consumidor sai sempre prejudicado ao comprar um relógio ilegal. De forma geral, o produto dura pouco tempo e não tem garantia. Além disso, já foram identificados casos de baterias altamente tóxicas, que apresentam vazamento.

Fonte: Jornal O Globo

Por: Eliane Oliveira

Conselho discute em SP os problemas da falsificação de filmes

11/Septembro/2006

Representantes de associações de empresas de TVs por assinatura, de emissoras de rádio e televisão, de videolocadoras e da indústria do cinema estarão reunidos com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), do Ministério da Justiça hoje.

A primeira reunião será realizada na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo. O encontro será coordenado pelo presidente do CNCP e secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

O evento faz parte de uma série de reuniões com setores que têm sido vítimas da falsificação de produtos no Brasil.

O objetivo é conhecer as principais dificuldades enfrentadas pela indústria e ampliar soluções para intensificar as ações de combate à pirataria. Esta é a primeira vez que o Conselho faz uma reunião setorial fora de Brasília.

Fonte: Gazeta Mercantil | Legislação | A-12

Pirataria causa demissões no setor audiovisual

11/Septembro/2006

A comercialização de produtos piratas pode acarretar redução de até 40% nos postos de trabalho em alguns setores da indústria do audiovisual em 2006. De acordo com Luiz Paulo Barreto, secretário-executivo do Ministério da Justiça e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), as locadoras de vídeos demitiram cerca de 70 mil funcionários nos últimos 9 anos e este número pode aumentar em razão da concorrência com produtos piratas.

O Sindicato das Videolocadoras do Estado de São Paulo (Sindemvídeo) estima queda de 30% a 50% no faturamento das 4 mil locadoras de vídeo do estado, em 2006. Caso a projeção se concretize, 40% dos cerca de 12 mil funcionários do setor devem ser demitidos.

- As locadoras estão fechando as portas e o que o consumidor faz: ao invés de locar um vídeo, ele quer comprar 50 para ter em casa, só DVDs piratas, que são objeto de crime. É necessário uma mudança de cultura - disse o secretário.

Na tarde desta segunda-feira, Barreto reuniu-se com representantes da indústria audiovisual na sede da Polícia Federal em São Paulo para discutir políticas de combate à pirataria. O evento faz parte de uma série de reuniões com setores que têm sido vítimas da falsificação de produtos no Brasil, com o objetivo de conhecer as principais dificuldades enfrentadas pela indústria e intensificar ações de combate à pirataria.

Fonte: O Globo Online

Por: Plínio Teodoro

CNCP discute pirataria no setor de óculos em Brasília

16/Outubro/2006

Diretores de associações e sindicatos da indústria ótica, além de representantes das principais marcas de óculos comercializados no país estarão reunidos nesta segunda-feira (16), às 15h, no Ministério da Justiça, com o secretário-executivo do Ministério e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Luiz Paulo Barreto.

O objetivo do encontro é identificar as principais dificuldades enfrentadas pelo setor no que diz respeito à falsificação e ampliar soluções para o combate à pirataria.

Entre as marcas representadas estão a Mornaii, Giorgio Armani, Dior, Carrera, Gucci, Calvin Klein, Nike, Oakley Brasil, Ana Hickmann, Speedo e Cartier. Também participarão do encontro diretores da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Meirelles de Proteção à Propriedade Intelectual (Imeppi).

Fonte: ABN Notícias | F1/10

Representante da indústria ótica defende maior fiscalização contra pirataria

17/Outubro/2006

A concorrência dos produtos piratas já levou ao fechamento de 102 empresas de produção e comercialização de óculos. A informação foi levada nesta segunda-feira (16) ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria, ligado ao Ministério da Justiça, por representantes de associações e sindicatos da indústria ótica, como uma das dificuldades que o setor vem enfrentando.

De acordo com Bento Alcoforado, da Associação Brasileira de Produtos e Equipamentos Ópticos, "o preço dos óculos no Brasil é considerado um dos mais caros do mundo - em média, 50% mais alto". Ele explicou que isso ocorre seja pelo custo da internacionalização, seja pelos impostos internos. "É um incentivo ao contrabando e à pirataria", acrescentou.

A saída, segundo Alcoforado, seria a maior fiscalização nas fronteiras e nos portos. Mas para o secretário-executivo do Ministério da Justiça e presidente do Conselho, Luiz Paulo Barreto, existem outras estratégias de combate: "O Conselho possui três linhas de ação: a de repressão, que envolve a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal; a de educação, que envolve a conscientização do consumidor sobre os malefícios da pirataria; e a econômica, onde busca com as indústrias formas de reduzir a diferença de preço entre o produto original e o pirata".

Em 2005, a CPI da Pirataria revelou que 47% dos óculos de sol e de grau no Brasil são ilegais. Segundo Barreto, esse número assusta as empresas internacionais, que acabam deixando de investir no Brasil. E com isso, cerca de 2 milhões de empregos deixam de ser criados por ano no país.

Além dos prejuízos econômicos, os produtos piratas podem também trazer problemas de saúde à população, disse. "Os óculos são vendidos sem nenhum controle técnico. E sem o sistema de proteção ultra-violeta, esse produto causam prejuízos à retina,

permitindo a entrada de raios nocivos", explicou Barreto.

Em todo o mundo, de acordo com a Interpol, a pirataria movimento cerca de US\$ 522 bilhões por ano, quantia superior à gerada pelo narcotráfico, que fica em torno dos US\$ 360 milhões anuais.

Fonte: Agência Brasil [16/10]

3) OFICINA COM OS INTEGRANTES DO PAINEL DE COLABORADORES

Tendo em vista o grande número de pessoas e entidades ligadas ao tema Propriedade Intelectual interessadas em contribuir com os trabalhos do CNCP, foi criado um Painel de Colaboradores, acessível a qualquer pessoa física ou jurídica por meio de aprovação da respectiva inscrição pelo Plenário do Conselho. Da referida aprovação resulta a institucionalização de um canal de comunicação e estabelecimento de parcerias com o Conselho.

Assim, o integrante do Painel de Colaboradores pode, por exemplo, submeter ao CNCP pedidos de participação em reuniões ordinárias e grupos de trabalho e, também, sugestões para inclusão nas pautas das referidas reuniões.

Em 2006, foi realizada nos dias 17, 18 e 19 de março, uma Oficina de Planejamento com os integrantes do Painel de Colaboradores, para a discussão das causas da pirataria e das ações constantes do Plano Nacional de Combate à Pirataria. As discussões travadas no evento servirão de subsídios à avaliação do Plano com vistas a sua revisão para o próximo biênio. Abaixo, segue notícia sobre o evento.

CNCP realiza oficina para avaliar Plano Nacional de Combate à Pirataria

17/Março/2006

Durante três dias, membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) vão debater com 21 colaboradores do Conselho os problemas que afigem os diversos setores da indústria no que se refere a esse tipo de crime.

Participarão da oficina representantes dos setores de autopeças, brinquedos, eletrônicos, química fina, fumo, além de membros da Federação das Indústrias do Rio Janeiro (Firjan), da OAB, além de órgãos do governo como vigilância sanitária, Ministério Público, entre outros.

O resultado da Oficina de Planejamento Estratégico do Painel de Colaboradores do CNCP contribuirá para o aprimoramento do Plano Nacional de Combate à Pirataria. A oficina começa nesta sexta-feira, 17, às 9h30 e será realizada na Sala 10, do Hotel Nacional, em Brasília.

"Estamos fazendo o que nos propusemos há um ano, quando elaboramos o Plano Nacional de Combate à Pirataria: uma grande avaliação das 99 ações com as quais temos trabalhado. Começamos nesta oficina com os colaboradores do Conselho. Com o resultado, vamos debater com os conselheiros", adiantou o secretário-executivo do CNCP, Márcio Gonçalves.

Para o coordenador da oficina, Paulo Garcia, há uma compreensão de que existem várias explicações para a realidade. "Cada indivíduo explica a sua segundo seu ponto de vista. Com essa diversidade de interpretações vamos poder conhecer essas realidades e aprimorar o Plano", avalia.

*Fonte: Ministério da Justiça
Por: Assessoria de Comunicação Social*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4) AGENDA INTERNACIONAL

Face ao caráter transnacional do fenômeno da pirataria, torna-se cada vez mais importante o intercâmbio de informações com outros Países e o estabelecimento de mecanismos de cooperação.

Segue abaixo a agenda de viagens, no plano internacional, cumprida pela Secretaria-Executiva do CNCP em 2006.

| DATA | DESTINO | DESCRÍÇÃO DA VIAGEM |
|------------------|------------------------|--|
| 22 a 25/Janeiro | Washington D.C e Miami | <ul style="list-style-type: none"> • Visita à Embaixada Brasileira em Washington D.C.; • Apresentação dos trabalhos do CNCP aos representantes da Câmara Brasil/EUA; • Reunião no Departamento de Justiça Norte-Americano e com o USTR; • Em Miami, reunião no Consulado Brasileiro, com representantes do Porto de Miami; • Reunião no Departamento de Homeland Security, com supervisores do departamento de fraudes. |
| 18 a 23/Abril | Nova Iorque | <ul style="list-style-type: none"> • Participação na conferência "Recent Developments in Intellectual Property Law and Policy in Ásia"; • Realização de palestra no 14º Seminário Anual Intellectual Property Law and Policy, promovido pela Fordham Law School. |
| 13 a 20/Maio | Genebra e Lisboa | <ul style="list-style-type: none"> • Reunião naOMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), que durante três dias tratou de temas relacionados ao combate à pirataria no mundo; • Em Lisboa, reunião com representantes do Ministério Público Português, e com representante do Eurojust; • Reunião com a Vice-Inspectora do IGAC, órgão do Ministério da Cultura responsável pela investigação e fiscalização na repressão à pirataria; • Visita à Embaixada do Brasil em Portugal. |
| 26/Maio | Paraguai | <ul style="list-style-type: none"> • Participação em reunião bilateral com o Governo Paraguaio. |
| 28 a 29/Setembro | Washington D.C. | <ul style="list-style-type: none"> • Participação em evento promovido pela U.S. Chamber of Commerce - Anti-Counterfeiting and Piracy Summit: Threatening Health, Safety, and Jobs: The True Cost of Counterfeiting and Piracy. |

5) CLIQUE DENÚNCIA

Trata-se de um canal de comunicação entre o cidadão brasileiro e o CNCP. Por meio dessa ferramenta, disponível no sítio eletrônico do CNCP na Internet, qualquer pessoa pode encaminhar denúncia sobre prática de pirataria que seja do seu conhecimento ao Conselho.

Ao encaminhar a denúncia, o denunciante pode omitir a sua identidade. Uma vez recebida a denúncia pela Secretaria-Executiva do CNCP, procede-se à triagem dos documentos para posterior encaminhamento à autoridade policial, com solicitação de averiguação.

Abaixo, segue matéria publicada na mídia sobre esse serviço posto à disposição da população.

Clique Denúncia facilita ações de combate à pirataria

16/Agosto/2006

Brasília/DF - No primeiro semestre deste ano foram registrados recordes de apreensão de produtos piratas e, em alguns casos, números superiores a todo o ano de 2005. As apreensões de mídias virgens, por exemplo, utilizadas na falsificação de filmes e discos, totalizaram 23.421.223 unidades, segundo dados da Receita Federal. No mesmo período de 2005, foram apreendidas 8.655.685 unidades. Já nas operações feitas pela Polícia Rodoviária federal, de janeiro a julho deste ano, as apreensões ultrapassaram a marca de 4 milhões de unidades. Ao longo de todo o ano de 2005, foram dois milhões de unidades. Em 2004, 405 mil.

Diariamente estão sendo deflagradas ações pelas polícias civil e militar dos estados, além da Polícia Federal e Receita, graças às denúncias que chegam diariamente ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), do Ministério da Justiça.

Pelo site do CNCP (www.mj.gov.br/combatepirataria), o cidadão pode fazer denúncias no ícone Clique Denúncia. As reclamações vêm aumentando a cada mês. Em agosto de 2005, por exemplo, quando a ferramenta foi lançada, foram registradas 50 queixas. No mês passado, chegaram ao Conselho 150 reclamações.

O aumento da procura pela ferramenta deve-se ao maior conhecimento do tema que vem despertando mais interesse das pessoas. É o que afirma a coordenadora do Clique Denúncia, Ana Lúcia Soares. "O acesso ao site do CNCP tem crescido e ao abrir a página, o cidadão vê que também pode participar deste processo de combate à pirataria e dá a sua contribuição", explica. A página do Conselho registra uma média de 240 visitas diárias.

Para o secretário-executivo do Conselho, André Barcellos, o aumento da demanda demonstra que as ações de combate à pirataria estão chegando ao conhecimento da população e, por isso, as pessoas têm procurado o site do CNCP para obter mais informações sobre a pirataria.

Ao chegarem ao Ministério, as queixas são separadas por assunto e competência. No caso de pirataria na Internet, as indicações do crime são direcionadas à Polícia Federal. Quando há sonegação fiscal ou contrabando, a Receita Federal recebe o encaminhamento. Os demais casos vão para a Polícia Civil dos estados. O crime de falsificação mais denunciado é a venda de cds e dvds em lugares públicos. Em segundo lugar a pirataria na web e, em terceiro, o aluguel de dvds piratas em vídeo locadoras. O crime que mais cresce é o da internet, seguido das locadoras.

As denúncias renderam no mês de julho duas prisões em flagrante no município de Manacapuru, Amazonas. A Polícia Civil fez uma blitz em cinco vídeo locadoras e em um estúdio de gravação de filmes falsificados. Foram cumpridos seis

mandados de busca e apreensão e instaurados cinco inquéritos policiais, com a apreensão de 1.199 dvds, 846 cds, duas CPUs e impressoras.

Para o diretor do departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas, Antônio Chicre Neto, o serviço Clique Denúncia tem desenvolvido o seu papel porque a população tem participado ativamente fornecendo informações precisas de ações criminosas. Outro destaque apontado pelo delegado foi o treinamento de todas as forças policiais do estado promovido pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepí), realizado no início do ano em Brasília. "Com esse curso passamos a identificar com mais precisão um produto falsificado", mostra Chicre Neto.

Em quatro municípios pernambucanos (Araripina, Terra Nova, Garanhuns e Petrolina), foram apreendidos 2.657 dvds e 114 cds, resultantes de informações do Clique Denúncia referentes ao mês de março. Ao todo foram instaurados 16 inquéritos e feitas duas prisões. "Esse, sem dúvida, é um recurso muito importante para nós, porque são pessoas da própria região que denunciam e sabem realmente o que está acontecendo, facilitando o flagrante. Enfim, é uma parceria incomparável", destaca o delegado da Polícia Civil e gerente do Núcleo de Repressão de Combate à Pirataria de Pernambuco, Eduardo Machado.

Conselho - Criado em novembro de 2004, o CNCP tem fechado o cerco à bandidagem, intensificando ações de repressão, além de campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira. O Conselho já coordenou a retirada de circulação de cerca de R\$ 1,5 bilhão em produtos pirateados.

O combate à pirataria é um trabalho que envolve diversos órgãos públicos. A maior parte das ações conta com a parceria entre as polícias estaduais, Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF), além da Receita. As medidas têm foco especial nas regiões de fronteira. No ano passado, por exemplo, barreiras no município de Foz de Iguaçu (PR), impediram que 300 ônibus abarrotados de mercadorias entrassem no país. A polícia constatou que nenhum dos veículos continha poltronas, tamanha a ousadia dos contrabandistas.

Fonte: MJ/Assessoria de Comunicação Social

PARTE III

FATOS RELEVANTES NO CONTEXTO INTERNACIONAL

FATOS RELEVANTES NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Nesse ponto, procederemos a uma abordagem sobre a repercussão, no contexto internacional, dos trabalhos empreendidos pelo Brasil relativamente ao combate à pirataria, demonstrando que os esforços realizados tem contado, também, com o reconhecimento de outros países.

Aponta-se, ainda, o desconhecimento por parte de alguns países sobre a realidade do combate à pirataria no Brasil, o que conduz a julgamentos equivocados e inoportunos, como a identificação do Brasil como País problemático em matéria de pirataria.

1) ESTADOS UNIDOS

A. O ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA NO ÂMBITO DO SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS (SGP)

Embora o Brasil tenha suas próprias razões para combater a pirataria – face aos riscos à segurança pública, à economia e à saúde e segurança do consumidor – em 2006 foi anunciado, no mês de janeiro, o arquivamento da investigação iniciada no ano 2000, nos Estados Unidos, em decorrência de alegações formuladas pelos setores de software, fonográfico, editorial e do audiovisual norte-americano, sob o argumento de que o País seria supostamente condescendente com a prática da pirataria. Caso as investigações constatassem a procedência da referida acusação, o Brasil poderia vir a ser excluído do Sistema Geral de Preferências – SGP, o que geraria perdas estimadas em cerca de US\$ 3 bilhões ao País.

Nesse sentido, os trabalhos realizados pela CPI da Pirataria e a criação do CNCP possibilitaram o ambiente necessário ao reforço da política pública destinada a combater a pirataria no País, que vem despertando, inclusive, o interesse de diversos outros países em função do caráter inovador da estratégia brasileira, que combina ações tanto na contenção da oferta de produtos pirateados quanto na contenção da demanda por esses produtos. Ademais, a união de esforços entre o Poder Público e o setor privado é uma das características que diferenciam a opção brasileira das demais verificadas em todo o mundo.

Abaixo, segue notícia veiculada na mídia sobre o assunto abordado neste tópico, bem como nota à imprensa do Ministério das Relações Exteriores, por ocasião do anúncio do encerramento da investigação no âmbito do SGP.

EUA encerram investigação contra o Brasil

A decisão foi muito bem recebida por entidades representativas da indústria de copyright dos Estados Unidos, como a

Motion Picture Association (MPA)

16/janeiro/2006

País deixaria de exportar aos norte-americanos US\$ 3 bilhões por ano caso fosse excluído. O governo dos Estados Unidos comunicou oficialmente na sexta-feira a decisão de não retirar o Brasil do Sistema Geral de Preferências (SGP), que favorece as exportações para o mercado norte-americano com alíquotas especiais, após ameaçar o País com tal punição caso não fossem realizadas ações reforçadas de combate à pirataria.

A decisão foi muito bem recebida pelo governo e setor privado brasileiros, assim como por entidades representativas da

indústria de copyright dos Estados Unidos, a exemplo da Motion Picture Association (MPA), que agrupa as maiores empresas de produção e distribuição fonográfica e cinematográfica dos EUA como Warner, Fox e Sony. "A decisão foi justa e acertada, embora demorada", disse o vice-presidente para a América Latina da MPA, Steve Solot.

A proximidade da data limite (27 de janeiro) determinada pelos EUA para renovação ou inclusão de novos itens que poderiam ser exportados sem a cobrança de impostos, dentro do SGP, aumenta a importância do encerramento do processo, que segundo Solot veio com quatro meses de atraso já que o prazo final para a decisão era setembro de 2005. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Luiz Paulo Barreto, o Brasil deixaria de exportar US\$ 3 bilhões por ano aos EUA, se fosse excluído do SGP.

Solot disse a este jornal que, além da decisão, a liberação de US\$ 180 mil pelo Departamento de Estado norte-americano para o treinamento de autoridades policiais brasileiras no combate à pirataria são prova do reconhecimento pelos esforços brasileiros nessa área. "Parabenizamos os dois governos pela decisão, que reflete o trabalho do Brasil, principalmente na Tríplice Fronteira, comércio ilegal e camelôs."

Stephen Norton, porta-voz do USTR, disse a este jornal que os Estados Unidos "estão muito satisfeitos". E que os dois países continuarão a trabalhar juntos para reduzir ainda mais a pirataria no País. "Não estamos assumindo que a pirataria no Brasil acabou", completou.

Ele não soube detalhar como será esse trabalho conjunto. Mas deverá ainda ocorrer no âmbito do CNCP e das conversações no mecanismo consultivo bilateral que trata de diversos temas. "O Brasil fez significativo progresso na proteção de direitos autorais, as taxas de pirataria caíram e há mais punições (para quem comete esse crime)", disse Norton ao explicar a decisão de Washington. Sobre as punições, disse que isso ajuda a deter a pirataria.

O presidente do CNCP afirmou que no ano passado a entidade focou os trabalhos na prevenção da entrada no País de produtos que infringiam as leis de direitos autorais. "Já 2006 será marcado pela extensão de ações de repressão para estados e municípios e pela realização de campanhas educacionais. Também queremos fazer um trabalho de conscientização para mostrar os prejuízos causados pelo desrespeito aos direitos autorais, como por exemplo a perda de empregos que isso causa", disse Barreto.

Ele avalia que a decisão dos EUA é um reconhecimento de que o Brasil está fazendo um trabalho "sério e sistemático" contra a pirataria, que inclui ações coordenadas entre a Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária e outros órgãos do governo. "A imagem do País no exterior melhora. O Brasil já não é mais um país que não combate a pirataria", afirmou Barreto.

O Itamaraty também manifestou sua satisfação com o fato de os EUA terem mantido o País em seu SGP. "O Representante Comercial dos Estados Unidos, Rob Portman, telefonou ao ministro (de Relações Exteriores do Brasil) Celso Amorim para informá-lo da decisão", segundo a nota que considerou o encerramento da investigação uma importante vitória para o Brasil e para os exportadores brasileiros, uma vez que garante a preservação do atual regime do SGP.

O diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Cavalcanti, também comemorou a decisão do governo norte-americano, o que permite que o País continue elegível para o SGP.

"O encerramento do processo é o reconhecimento do grande esforço empreendido pela sociedade brasileira, principalmente pelo setor privado, no combate à pirataria e à violação do direito de propriedade intelectual, que resultou na manutenção do benefício", afirmou Cavalcanti. Ele descreveu o País como uma "terra onde a pirataria não é tolerada e sim combatida".

A Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD) retransmitiu comunicado oficial que também endossa decisão do governo norte-americano de extinguir o processo, divulgado na sexta-feira nos Estados Unidos pela Recording Industry Association of America (RIAA) - associação que representa a indústria fonográfica nos EUA - e International Intellectual Property Alliance (IIPA), que representa outros setores da comunidade de direitos autorais dos EUA e entrou junto à USTR

com o pedido de investigação de SGP sobre a balha do Brasil em providenciar a proteção adequada e efetiva à propriedade intelectual requerida pelo sistema.

"Endossamos o fim da investigação do SGP. Hoje existe um entendimento sem precedentes na sociedade brasileira e no governo sobre os custos culturais e econômicos da pirataria de copyright, e a correspondente determinação de lidar com este problema. Em função disso, manifestamos nossa admiração e agradecimento pelo trabalho efetuado pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria", diz o comunicado da RIAA.

Cavalcanti lembra que diversas ações foram desenvolvidas pela Fiesp, tanto no âmbito nacional como internacional, para cobrir tais práticas e que cerca de 80% dos produtos piratas encontrados no mercado nacional são importados, em geral provenientes da China e associados a práticas de contrabando, subfaturamento e crime organizado. Em uma dessas iniciativas, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, foi a Washington e se encontrou com representantes do United States Trade Representative (USTR), divisão responsável pelo comércio exterior norte-americano.

O SGP é um dispositivo legal da lei comercial dos Estados Unidos que outorga, unilateralmente, certos benefícios comerciais a países em desenvolvimento. Esse regime de preferências tarifárias permite que uma parte das exportações brasileiras para os Estados Unidos, o maior parceiro comercial do Brasil, entrem sem pagar tarifas. Em 2004, a percentagem foi de 14% do total exportado aos EUA. As exportações do Brasil aos EUA subiram 12%, de US\$ 20,038 bilhões em 2004 para US\$ 22,472 bilhões no ano passado.

A investigação aberta contra o Brasil foi iniciada em 2000 a pedido de setores vinculados à proteção dos direitos autorais nos Estados Unidos, entre eles os setores audiovisual, fonográfico, software e editorial. Durante o período da investigação, o governo brasileiro pôs em execução vários programas destinados a combater a pirataria. Entre tais medidas destacou-se a criação do CNCP, que começou a operar em novembro de 2004.

Só no ano passado, as autoridades brasileiras confiscaram US\$ 84 milhões em mercadorias piratas, um valor 130% maior que em 2004, segundo a agência de notícias espanhola EFE.

Fonte: Gazeta Mercantil

Ministério das Relações Exteriores

Nota nº 27 - 13/01/2006

Encerramento de investigação dos EUA contra o Brasil no âmbito do SGP

O Governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão do Governo norte-americano de encerrar a investigação contra o Brasil no âmbito das revisões periódicas do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA, divulgada hoje, dia 13 de janeiro. O Representante Comercial dos EUA, Rob Portman, telefonou ao Ministro Celso Amorim para informá-lo da decisão.

O assunto foi tratado pelo Presidente Lula com o Presidente Bush quando de sua visita ao Brasil no final do ano passado. O encerramento da investigação representa importante vitória para o Brasil e para os exportadores brasileiros, uma vez que assegura a preservação do atual regime do SGP.

A investigação teve início em 2000, mediante petição dos setores ligados à proteção dos direitos autorais (audiovisual,

fonográfico, software e editorial) nos EUA, com o objetivo de reavaliar os benefícios atribuídos ao Brasil no quadro do SGP, sob alegações de "inadequada e ineficaz" proteção aos direitos autorais. Com a decisão dos EUA, ficam, assim, preservadas as preferências tarifárias estendidas a produtos brasileiros no mercado norte-americano ao amparo do SGP.

Em contatos bilaterais, em 2004 e 2005, no âmbito do Mecanismo de Cooperação e Consultas Brasil-EUA, o Governo brasileiro, ademais de recordar a dimensão internacional do fenômeno da pirataria (isto é, a violação de direitos autorais, conforme definição do Acordo TRIPS da OMC), ressaltou, ao lado norte-americano, os esforços sistemáticos do Poder Público para combater o ilícito no Brasil. Tais esforços adquiriram impulso renovado com o estabelecimento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, criado à luz de recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pirataria. Por meio de um Plano de 99 Ações, o Conselho tem implementado iniciativas concretas de cunho educacional, institucional, legislativo e repressivo, como se tem visto nas inúmeras operações rotineiramente efetuadas, em todo o território nacional, pelas autoridades policiais e fazendárias. Foro de coordenação entre órgãos públicos e privados, o Conselho tem características praticamente sem precedentes no mundo.

A decisão do Governo norte-americano reflete o nível positivo do diálogo e o grau de cooperação alcançado entre os dois países, bem como o reconhecimento do notório respeito e proteção da propriedade intelectual no Brasil.

B. VISITA DO SECRETÁRIO DE COMÉRCIO AMERICANO AO BRASIL

No mês de junho de 2006 esteve no Brasil o Secretário de Comércio Americano, Carlos Gutiérrez, que, em reunião com o Sr. Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, teceu elogios às ações brasileiras no combate à pirataria.

O Sr. Ministro da Justiça apontou a contradição existente entre o fato de os Estados Unidos arquivar as investigações no âmbito do SGP, pelo reconhecimento dos esforços empreendidos pelo Brasil no combate à pirataria, e a manutenção do País na "lista negra" denominada Special 301 – Priority Watch List, onde figuram países que, na visão dos EUA, carecem de maior atenção por alegadamente não promoverem a proteção da propriedade intelectual.

Também por ocasião da visita do Sr. Carlos Gutierrez ao Brasil, tomou-se conhecimento de que, nos Estados Unidos, as campanhas educativas que visam combater a pirataria são quase que integralmente financiadas pelo setor privado. Espera-se que no Brasil o empresariado se sensibilize nesse mesmo sentido, face à importância da implementação de campanhas educativas.

Segue, abaixo, notícia veiculada na mídia sobre o assunto abordado neste tópico, bem como nota à imprensa do Ministério das Relações Exteriores, relativa à manutenção do Brasil na "Priority Watch List" da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.

Secretário americano elogia combate à pirataria no País

08 Junho 2006

Eministro da Justiça reclama que o Brasil continua na 'lista negra' dos EUA

O secretário de Comércio dos Estados Unidos, Carlos Gutiérrez, elogiou ontem a política do governo brasileiro de combate à pirataria e declarou que o País consolidou-se como um dos líderes na repressão a esse crime, que, segundo ele, está ligado às máfias internacionais do narcotráfico e do contrabando de armas.

Apesar do reconhecimento, o ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, cobrou Gutiérrez pelo fato de o Brasil continuar a figurar na Super 301. Trata-se de uma "lista negra" dos Estados Unidos na qual estão relacionados os países que não estariam cumprindo as exigências americanas na área de propriedade intelectual e estariam, portanto, sujeitos à aplicação de sanções comerciais.

Durante reunião no Ministério da Justiça, Bastos apresentou o descontentamento do governo com a manutenção do Brasil nessa lista e afirmou a Gutiérrez que essa situação reforça um contra-senso de Washington.

Em janeiro, os Estados Unidos arquivaram um processo de investigação contra o Brasil, acusado de não adotar políticas eficientes de combate à pirataria. Se comprovada, essa negligência teria custado a retirada de produtos nacionais da lista de itens que ingressam no mercado americano com redução de tarifa de importação, o Sistema Geral de Preferências (SGP). Entretanto, alertou o ministro, os Estados Unidos mantêm o País na Super 301.

Conforme o relato de Márcio Gonçalves, secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Gutiérrez dispôs-se a apresentar os resultados obtidos no Brasil nessa área durante a próxima reavaliação da permanência do País na Super 301. Mas não prometeu resultados.

O secretário lembrou que o Brasil ainda é mantido nessa lista por causa de outros aspectos de propriedade intelectual, que não dizem respeito à pirataria, como a proteção de patentes farmacêuticas e a política de transgênicos.

Gutiérrez comprometeu-se também a trabalhar pela maior cooperação entre as autoridades aduaneiras do Brasil e dos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Estados Unidos na prevenção da pirataria. Segundo Gonçalves, a maioria dos produtos piratas sai do Sudeste Asiático e, antes de desembarcar no Brasil, passa pelo Porto de Miami.

Bastos, entretanto, pediu sua ajuda para convencer companhias americanas presentes no Brasil e produtoras de mercadorias sujeitas a falsificação a colaborar nas campanhas de esclarecimento de consumidores, boje financiadas exclusivamente pelo governo federal.

Dados da Polícia Internacional (Interpol) obtidos pelo Ministério da Justiça mostram que a pirataria se tornou o crime mais lucrativo do mundo. Movimenta US\$ 522 bilhões por ano, mais que o tráfico de drogas, responsável pelo giro de US\$ 360 bilhões. Criado há 18 meses pelo Ministério da Justiça, o CNCP pôs em marcha um plano nacional que atua em três frentes.

A repressão se dá pela parceria entre as polícias estaduais, Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF) e a Receita. A educação da população sobre os riscos do produto pirata e a sua vinculação com o crime organizado deu-se por meio de uma campanha publicitária.

A outra frente é a econômica e depende de iniciativas que levem à aproximação dos preços dos produtos originais aos dos piratas. Uma delas foi a edição da "MP do Bem", que previu isenções fiscais para bens de informática, permitindo a queda nos preços ao consumidor. Desde a criação do CNPC, houve a retirada de circulação de cerca de R\$ 1,5 bilhão de reais em produtos piratas.

Fonte: O Estado de S. Paulo - SP

Ministério das Relações Exteriores

Nota nº 264 - 28/04/2006

Propriedade Intelectual - Manutenção do Brasil na lista de observação prioritária dos EUA

O Governo brasileiro recebeu, com desagrado, o anúncio da decisão do Governo norte-americano, em 28 de abril de 2006, de manter o Brasil na "lista de observação prioritária" ("priority watch list") da seção "Special 301" da legislação de comércio dos EUA.

O Brasil tem sido incluído na "lista de países em observação prioritária" desde 2002. No entender do Governo brasileiro, tal situação não reflete a realidade da proteção à propriedade intelectual no País.

Há menos de quatro meses, em 13 de janeiro de 2006, o Governo norte-americano encerrou o processo administrativo que ameaçava retirar os benefícios tarifários concedidos ao Brasil, no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP), justamente em virtude do reconhecimento dos notórios esforços que têm sido empreendidos pelo Governo e sociedade brasileiros no combate à pirataria de direitos autorais e demais delitos contra a propriedade intelectual, com a criação, no Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e com a adoção de medidas repressivas, educacionais e econômicas.

A decisão de manter o Brasil na "lista de observação prioritária" da "Special 301" não guarda correspondência com os padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação brasileira, plenamente compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos foros multilaterais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio, em especial o Acordo TRIPS da OMC.

O Governo brasileiro depõla, assim, a decisão norte-americana de manter o Brasil na "lista de países em observação prioritária", que não se coaduna com o diálogo bilateral positivo entre os dois países em matéria de propriedade intelectual, em nível político e técnico, no âmbito do qual o Governo brasileiro sempre demonstrou inequívoco espírito construtivo.

* Informações adicionais: No âmbito da "Special 301", a partir de informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústrias farmacêutica, de software, cinematográfica, editorial, fonográfica, entre outras), o Representante de Comércio dos Estados Unidos - USTR publica, anualmente, três listas de países que, na visão do Governo dos EUA, alegadamente não oferecem adequada e efetiva proteção à propriedade intelectual: (i) lista de países estrangeiros prioritários ("priority foreign countries"); (ii) lista de países em observação prioritária ("priority watch list"); (iii) lista de países em observação ("watch list"). Nos últimos dez anos, o Brasil ocupou as seguintes posições nas listas da "Special 301":

1996 Watch list

1997 Watch list

1998 Não constou de nenhuma lista

1999 Watch list

2000 Watch list

2001 Watch list

2002 Priority watch list

2003 Priority watch list

2004 Priority watch list

2005 Priority watch list

2006 Priority watch list

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

c. PRÊMIO ENTREGUE PELA MOTION PICTURE ASSOCIATION OF AMERICA (MPAA) AO PRESIDENTE DO CNCP

Segue abaixo notícia veiculada na mídia sobre o Primeiro Prêmio de Combate à Pirataria da Motion Picture Association of América (MPAA), ocasião em que o Sr. Presidente do CNCP foi reconhecido como a autoridade pública que mais se destacou no ano de 2005, na América Latina, pela implementação de medidas destinadas a combater a pirataria.

Vale destacar que a indústria do audiovisual foi um dos denunciantes que solicitaram ao Governo Norte-Americano a abertura de investigação, no ano 2000, no âmbito do SGP, sobre a situação da pirataria no Brasil.

Brasil recebe prêmio nos EUA por combate à pirataria

19/Outubro/2006

O plano de ações de combate à pirataria no Brasil conquistou o reconhecimento internacional. Na próxima segunda-feira (23), o secretário-executivo do Ministério da Justiça e presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), Luiz Paulo Barreto, receberá, em Miami, nos Estados Unidos, o Primeiro Prêmio de Combate à Pirataria da Motion Picture Association of America (MPAA). O prêmio passará a ser oferecido anualmente a uma autoridade pública de um país da América Latina que tenha demonstrado liderança excepcional no combate à pirataria. A entrega será feita por Bob Pisano, presidente da MPAA.

"A premiação é um grande estímulo para que o Brasil siga enfrentando de maneira determinada o fenômeno da pirataria, que prejudica a indústria nacional, a geração de empregos, a arrecadação tributária e alimenta de recursos o crime organizado. Esse é um trabalho de parceria entre o governo, as empresas e a sociedade civil. A indústria do entretenimento tem enorme potencial de crescimento. Não podemos permitir que o crime organizado se aproveite disso e prejudique esse importante segmento da economia brasileira e mundial", avalia o presidente do Conselho, Luiz Paulo Barreto.

Segundo ele, a elaboração e implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, que conta com 99 ações divididas nas vertentes repressiva, educativa e econômica, é um marco na coordenação, planejamento e estratégia para o adequado enfrentamento da pirataria no país. Estão sendo realizadas quase que diariamente operações integradas entre polícias e aduanas para repressão à este crime. Medidas de educação e de sensibilização da sociedade para desestimular a aquisição de produtos piratas estão sendo realizadas com freqüência. E alternativas de caráter econômico que permitem a redução da diferença de preços entre produtos legais e ilegais são outra vertente importante para combater a pirataria.

De acordo com a MPAA, que congrega as principais indústrias de cinema dos Estados Unidos, "a atuação do Conselho beneficiou a redução da pirataria e conscientizou governo e sociedade para o problema no Brasil".

O diretor regional da entidade, Marcio Gonçalves, destaca ainda a atuação do secretário-executivo do Ministério da Justiça: "Luiz Paulo Barreto não só demonstrou como reforçar a legislação, estabelecer uma política educacional antipirataria e programas de conscientização, mas também como trabalhar junto a representantes do setor privado, estimulando a criação de conselhos estaduais antipirataria e garantindo ações em todos os níveis do governo", afirma Gonçalves.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social

Apresentamos abaixo transcrição do discurso proferido pelo Sr. Presidente do CNCP na solenidade do Primeiro Prêmio de Combate à Pirataria da Motion Picture Association of América (MPAA).

Orlando, 23 de outubro de 2006.

É com muita satisfação que recebo este Primeiro Prêmio Anual da MPA por Combate Exemplar à Pirataria de Obras Audiovisuais na América Latina. Quero dividir este Prêmio com todos aqueles que, no Brasil, lutam a favor

da consolidação de uma cultura de proteção da propriedade intelectual, sem os quais não seria possível alcançar tal reconhecimento em apenas dois anos de atividades do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual – CNCP, que reúne governo e indústria.



A elaboração e implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, com 99 ações, divididas em vertentes repressiva, educativa e econômica, constituiu-se em um marco de coordenação, planejamento e estratégia para o adequado enfrentamento da pirataria no Brasil. Estão sendo feitas quase que diariamente operações integradas entre polícias e aduanas para repressão à pirataria. Medidas de educação e de sensibilização da sociedade para desestimular a aquisição de produtos piratas estão sendo realizadas com freqüência. Alternativas de caráter econômico que permitem a redução da diferença de preços entre produtos legais e ilegais constituem uma outra importante vertente para combater a pirataria.

Não se trata, contudo, de uma questão resolvida. Muito ainda há de ser feito. A pirataria é um delito complexo, praticado pelo crime organizado, causador de desemprego e perdas econômicas para as empresas e para os países. Combatê-la exige esforço permanente e trabalho integrado entre governos, forças de segurança, empresas e sociedade civil.

Acreditamos que a cooperação e a troca de experiência e informações entre os países seja a única via para a neutralização das organizações criminosas que operam a pirataria nos cinco continentes.

No Brasil, a MPA trabalha em parceria com o governo. O setor de audiovisual tem debatido conosco os problemas que enfrenta e a melhor forma de resolvê-los. Nossa objetivo é manter essa proximidade com as indústrias, integrar nossas inteligências e assim obter maior efetividade nas ações policiais.

Entendemos que a inserção de mensagens educativas nos próprios DVDs e também nos cinemas seja uma maneira interessante de levar aos consumidores a mensagem clara dos malefícios da pirataria e da necessidade de criar uma relação de fidelidade com a indústria formal, essa sim, geradora de produção, renda e emprego.

No mundo moderno as pessoas trabalham e correm cada vez mais. Há muito stress. O lazer é fundamental para os escassos momentos de descanso. A indústria do entretenimento, assim, tem um enorme potencial de crescimento neste século XXI. Não podemos permitir que o crime organizado prejudique esse importante segmento da economia mundial.

Gostaria de agradecer mais uma vez e dizer que me sinto honrado por ver o trabalho do Conselho Nacional de Combate à Pirataria do Ministério da Justiça do Brasil reconhecido pela MPA. Esse reconhecimento é um grande incentivo para seguirmos combatendo a pirataria no Brasil no Mercosul.

Muito Obrigado.

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto



D. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS REALIZADAS PARA O EXTERIOR, RELATIVAS A DIREITOS DECORRENTES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Apresentamos abaixo dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil sobre o pagamento de royalties referentes a direitos associados à Propriedade Intelectual.

Note-se, por exemplo, que as transferências para os Estados Unidos em 2005 aumentaram 49,12% em relação ao ano 2000, ano em que foi instaurada a investigação no âmbito do SGP.

**Banco Central do Brasil
Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio
Transferências Financeiras para o Exterior - Câmbio Contratado
Propriedade Intelectual (*)**

Valores em US\$ mil

| ANO | EUA | Japão | UE (15) | UE novos (+10) | Demais Países | Valor Total |
|---------------|--------------------|------------------|--------------------|-----------------|------------------|--------------------|
| 1993 | 110.772,8 | 1.351,8 | 27.845,0 | 0,0 | 6.681,8 | 146.651,4 |
| 1994 | 161.311,8 | 498,0 | 39.468,4 | 0,0 | 8.351,2 | 209.629,4 |
| 1995 | 345.782,1 | 1.165,2 | 56.308,3 | 0,0 | 11.223,3 | 414.478,9 |
| 1996 | 460.641,9 | 2.435,8 | 60.596,6 | 0,0 | 19.390,2 | 543.064,5 |
| 1997 | 622.641,1 | 5.968,8 | 119.521,2 | 0,0 | 30.150,0 | 778.281,1 |
| 1998 | 874.997,4 | 5.851,5 | 231.946,3 | 0,0 | 89.541,4 | 1.202.336,6 |
| 1999 | 863.891,2 | 12.686,8 | 387.324,0 | 0,0 | 87.128,0 | 1.351.030,0 |
| 2000 | 994.767,2 | 6.754,5 | 305.136,1 | 0,0 | 94.202,8 | 1.400.860,6 |
| 2001 | 962.337,1 | 12.074,6 | 310.199,9 | 0,0 | 73.819,8 | 1.358.431,4 |
| 2002 | 923.150,3 | 7.158,6 | 344.615,6 | 0,0 | 56.875,0 | 1.331.799,5 |
| 2003 | 929.659,0 | 12.300,1 | 291.698,4 | 0,0 | 100.498,4 | 1.334.155,9 |
| 2004 | 1.048.812,6 | 18.207,9 | 462.135,1 | 0,0 | 103.305,0 | 1.632.460,6 |
| 2005 | 1.483.434,1 | 16.513,9 | 669.359,8 | 33.239,7 | 78.242,0 | 2.280.789,5 |
| TOTAIS | 9.782.198,6 | 102.967,5 | 3.306.154,7 | 33.239,7 | 759.408,9 | 13.983.969, |

Fonte: DW Contratos/DECEC/Contratação/Fato Natureza/Software_Marcas_Dir.Aut_Alug Filmes/Fitas_EUA_JAPÃO_UE_Ano
C:\Bc\$dados\Estatist\MINIREX\Propriedade Intelectual 1993a2004.xls

(*) Natureza Fato Câmbio = 45034:SERV.DIV-OUT-ALUGUEL FILM CINEMATOGRÁFICO
45058: SERV.DIV-OUT-ALUGUEL FITAS E DISCOS GRAVADOS
45443: SERV.DIV-OUT-DIREITOS AUTORAIS
45618: SERV.DIV-EXP/IMP SV-MARCAS-LICENCA DE USO
45625: SERV.DIV-EXP/IMP SV-PATENTES-LIC EXPLORACAO
48110: SERV.DIV-AQUISICAO DE SOFTWARE (Para revenda)
48127: SERV.DIV-AQUISICAO DE SOFTWARE COPIA UNICA (Para uso proprio)

2) UNIÃO EUROPEIA

Diante de todos os fatos narrados até aqui, que demonstram o compromisso do Governo brasileiro relativamente ao combate à pirataria, causa-nos perplexidade a inclusão do Brasil em "listas negras" que o identificam como País problemático quanto à proteção e valorização da Propriedade Intelectual, tal qual a adotada pela União Européia, conforme informação constante da matéria jornalística abaixo.

UE põe Brasil em lista de países em que há pirataria 'generalizada'

Genebra, 5-O Brasil entra na lista negra elaborada pela União Européia (UE) de países onde a pirataria é "generalizada" e afeta as empresas européias. Ontem, Bruxelas publicou um levantamento feito com o setor privado e concluiu que o País deve tomar medidas mais efetivas para combater as falhas no sistema de proteção intelectual.

Empresas ainda se queixam de que informações dadas para o registro de patentes farmacêuticas são usadas por companhias de produtos genéricos e que não é uma prioridade política no País destinar recursos para combater a pirataria.

O Brasil, porém, não lidera a lista negra. Os chineses, seguidos por Rússia, Ucrânia, Chile e Turquia são as maiores preocupações da Europa.

Bruxelas ainda alerta que não exclui a opção de levar esses países aos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC) e dividiu as economias em que o problema é grave em três categorias. Na primeira delas está a China. O país é responsável por 60% dos bens falsificados que entram todos os anos no mercado europeu.

A segunda categoria é composta por Rússia, Ucrânia, Turquia e o Chile, economia que em vários rankings é considerada como a mais competitiva da América Latina. Esses países adotaram medidas para combater a pirataria, mas ainda precisam fortalecer seus mecanismos.

O Brasil, assim como os demais países do Mercosul, faz parte da terceira categoria de economias que inclui ainda Coréia, Tailândia e Vietnã. Para esse grupo, a UE quer um maior fortalecimento do sistema de proteção de patentes e maiores ações de combate à pirataria.

Segundo o levantamento da UE, o problema no País é "generalizado" e afeta vários setores, como CDs, software, aparelhos de música, roupas, produtos agroquímicos e brinquedos. O levantamento foi feito com empresas do setor farmacêutico, químico e eletrônico, que ainda se queixaram da importação ilegal de genéricos que não são registrados e de que indicações geográficas são "usurpadas".

As empresas européias dizem que os produtos pirateados entram no mercado brasileiro principalmente vindos do Paraguai e de Manaus, ainda que haja também uma produção local. Grande parte da crítica vem ainda das empresas farmacêuticas, que acusam o Brasil de não garantir proteção à informação de produtos que estão sendo patenteados. Segundo o relatório da UE, essas informações seriam vazadas para empresas que fabricam remédios genéricos. As farmacêuticas européias ainda se queixam de que empresas locais copiam embalagens de seus produtos.

Uma das críticas mais duras contra o Brasil é a demora do Instituto Nacional de Propriedade Industrial para registrar uma patente. No total, 600 mil marcas e 70 mil patentes ainda esperam registro no País. O levantamento da Comissão Européia ainda concluiu que a resposta das autoridades brasileira é "lenta e ineficaz" aos problemas de pirataria. Em muitos casos, o governo consegue apenas tratar da "ponta do iceberg". O estudo reconhece que Brasília dá sinais de que está comprometida com o combate ao problema, mas que as ações do governo são limitadas por causa da falta de recursos humanos e financeiros. No Judiciário, os processos são longos e condenações podem levar anos. Quando há uma penalidade, ela não é suficientemente dura para evitar que a pirataria ocorra.

Além dos problemas com a falta de resposta do governo, os europeus alegam que enfrentam outro obstáculo: a percepção no Brasil de que as patentes são instrumentos de "monopólio exterior contra os interesses do povo brasileiro". Os europeus

asseguram que a lista de países formulada não é apenas acusatória, mas também uma forma de identificar os países que receberão ajuda técnica para lidar com o problema. "A UE está pronta a ajudar os países a lidar com o assunto, mas não irá aceitar violações sistemáticas e em grande escala dos direitos das indústrias europeias", afirmou a Comissão. Para os europeus, proteção às patentes é a forma de garantir a competitividade das empresas locais nos mercados externos. (Jamil Chade).

Segue abaixo nota do Ministério das Relações Exteriores acerca da divulgação de listas da UE sobre proteção de propriedade intelectual.

Ministério das Relações Exteriores

Nota nº 588 - 06/10/2006

Divulgação de listas da UE sobre proteção de propriedade intelectual

O Governo brasileiro recebeu, com desagrado, a divulgação pela Comissão Européia, em 5 de outubro corrente, de listas sobre a situação da proteção dos direitos de propriedade intelectual em países terceiros, nas quais o Brasil foi identificado como um dos países com alegados problemas na matéria. A divulgação das listas insere-se no contexto da "Estratégia da UE para o Combate à Pirataria e Contrafação", lançada em 2004.

Desde 2004, o Brasil tem manifestado às instâncias comunitárias e a diferentes países membros da UE que a identificação do Brasil é inadequada e inoportuna, por ter a Comissão Européia deliberadamente desconhecido os padrões de proteção à propriedade intelectual consagrados na legislação brasileira, bem como todos os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo e sociedade brasileiros no combate aos delitos contra a propriedade intelectual.

Diferentemente da divulgação anterior de listas de países alegadamente "problemáticos", de 2004, a publicação do dia 5 de outubro não inclui qualquer dado sobre volume ou valor de alegados prejuízos comerciais decorrentes de suposta violação de direitos de propriedade intelectual no Brasil. Caberia levar em conta, no entanto, que as remessas de divisas do Brasil para a União Européia a título de propriedade intelectual têm demonstrado crescimento significativo e continuado desde a assinatura do Acordo TRIPS, em dezembro de 1994. Não procedem, portanto, as alegações de perdas no mercado brasileiro. No decênio 1994-2004, as remessas de divisas para a UE relativas a direitos de propriedade intelectual (direitos autorais e propriedade industrial) aumentaram em 1070,89%; direitos autorais em 1145,62%; e propriedade industrial (marcas e patentes) em 480,60%.

A decisão da Comissão Européia de identificar o Brasil não guarda correspondência com a realidade da proteção à propriedade intelectual no Brasil e desconhece os padrões de proteção consagrados na legislação nacional, plenamente compatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos foros multilaterais, como a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e a Organização Mundial do Comércio, em especial o Acordo TRIPS da OMC.

3) PARAGUAI

Tendo em vista que se trata de problema de alcance mundial que afeta indistintamente países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive Brasil e Paraguai, vale destacar que os governos de ambos países estão determinados em promover e intensificar a cooperação para prevenir, combater e eliminar todas as manifestações do crime organizado transnacional, e têm renovado a disposição de continuar fortalecendo a cooperação bilateral nas áreas policiais.

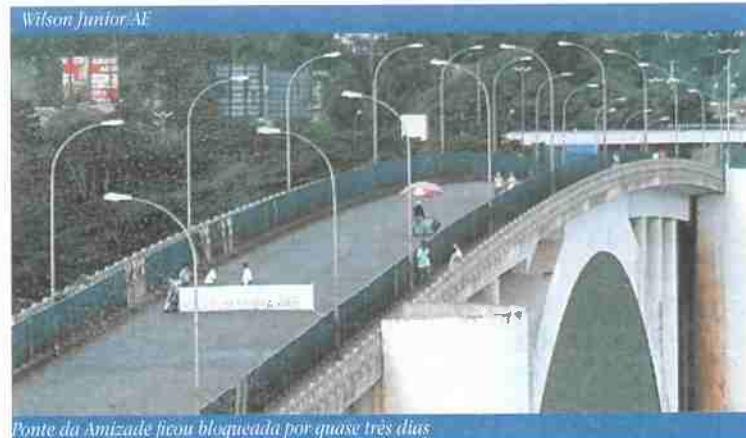
Nesse campo, Brasil e Paraguai assinaram durante a Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, em 20 de junho de 2005, em Assunção, o "Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Grupo Bilateral de Inteligência Brasil - Paraguai na Esfera de Pirataria, da Falsificação e do Contrabando de Produtos Pirateados e Falsificados", com vistas à criação de um grupo bilateral de inteligência para coordenar ações de combate aos ilícitos de pirataria, falsificação e contrabando. Apesar de ainda não concluídos os trâmites de aprovação interna do referido instrumento no País, as autoridades brasileiras e paraguaia estão explorando outros canais de diálogo para cooperação.

Cumpre destacar que os temas de pirataria e contrafação têm constado da agenda regular do grupo bilateral Brasil - Paraguai sobre propriedade intelectual, que se reúne desde 2005. O CNCP, por meio de seu Secretário-Executivo, integrou a delegação brasileira à última reunião do grupo, realizada em maio de 2006.

Brasil e Paraguai chegam a acordo sobre Ponte da Amizade

O governo paraguaio garantiu que não haverá mais bloqueios na Ponte da Amizade e arrancou do governo brasileiro o compromisso de pôr em prática acordo mais amplo sobre a região de fronteira, assinado em abril de 2005

22/Março/2006



Ponte da Amizade ficou bloqueada por quase três dias

BRASÍLIA - O governo paraguaio deu nesta quarta-feira, 22, garantias ao Brasil de que não haverá mais bloqueios na Ponte da Amizade - reaberta às 19h10, após quase três dias fechada. Em contrapartida, arrancou do governo brasileiro o compromisso de pôr em prática acordo mais amplo sobre a região de fronteira, assinado em abril de 2005.

O Paraguai conseguiu ainda conter as pressões da Receita Federal para que a cota de importação isenta de impostos fosse reduzida dos atuais US\$ 300,00 para US\$ 150,00.

Na negociação, a garantia de desbloqueio da Ponte da Amizade partiu do vice-ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Emílio Gimenez. O chefe da delegação brasileira, embaixador José Eduardo Felício, subsecretário de Assuntos de América do Sul do Itamaraty, informou que será realizada no dia 28, em Foz do Iguaçu, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Brasil-

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Paraguai, que tratará das medidas de cooperação previstas no acordo.

Uma das medidas que serão analisadas é a execução, do lado paraguaio da Ponte da Amizade, de obras para organizar o trânsito de pedestres e de veículos, como as que estão em fase de finalização do lado brasileiro. O custo das obras atingirá US\$ 3 milhões. O Brasil, entretanto, deixou claro que não vai bancá-las, mas poderá ajudar o Paraguai a encontrar financiamento. Outro tópico será a adoção de regras de controle da emissão de notas fiscais e formas de impedir o arremesso de mercadorias de cima da ponte.

Cidade Fantasma

O bloqueio da ponte paralisou Ciudad del Este. Todas as lojas do Paseo San Blas, o coração comercial da cidade, estavam fechadas. Escolas e prédios públicos não funcionaram. O prefeito Ernesto Javier Zacarias Irún calculou prejuízo de US\$ 200 milhões. A cidade parecia um território fantasma. O bloqueio, em protesto contra a apreensão de veículos paraguaios com contrabando por fiscais da Receita brasileira, era mantido principalmente pelos taxistas. (Colaborou: José Maria Tomazela)

Fonte: Estadao.com

Por: Denise Crispim Marín

4) CHINA

A República Popular da China tem procurado estreitar o diálogo com o Brasil sobre políticas públicas de combate aos crimes contra a propriedade intelectual. Exemplo disso foi a visita ao CNCP, em 17/5/06, de delegação do "National Intellectual Property Strategy Formulation Leading Group Office" daquele país, chefiada pelo Sr. Zhang Qin, Vice-Presidente do "State Intellectual Property Office" – SIPO. Na reunião, as autoridades chinesas foram apresentadas às práticas brasileiras de combate à pirataria, nas áreas econômica, educativa e de repressão, bem como à estrutura e funcionamento do Conselho. Cabe destacar que, em 2006, a Academia de Ciências Sociais da China também manifestou interesse em visitar o CNCP proximamente.

5) PORTUGAL

Em 18 e 19 de maio de 2006, o Secretário-Executivo do CNCP visitou a Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC) do Ministério da Cultura de Portugal, em Lisboa. A IGAC é o órgão do Governo português responsável pelo acompanhamento e avaliação da política cultural, inclusive no que diz respeito à fiscalização de espetáculos de natureza artística e à área de "enforcement" dos direitos de autor e conexos. O encontro serviu para evidenciar a semelhança de estratégias de combate à pirataria empreendidas pelos Governos de ambos países, com ênfase nas ações preventivas e de educação, bem como no estabelecimento de órgãos específicos de coordenação de tais políticas e no diálogo com o setor privado.

6) ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI

A edição de outubro de 2006 da WIPO MAGAZINE trouxe como matéria de capa os trabalhos realizados pelo Brasil no combate à pirataria, conferindo destaque à estratégia adotada pelo País, bem como os trabalhos integrados de inteligência envolvendo os órgãos

responsáveis pela repressão.

A referida publicação destacou ainda a campanha educativa "Pirata Tô Fora! Só uso Original!", além das medidas de natureza econômica e institucional.

A matéria pode ser vista no sítio eletrônico da OMPI, por meio do link http://www.wipo.int/wipo_magazine/en/2006/05/article_0003.html.

7) MERCOSUL

No dia 30 de agosto de 2006 foi realizado o Seminário sobre Pirataria de Direitos Autorais e Delitos contra a Propriedade Intelectual no Âmbito do Mercosul, promovido, em conjunto pelo CNCP e pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). Vide página 86.

PARTE IV

OUTROS FATOS DE DESTAQUE

OUTROS FATOS DE DESTAQUE

A seguir, apresentaremos alguns assuntos que merecem destaque dentre as realizações de 2006, as quais demonstram a mobilização crescente do Estado e da sociedade brasileira para o combate à pirataria, com a criação de uma cultura de proteção e valorização da propriedade intelectual.

1) CRIAÇÃO DE GRUPOS ESTADUAIS DE COMBATE À PIRATARIA

O estímulo à criação de conselhos estaduais de combate à pirataria é uma das diretrizes propostas pelo CNCP no Plano Nacional de Combate à Pirataria.

Nesse sentido, tem-se observado o engajamento espontâneo de alguns estados os quais, ao criarem grupos estaduais de combate à pirataria, informam à sociedade que o combate à pirataria também é uma de suas prioridades.

Em 2006 foram criados grupos dessa natureza nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, conforme as notícias veiculadas na mídia abaixo apresentadas.

*Alckmin institui Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria
13Janeiro2006*

O governador Geraldo Alckmin assinou nesta sexta-feira, dia 13, decreto que institui o Comitê Intersecretarial de Combate à Pirataria. Formado por oito Secretarias de Estado e presidido pelo governador, o Comitê tem o objetivo de estudar e propor medidas de combate a crimes contra a propriedade imaterial, ou seja, violação aos direitos autorais.

As Secretarias envolvidas são: Casa Civil; Justiça e Defesa da Cidadania; Segurança Pública; Fazenda; Emprego e Relações do Trabalho; Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Cultura; e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

"Essa é uma questão de Estado e tem que ser entendida como a participação de todos os níveis de Governo, os setores empresarial e produtivo e a sociedade civil. Estamos hoje instituindo aqui uma grande força-tarefa para que possamos avançar mais nesse trabalho", destacou o governador.

Ele lembrou que os piratas agem 365 dias por ano promovendo concorrência desleal, desestimulando o trabalho legal, provocando o fechamento de empresas, que não conseguem sobreviver, tirando recursos do Estado através da sonegação e impedindo a construção de hospitais e escolas, suprimindo empregos e colocando em risco a vida da população com remédios falsificados e até equipamentos médicos, como o bisturi elétrico, pirateados.

O Comitê deve reunir-se a cada trimestre para a discutir propostas de políticas estaduais para avaliação e implementação.

O grupo fica responsável pela elaboração do mapeamento da pirataria no Estado, com levantamentos de setores críticos, principais produtos envolvidos, locais de fabricação (dentro e fora do país), pontos de entrada e rotas de trânsito no Estado, principais pontos de distribuição, grupos que atuam no mercado e histórico das providências já adotadas e respectivos resultados, tanto no âmbito Estadual quanto Federal e Municipal.

Ao Comitê cabe, por exemplo, a elaboração de propostas para implantação de mecanismos para receber denúncias e para a realização de campanhas educativas de combate à pirataria. E ações como o incentivo e o planejamento de operações de prevenção e repressão a crimes contra a propriedade imaterial, a sugestão de celebração de termos de cooperação e convênios com outros órgãos e entidades e o diálogo permanente com instituições nacionais e internacionais que tratam desse tema.

São Paulo conta com quatro delegacias da Divisão de Investigações Gerais (DIG), responsáveis por investigações de crimes ligados à pirataria. Os delitos investigados por elas são: contra a propriedade imaterial, contra a fé pública e medicamentos, estelionato e outras Fraudes e crimes cometidos por meios eletrônicos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Alckmin destacou que foram realizadas 1396 operações em São Paulo, com 3.261 inquéritos policiais abertos e 165 pessoas presas. Além disso, foram apreendidos 3 milhões de CDs e DVDs, 44 milhões de brinquedos e 22 milhões de tênis e relógios. "É um esforço enorme, mas acabamos, muitas vezes, enxugando gelo. É fundamental o trabalho de polícia de fronteira para evitar a entrada de muitos desses produtos no país e um esforço integrado do Estado", afirmou o governador.

Fonte: Itamaraty
Por: Assessoria de Imprensa

Grupo coordenado pela Firjan vai combater pirataria no Estado do Rio

22/Fevereiro/2006

RIO e SÃO PAULO. Associações empresariais, em parceria com a Receita Federal, o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal, criaram ontem no Rio o Grupo Regional de Combate à Pirataria, que será coordenado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). O grupo vai adaptar para o Rio as ações já adotadas pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria, subordinado ao Ministério da Justiça.

O presidente do conselho, Márcio Gonçalves, esteve ontem no encontro que lançou o grupo na Firjan e elogiou a iniciativa. Participaram da reunião entidades como Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e Inmetro.

500 mil CDs piratas são destruídos em São Paulo

Também estiveram presentes membros do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que pretende combater a pirataria de produtos associados aos Jogos Pan-americanos de 2007, no Rio. A próxima reunião do grupo será no dia 4 de abril.

Em São Paulo, cerca de 500 mil CDs contendo softwares piratas apreendidos em 2005, foram destruídos na manhã de ontem, na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, na Zona Oeste da capital. A destruição foi organizada por três entidades que representam o interesse de produtores de softwares no Brasil em conjunto com a polícia, que forneceu o material apreendido.

Uma máquina trituradora foi instalada na praça, e os cerca de cem convidados das entidades que compareceram ao evento foram jogando os CDs piratas na máquina para serem destruídos.

Fonte: Jornal O Globo

Juntam-se, assim, ao grupo do Estado do Rio Grande do Sul, que tem sua sede no Ministério Público daquele Estado, e do Estado de Santa Catarina, o Grupo de Combate ao Contrabando, Falsificação e Pirataria (GCOCFP), com sede na Secretaria de Fazenda daquele Estado.

2) PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS VOLTADAS AO COMBATE À PIRATARIA

Ainda no que se refere à mobilização de estados e municípios para o combate à pirataria, observa-se também o crescente número de medidas legislativas que visam coibir tal prática. Seguem abaixo notícias que ilustram esse movimento.

Prefeitura proíbe venda de CDs e DVDs piratas

Medida autorizou fiscalização municipal a atuar na apreensão de produtos ilegais
09/Janeiro/2006

No dia 9 de setembro, o prefeito Gotardo Netto (PV) baixou um decreto prevendo o cancelamento do alvará de licença de quem for apanhado vendendo material fonográfico (CDs, DVDs, fitas de vídeo, fita cassetes, entre outros) pirata nos mercados populares de Volta Redonda.

Pelo decreto, o prefeito autoriza ainda a fiscalização municipal a atuar na apreensão destes produtos piratas. Uma parceria será firmada com a Adapi e a delegacia especializada para que a atuação se torne ainda mais extensiva.

O agente Márcio Miranda, da delegacia antipirataria, afirmou que o decreto de Gotardo será um grande apoio na luta contra a pirataria. Sabemos que é quase impossível acabar com a pirataria. Nós atuamos no Estado todo e sabemos disso. A idéia de cancelar o alvará é uma medida que pode, pelo menos, praticamente acabar com a venda nos camelódromos, disse Miranda, enquanto fechava o Box número 8, que serviria de depósito para vendedores ambulantes que atuam nas ruas da Vila Santa Cecília. Na loja estavam centenas de produtos piratas e sem notas fiscais, que foram recolhidos e enviados ao Rio.

Pirataria é criticada pelos próprios comerciantes

Se metade do Mercado Popular foi fechada por vender produtos piratas, comerciantes que vendem produtos legais continuaram trabalhando normalmente. Não vendemos DVDs e CDs piratas porque sabemos que é ilegal. Eu não sirvo para mexer com nada ilegal, disse Tânia Reis, que trabalha no Box 12.

Outro comerciante preferiu não se identificar, mas criticou quem vendia produtos ilegais no Mercado. Isso suja a imagem do nosso lugar de trabalho. Olha só esta correria, toda. Eu não presto pra isso, disse ele.

Lojistas comemoram decreto do prefeito

Os lojistas da Vila Santa Cecília comemoraram o decreto proibindo a comercialização de produtos piratas nos mercados Populares de Volta Redonda. Segundo eles, a prática ilícita tem prejudicado as vendas de CDs e DVDs, o aluguel destes mesmos produtos na locadora e até a frequência nos cinemas.

Fonte: Diário do Vale

São Paulo sanciona lei de combate à pirataria

02/Março/2006

O governador Geraldo Alckmin sancionou na semana passada a lei 12.279 que vai cassar a inscrição estadual no cadastro de contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de estabelecimentos que venderem produtos falsificados ou que entrem no país de forma ilegal. A lei, publicada no "Diário Oficial" do Estado de São Paulo na última quarta-feira, já está em vigor.

"A indústria paulista é uma das mais afetadas pela pirataria e pelo contrabando de mercadorias. Com a lei, serão punidos os que comercializarem, adquirirem, estocarem ou expuserem produtos falsificados ou contrabandeados", afirma o deputado

estadual Orlando Morando (PSDB), autor do projeto nº 285, que deu origem à lei 12.279.

Com a aprovação da lei, o comerciante que tiver a inscrição estadual cassada não poderá, por um prazo de cinco anos, exercer o mesmo ramo de atividade (mesmo em um estabelecimento distinto) nem entrar com pedido de inscrição para uma nova empresa. "Isso vale para o comerciante, pessoa física e jurídica, e para os sócios do estabelecimento que vender produtos irregulares", diz Morando. Os nomes dos estabelecimentos e dos contribuintes punidos deverão ser publicados no "Diário Oficial". A lei vale para estabelecimentos do comércio, da indústria, importadores, exportadores e armazéns de estocagem.

Segundo o deputado, a idéia do projeto surgiu a partir de uma lei estadual que também prevê a suspensão da inscrição no cadastro de contribuinte do ICMS dos postos de combustíveis que revenderem produtos adulterados.

Em maio, o governo também havia enviado um projeto (projeto 316) à Assembléia Legislativa que previa a anulação da inscrição do estabelecimento que cometer ato ilícito como a venda de mercadorias falsificadas. Esse projeto –também aprovado pela Assembléia em 23 de dezembro e que aguarda a sanção do governador– inclui outras hipóteses de cassação de inscrição, como a cassação para os que cometem crime de receptação de mercadoria roubada ou furtada, caso dos desmanches.

Na estimativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, ligado ao Ministério da Justiça, o Brasil deixa de arrecadar cerca de R\$ 84 bilhões e criar cerca de 2 milhões de postos de trabalho por ano com a falsificação de produtos e o contrabando no país.

Fonte: Cidade Verda.com

Projeto combate a pirataria - SE

11/Maio/2006

Tramita na Assembléia Legislativa o projeto de lei número 35/2006. É da autoria do deputado Jorge Araújo e, uma vez aprovado, fará com que o Estado comece um inevitável combate à pirataria, produtos contrabandeados ou de origem duvidosa.

É a primeira vez que um parlamentar sergipano se preocupa com o tema, hoje uma questão que movimenta milhões de reais no Brasil e de dólares, no mundo inteiro. Quer o deputado do PSDB dispor sobre a cassação da eficiência da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS).

E ainda, pretende dispor sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de comunicação do estabelecimento comercial que comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos industrializados ou não, falsificados ou contrabandeados, ou de origem duvidosa.

Fonte: Infonet Notícias
Por: Ivan Valença

Empresas flagradas com pirataria em Mato Grosso pode ter registros cassados

06/Junho/2006

Tramita na Assembléia Legislativa de Mato Grosso uma proposta ao Governo do Estado, que visa punir empresas que compram produtos contrabandeados ou falsificados. De acordo com um projeto de lei do presidente do Poder Legislativo estadual, deputado Silval Barbosa (PMDB), o Poder Executivo fica autorizado a cassar o registro de inscrição de contribuintes do ICMS desses estabelecimentos que estocam ou expõem as mercadorias de origem duvidosa. A proposta que foi lida em plenário, na semana passada, se encontra nas comissões para parecer técnico.

"Essa é mais uma forma de contribuirmos para o combate ao contrabando e falsificação de mercadorias que entram no Estado", disse Silval. Pelo projeto, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), por intermédio de laudo pericial expedido por órgão oficial ou credenciado, fará a identificação dos produtos classificados.

As empresas atingidas pela penalidade prevista no art. 1º desta lei, ficam proibidas pelo período de cinco anos, de obter inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que em outro ramo de atividade.

Os produtos apreendidos em razão da aplicação dos efeitos da lei serão destinados a Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), para serem distribuídos preferencialmente a instituições filantrópicas que prestem serviços a idosos, crianças, adolescentes em estado de risco e às entidades de apoio a mulheres vítimas de violência.

No entanto, a lei veda a destinação dos produtos que tenham por origem a propriedade intelectual oriunda da indústria audiovisual e os produtos oriundos da indústria tabagista, de bebidas alcoólicas e de medicamentos de quaisquer espécies. O Governo divulgará através do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, nome completo dos sócios e endereços de funcionamento.

Segundo Silval, a proposta tem por finalidade, penalizar os estabelecimentos que, através da comercialização de produtos de origem ilícita, praticam a sonegação de tributos, fato que por consequência, penaliza o contribuinte, seja pela concorrência desleal, seja pela redução da arrecadação do Estado que poderia ser revertida em seu benefício.

O deputado prevê ainda, melhoria na arrecadação do ICMS, fruto da imposição de sanções àqueles que comercializam produtos sobre os quais não há incidência desse imposto em razão da maneira irregular como são inseridos no mercado. "Certamente irá conferir maior qualidade na concorrência, inibindo a concorrência desleal que leva a bancarrota aqueles contribuintes conscientes da sua obrigação tributária", afirmou o parlamentar.

Reportagem em um dos jornais de circulação nacional mostra que as dificuldades no combate à pirataria fazem o Brasil perder por ano em torno de R\$ 30 bilhões por causa de sonegação de impostos. Segundo o presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Gustavo Leonards, essa é a estimativa calculada pelo Instituto Internacional de Propriedade Intelectual (IIFI). "A pirataria existe em qualquer lugar, mas no Brasil ela está ganhando dimensões que fazem a distorção deixar de ser marginal para ser a regra", afirma Leonards. Além do prejuízo fiscal, a ABPI alerta para o crescimento desmedido da informalidade no país. "Um relatório da consultoria McKinsey apontou que quase 55% dos trabalhadores brasileiros estariam na informalidade", diz Leonards.

Fonte: Só Notícias

Mais rigor contra a pirataria

27/Julho/2006

A partir de agora, quem vende produtos piratas no Distrito Federal não corre apenas o risco de ter sua mercadoria apreendida pelos órgãos fiscalizadores. Já está vigorando a Lei 3.896/06, que prevê multas entre R\$ 100 e R\$ 50 mil para quem comercializa produtos falsificados.

De acordo com o texto da lei, sancionada na última sexta-feira pelo Poder Executivo, pessoas jurídicas que forem autuadas vendendo mercadorias pirateadas receberão, na primeira apreensão, multa no valor de R\$ 1 mil. No caso de reincidência, os fiscais do Governo do Distrito Federal podem aplicar multa de até 50 vezes esse valor. Além disso, se a loja ou comércio insistir na infração, caberá às administrações regionais do DF tomarem providências para interdição temporária do local ou até cassação definitiva do seu alvará de funcionamento.

No caso das pessoas físicas que forem pegas vendendo produtos falsificados, as punições são menos rigorosas, mas prometem dificultar a vida dos ambulantes. A lei determina que eles recebam multa de R\$ 100 e ainda fiquem proibidos de participar de programas sociais do GDF até o pagamento da dívida, além da perda da mercadoria.

Aliás, a destinação da mercadoria pirata é outra novidade da lei. Havendo autorização da Justiça e do fabricante original do produto copiado, os itens falsificados apreendidos podem, agora, ser doados a entidades filantrópicas.

Multas

Por fim, a nova legislação determina que os valores das multas sejam anualmente reajustados, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A aplicação das novas penalidades ficará por conta das administrações regionais e da Secretaria de Fiscalização das Atividades Urbanas (Sefau).

O DF tem problemas sérios com a questão da pirataria. A Feira dos Importados, no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), tem mais de mil boxes, muitos deles vendendo produtos piratas. O local, inclusive, já foi citado em relatórios internacionais sobre pirataria.

Do início do ano para cá, a Delegacia de Defraudação e Falsificação apreendeu 116.950 itens piratas, em quatro operações, sendo três delas na Feira dos Importados. Além disso, de acordo com Domingos Sávio Barreto, delegado-chefe da DEF, houve também uma apreensão em maio deste ano de três drives de gravação de CDs e DVDs, 21 porta-CDs, sete computadores com gravadoras de CD, 215 fitas VHS, um aparelho de DVD e um Play Station usado para testar os CDs de jogos falsificados. "Tudo isso não é mercadoria pirata, mas é usado no processo de falsificação", explicou o delegado.

Ele comemorou a aprovação da lei e disse acreditar que, agora, o combate à pirataria no DF será mais eficaz. "A DEF já se adiantava a essa lei, pois sempre que fazíamos alguma apreensão notificávamos a administração regional ou a administração da feira, pedindo a remoção do infrator daquele ponto-de-venda, mas agora é oficial", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), Antônio Rocha, também aprovou a nova legislação. "Agora há mais elementos para coibir à pirataria, que tira renda do Estado e não cria empregos de verdade".

Ambulantes

Do outro lado da questão da pirataria, no entanto, houve gente que não ficou nada satisfeita com a Lei que torna a fiscalização no DF mais rigorosa. São os comerciantes informais, que, em sua maioria, têm dificuldade para conseguir um emprego fixo, e vêm no mercado paralelo dos produtos piratas uma alternativa para sobreviver.

É o caso de William Pereira da Silva, 29, que vende relógios e capas para celulares. Ele diz que as "batidas" da Polícia Civil perto do Conjunto Nacional, onde ele tem sua banca, são freqüentes. "Já perdi, ao todo, R\$ 3 mil", diz. Mas isso não intimida o vendedor, que sempre volta. "É o único trabalho que tenho". Número de apreensões diminuíram em comparação com 2005

As apreensões de produtos piratas no Distrito Federal diminuiram nos primeiros seis meses deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado. Enquanto no início de 2006 até agora foram apreendidos 116.950 itens piratas pela Delegacia de Defraudação e Falsificação da Polícia Civil (DEF), no mesmo espaço de tempo em 2005 foram 415.790 unidades apreendidas.

De acordo com o delegado-chefe da DEF, Domingos Sávio Barreto Dutra, a alto número de apreensões no primeiro semestre de 2005 deve-se a uma grande operação em abril do ano passado na Feira dos Importados de Taguatinga, durante a qual foram levados pela Polícia Civil 414.461 itens, entre CDs e DVDs piratas.

Durante todo o ano de 2005, a DEF apreendeu um total de 460.568 produtos falsificados. A maioria dos itens, tanto no ano passado como neste, são CDs e DVDs, os campeões da pirataria.

Fonte: Jornal de Brasília

Aprovada lei municipal contra pirataria – SP 23/Outubro/2006

A Câmara Municipal de Amparo-SP aprovou por unanimidade, na última sessão, Projeto de Lei que prevê ações rigorosas contra a pirataria no município. O Projeto estabelece a cassação do alvará de funcionamento para o estabelecimento que "comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos de qualquer natureza que sejam falsificados, contrabandeados ou pirateados".

A iniciativa partiu após reivindicação de proprietários de locadoras e representantes da Associação Comercial de Amparo que estiveram na Prefeitura em setembro deste ano.

Outro compromisso assumido com o setor comercial de Amparo foi a intensificação da fiscalização na cidade pela Guarda Civil Municipal e setor de fiscalização da Prefeitura. Várias apreensões foram realizadas nos últimos meses, entre elas, a GCM em parceria com a Polícia Civil apreendeu mais de 2 mil CDs e DVDs piratas.

Fonte: Cosmo On Line

Negociar produtos piratas no Rio vai acarretar perda de inscrição de ICMS Novembro de 2006

Os estabelecimentos que comercializarem, adquirirem, estocarem ou expuserem produtos falsificados ou contrabandeados no Rio de Janeiro terão suas inscrições no cadastro de contribuintes de ICMS cassadas. É o que determina o projeto de lei 3.328-A/06, do deputado Coronel Jairo (PSC), que será votado, em primeira discussão, nesta quinta-feira (16) na Alerj.

O texto ainda proíbe as pessoas punidas a trabalharem no mesmo ramo de atividade, mesmo montando uma nova empresa.

"Além de coibir, em todas as suas formas, o comércio ilegal de produtos piratas, falsificados, contrabandeados ou de origem duvidosa, o projeto tem por objetivo proteger a indústria que recolhe impostos para produzir e comercializar produtos", argumenta o parlamentar.

Fonte: Agência Rio

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

3) CONDENAÇÃO POR PIRATARIA NA INTERNET

Merece destaque primeira condenação à prisão por crime de pirataria on-line, cometido pela comercialização de CDs com filmes piratas pela internet.

Segue abaixo notícia veiculada na mídia sobre o episódio.

*Justiça condena usuário por pirataria em Santos
05/Julho/2006*

A Vara Criminal de Santos, litoral de São Paulo, condenou Marcos Roberto Lui a dois anos de prisão por comercializar CDs com filmes piratas pela internet.

O caso teve início em 2003, quando o site que Marcos Roberto mantinha foi denunciado pela Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (ADEPI).

Em 2004, uma busca da Polícia Civil apreendeu computador e CDs piratas no endereço de funcionamento do site. O julgamento, no entanto, só aconteceu este ano. O réu poderá recorrer da decisão.

Na opinião do diretor da ADEPI, Carlos Alberto de Camargo, este é primeiro caso em que uma pessoa é efetivamente condenada à prisão no Brasil pelo crime de pirataria online.

Camargo diz que a venda de filmes ilegais online é recente no país e deve ser reprimida antes que se torne uma prática popular.

O serviço de venda de filmes piratas pela internet estava hospedado no enredeço cdpoint.org.br. O site pirata (.org) não tem nenhuma relação com o serviço cdpoint.com.br(.com), que realiza comércio eletrônico legalmente e também é vítima no caso, já que sua marca (cdpoint) foi usada de forma irregular por Marcos Roberto.

A Motion Picture of America Association (MPAA) estima que os estúdios internacionais sofram perdas anuais de US\$ 106 milhões no Brasil em função da pirataria de filmes.

Fonte: Info Online
Por: Felipe Zmoginski

4) DIVULGAÇÃO DE PESQUISA ENCOMENDADA PELA INDÚSTRIA FONOGRÁFICA

Em agosto de 2006 foi divulgada, pela empresa Ipsos Insight, pesquisa de mercado anual encomendada pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos, que apontou uma redução nos índices de falsificação de material fonográfico.

O índice apurado relativamente ao ano de 2003, pelo Instituto Franceschini, tinha sido de 52% para o mercado pirata no Brasil, enquanto, de acordo com a pesquisa divulgada neste ano, a taxa de 2005 atingiu o patamar de 40%.

Vale registrar que a indústria fonográfica atribui essa redução no índice de pirataria de CDs no País ao desempenho do CNCP, sobretudo em função das operações realizadas pela Polícia Federal, Receita Federal e Polícia Rodoviária Federal na fronteira com o Paraguai, e também ações conjuntas, dos mesmos órgãos federais com diversos estados da federação.

5) PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS ETC.

O CNCP fez-se representar em diversos eventos relacionados à Propriedade Intelectual. O fomento à discussão do assunto é de fundamental importância para a sua disseminação, de modo a se construir um ambiente favorável à proteção e valorização da Propriedade Intelectual no País. Destacamos, a seguir, os principais eventos de 2006.

➤ 1º SEMINÁRIO DE COMBATE À PIRATARIA: UMA AMEAÇA AO BRASIL E À ZONA FRANCA DE MANAUS.

*Combate à pirataria vai ser tema de evento na Suframa
05/Março/2006*

A Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal da Câmara dos Deputados realiza nos dias 9 e 10 de março, no auditório da Suframa, em Manaus, o 1º Seminário de Combate à Pirataria: Uma ameaça ao Brasil e à Zona Franca de Manaus.

O evento, que será realizado em parceria entre a Câmara dos Deputados, Sindireceita (Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal), FNCP (Fórum Nacional de Combate à Pirataria) e o CNCP (Conselho Nacional de Combate à Pirataria) do Ministério da Justiça, tem o apoio de diversas entidades como o Força Sindical, Sindicato das Indústrias de Meio Magnético e Fotográficos, Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas e a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

A coordenadora da Frente, deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a realização do encontro em Manaus se justifica porque a cidade concentra 90% da produção nacional de CDs e DVDs num setor onde 57% do mercado é dominado pela pirataria. "Além desse ramo, enfrentam problemas as indústrias de plástico, de isqueiro e de canetas, sem falar do parque relojoeiro que vive uma crise sérrissima", disse.

O primeiro seminário realizado pela Frente foi em Foz do Iguaçu (PR) no final do ano passado. "Na época escolhemos a cidade porque lá existe uma das portas de entrada dos produtos pirateados no país. Foi um seminário extremamente produtivo. Tivemos a oportunidade de debater com a sociedade não apenas o problema da Ponte da Amizade, por onde passam as mercadorias contrabandeadas, mas questões alternativas de desenvolvimento para a região", lembrou.

Motivos variados

Serão feitos quatro painéis no primeiro dia de seminário com ênfase no diagnóstico do problema e desafios a serem enfrentados, o crime organizado no Brasil e no mundo, os impactos socioeconômicos da pirataria e a contribuição da sociedade organizada no combate ao crimes.

Também serão proferidas palestras como a do jornalista da Rede Globo, Caco Barcellos sobre "O Olhar da Mídia sobre o Problema da Pirataria". O deputado Medeiros (PL-SP), que presidiu a CPI da Pirataria na Câmara, vai falar sobre "O Tamanho do Problema e o Desafio de Enfrentá-lo".

No segundo dia de evento os participantes irão conhecer o processo produtivo de algumas indústrias instaladas no PIM (Pólo Industrial de Manaus) como Microserv, Technos da Amazônia, Moto Honda e Gillette.

Fonte: Jornal do Comércio-AM

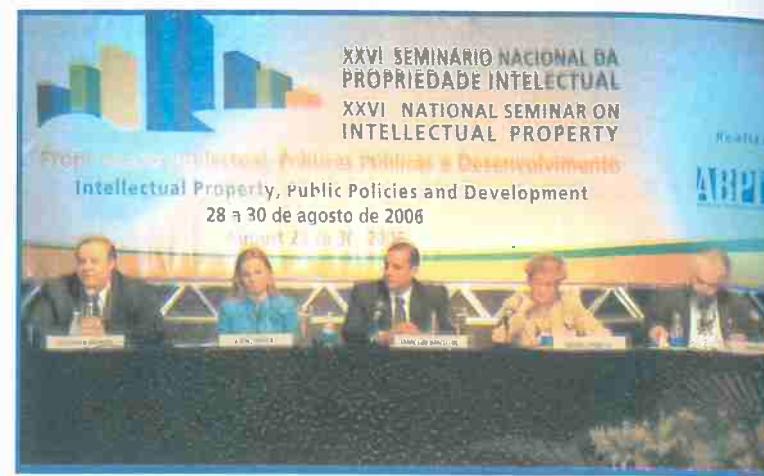
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

➤ XXVI SEMINÁRIO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Em continuação à ação educacional nº 13 do Plano de Ações, o CNCP, em conjunto com a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), realizou nos dias 29 e 30 de agosto de 2006, em Brasília, o "Seminário sobre Pirataria de Direitos Autorais e Delitos contra a Propriedade Intelectual no âmbito do MERCOSUL". O evento foi organizado em conjunto com o XXIV Seminário Nacional da Propriedade Intelectual e contou com a participação de cerca de 500 inscritos, dentre os quais 90 estrangeiros.

Entre os palestrantes estiveram presentes autoridades judiciais e dos Ministérios de Relações Exteriores, Justiça, Indústria e Comércio e Aduanas de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela foi convidada, mas não pôde comparecer.

Entre as conclusões do encontro, opinião consensual entre os palestrantes foi a de que a pirataria constitui fenômeno mundial, que afeta indiscriminadamente todos países, e que, no caso do MERCOSUL, a maioria dos produtos piratas e contrafeitos aqui comercializados é de origem externa. Alertou-se, ademais, para a necessidade de maior rigor metodológico na produção de dados estatísticos sobre pirataria, instrumento essencial para a adoção de políticas públicas eficazes contra esse tipo de crime.



O evento é voltado para profissionais e empresas da área e conta com a participação, além das instituições mencionadas, do Institut National des Appellations d'Origine (INAO), da Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), de empresas francesas instaladas no Brasil e de associações de profissionais engajadas na defesa da propriedade intelectual e no combate à falsificação e à concorrência desleal, como a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI) e a Comissão de Marcas e Patentes (CMP) da OAB-RJ.

Entre as autoridades brasileiras estarão presentes, o Presidente e Vice-Presidente do INPI, os representantes do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP), do Ministério da Justiça, da Receita Federal, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Durante o encontro será montada uma exposição no hall do teatro, onde serão exibidos produtos das empresas participantes, além de objetos cedidos pelo Musée de la Contrefaçon da Union des Fabricants em Paris.

Também serão exibidos os últimos filmes publicitários brasileiros e franceses sobre o combate à pirataria. Na França, esta campanha pretende conscientizar a população sobre o consumo de produtos falsificados. O número de produtos piratas apreendidos no país cresceu de 2 milhões em 2002 para 5,6 milhões em 2005.

O II Encontro Franco-Brasileiro sobre Propriedade Intelectual acontece este ano no Rio de Janeiro dando continuidade ao Primeiro Seminário Franco-Brasileiro sobre os Desafios do Combate à Contrafação que aconteceu em Brasília entre os dias 4 e 5 de maio de 2005 com grande repercussão.

Serviço:

Local: Teatro Maison de France
Avenida Presidente Antônio Carlos, 58
Centro – Rio de Janeiro
Assessoria de imprensa
Consulat Général de France à Rio de Janeiro

➤ II ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Consulat Général de France à Rio de Janeiro

França e Brasil juntos na defesa da propriedade intelectual
'II Encontro Franco-Brasileiro sobre Propriedade Intelectual'
dias 13 e 14/09

Teatro Maison de France

Uma troca de experiências com o apoio técnico de profissionais brasileiros e franceses e exposição de produtos originais e falsificados, além da exibição de campanhas publicitárias sobre o combate à pirataria.

O II Encontro Franco-Brasileiro sobre Propriedade Intelectual, promovido pela Embaixada da França no Brasil, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial Brasileiro e pela Union des Fabricants - associação de empresas francesas reunidas para defender os direitos da propriedade intelectual - acontecerá no Teatro Maison de France, nos dias 13 e 14/09.

PARTE V

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A partir da análise do conteúdo deste documento, é possível verificar os significativos avanços que o Brasil tem conquistado no combate à pirataria. E não é nenhum exagero mencionar que o País se coloca na vanguarda da proteção e valorização da Propriedade Intelectual, sobretudo quando são levadas em consideração as experiências verificadas em âmbito mundial. Ademais, a política pública brasileira de combate à pirataria tem despertado grande interesse por parte de outros países.

Não obstante os importantes resultados obtidos desde a criação do CNCP, impõem-se ainda como desafios para os anos vindouros:

- a) o desenvolvimento de campanhas educativas que esclareçam a população brasileira acerca dos malefícios decorrentes da pirataria, possibilitando, assim, que o consumidor, no exercício pleno de sua cidadania, torne-se um dos protagonistas na luta contra esse mal;
- b) a implementação de ações econômicas que desestimulem o consumo de produtos piratas, por meio de medidas que tornem os preços dos produtos originais mais condizentes com a realidade sócio-econômica do País;
- c) uma maior mobilização de estados e municípios para o combate à pirataria, sobretudo nas áreas de comercialização de produtos falsificados, não obstante já haja um movimento importante nesse sentido;
- d) a criação de um banco de dados estatísticos oficial sobre a pirataria no Brasil, que possibilite uma avaliação criteriosa, realista e responsável da extensão do problema em nosso País;
- e) o desenvolvimento de uma massa crítica favorável à proteção e valorização da Propriedade Intelectual junto ao Poder Judiciário, com vistas à efetiva aplicação da lei de modo a fechar o ciclo da persecução penal.

Espera-se, portanto, com a avaliação da implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria, no biênio 2005-2006, a revisão do seu conjunto de ações, identificando para o biênio 2007-2008 os objetivos prioritários.

ANEXO I

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Receita apreende 41 mil pares de tênis falsificados

23/janeiro/2006

Uma operação da Receita Federal na alfândega do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, apreendeu no fim de semana seis contêineres vindos da China com 41 mil tênis falsificados da Nike. Também foram apreendidos bolsas, bonés e relógios de outras marcas.

A apreensão foi resultado de um trabalho de monitoramento das mercadorias chegadas no Porto de Itaguaí, cujos documentos possuíam características semelhantes aos da apreensão realizada pela Divisão de Repressão da 7a. Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal, em agosto do ano passado, neste mesmo porto.

O valor estimado da mercadoria retida é de R\$ 12 milhões. Segundo o advogado contratado pela Nike, Newton Vieira Jr, a empresa vai entrar com uma ação contra os importadores.

- Vamos solicitar a apreensão e destruição dos tênis falsificados, além de cobrar uma indenização - afirma.

O combate à pirataria é prioridade da Nike em todos os países em que atua. A empresa faz investimentos consideráveis em programas locais, visando coibir a ação dos revendedores de produtos falsificados.

Fonte: O Globo

PF, RF e PRF caçam comboio de ônibus com contrabando no PR

27/janeiro/2006

A informação chegada na Receita Federal em Foz do Iguaçu de que um comboio com mais de dez ônibus com contrabando teria partido de cidades próximas à fronteira para fora do estado mobilizou as autoridades de Foz do Iguaçu.

Um helicóptero foi usado na tentativa de localizar o comboio, e logo começaram a surgir alguns ônibus, na cidade de Céu Azul, distante 80 quilômetros de Foz do Iguaçu. Nesta cidade, dois deles foram apreendidos abarrotados de mercadorias estrangeiras diversas.

Em seguida, mais quatro ônibus foram apreendidos pela Receita Federal nas proximidades de Cascavel, e outros dois na estrada perto da cidade de Toledo, pela Polícia Militar Rodoviária. Estes serão encaminhados para o pátio da Receita Federal em Cascavel.

A média em mercadorias que os ônibus transportam varia em torno de 50 mil dólares cada. Na maioria dos veículos os bancos de passageiros foram retirados para aumentar o espaço disponível para o carregamento das mercadorias.

A procura pelo demais ônibus prossegue em todo o oeste do Paraná. Porém, devido ao mau tempo na região, a busca através de helicóptero foi suspensa.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Por: Comunicação Social / Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu

Mais vigilância na Ponte da Amizade

Nova aduana será inaugurada em agosto: com quatro pistas para veículos pequenos, uma pista para motos, uma para ônibus, e outra para passagem de pedestres.

14 Julho/2006

Receita Federal espera deter o crescimento do contrabando em Foz do Iguaçu. Com um investimento de quase R\$ 7 milhões, a Receita Federal inaugura em agosto sua nova aduana na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, divisa com o Paraguai, esperando deter o crescimento do contrabando, principalmente o que dá origem a pirataria fonográfica e de programas de software.

A nova estrutura terá 6.800 m², quatro pistas para veículos pequenos, uma pista para motos, uma pista para ônibus, uma para passagem de pedestres e vai abrigar 112 auditores e técnicos, tornando a fiscalização rigorosa o suficiente para verificar 100% dos veículos que passam pela fronteira.

O prédio antigo tinha apenas uma pista para carros. Já foram deslocados para Foz os 95 novos funcionários da Receita - 35 auditores-fiscais e os 60 técnicos aprovados no último concurso para início do treinamento e que irão reforçar a fiscalização na Ponte. Eles vão se somar aos 240 fiscais que trabalham na região.

Um levantamento realizado em 2004 pelo Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (Dnit) informa que aproximadamente 13,4 mil carros de passeio, 5,7 mil vans, 18,6 motos e 570 caminhões circulam diariamente pela Ponte da Amizade nos dois sentidos. O cerco aos sacoleiros tem crescido nos últimos meses na região de Foz do Iguaçu, a principal porta de entrada de produtos contrabandeados do vizinho Paraguai.

De janeiro a agosto, houve um aumento de 98% no valor de mercadorias apreendidas. Nesse período, as apreensões totalizaram cerca de R\$ 80 milhões - R\$ 2 milhões a mais que o montante apreendido em todo o ano passado. "Tudo que passar será fiscalizado, pelo menos em um primeiro momento", assegura o delegado-chefe da RF, José Carlos Araújo.

Até aqui, a fiscalização era feita por amostragem. Entre as mercadorias apreendidas com maior freqüência estão produtos de informática, veículos, drogas, armas e munições. Nessas ações, foram apreendidos ainda 404 ônibus de sacoleiros, 298 automóveis, 13 caminhões e 18 motocicletas.

O delegado-chefe da RF, José Carlos Araújo, explica que, no início, a nova sistemática de operação deverá provocar longas filas porque a intenção é vistoriar também 100% dos pedestres que entram no Brasil. "Depois, com o passar do tempo, a situação ficará normalizada. Acreditamos que se acabar a muamba não haverá mais fila", observa. As obras foram iniciadas em outubro do ano passado.

Fonte: Gazeta Mercantil

Receita apreende em Foz de Iguaçu R\$ 250 mil em informática

19 Julho/2006

Durante fiscalização de rotina, servidores da Receita Federal apreenderam, no último domingo (16), mais de R\$ 250 mil em equipamentos de informática contrabandeados do Paraguai. As mercadorias foram encontradas no fundo falso de um ônibus com placas do Rio Grande do Sul, que adentrava o Brasil pela Ponte Internacional da Amizade. A Polícia Federal foi acionada para prender o motorista e o acompanhante. Durante a abordagem e vistoria do ônibus de turismo, os servidores desconfiaram do motorista que retornava de Ciudad del Este apenas na companhia de um suposto passageiro. Além do ônibus vazio, o bagageiro sem malas também chamou a atenção

dos servidores, que resolveram efetuar um pente-fino no veículo.

Após algumas horas de buscas minuciosas, os fiscais encontraram o fundo falso. Só então o motorista confessou que havia contrabando oculto e mostrou como se abria o compartimento. Ali estavam dezenas de equipamentos de informática, como placas-mãe, processadores, gravadores de CDs e notebooks. Os fiscais abriram um buraco no assoalho para facilitar a localização dos produtos que ficavam no compartimento protegidos por um mecanismo de segurança. Os acusados foram levados à Delegacia da Polícia Federal, para prestar depoimento e serem autuados em flagrante por contrabando.

Informática e outras apreensões

Cigarros, eletrônicos e equipamentos de informática estão entre as principais mercadorias contrabandeadas na fronteira. No primeiro semestre de 2006, a Receita registrou alta de 12% nas apreensões de equipamentos de informática na região de Foz do Iguaçu. Apenas na primeira metade do ano, foram confiscados US\$ 5,6 milhões em peças para computador que deveriam ser revendidas em diferentes Estados. Desse total, cerca de US\$ 1 milhão foi retido durante o mês de junho, uma redução de 3% em relação ao mesmo mês de 2005.

Fonte: Receita Federal

Por: Assessoria de Comunicação da SRF

Porto de Santos apreende mais de 5 km de mercadorias no primeiro semestre de 2006

01 Agosto/2006

A Alfândega da Receita Federal no Porto de Santos/ SP apreendeu, apenas neste semestre, 8.604 toneladas de mercadorias, avaliadas em R\$ 33 milhões. O valor das apreensões de janeiro a junho de 2006 foi 7% maior do que o das mercadorias apreendidas no mesmo período do ano anterior. Para dimensionar os números obtidos no balanço deste semestre, podemos traduzir as 8.604 toneladas apreendidas em mais de 5 km de caminhões de mercadorias, considerando que seriam necessários 430 caminhões de 12 metros de comprimento para transportá-las.

Parte desse total corresponde a apreensões por interposição fraudulenta, ou seja, a ocultação do responsável pela operação de comércio exterior e do real comprador. Os produtos apreendidos foram chapas de vidro flutado, brinquedos, equipamentos de informática, CD's e DVD's, auto peças, roupas, calçados, artigos eletro-eletrônicos, alimentos etc.

As apreensões também são frutos de outros ilícitos como a falsa declaração de conteúdo e a pirataria. Vale destacar a apreensão de mais de 20.000 itens falsificados. Foram apreendidas 6 mil bolsas imitando marcas famosas, 12 mil pares de tênis imitando a marca Nike, mais de 2 mil carteiras, entre outros produtos. Com a utilização do aparelho de raio-x, a Alfândega apreendeu também 4.777 frascos de suplementos alimentares, por constatar que o conteúdo da carga divergia do que havia sido declarado, caracterizando a falsa declaração de conteúdo.

Ao apreender 470 mil óculos em junho deste ano, também por falsa declaração de conteúdo, a Aduana Santista quebrou seu próprio recorde, estabelecido em março do ano passado com a apreensão de 128 mil óculos.

Quase 300 pessoas físicas foram representadas penalmente pela Alfândega da Receita Federal em Santos ao Ministério Público Federal e poderão responder por diversas tipificações penais, incluindo-se entre as penas a prisão. Além disso, respondem processos administrativos.

Esses resultados demonstram o sério trabalho que a Alfândega do Porto de Santos vem desenvolvendo para combater

a entrada de cargas irregulares no país, as quais além de alimentar um comércio ilegal, colocam em circulação produtos que podem causar sérios danos à segurança e à saúde pública. As apreensões evitam também a sonegação de tributos, impedindo terríveis danos que a concorrência desleal dos produtos apreendidos poderia causar à indústria brasileira, ao emprego de cidadãos, e à sociedade.

Fonte: Receita Federal
Por: Assessoria de Imprensa da SRF

Mais de 11 mil pares de tênis falsos apreendidos em Santos 23/Augosto/2006

Mais de 11 mil pares de tênis foram apreendidos no porto de Santos, litoral de São Paulo, pela Receita Federal. Os produtos são falsificados e têm a marca Nike. A carga foi avaliada em R\$ 592 mil. Além da pirataria, a declaração do conteúdo dos produtos também era falsa.

Ao analisar as mercadorias armazenadas no container, os fiscais da Receita encontraram 395 caixas de pares de tênis. Esse número divergia do que foi efetivamente declarado, caracterizando, o delito.

Até o momento, o proprietário da mercadoria não foi identificado. A carga foi embarcada no navio Anna Schulte, proveniente do porto de Hong Kong com destino ao Porto de Santos.

Fonte: O Globo Online

Alfândega do porto de santos bate novo recorde em apreensão de óculos 01/Setembro/2006

A Alfândega do Porto de Santos informa que em procedimento para identificar e impedir a movimentação de cargas à margem dos controles aduaneiros apreendeu mais de 550.000 óculos, de correção e de sol, declarados falsamente como lâmpadas em miniatura para árvores de natal e avaliados em R\$ 1,6 milhão.

Ao analisar as mercadorias acondicionadas no container, a ação fiscal encontrou 570 caixas de óculos e constatou que o conteúdo da carga divergia do que foi efetivamente declarado, caracterizando, portanto, a falsa declaração de conteúdo.

Os óculos foram embarcados no porto de Ningbo (China), transportados pelo navio Monte Cervantes, com destino ao porto de Santos e encontram-se depositados no Recinto Alfândega do Bandeirantes.

Essa é maior apreensão de óculos já feita pela Receita Federal em Santos/SP, sendo que o antigo recorde corresponde a uma apreensão que ocorreu em junho último com o montante de 470.000 óculos apreendidos. Só neste ano, a Alfândega do Porto de Santos já realizou a apreensão de mais de 1,5 milhão de óculos.

Maiores detalhamentos poderão ser obtidos, hoje, 01/09/06, às 14hs, no Gabinete do Dr. José Guilherme Antunes de Vasconcelos, Inspetor da Alfândega do Porto de Santos (Edifício sede, Praça da República, s/nº- 2º andar).

Fonte: Receita Federal
Por: Assessoria de Imprensa da SRF

Receita apreende 32% mais pirataria e contrabando neste ano 08/Setembro/2006

A Receita Federal apreendeu R\$ 377 milhões em mercadorias durante 548 operações de combate à pirataria, contrabando e descaminho realizadas no primeiro semestre deste ano.

O volume apreendido representa um crescimento de 32,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

Já a Polícia Federal instaurou 3.300 inquéritos por violação de direitos autorais, contrabando e descaminho no primeiro semestre. Em todo o ano passado, 1.200 pessoas foram presas, e, em 2004, apenas 39.

Somente em Foz do Iguaçu, a Receita apreendeu R\$ 68 milhões em mercadorias entre janeiro e maio deste ano, o que representa uma alta de 35%.

Entre os produtos que tiveram forte crescimento no total apreendido estão as mídias virgens (CDs e DVDs). Operações realizadas no primeiro semestre levaram ao recolhimento de 23,421 milhões de CDs e DVDs virgens, contra 8,656 milhões no mesmo período do ano passado -alta de 170,5% no período.

Na próxima segunda-feira, o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, se reúne em São Paulo com representantes das emissoras de rádio e televisão, da indústria do cinema e de empresas de TV por assinatura para discutirem a pirataria de filmes.

No encontro, o governo quer conversar com os empresários sobre as dificuldades da indústria e ouvir sugestões para o combate à pirataria.

O conselho também tem como objetivo conscientizar a população --principalmente de 15 a 24 anos, os principais consumidores de pirataria-- sobre os riscos e prejuízos desses produtos irregulares.

O conselho lançou a campanha "Pirata, Tô Fora! Só Uso Original" e produz materiais impressos para serem distribuídos em colégios e universidades em que alertam sobre a perda de empregos e de arrecadação de impostos com o consumo de pirataria.

O diretor do Sindireceita (sindicato dos técnicos da Receita Federal) e coordenador da campanha "Pirata, Tô Fora!", Rodrigo Thompson, afirma que somente as ações de apreensão não são suficientes para o combate à pirataria, que cresce no mundo todo.

Para ele, o problema é grave no Brasil porque a população "tem um problema cultural de falta de valorização da propriedade intelectual".

A campanha tenta mostrar à população que, ao vender um CD, por exemplo, uma gravadora tem que remunerar não apenas os custos de impressão da mídia e da distribuição, mas também valorizar os artistas contratados.

Ele também alerta que além de já dominar boa parte dos mercados de cigarros, eletrônicos e informática, a pirataria já começa a conquistar mercado em produtos que colocam em risco a saúde pública, como medicamentos e agrotóxicos.

Thompson admite que o real valorizado torna a importação irregular de produtos um negócio mais lucrativo, mas afirma que o governo não deve definir sua política de câmbio de acordo com a pirataria.

Fonte: Folha Online
Por: João Sandrini

Fiscalização ganha reforço na fronteira

13/Setembro/2006

A Receita Federal, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e Exército, realizam desde anteontem operação de intensa fiscalização nos arredores da praça de pedágio de São Miguel do Iguaçu (BR-277), nas proximidades da fronteira com o Paraguai. No total, cerca de 170 pessoas, além dos policiais rodoviários, participam da operação - que é considerada "de rotina" pela Receita. Até a tarde de ontem, treze automóveis já haviam sido interceptados transportando mercadorias não-declaradas à Receita.

A assessoria de imprensa da Receita Federal em Foz informou que a operação consiste em intensificar a fiscalização que já é constantemente feita na área entre os municípios de São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, tradicional rota de tráfego de sacoleiros e contrabandistas que provêm do Paraguai portando mercadorias para fins de revenda, sem declará-las na aduana. Somente no primeiro dia, oito veículos foram retidos, um deles chamou a atenção dos agentes por conter um fundo falso que abrigava mercadorias de informática avaliadas em cerca de U\$ 4 mil.

As duas pessoas que estavam no Vectra foram encaminhadas para a delegacia de Polícia Federal de Foz junto com o carro. Os demais automóveis foram levados para o pátio da Receita, onde serão vistoriados. Ontem, os agentes encontraram grande quantidade de pacotes de cigarros em outros dois veículos, que também foram apreendidos.

A operação - que tem previsão inicial de durar até dia 23 - não se limita apenas à fiscalização dos veículos que trafegam pela BR, mas deve englobar também as estradas rurais nas proximidades, onde soldados do Exército montam campana para não permitir que o contrabando vaze. A última operação desse porte realizada pela Receita em conjunto com o Exército foi em julho, no posto fiscal Bom Jesus, também na região.

Motos

Agentes da Polícia Federal e da Receita intensificaram também a fiscalização, ontem, com relação às motocicletas que cruzam a fronteira pela Ponte da Amizade. A prática de atravessar a ponte em mototáxis com produtos não-declarados na aduana vem se tornando cada vez mais comum na região, o que chama atenção das autoridades. No entanto, nenhuma apreensão foi feita, uma vez que, segundo os agentes, ao perceber a fiscalização, muita gente voltava para regularizar as mercadorias. O tráfego de motocicletas diminuiu consideravelmente durante todo o dia de ontem na ponte, em decorrência da fiscalização.

De acordo com a Receita Federal, até o mês passado foram apreendidos quase U\$ 50,5 milhões em mercadorias na fronteira e proximidades.

Fonte: Paraná Online

Começa fiscalização 24 horas na nova aduana

07/Novembro/2006

A nova aduana da Ponte da Amizade, fronteira de Foz do Iguaçu (Oeste do Paraná) e Ciudad del Este, começou a funcionar 24 horas nesta segunda-feira (6). Ainda em fase de testes, a fiscalização na alfândega passa a ser 100% estendendo-se durante a noite e a madrugada. Por isso, todos veículos que deixa o Paraguai em direção ao Brasil estão sendo parados e vistoriados, independentemente do horário.

Apesar de praticamente todo o fluxo de veículos e pedestres que entra no Brasil já estar passando pela alfândega,

ainda não há data certa para a inauguração oficial, segundo a Receita Federal. A expectativa é que o rigor na fiscalização iniba, além do contrabando, o tráfico de drogas e armas entre Brasil e Paraguai. Toda vistoria é feita com apoio da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Os turistas que cruzarem a aduana à noite ou na madrugada poderão declarar normalmente as compras. No entanto, o pagamento de impostos para mercadorias que ultrapassarem a cota de US\$ 300 ficará restrito a clientes do Banco do Brasil que usam o caixa eletrônico. Os demais terão que deixar a mercadoria retida na alfândega e retornar no dia seguinte para quitar o tributo.

Fonte: Gazeta do Povo Online

Por: Denise Paro

ANEXO II

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

PF faz operação em shoppings de importados
15/Fevereiro/2006

A Polícia Federal, por meio da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários da Superintendência de São Paulo, realiza hoje, 15, a "Operação Brother", para combater a prática de descaminho de mercadorias - popularmente chamado de contrabando - além de obter provas de nova ramificação de negócios do comerciante Law Kin Chong, agora nas mãos de seu irmão.

As investigações partiram da Operação Shogun, que em 2004 prendeu Law Kin Chong e em 2005 sua esposa Miriam. Trabalhos conjuntos da PF e do Ministério Públco, realizados nos últimos 6 meses, indicaram que Julio Law havia recriado o esquema do irmão e estaria comercializando as mercadorias nos centros comerciais Mirage e Plaza Tókio, ambos na região central da capital paulista.

Na manhã de hoje, cerca de 40 policiais federais foram aos dois locais apreender mercadorias de origem estrangeira sem documentação fiscal obrigatória, além de documentos que possam indicar o esquema de descaminho e as pessoas envolvidas.

Hoje às 15:30 horas o Delegado de Polícia Federal responsável pela Operação Brother estará disponível para maiores esclarecimentos, na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, na rua Hugo D'Antola, 95, Lapa.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

PF apreende duas carretas cheias de cigarro
20/Fevereiro/2006



GUAÍRA/PR - Em flagrante por contrabando lavrado na Delegacia de Guairá, policiais federais lotados na Superintendência de Campo Grande apreenderam na tarde de domingo, 19, duas carretas bi-trem carregadas com cigarro de origem paraguaia e que seria revendido no Brasil.

Os dois veículos têm placas de Marechal Cândido Rondon (PR) e entraram no Paraná pela ponte em Porto Camargo, noroeste do estado. Uma das carretas estaria carregada com 700 caixas de cigarro e outra com 780, totalizando 1.480 caixas, ou aproximadamente 70 mil pacotes. Os números ainda serão conferidos quando o cigarro contrabandeado for levado à Receita Federal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Duas pessoas foram presas dirigindo as carretas. A.J.A., 30 anos, disse que o cigarro que transportava seria levado até Londrina. Já P.A.Z., 46, afirmou que levaria o cigarro até Curitiba. Toda a mercadoria apreendida teria sido carregada em uma fazenda no interior do município de Ponta Porã. Os dois aguardarão o pronunciamento do Judiciário.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Homem é preso por contrabando de gasolina, acetona e medicamentos

24/Fevereiro/2006



BOA VISTA/RR - Policiais federais prenderam na tarde de ontem, dia 23, A.F. Ele tinha em sua casa 900 litros de combustível de procedência venezuelana, 98 frascos de Cytotec, contendo 28 cápsulas em cada frasco, perfazendo um total de 2744 comprimidos, além de 695 frascos de acetona. Todo o material apreendido é de origem da Venezuela e entrou no país de forma ilegal.

O preso foi autuado em flagrante pela prática do crime de contrabando, cuja pena varia de 01 a 04 anos de reclusão, e foi recolhido à Penitenciária Agrícola de Boa Vista, onde ficará à disposição da Justiça Federal.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Nepom apreende mercadorias às margens do rio Paraná

03/Março/2006



FOZ DO IGUAÇU/PR - Policiais federais do Núcleo Especial de Polícia Marítima em Foz do Iguaçu apreenderam na noite de ontem, 02, caixas de papelão, embaladas em saco plástico, contendo em mercadorias de origem estrangeira, sem documentação fiscal. O material foi encontrado às margens do Rio Paraná, na altura da Favela do Bambu.

As mercadorias apreendidas foram localizadas em meio à mata, logo após terem sido deixadas por um barco, que ao notar a aproximação da lancha da PF evadiu-se. As pessoas que transportavam as caixas também fugiram.

Os policiais avaliaram a mercadoria (maioria material de informática e cigarros) em 80 mil reais. Os produtos serão encaminhados para a Receita Federal, enquanto um inquérito será instaurado para identificar os responsáveis.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Cai rei do contrabando de eletrônicos no Brasil

23/Março/2006

A operação batizada de "Urutau", desencadeada ontem no Paraná e em Santa Catarina pela Polícia Federal e pela Receita Federal, resultou na prisão de dez pessoas, ontem. A ação teve como objetivo desmantelar uma quadrilha especializada no descaminho de mercadorias de informática e sonegação fiscal. O grupo vendia produtos paraguaios pela internet em todo o País.

Por volta das 6h, cerca de cem policiais federais e 30 auditores e fiscais da Receita Federal deram início à operação para localizar e prender 13 pessoas e cumprir 20 mandados de busca e apreensão em residências e empresas. Deste total, dez foram presas. Em Foz do Iguaçu foram detidos Osni Muccellin Arruda, Ledi Rosani Hack Arruda, Alexandre Cesar Barbaglio, Jandrei Siloi Vettori, Eudes Cardoso Pereira, Arlindo de Jesus Leme da Silva, Ana Paula Rafagnin, Mari Diane Hack, e Giovana Teresinha Luiz. Maria Goretti de Souza ainda está sendo procurada pela polícia paranaense. Em Joaçaba, Santa Catarina, foi presa Janete de Souza, restando serem detidas Daniele Cristina Cunha e Mariane Zambiasi Brandino. As três mulheres eram responsáveis por enviar a mercadoria através do correio da cidade. Esse procedimento não era feito em Foz do Iguaçu porque lá a fiscalização é mais intensa nos correios.

Os procurados pela polícia eram proprietários de empresas de informática, casas de câmbio e factoring, locais onde o dinheiro do contrabando era lavado após vendas pela Internet.

Segundo a Polícia Federal, as mercadorias eram trazidas do Paraguai por atravessadores (laranjas), que misturavam os produtos em diversas cargas de caminhões.

Apreensão

Durante a operação foram apreendidos material de informática, 2.924 dólares, R\$ 33.746,00 na empresa Pacific Invest, duas pistolas, uma espingarda calibre 12, um revólver calibre 32, uma caixa de munição calibre 38, computadores, cadernos e livros contábeis, quatro motos, três carros, além de farto material de notas fiscais das empresas envolvidas.

As pessoas detidas em Foz do Iguaçu foram levadas à delegacia de Polícia Federal, por força de mandado de prisão temporária expedido pela Justiça Federal Criminal em Foz do Iguaçu.

*Fonte: Paraná Online
Por: Patrícia Cavallari*

PF e Receita Federal apreendem 2000 dvd's piratas e produtos importados

03/Abril/2006

BOA VISTA/RR – A Superintendência da Polícia Federal em Roraima e a Receita Federal desencadearam, na manhã desta quinta-feira, 30, a operação Boas Vindas II, com o objetivo de combater o contrabando e descaminho em Roraima.

Foram vistoriados vários ônibus das empresas Amatur e Eucatur, na BR-174, próximo ao Posto da Sefaz da Serra Grande, vindos de Manaus com destino à Boa Vista. A operação resultou na apreensão de 2000 DVD's piratas e produtos importados diversos, incluindo eletrônicos, em poder dos vendedores ambulantes E.B.C.F., 41, e E.P.S., 32. Os produtos seriam vendidos em estabelecimentos comerciais no centro de Boa Vista e no interior do Estado.

Os ambulantes receberam voz de prisão em flagrante pelo crime de descaminho, de acordo com o artigo 334 do Código Penal, que prevê pena de reclusão de um a quatro anos e multa. E.B. responderá ainda pela violação de direito autoral dos DVD's falsificados, com pena de detenção de três meses a um ano ou multa, de acordo com o artigo 184, do referido código. O material apreendido será encaminhado à Receita Federal.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

NEPOM da PF em Guaíra apreende super barco usado para o contrabando

15/Maio/2006



GUAÍRA/PR – Policiais federais lotados no Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), da Delegacia de Guaíra apreenderam, na madrugada do último sábado, o maior barco já visto (foto), empregado para o contrabando de cigarro do Paraguai para o Brasil na região de Guaíra. Sobre a barcaça estavam 230 caixas de cigarro mas os policiais acreditam que ela pode transportar até 400 caixas. O super barco usava como propulsor um motor de grande porte de 115 HPs.

A abordagem ocorreu nas águas do Rio Paraná na altura do Porto dos Pilares, no município de Terra Roxa quando o super barco subia o rio em direção ao município de Altônia, onde deveria ser descarregado na localidade de Porto Cerâmica. O piloto do super barco, D.S., 43, morador de Guaíra, foi preso em flagrante por contrabando. P.S.O., 35, também de Guaíra que acompanhava o piloto também recebeu voz de prisão.

A retirada do barco maior das águas foi uma tarefa difícil. Nem mesmo um trator conseguiu arrastá-lo para fora do Rio. A tarefa só foi possível depois que um caminhão-guincho içou a embarcação do Rio Paraná, depositando-a sobre a carroceria de um caminhão, que a transportou até o local onde ficará em definitivo. No mesmo instante em que o super barco era apreendido, uma outra embarcação menor que carregava 115 caixas de cigarro foi surpreendida pelos policiais federais.

V.S.V., 30, de Guaíra, que conduzia essa segunda embarcação recebeu voz de prisão. Quando os policiais já

desciam pelo rio, conduzindo os dois barcos apreendidos e escoltando as pessoas presas, encontraram uma terceira embarcação vazia, abandonada no Rio. Acredita-se que seu ocupante tenha se lançado nas águas e fugido para alguma ilha ou margem, depois que percebeu a ação dos policiais federais na região.

Mais prisões por contrabando

Ainda no sábado, a PF em Guaíra prendeu I.S.C., o "neguinho", 25 anos, e apreendeu o menor J.C.S.C, de 16. Eles estavam guardando 42 caixas de cigarro na comunidade Casa Branca, depois que a mercadoria teria sido trazida de barco do Paraguai. Relataram que aguardavam no local uma pessoa que pegaria a mercadoria com uma camioneta. Apesar dos federais terem permanecido onde houve o flagrante, esperando pelo suposto receptador, ninguém apareceu. "Neguinho" está preso na Delegacia de Guaíra e o menor encaminhado para o Juizado da Infância e da Juventude.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

PF descobre esquema no Aeroporto de Viracopos

30/Junho/2006

A Operação 14 Bis, como foi batizada a força-tarefa que uniu PF, Ministério Público Federal e Receita Federal, cumpriu nesta quinta-feira, no Estado, 30 mandados de busca e apreensão. Segundo balanço da PF, foram apreendidos R\$ 180 mil, relógios e dólares. Iniciada há mais de um ano, a operação investiga a possível prática de cinco crimes: corrupção passiva, corrupção ativa, facilitação ou descaminho, tráfico de influência e formação de quadrilha.

O superintendente da Receita Federal em São Paulo, Edmundo Spolzino, explicou que já há indícios de cinco ilícitos: subfaturamento das mercadorias (declara a carga por um valor menor), classificação fiscal indevida (a alíquota de imposto é definida de acordo com isso, então, se muda a classificação, paga menos imposto) e falsa declaração de conteúdo. As cargas envolvidas vinham dos Estados Unidos e eram equipamentos eletrônicos em sua maioria.

De acordo com a PF, os delegados intermediavam o contato entre empresários donos de mercadorias ilegais e auditores fiscais, para negociar propinas para liberar as cargas. Um funcionário do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) está entre os presos, acusado de participar do esquema.

Dois delegados da Polícia Civil, três auditores da Receita Federal e outras 11 pessoas – empresários, despachantes aduaneiros e supostos laranjas – foram presos, nesta quinta-feira, pela Polícia Federal. São acusados de participar de um esquema de liberação de mercadorias ilegais no Aeroporto de Viracopos, em Campinas, SP.

Um dos policiais é André Di Rissio, presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. O outro é Wilson Roberto Ordóñez, que atuava em Viracopos. Ele passou mal ao ser preso e teve de ser hospitalizado.

Os delegados, que tiveram a preventiva decretada, são apontados como intermediários entre os empresários e agentes da Receita. Na casa de Di Rissio foram encontrados dois carros Jaguar, que, segundo a PF, estariam em nome de empresas supostamente envolvidas no esquema. As outras 11 pessoas estão presas temporariamente, por cinco dias. A Justiça Federal decretou sigilo no processo.

Surpresa – A Polícia Civil de São Paulo foi surpreendida pela Operação 14 Bis. A Corregedoria da instituição foi informada nesta quinta-feira da prisão dos delegados André Di Rissio e Wilson Roberto Ordóñez. Nem mesmo sabia do que eles eram acusados na investigação feita pela PF (Polícia Federal) e pelo MPF (Ministério Público Federal).

"Precisamos do material (da investigação)", disse o delegado-geral Marco Antônio Desgualdo. O objetivo é a abertura de processos administrativos para apurar a conduta dos dois delegados. Ordóñez e Di Rissio podem sofrer

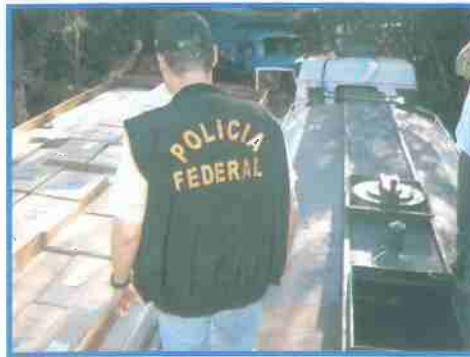
desde uma advertência até serem demitidos “a bem do serviço público”, dependendo do que ficar constatado contra os dois.

Essa não é a primeira vez que a PF prende policiais de São Paulo de surpresa. O mesmo ocorreu na investigação sobre a ação do contrabandista Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, em 2003.

Fonte: Diário Online (Diário do Grande ABC)

PF em Naviraí apreende caminhões usados no contrabando de cigarros

10/Ago/2006



NAVIRAÍ/MS – Equipe de Policiais Federais de Naviraí prendeu na noite desta terça-feira, 08, num depósito localizado em clareira aberta na mata a 16 Km de Itaquiraí, em direção a Eldorado, dois caminhões tanque, cinco tanques para transporte de combustível, uma camionete F4000 e dois caminhões Mercedes Benz que seriam utilizados para o contrabando de cigarros do Paraguai. No local havia também grande quantidade de caixas de cigarro, que está sendo contado.

O cigarro seria acondicionado dentro de compartimentos no interior dos tanques, que estavam sendo preparados quando ocorreu a apreensão. O local, no meio de densa mata, próximo à BR 163, fora especialmente preparado para a adaptação e ocultação dos veículos utilizados no contrabando.

Foram presos dois homens que vigiavam o local e possivelmente auxiliavam no trabalho de ocultação do cigarro nos caminhões. Os agentes federais encontraram, ainda, em um dos caminhões Mercedes Benz 11 cápsulas de munição calibre 12 e rádios de comunicação ocultos no painel.

Todo o material apreendido foi encaminhado ao Posto da Receita Federal em Mundo Novo (MS) e os policiais federais continuam as investigações para apontar os proprietários do material apreendido.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

PF deflagra megaoperação em oito Estados

16/Ago/2006

A Polícia Federal (PF) desencadeou nesta quarta-feira a Operação Dilúvio em oito Estados e também nos EUA, para desarticular uma quadrilha que fazia fraudes no comércio exterior. A quadrilha é suspeita de fraudar R\$ 500 milhões em sonegação de tributos, principalmente do Imposto sobre a Produção Industrial (IPI). As investigações duraram dois anos.

Segundo a PF, esse é o maior esquema de fraude no comércio exterior já montado no país e foram expedidos 291 mandados de prisão e de busca e apreensão. A ação conjunta da PF com a Receita Federal reune 950 policiais federais e 350 servidores da Receita.

O principal líder do grupo é um empresário paulista que morou no Paraguai. Nos últimos dez anos, o grupo registrou dezenas de empresas importadoras, conhecidas como “tradings”, além de diversas distribuidoras” que intermediavam as operações para ocultar o real importador e realizar uma expressiva redução fraudulenta de tributos.

Uma das “tradings”, criada no inicio do grupo, foi citada no relatório final da CPI da Pirataria do Congresso Nacional, por envolvimento na rede de abastecimento para o esquema de Law Kim Chong.

O esquema permitiu a importação de aparelhos eletrônicos, equipamentos de informática e telecomunicações, pneus, equipamentos de ortopedia e luvas cirúrgicas, frutas, embalagens plásticas ou PET, tecidos e vestuários, pilhas e baterias, carros e motos, vitaminas e complementos alimentares, produtos de perfumaria, entre outros. Os principais clientes estão localizados nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Os suspeitos são acusados de sonegação fiscal, evasão de divisas, falsidade ideológica, entre outros crimes. A Operação acontece nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Espírito Santo e Pernambuco.

Fonte: IG Notícias - Último Segundo

PF em Pelotas prende homem que importava cds e dvds piratas
27/Setembro/2006



PELOTAS/RS - A Polícia Federal em Pelotas, em cumprimento ao Programa de Barreiras da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, abordou na manhã de ontem, 26, um ônibus que trafegava pela BR 116, no município de Camaquã (RS), no sentido Porto Alegre - Pelotas. O ônibus vinha de Foz do Iguaçu/PR com o motorista e 31 passageiros.

Dentre os passageiros, N.M. de 55 anos transportava 450 DVDs e 250 CDs de títulos diversos, cópias não autorizadas chamadas de "piratas", além de brinquedos e eletrônicos de procedência estrangeira sem documentação fiscal.

O passageiro foi preso em flagrante e autuado pelos crimes dos artigos 184, § 2º e 334 do Código Penal (violação de direito autoral e descaminho), cujas penas somadas variam de 3 a 8 anos de reclusão e multa.

Acionada pela Polícia Federal, a Receita Federal de Pelotas reteve todas as mercadorias que eram transportadas no ônibus. Após a formalização dos procedimentos fiscais, a Polícia Federal analisará, caso a caso, a situação dos demais passageiros, os quais poderão ser indiciados pelo crime de descaminho.

O preso foi encaminhado ao Presídio Regional de Pelotas, onde permanece à disposição da Justiça Federal.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Apagando o contrabando

Polícia Federal desmantelou ontem o maior esquema de contrabando e comercialização ilegal de cigarros do país.

11/Outubro/2006

Até o fim da tarde, 97 pessoas tinham sido presas pela operação Bola de Fogo, que mobilizou 750 policiais federais em 11 estados (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará). Ao todo, foram expedidos 116 mandados de prisão e 135 de busca e apreensão.

Entre os detidos está o empresário sul-mato-grossense Hyran Georges Delgado Garcete, cujo patrimônio é estimado pela PF em US\$ 100 milhões e que seria um dos líderes da quadrilha.

Segundo o coordenador da operação, delegado Alexandre Custódio, da PF de Campo Grande, durante todo o dia foram recolhidos carros - a maioria importados e de luxo -, documentos e armas. Em imóveis de propriedade de Garcete foram apreendidas pistolas, silenciadores, espingardas e até um fuzil AR-15.

Segundo Custódio, Garcete usava "laranjas" para movimentar o dinheiro obtido com a venda de cigarros

contrabandeados. Entre os "laranjas", estaria o advogado Félix Nunes da Cunha, em cuja conta bancária teriam sido movimentados cerca de R\$ 2 milhões nos últimos cinco meses.

Segundo a PF, o esquema comandado por Garcete envolvia várias empresas, sendo a principal a Sudamax, uma fábrica de cigarros em Cajamar, na Região Metropolitana de São Paulo.

A Sudamax pertence aos irmãos Eder, David e Daniel Young. Daniel foi preso em São Paulo, mas seus irmãos estão foragidos. Como eles são americanos e também donos da United Mind Inc., com sede em Nova York, a PF pediu ajuda à Interpol para capturá-los.

Em São Paulo, onde 24 pessoas foram presas, a PF apreendeu R\$ 200 mil e US\$ 700 mil em dinheiro - US\$ 500 mil somente na casa de José Leandro Vilaça da Conceição, auditor fiscal da Receita e suposto integrante do esquema criminoso.

Fundada há 93 anos, a Sudamax estaria envolvida no esquema criminoso há cinco anos. Ela é dona das marcas US, U5, Dollar, Campeão, Vanguard e Dunas, vendidas no mercado nacional. Mas produz também as marcas Mack e Red Fox, para exportação.

Segundo a PF, a Sudamax possui ainda uma fábrica-espelho no Paraguai, a Tabacalera Sudan SRL, que produz os cigarros US Mild, de grande aceitação no Brasil. As investigações revelaram que essa marca também é feita em Cajamar.

Em maio deste ano, a PF apreendeu 8.200 caixas de US Mild na fábrica paulista da Sudamax. Em nota distribuída ontem, a empresa diz que a operação não constatou qualquer ilícito, por isso recorreu à Justiça para reaver a mercadoria apreendida.

"O lote era destinado à exportação e possuía selo tipo stamp, criado pela própria empresa para vendas externas", diz a nota, acrescentando que a empresa tinha "autorização judicial para exportar sem o selo de controle exigido pela Receita".

Segundo as investigações, além do problema dos selos, a Sudamax estaria fabricando cigarros ilegais como se fossem contrabandeados. Eles trariam selos e embalagens em espanhol, mas seriam fabricados aqui.

Com isso, em caso de apreensão, pareceria que a empresa estava sendo vítima de pirataria do Paraguai. Na outra ponta, segundo a PF, operava a Distribuidora de Alimentos e Produtos de Consumo Dunas, com sede em Natal (RN), responsável pela distribuição dos cigarros. O dinheiro obtido com o esquema era aplicado em outras empresas do grupo e em firmas sediadas no Uruguai. Por isso, os envolvidos também responderão por crime de lavagem de dinheiro. A PF pediu a quebra do sigilo fiscal e bancário de todas as empresas e pessoas da quadrilha, que tinha uma rede de proteção formada por funcionários da Receita e policiais.

No Rio Grande do Sul foram presas 33 pessoas, principalmente em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, incluindo um policial civil e um técnico da Receita. Embora sem articulação direta com as quadrilhas dos demais estados, o grupo tinha os mesmos fornecedores no Paraguai. As investigações já duravam um ano.

- Tiramos de circulação os maiores contrabandistas do Rio Grande do Sul - disse o superintendente da PF, delegado José Francisco Mallmann.

A operação mobilizou 215 policiais federais e 14 funcionários da Receita.

Foi pedido à Interpol que prenda alguns envolvidos no Paraguai. Os cigarros falsificados, usando marcas nacionais,

entravam em fundos falsos de caminhões e ônibus, pelas cidades de Uruguaiana e Cerro Largo. A distribuição seria feita pela Denkin Tobacos, com sede em Candelária, no Rio Grande do Sul. Durante as investigações foram apreendidas 14 cargas de cigarros falsificados, avaliadas pela Receita em mais de R\$ 1,5 milhão.

Prejuízo anual aos cofres públicos é de R\$ 1,3 bilhão, segundo a Receita. O mercado ilegal de cigarros representa cerca de um terço dos maços que circulam anualmente no Brasil. Segundo dados da Receita Federal, enquanto 4,5 bilhões de maços são produzidos legalmente no país, outros 800 milhões são fabricados clandestinamente, número reforçado por mais 1 bilhão que vêm do exterior a cada ano. O prejuízo aos cofres públicos é de R\$ 1,3 bilhão. As apreensões de cigarros entre janeiro e setembro de 2006 chegam a R\$ 51,7 milhões. Em todo o ano passado, esse valor foi de R\$ 71,5 milhões.

O Paraguai é o principal fornecedor de cigarros contrabandeados para o Brasil. As principais portas de entrada desses produtos são os estados do Paraná, pelos municípios de Foz do Iguaçu e Guairá, e de Mato Grosso do Sul, por Ponta Porã e Mundo Novo.

Somente entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, existe uma fronteira seca de 600 quilômetros de extensão, o que dificulta a fiscalização.

Do R\$ 1,3 bilhão em prejuízo anual aos cofres públicos, R\$ 600 milhões são decorrentes da sonegação de tributos por empresas instaladas no país, especialmente do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa sonegação chega a ser de R\$ 1,6 milhão por dia, enquanto o faturamento das fábricas é de R\$ 2,5 milhões.

Segundo o Fisco, o Brasil tem 16 fábricas de cigarros, nove delas funcionando por meio de liminares. Apenas duas empresas, que têm 84% do mercado, são responsáveis por 99,7% da arrecadação do setor. Isso significa que as outras 14 são donas de 16% do mercado, mas recolhem apenas 0,3% dos impostos.

Segundo técnicos da Receita, essas empresas têm uma dívida acumulada de R\$ 4 bilhões em tributos.

Para tentar conter a sonegação, a Receita já tem preparado um mecanismo de rastreamento da produção por meio de um selo especial - uma espécie de chip - que será colocado nas carteiras de cigarros e permitirá aos fiscais saber onde, quando e por quem elas foram produzidas. Além disso, a idéia é instalar nas fábricas contadores de produção, do mesmo tipo utilizados hoje no setor de bebidas.

Essas máquinas monitoram a produção e transmitem os dados para a Receita em tempo real.

Fonte: O Globo

Operação I-Commerce combate pirataria na internet

17/Outubro/2006

SÃO PAULO/SP – A Polícia Federal realiza hoje, 16 de outubro, em 13 estados e no Distrito Federal, a Operação I-Commerce, voltada à repressão à pirataria cometida por meio da internet.

No total, 350 policiais federais cumprem 79 mandados de busca e apreensão em 14 unidades da federação: BA, DF, GO, MS, MG, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC e SP, resultado da ação ou de investigações policiais iniciadas há quatro meses.

As investigações tiveram início a partir de representações encaminhadas por associações protetoras de direitos

autorais (ABES, ADEPI e APDIF) ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP), órgão instituído no âmbito do Ministério da Justiça, no qual a PF também possui assento.

Essas notícias de crime informavam que os envolvidos, cujas identidades foram detectadas por meio de trabalhos de campo, comercializavam, por intermédio da rede mundial de computadores, produtos intelectuais contrafeitos, todos de origem estrangeira, mais precisamente: aplicativos, jogos, músicas, filmes e seriados.

O nome da operação reporta-se ao comércio eletrônico (e-commerce) praticado pela rede mundial de computadores. Entretanto, no caso das investigações, trata-se de comércio ilegal pela internet, daí a denominação i-commerce (illegal-commerce).

As buscas podem acarretar a realização de diversas prisões em flagrante, em razão de ser o crime de natureza permanente. Os investigados responderão pelos crimes de violação de direito autoral, previsto no art. 184 e parágrafos do Código Penal, cuja pena pode chegar a 4 anos de reclusão, além do art. 12 da Lei 9609/98, que cuida da proteção a direitos autorais de software, com pena máxima de 4 anos de reclusão.

Entrevista coletiva em São Paulo

Será realizada entrevista coletiva na sede da PF em SP (Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo), às 16 horas, com os responsáveis pela investigação.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Operação Caribe combate comércio ilegal de CDs e DVDs no Acre

25/Outubro/2006

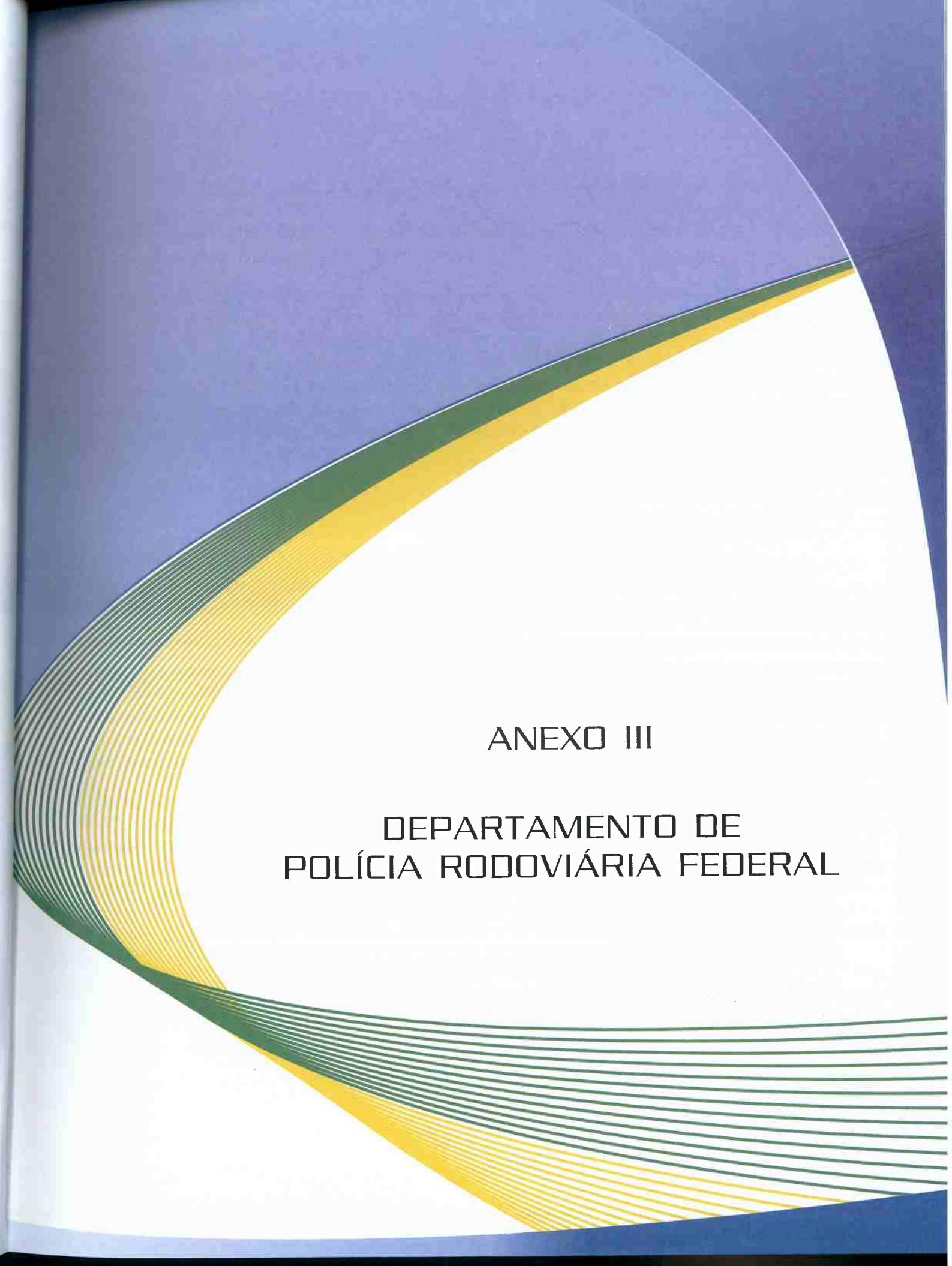
RIO BRANCO/AC - A Polícia Federal no Acre, o Ministério Público Estadual e a Polícia Civil – Delegacia Especializada no Combate ao Crime Organizado desencadearam na manhã desta terça-feira, 24, a Operação Caribe. Foram mobilizados 80 policiais entre federais, civis e militares (COE) para cumprirem 15 mandados de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara da Justiça Federal do Estado do Acre, além das prisões em flagrante delito.

No intuito de combater o comércio ilegal de CDs e DVDs "piratas" em Rio Branco, foi realizada uma força-tarefa para a identificação e posterior responsabilização penal dos grandes proprietários de depósitos, pontos de venda e laboratórios de reprodução de CDs e DVDs "piratas".

Nas ocorrências em flagrante delito, os presos estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 184 & 1º e 2º do Código Penal, por violação aos direitos autorais, podendo, ainda, responder pelos seguintes crimes: a) contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (art. 7º, VII, da Lei 8.130/90); b) Contra o consumidor (art. 66, da Lei nº 8.078/90); c) Formação de quadrilha ou bando (art. 188, do Código Penal); d) Contrabando ou descaminho (art. 334, do Código Penal).

Foram quatro meses de investigações realizadas pela Delegacia de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público Estadual e a Polícia Civil do Estado do Acre.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

A large graphic of the Brazilian flag is positioned on the right side of the page. It features the blue, yellow, and green colors of the flag, with the yellow and green stripes forming a stylized wave-like shape that curves from the top right towards the bottom left.

ANEXO III

**DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

Maior contrabando de cigarros totalizou 73,3 mil pacotes

12/Janeiro/2006

Após a contagem, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) divulgou boje que o contrabando de cigarro apreendido ontem em Mato Grosso do Sul totalizou 73.350 pacotes. Esta é a maior apreensão dos últimos anos e corresponde a quase a metade de todo o material apreendido no ano passado, quando os policiais retiraram 181.991 pacotes de circulação. Em 2004, foram apreendidos 84.760 pacotes.

A mercadoria estava distribuída em quatro caminhões, que foram apreendidos durante operação na BR-163, entre os municípios de Eldorado e Mundo Novo. Conforme a PRF, 20 mil pacotes estavam no Mercedes Benz L 1111, placas AMA 7700, de Guairá (PR), conduzido por Carlos Alberto Nunes, 41 anos. Outros 16.850 eram transportados no Mercedes Benz L 1318, placas BWB-3479, de Eldorado (MS), que tinha Fábio Francisco da Silva Ferreira, 21 anos, como motorista. Os policiais encontraram ainda 16,5 mil pacotes no Mercedes Benz/L1313, placas AEP-8986, de Guairá (PR) e 20 mil eram transportados no Mercedes Benz/L1113, placas ABZ-9601, de Maringá (PR). Os veículos, os dois presos e a mercadoria foram encaminhados à Polícia Federal de Naviraí.

Fonte: Campo Grande News

Por: Inara Silva

Casal preso por contrabando de medicamentos ilegais

26/Janeiro/2006

Ilson Moreira Arraes e Maria Antonia Neres, ambos moradores em Cuiabá (MT), foram presos ontem num ônibus de viagem quando tentavam contrabandear medicamentos trazidos ilegalmente do Paraguai. Os dois foram flagrados com 1,5 mil comprimidos, sendo 40 cartelas de Pramil, contendo 20 comprimidos cada, num total de 800 comprimidos; e 70 cartelas de Cytotec com 10 comprimidos cada, e 700 ao todo. A apreensão ocorreu durante barreira da PRF (Polícia Rodoviária Federal) na BR-163, próximo ao Posto Fiscal de Ilha Grande, no município de Mundo Novo (MS), que fica na divisa com o estado do Paraná.

A mercadoria era transportada pelo casal no ônibus da Viação Serra Azul, que fazia a linha Cascavel (PR) - Cuiabá (MT). A mulher contou aos policiais que pagou R\$ 120,00 em cada cartela de Cytotec – remédio que tem sido utilizado como abortivo, segundo a PRF, e pretendia vender em Cuiabá por R\$ 50,00 cada comprimido. O Pramil, que é equivalente ao Viagra, teria custado seis dólares o envelope. Os dois presos e os medicamentos foram entregues à Delegacia de Polícia Federal de Naviraí (MS).

Fonte: Campo Grande News

PRF apreende ônibus de Mato Grosso lotado de contrabando

13/Março/2006

A viagem longa, que demoraria até 22 horas passando por estradas vicinais falhou. Quando o ônibus precisou passar pela BR 163, foi barrado pela fiscalização. O veículo só parou porque bateu na traseira de uma carreta.

O ônibus, que transportava a mercadoria contrabandeada do Paraguai, se envolveu em um acidente, na BR-163, na tentativa de fugir da fiscalização. Bateu na traseira de uma carreta no trecho entre São Gabriel do Oeste e Rio Verde.

O motorista Anísio da Cruz Pereira disse que o freio falhou enquanto tentava uma ultrapassagem. "Minha única opção foi entrar na traseira de uma carreta", explica.

O veículo estava carregado com produtos que seriam vendidos em um shopping popular em Rondonópolis. Os passageiros eram 14 pessoas, todas comerciantes de Mato Grosso, fugiram depois do acidente. Segundo o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), José Ramão Mariano Filho, quando chegaram ao ônibus já não tinha mais ninguém, se não o motorista.

O motorista, Anísio da Cruz Pereira, de 24 anos, vai ficar detido em Campo Grande pra prestar esclarecimentos à polícia. A carga foi avaliada em R\$ 400 mil. São roupas, brinquedos, cosméticos e aparelhos eletrônicos.

Em meio a todo esse amontoado de mercadorias contrabandeadas os agentes encontraram ainda selos falsificados do Inmetro. Os adesivos teriam sido impressos no Paraguai. A polícia acredita que o material seria vendido para lojas do comércio formal em Mato Grosso.

Mercadoria contrabandeada e garantia falsa de qualidade. Um crime federal que pode lesar o consumidor duas vezes. O inspetor da PRF explica que é crime federal de falsificação de documentos públicos. A ousadia dos contrabandistas desafia a atenção do consumidor. A imitação do selo do Inmetro é sinal de que comprar um produto original ficou mais difícil.

Nesta segunda-feira de manhã os produtos devem ser contados pelos agentes da PRF na Receita Federal. A proprietária do ônibus, que mora em Rondonópolis, pode ser indiciada por transporte de mercadoria contrabandeada.

Ônibus levava R\$ 400 mil em contrabando

15/Março/2006

Fonte: Bom Dia MS



120

O que seria apenas mais uma prestação de socorro em rodovia, acabou provocando a apreensão de contrabando de produtos importados para atender sacoleiros de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Ao dar apoio para caminhoneiro na margem da BR-163, entre os municípios de São Gabriel do Oeste e Rio Verde, madrugada deste domingo, policiais rodoviários federais descobriram carga avaliada em R\$ 400 mil no interior do ônibus de turismo, placas BYA 2856, de Rondonópolis (MT).

A apreensão, contudo, ocorreu quase por acaso, depois que o veículo já

havia percorrido em torno de 500 quilômetros por estradas de Mato Grosso do Sul. Em nota, a PRF alegou que ele transitou por estradas vicinais. O ônibus foi interceptado depois de perder o freio e colidir com a traseira de uma carreta. O motorista Anísio da Cruz Pereira, 24 anos, relatou que o acidente foi provocado depois que o veículo perdeu o freio e, por conta disto, precisou trafegar pela contramão até conseguir parar o ônibus.

Ele disse aos policiais que era a sua primeira viagem e que estava fazendo um teste e tentava sua efetivação. Disse que o veículo pertence a uma mulher de nome Erenita, e transportava 14 sacoleiros, que fugiram após o acidente. Os bagageiros e o interior do veículo estavam lotados de mercadorias como aparelhos de DVD, CDs, brinquedos, perfumes, impressoras, além de inúmeros produtos eletrônicos e de informática.

Segundo a nota da PRF, agentes rodoviários prestavam socorro a um motorista que estava com o caminhão quebrado quando suspeitaram do ônibus. Após isso, teriam seguido o coletivo por cerca de 20 quilômetros e o encontraram quando já estava parado, após ter colidido com a traseira de uma carreta.

O ônibus com os produtos foi trazido para a superintendência da PRF em Campo Grande e após o descarregamento as mercadorias seriam levadas para a Receita Federal.

Além dos produtos contrabandeados, a PRF encontrou no ônibus de Rondonópolis adesivos de certificação do Inmetro que provavelmente seriam anexados aos produtos adquiridos no Paraguai.

Fonte: Correio do Estado

PRF apreende 1,5 milhão de CDs contrabandeados

17/Março/2006

Policiais rodoviários federais abordaram, em Cuiabá/MT, no km 388 da BR 364, o Mercedes Benz/1924, placas BWD 4327/MT, conduzido por Pedro Elias da Fonte, 56 anos, que de acordo com a documentação apresentada deveria estar transportando sucata.

Os PRFs constataram, durante a fiscalização, que a carga do caminhão era, na verdade, de 1,5 milhão de CDs e DVDs virgens. A mercadoria estava sendo contrabandeada da Bolívia e seguiria à cidade de Goiânia/GO.

O condutor foi detido e, juntamente com o veículo e a carga, encaminhado para a Superintendência da Polícia Federal em Cuiabá.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Por: NUCOM/MT

PRF apreende US\$ 40 mil em equipamentos de informática

06/Abril/2006

4ºSPRF/MG (03/04/2006) - Policiais rodoviários federais detiveram, no km 438 da BR 381, em Sabará/MG, Eduardo Brandão de Oliveira, 36 anos, e Marlon Soares Gomes, 21 anos, ocupantes do Fiat/Fiorino, placas HCM 6659/MG, por estarem transportando equipamentos de informática sem nota fiscal, totalizando um valor aproximado de US\$ 40 mil.

121

Foram apreendidos 117 hard disk, 98 placas-mãe, 88 drives de disquete, 100 câmeras digitais, 50 webcams, 99 drives de CD/DVD, 32 placas de vídeo, 03 calculadoras HP e 07 processadores. Ocorrência encaminhada à Delegacia de Polícia Federal de Belo Horizonte/MG.

Fonte: NCS/4

PRF apreende mais de 35 mil pacotes de cigarros

22/Maio/2006

Federais apreenderam, em duas barreiras na noite de ontem e madrugada de hoje, duas carretas com cigarros contrabandeados.

A primeira situação foi em Jaraguari/MS, no km 530 da BR 163, quando, na noite de ontem, os PRFs abordaram o veículo MB/LS 1941, placas MAI 1364/SC, conduzido por Ivanir Gobbo, 55 anos.

Em meio à carga de produtos químicos os policiais encontraram 10.500 pacotes de cigarros contrabandeados do Paraguai.

A carreta, o condutor e os cigarros foram encaminhados para a sede da Polícia Federal.

Durante a madrugada de hoje, os policiais apreenderam em Eldorado/MS, no km 34 da BR 163, a carreta Volvo, placas ABU 9031/PR, conduzida por Valdir Biazus, 56 anos, carregada com 26.300 cigarros.

Os policiais desconfiaram do nervosismo do condutor, realizaram a revista na carga, e acabaram encontrando o contrabando, que o próprio motorista confessou ter pegado no Paraguai e levaria até a cidade de Naviraí/MS, onde outro motorista pegaria o veículo e levaria para um destino desconhecido.

Motorista veículo e cigarros foram encaminhados para a sede da Polícia Federal em Dourados/MS.

Com estas duas novas apreensões, já são 156.314 pacotes de cigarros contrabandeados do Paraguai, apreendidos pela PRF no Estado do Mato Grosso do Sul este ano.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Por: NUCOM/MS

PRF realiza uma das maiores apreensões de drogas e cigarros do ano em Montenegro

Um final de semana agitado para a equipe da PRF de Montenegro resultou na prisão em flagrante de cinco pessoas, três delas de origem estrangeira, três veículos apreendidos, um deles de furto/roubo, quase 7 kg de cocaína e 1,5 kg de baxixe, além de uma enorme carga de cigarros contrabandeados.

No início da manhã do sábado (06), no km 421 da BR 386 (Montenegro), foi recuperado o veículo FIAT/UNO cinza roubado em Triunfo. Por volta das 8 horas do mesmo dia, ao ser fiscalizado em frente ao posto da PRF Montenegro, o ônibus da empresa Nova Integração, placas NCR 2001, linha Alta Floresta/MT para Porto Alegre/RS, onde foram encontrados 5 kg de cocaína e 1,5 kg de baxixe em posse de Isidro I. B., 29 anos, Julia R. A., 26 anos e Andresa R., 28

anos, todos de origem paraguaia. Com eles, havia uma criança de aproximadamente 3 meses. Os tijolos de cocaína estavam distribuídos junto aos corpos dos citados e no banheiro do ônibus.

No mesmo ônibus, E. M. B., de 63 anos, estava com 2 pacotes com um total de 2 kg de cocaína na sua bolsa. Com ela viajava um menino de aproximadamente 8 anos que foi encaminhado ao Conselho Tutelar. Em ambos os casos os presos em flagrante foram encaminhados à Polícia Federal de Porto Alegre.

Já na madrugada do domingo (07), na BR 386, km 445, foram encontrados em uma carreta Scania com placas do Paraná cerca de 350 mil maços de cigarros contrabandeados do Paraguai. O condutor do veículo foi preso em flagrante e encaminhado à Polícia Federal de Porto Alegre assim como o caminhão trator, a carreta e a mercadoria contrabandeadas. Esta vem a ser uma das maiores apreensões de contrabando de cigarros do ano, avaliada em aproximadamente R\$ 350 mil.

Fonte: Portal Via com informações da PRF

PRF apreende 20 toneladas de eletrônicos

08/Junho/2006

Policiais rodoviários federais apreenderam, no km 439 da BR 116, às 10h00 do dia 8 de junho, diversos itens de informática, entre eles, 56 televisores de plasma marca LG 42 polegadas, grande quantidade de mídia DVD e DVD-R, suplementos alimentares, câmeras fotográficas digitais e filmadoras eletrônicas, no interior de um caminhão Baú Fiat/Iveco placas CEH-4580/SP.

Ao abordarem o veículo, os PRFs solicitaram a documentação fiscal, e o motorista admitiu que a mercadoria era de procedência ilícita. Entraram em contato com o suposto proprietário da carga, que tentou subornar os policiais, oferecendo R\$50.000,00 em troca da liberação do caminhão.

Diante do ocorrido, os PRFs entrevistaram o condutor e seu ajudante, e descobriram o endereço do depósito onde haviam carregado a mercadoria. Cinco equipes da operação se deslocaram até o local, um galpão situado à Rua Itajubá 75 Jardim Cumbica, e detiveram três funcionários da Transportadora Fast.

Um dos detidos admitiu que as mercadorias não possuíam documentação fiscal e que eram contrabandeadas, escondidas em carga de farelo de trigo e fertilizante para burlar eventual fiscalização.

Os produtos apreendidos e o veículo permanecem sob guarda da Polícia Federal e PRF, aguardando transbordo e contagem a ser realizada pela Receita Federal, no intuito de contabilizar os dados com precisão.

Foi recolhida ainda vasta documentação da empresa, CPUs e laptops, para futura investigação durante o inquérito.

A ocorrência foi apresentada na Sede da Polícia Federal.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Por: Nucom/SP

PRF apreende quase 15 mil remédios ilegais
20/junho/2006

Policiais rodoviários federais apreenderam, no km 252 da BR 222, às 05h30 do dia 20 de junho, 14.775 unidades de produtos farmacêuticos, no interior do VW/Gol, placas HWG 6931/CE, e detiveram, Francisco Ielton Mesquita Melo, 21 anos, natural de Sobral/CE e Francisco Abraão Mesquita de Siqueira, 21 anos, natural de Sobral, por descaminho de mercadorias.

Entre os produtos apreendidos, foram encontrados 1000 comprimidos de Genofenac e 4.000 comprimidos de Genoren, medicamentos de uso exclusivo em hospitais e de venda proibida no comércio, 72 flaconetes de Epatoscler, 24 frascos de Tinol líquido, 315 adesivos Kurakort, 900 comprimidos de Enjoy, 400 comprimidos de Befodin, 36 frascos de Elixir Paregórico, 800 comprimidos de Paramol 750 mg, 288 envelopes de preservativos lubrificados Tlay Time, 200 comprimidos de Acetitol 100mg, 400 cápsulas de Tetasadar 500 mg, 1.100 comprimidos de Diasec 2 mg, 700 drágeas de Butacid 200 mg, 72 latas de Vick Vaporub, 1.000 comprimidos de Salicim 100mg, 800 comprimidos de Gripim C, 1.000 comprimidos de Dornec infantil 100 mg, 1.000 comprimidos de Sunff 500 mg, 48 frascos de Livrador, 220 comprimidos de Rhelmazin Forte e 400 comprimidos Pramil 50 mg.

Entre os produtos importados estavam 270 unidades de agulhas para máquinas de costura Singer, 700 unidades de agulhas finas de costura sem marca, 160 agulhas de aço niquelado, 420 pilhas AAA de marca Livzon, 660 pilhas AA de marca Shuray e 300 pilhas A de marca Shuray, 300 unidades de parafusos do ouvido da espingarda do tipo socadeira.

As mercadorias e as pessoas foram encaminhadas para a Delegacia de Polícia Civil de Sobral/CE.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Por: Nucom/CE

PRF apreende mais de 40 mil maços de cigarro contrabandeado
29/junho/2006

Policiais do Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal - NOE, PRFs do Núcleo de Inteligência - NI e PRFs lotados em Campos Novos/SC realizaram, na noite de ontem e madrugada de hoje, no km 355 da BR 282, um comando para reprimir contrabando na região.

Durante a ação foram apreendidos 40.500 maços de cigarros, de marcas diversas, oriundos do Paraguai. A mercadoria foi apreendida em três veículos diferentes, uma VW/Parati, transportava 13.500 maços, uma Ford/Royale levava 16.000 maços e outros 11.000 maços estavam em uma Chevrolet/Ipanema.

Três homens e duas mulheres foram detidos e encaminhados, juntamente com a carga, para a Polícia Civil de Campos Novos. Segundo eles, os cigarros seriam revendidos na região de Criciúma/SC.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Por: NUCOM/SC

ANEXO IV

ESTADOS E MUNICÍPIOS

ACRE*Operação caribe combate comércio ilegal de CDs e DVDs no Acre*

25/Outubro/2006

A Polícia Federal no Acre, o Ministério Pùblico Estadual e a Polícia Civil – Delegacia Especializada no Combate ao Crime Organizado desencadearam na manhã desta terça-feira, 24, a Operação Caribe. Foram mobilizados 80 policiais entre federais, civis e militares (COE) para cumprirem 15 mandados de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara da Justiça Federal do Estado do Acre, além das prisões em flagrante delito.

No intuito de combater o comércio ilegal de CDs e DVDs “piratas” em Rio Branco, foi realizada uma força-tarefa para a identificação e posterior responsabilização penal dos grandes proprietários de depósitos, pontos de venda e laboratórios de reprodução de CDs e DVDs “piratas”.

Nas ocorrências em flagrante delito, os presos estarão sujeitos às penalidades previstas no art.184 & 1º e 2º do Código Penal, por violação aos direitos autorais, podendo, ainda, responder pelos seguintes crimes: a) contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (art. 7º, VII, da Lei 8.130/90); b) Contra o consumidor (art. 66, da Lei nº 8.078/90); c) Formação de quadrilha ou bando (art. 188, do Código Penal); d) Contrabando ou descaminho (art. 334, do Código Penal).

Foram quatro meses de investigações realizadas pela Delegacia de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal em conjunto com o Ministério Pùblico Estadual e a Polícia Civil do Estado do Acre.

Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal

Por: Superintendência da PF no Acre, Ministério Pùblico

ALAGOAS*Preso em laboratório em Alagoas*

09/Março/2006

Maceió/AL - Foi efetuado busca em uma residência em Santa Amélia, onde funcionava um laboratório de DVD pirata. O responsável foi preso em flagrante delito pelo crime de pirataria.

No local a polícia apreendeu 3.500 DVDs gravados, 06 computadores e 30 gravadores de DVD. Além do laboratório, o preso mantinha duas bancas na Feira do Passarinho e uma loja na Feira do Tabuleiro.

Fonte: Adepi.org

Polícia de Manacapuru apreende pirataria-AM

14/Julho/2006

Operação deflagrada pela Polícia Civil do Estado do Amazonas, na última quarta-feira, apreende DVDs, CDs, 2 Computadores e impressoras.

Na operação, cujo alvo foi o tráfico de substância entorpecente e o crime de pirataria, foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão, que resultaram em 2 prisões e a instauração de cinco inquéritos.

Os policiais cumpriram os mandados em 3 locadoras, 1 loja varejista e 1 residência que tinha um laboratório de fabricação de CDs e DVDs piratas.

Conforme informações do Dr. Antônio Chicre Neto, delegado responsável pela operação, uma das locadoras de DVDs piratas teve que ser arrombada pois os responsáveis fecharam as portas antes da ação da polícia. No total foram apreendidos 1.199 DVDs, 846 CDs, 2 Computadores e impressoras.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do CNCP

BAHIA**Homem detido com 100 mil CDs e DVDs sem nota fiscal**

02/Março/2006

Um dos maiores contrabandistas da região de Vitoria da Conquista, na Bahia, foi preso em flagrante na semana passada pela Polícia Civil. Com um mandado de busca, o Grupo de Apoio Tático do órgão encontrou na casa de Paulo Roberto Santos Amorim, mais conhecido como Paulo Botafogo, cerca de 90 mil CDs e DVDs virgens, sem nota fiscal.

Na empresa Erica CDs, de propriedade do contrabandista, a polícia encontrou mais 10 mil CDs virgens, aproximadamente, também sem nota fiscal. Segundo a polícia, o material serviria para abastecer o mercado da pirataria na cidade.

Paulo Botafogo, que já havia sido preso uma vez por contrabandear mercadorias do Paraguai, hoje responde processo judicial por infringir a lei de direitos autorais. Agora, preso em flagrante, responderá pelo crime de contrabando qualificado.

Fonte: A Tarde-BA

Polícia apreende mais de 40 mil CDs e DVDs

27/Março/2006

Salvador - A polícia da Bahia apreendeu mais de 40 mil CDs e DVDs piratas no centro de Salvador. A operação, realizada pelo Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) em conjunto com a Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR), prendeu quatro pessoas em flagrante e outras quatro foram detidas e encaminhadas à delegacia. A operação foi conduzida pelo diretor da DCCP, Arthur Galas, e teve o apoio da DRFR.

Os dois depósitos estourados ficam localizados na Avenida Joana Angélica e na rua Coqueiros da Piedade, próximo à agência do Bradesco, na Lapa. Nos locais, foram encontrados CDs, DVDs de músicas e filmes, além de karaokês de músicas infantis. Nos depósitos foram presos em flagrante Ricardo de Souza, Bruno Rodrigues, Helton Brito e Davi Soares, que comercializavam os produtos para a revenda.

Para a delegada titular Geysa Cersósimo, esse tipo de apreensão é importante para o bom direcionamento do trabalho que vem sendo realizado pela Polícia Civil. "O resultado desta operação só foi possível porque foi realizada uma investigação, a partir de denúncias feitas pela comunidade, através do Disque-denúncia, e das investigações do DCCP e da DRFR", disse ela.

A ação da polícia no combate a crimes de formação de quadrilha e contra o patrimônio vem tendo sucesso porque o trabalho foi intensificado nos últimos meses. "É necessário saber quais são as pessoas que lucram com o comércio ilegal da pirataria e conscientizar a comunidade a não comprar produtos pirata", comentou a delegada.

Segundo Geysa, a cada dia as quadrilhas tem se aperfeiçoados na confecção das mercadorias. "Os produtos estão mais parecidos com o original e isso acaba atrapalhando a perícia", afirmou. No depósito, o material estava embalado em caixas e não foram encontrados computadores ou eletrônicos o que poderia mostrar que ali seria um local de confecção.

"Na última operação realizada quarta-feira (22), no shopping Espaço A, na Liberdade, foram apreendidos mais quatro mil CDs e mil DVDs. A operação teve seu desfecho através do disque denúncias", comentou o investigador da DCCP, Arthur Muniz.

Segundo a delegada, as pessoas que adquirem material pirata estão cometendo crime de receptação, previsto no Artigo 180 do Código Penal. "Com a pirataria, o governo deixa de arrecadar impostos e acaba tendo um prejuízo incalculável. As pessoas envolvidas com o comércio ilegal não recebem os direitos trabalhistas e as vezes trabalham em regime de escravidão", lembrou Geysa.

Fonte: Jornal da Mídia Online | em 24/03/2006 as 20:51

Operação do MP provoca prisão

18/Abril/2006

Um grande volume de bebida falsificada foi apreendido no município de Rio Real (220 km de Salvador) e cinco pessoas estão detidas, resultado da Operação Puba, deflagrada pelo Ministério Pùblico estadual da Bahia, contando com a participação da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e promotores de Justiça de Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Falsificando especialmente Ron Montilla, conhaques Dreber e Domus além da cachaça 51, os detidos distribuíam o produto na Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas e deverão responder por crimes como formação de quadrilha, comercialização de bebida alcoólica falsificada, crime contra a ordem tributária, entre outros.

Segundo o promotor de Justiça de Rio Real Luciano Taques Gignone, a investigação desse crime está em curso há cerca de sete meses, sendo que, tudo começou quando ele, recém chegado à comarca, recebeu uma informação sobre a irregularidade. Informalmente, ele adquiriu, em diversas casas comerciais, os produtos denunciados e mandou periciar, ficando sabendo que 100% das amostras eram, realmente, falsificadas. A partir daí ele intensificou a apuração e constatou que a rede era grande, sendo a falsificação feita na cidade de Umbaúba, no estado de Sergipe, que utilizava a matéria-prima proveniente de Pernambuco. O material apreendido não coube nas dependências da delegacia, pois em apenas um depósito, havia 500 garrafas prontas para a comercialização.

Após monitorar alguns nomes, o promotor de Justiça identificou os principais membros da quadrilha, chegando à operação que contou com a ajuda dos colegas da Bahia Edmundo Reis e Paulo Gomes que se deslocaram até Rio Real ajudando a desflagrar a operação que contou com a ampla adesão do Poder Judiciário, que expediu os mandados de prisão temporária. Foram presos em Umbaúba o líder da organização José Roberto da Silva, um pernambucano que gerenciava o esquema, mantinha contatos com novos adquirentes do produto e adquiria a matéria prima, e José dos Santos. O subchefe José Ivan da Silva foi preso em Pernambuco. Em Rio Real, foi preso Dermeval Mendes dos Santos, que recebia o produto e passava para os comerciantes, e o distribuidor Lutz Antônio Batista Lopes foi preso em Salvador.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social
Por: Redatora - Anbar / MTBA690

MP denuncia venda de equipamentos falsificados à SSP

26/Abril/2006

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia ao juiz da Vara Criminal de Salvador contra Roberto Conceição Marcelino, Ivo Samel, Dorival Ribeiro Júnior, Antonio Rodrigues e Mônica Gomes da Silva, pela venda de 127 equipamentos de informática falsificados. No requerimento, o promotor de Justiça Carlos Augusto Serra de Faria, designado para auxiliar o 1º promotor de Justiça do Consumidor de Salvador, solicita que seja desflagrada a ação penal, com citação dos denunciados, abertura de processo e condenação por fraude de licitação, com prejuízo da Fazenda Pública, prática em prejuízo de entidade de direito público, e comercialização de programas não autênticos, em condições impróprias ao consumo.

Em 18 de dezembro de 2003, lembra o promotor de Justiça na denúncia, a empresa "R.M. Indústria de Eletrônicos Ltda.", de nome fantasia "RM Computadores", tendo como sócio-administrador Roberto Marcelino, venceu a licitação, do tipo "Pregão Presencial", para aquisição, pelo Estado da Bahia, de 128 computadores para utilização pela Secretaria da Segurança Pública em diversas unidades policiais. A licitação exigia, de maneira clara e objetiva, o fornecimento de material do sistema operacional "Windows XP Professional". Ocorreu que, após a entrega do material, informa Carlos Augusto Serra de Faria, "quando os equipamentos foram submetidos a uma primeira atualização de software, através do site do fabricante "Microsoft", elas não foram efetuadas, sendo, então, submetidos a uma perícia pela Coordenação de Documentoscopia e Perícias Contábeis do ICAP/DPT, sendo concluído pela não autenticidade de 127 etiquetas adesivas de certificado de autenticidade para o software "Microsoft Windows XP Professional" e autenticidade de apenas uma delas".

Na denúncia, o promotor de Justiça acrescenta que, descoberta a não autenticidade dos equipamentos e programas adquiridos no processo licitatório, "a Secretaria de Segurança Pública da Bahia encaminhou os documentos para a "Delegacia de Crimes Econômicos e contra a Administração Pública" para apuração do ocorrido". A Microsoft Corporation, por sua vez, já havia solicitado a atuação da polícia para instauração de inquérito visando apurar a comercialização de programas de computador e a falsificação de certificados de autenticidade. As investigações concluíram que Roberto Marcelino adquiriu e comercializou para o Estado da Bahia cópias de programas de computadores sem a devida autorização do autor ou de seu representante; que Ivo Samel, Dorival Ribeiro e Antonio Rodrigues montaram uma estratégia visando a comercialização de programas de computadores com certificados da Microsoft inautênticos, sendo efetuado depósito na conta de Mônica da Silva.

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público
Por: Maria Alcina Pipolo

CDs e DVDs piratas são apreendidos pela polícia

08/junho/2006

Salvador - Policiais civis do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) localizaram hoje (8), na Rua Coqueiros da Piedade, um depósito com mais de dez mil CDs e DVDs piratas, inclusive cópias de lançamentos como O Código Da Vinci e Missão Impossível III. Anderson Fabricio Silva Souza, 21 anos, responsável pela distribuição das cópias piratas a revendedores, foi preso em flagrante no local e autuado por violação de direito autoral na Delegacia de Repressão a Estelionato e Outras Fraudes (Dreof), no Complexo da Baixa do Fiscal.

A operação policial no depósito foi comandada pelo delegado João Ricardo Barbosa, do DCCP, cujos agentes apreenderam todo o material clandestino, encaminhando-o à sede da Dreof no fim da manhã. "As investigações, a partir de agora, serão no sentido de identificar o dono dos CDs e DVDs falsificados", disse o delegado, salientando que o material apreendido será destruído mediante autorização da Justiça.

De acordo com o diretor do DCCP, delegado Arthur Gallas, essa nova apreensão de CDs e DVDs em Salvador é resultado da intensificação das ações de combate à pirataria e ao desrespeito à propriedade industrial, desenvolvidas em todo o estado, através da Operação Corsário. "Esta é a contribuição da polícia baiana à mobilização nacional de repressão à pirataria", disse Gallas, lembrando que o Brasil sofre ameaça de retaliação por parte de organismos internacionais, que o comparam a países que não combatem a venda de produtos falsificados, como o Paraguai e algumas nações asiáticas.

Fonte: Jornal da Mídia

CDs e DVDs piratas são apreendidos em Simões Filho

04/Agosto/2006

Salvador - Policiais da Delegacia de Repressão a Estelionato e Outras Fraudes (Dreof), apreenderam no final da manhã de hoje (3), no município de Simões Filho, mais de 5 mil CDs e DVDs piratas, inclusive cópias de lançamentos cinematográficos como O Código Da Vinci e Carros. Aílton Bezerra Rocha e Rubem Carvalho Nascimento, flagrados revendendo o material clandestino num boxe localizado no centro da cidade, foram autuados pela delegada titular da Dreof, Geisa Feitosa Cersosimo, por violação de direito autoral.

O material apreendido foi encaminhado à sede da Dreof, no Complexo Policial da Baixa do Fiscal, em Salvador, onde Aílton e Rubem estão custodiados à disposição da Justiça Criminal. "As investigações, a partir de agora, serão no sentido de capturar o dono da mercadoria de prenome Ademir e de descobrir a origem dos CDs e DVDs falsificados, cujas cópias provavelmente foram feitas em Camaçari", disse a delegada.

De acordo com o diretor do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), delegado Arthur Gallas, essa nova apreensão de CDs e DVDs na Região Metropolitana é resultado da intensificação das ações de combate à pirataria e ao desrespeito à propriedade industrial, desenvolvidas em todo o estado pela Polícia Civil, através da "Operação Corsário". As cópias apreendidas em Simões Filho serão destruídas mediante autorização da Justiça.

Fonte: Jornal da Mídia - BA

Ação contra "pirataria" em Caucaia
04/Julho/2006



Cerca de oito mil CDs e DVDs 'piratas' foram apreendidos, ontem, em mais uma ação da Polícia Civil cearense contra o comércio de produtos falsificados na Região Metropolitana de Fortaleza. O alvo da ação, desta vez, foram o mercado público e área próxima da cidade de Caucaia.

A operação foi desencadeada por policiais da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF), tendo no comando a delegada Rosicleide de Castro. Como em outras ocasiões, muitos camelôs que vendiam os produtos falsificados em bancas expostas publicamente conseguiram fugir. Saíram correndo do local ao perceberem a chegada da Polícia, deixando para trás a mercadoria fraudulenta.

PRESOS - Porém, dois deles não tiveram a mesma sorte dos demais e acabaram presos ainda no interior do mercado público, sendo identificados como Márcio Gleisson Ribeiro da Silva, 21; e Evandro Otaviano Vieira, 27. Os dois acabaram sendo conduzidos à sede da Superintendência da Polícia Civil, e, na DDF, autuados em flagrante.

A mercadoria apreendida lotou três viaturas. Dezenas de caixas e sacos contendo DVDs e CDs de todos os estilos musicais, além de filmes e shows, foram parar no cartório da Defraudações e deverão ter como destino o depósito da Justiça, onde ficarão apreendidas.

FLAGRANTE - Segundo a delegada, os dois homens foram autuados com base no artigo 184, parágrafo segundo, do Código Penal Brasileiro (CPB), que prevê pena de dois a quatro anos de prisão para quem comete 'crime contra a propriedade intelectual'.

Um dos acusados se apresentou como dono da mercadoria, enquanto o outro disse que apenas vendia a mercadoria. Conforme a delegada, ambos incorreram no mesmo tipo de crime e, portanto, serão processados. Os dois permanecem na carceragem da DDF à disposição da Justiça de Caucaia.

"Vamos trabalhar para identificar os demais envolvidos no comércio ilegal, que conseguiram fugir abandonando a mercadoria", alertou Rosicleide de Castro.

A maioria dos CDs 'pirateados' contêm músicas gravadas por bandas de forró locais, o que, segundo as autoridades, tem causado grandes prejuízos financeiros para os grupos musicais e para as gravadoras.

Fonte: Diário do Nordeste

Polícia quer chegar aos grandes fornecedores
04/Julho/2006

As constantes ações da Polícia Civil no combate à "pirataria" têm provocado uma redução neste tipo de comércio paralelo. "Nosso objetivo, evidentemente, é chegar aos grandes, isto é, aos produtores dos artigos falsificados e seus distribuidores, aqueles que revendem os produtos em grande escala. Mas, claro, os pequenos vendedores também estão passíveis de serem presos, pelo mesmo tipo de delito", explica a delegada Rosicleide.

No Centro da cidade, em bancas espalhadas pelas principais ruas da área, ainda é possível se verificar camelôs vendendo CDs e DVDs "piratas", assim como outros produtos como roupas, calçados e brinquedos. Mas, segundo a Polícia, a intensificação das blitz tem diminuído este tipo de atividade.

LUCROS - "No caso de hoje (ontem), recebemos denúncias de que o comércio de CDs e DVDs "piratas" era feito em grande escala, em Caucaia. Montamos a operação e o resultado foi positivo", destacou a delegada Rosicleide.

Os lucros obtidos pelos comerciantes deste tipo de produto são grandes. "Por exemplo, eles compram os CDs por R\$ 1,50 e vendem por R\$ 5,00 ou até mais, dependendo do que está sendo oferecido", diz a titular da DDF.

Fonte: Diário do Nordeste

Três mil jogos apreendidos

14/Julho/2006

Policiais da Delegacia de Defraudações e Falsificações apreenderam ontem pela manhã, no Genibáu, mais de três mil DVDs de jogos eletrônicos piratas avaliados em torno de R\$ 30 mil. O material há seis meses abastecia locadoras do ramo, em Fortaleza e Região Metropolitana. Todo o material foi pirateado por Cláudio Fernandes de Oliveira, 24, que escondia a pequena fábrica atrás da fachada de uma casa de jogos eletrônicos, na rua José Mendonça. Cada unidade era vendida por até R\$ 8, quando o preço de mercado de um produto original chega a R\$ 300. Para piratear os DVDs, o falsário dispunha de três computadores, duas impressoras e uma copiadora. Pelo crime, Cláudio Fernandes pode pegar uma pena entre dois a quatro anos de prisão, que pode ser afiançável pela Justiça.

"É uma falsificação muito bem feita, difícil até mesmo de distinguirmos o DVD pirata do DVD original. Acreditamos que o produto pode também ter abastecido o próprio comércio de Fortaleza, mas isso nós vamos descobrir com a continuidade das investigações", afirmou a delegada Rosicleide de Castro, que contou com o apoio dos policiais Luiz Esmeraldo, José Guedes e Francisco Milton, todos inspetores da especializada.

Já o superintendente da Polícia Civil, José Nival Freire, informou que de janeiro até junho, a polícia apreendeu em todo o Estado 7.653 CDs piratas, 967 DVDs piratas e 75.717 produtos com marcas falsificadas, sendo a maioria brinquedos. Os números da Superintendência da Polícia Civil reforçam as estatísticas da Divisão de Repressão ao Contrabando e ao Descaminho, da Receita Federal, que apontam o Ceará como o estado nordestino com maior quantidade de apreensões de produtos piratas (que não pagam direitos autorais) e descaminhos (que não pagam impostos). No país, o Ceará é o quinto estado no ranking, que tem à frente São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais.

"Em 2004, o Ceará deixou de arrecadar R\$ 20,3 milhões, por conta da pirataria. No ano passado, o prejuízo cresceu para R\$ 27 milhões. Acreditamos que este ano o valor deva subir ainda mais, por causa da Copa do Mundo", disse o chefe da Divisão, Jesus Ferreira.

Segundo dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação e à Pirataria, que tem convênio com o Ministério da Justiça, os campeões nacionais da pirataria são os CDs e os DVDs, que já ocupam 53% do mercado. As campeãs do descaminho são as placas de informática, enquanto as marcas de cigarros paraguaios aparecem com os primeiros na lista do contrabando.

Fonte: Jornal O Povo Online



Kid Jr
Equipamentos também foram confiscados

Cerca de 100 mil peças de produtos piratas foram apreendidos nos seis primeiros meses deste ano pela equipe da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF). A maioria, CDs, DVDs, brinquedos e jogos eletrônicos.

O volume de apreensões traduz o intenso trabalho de repressão que a Polícia Civil cearense vem realizando contra a falsificação de produtos industrializados e obras artísticas. Na 'guerra' contra a pirataria, as autoridades encontram respaldo na nova redação das leis que punem os falsificadores.

OPERACÕES - "No início da semana, de uma só vez conseguimos apreender mais de 10 mil CDs e DVDs falsos que estavam sendo falsos encontrados sendo expostos à venda no mercado de Caucaia. Assim, estamos atacando a pirataria em diversos locais da cidade e da Região Metropolitana de Fortaleza, e não apenas na Malha Central", explica a delegada Rosicleide de Castro, titular da 'Defraudações'.

A última investida da Polícia contra este tipo de delito aconteceu na quinta-feira passada, quando uma equipe daquela Especializada localizou uma casa, no bairro Genibáu (Zona Sul da Capital), que servia de 'fachada' para uma produtora clandestina. Ali eram fabricados games piratas, jogos eletrônicos interativos utilizados em máquinas de 'playstation'. Um dos responsáveis pela falsa produtora acabou preso em flagrante delito e os demais envolvidos estão sendo investigados.

Causou surpresa para a Polícia o nível de organização da quadrilha responsável pela produção de games falsificados. Havia até catálogo de produtos e um cadastro dos responsáveis pela comercialização das peças junto a locadoras espalhadas pela cidade. Computadores, gravadoras e impressoras foram apreendidos no local.

"Desta vez, a Polícia atuou de forma determinada a chegar aos produtores dos artigos falsificados. A produção era em escala industrial e este é o diferencial", explicou o superintendente da Polícia Civil, delegado José Nival Freire, que acompanhou o desenrolar da investigação.

LEI - Em fevereiro, a equipe da DDF apreendeu, de uma só vez, mais de 75 mil brinquedos falsificados que eram vendidos em lojas de produtos importados no Centro e na Avenida Bezerra de Menezes.

A maioria dos produtos é oriunda da Ásia e chega ao Brasil através de navio. As peças falsas - e também contrabandeadas - em sua maioria, imitam artigos produzidos com base em personagens artísticas criadas pelas companhias americanas, como a Walt Disney e Warner. Bolsas, sacolas, mochilas, bonecos, jogos e outros produtos falsos 'inundam' o mercado nacional, provocando prejuízos milionários para os verdadeiros fabricantes e também para a economia local, já que não há o recolhimento de impostos, como determina a lei.

No caso das obras consideradas de cunho artístico, a lei brasileira teve que sofrer uma mudança a fim de tornar mais rigorosa a punição para os falsificadores.

Já em relação à produção de jogos interativos falsificados, por exemplo, os falsificadores agora são enquadrados na nova redação do artigo 184 do Código Penal Brasileiro (CPB), que estabelece pena de dois a quatro anos de

reclusão (prisão) para quem comete o crime contra a propriedade intelectual. Antes, o mesmo artigo caracterizava o crime como 'violação ao direito autoral' e a pena prevista era de apenas detenção de três meses a um ano. "Antes, para este mesmo crime só lavrávamos um TCO (Termo Circunstaciado de Ocorrência), pois se tratava de um crime considerado de menor potencial ofensivo. Agora, com o aumento da pena, é lavrado o flagrante e a pessoa permanece presa à disposição da Justiça", asseverou Rosicleide.

Fonte: Diário do Nordeste - 16/07

Por: Fernando Ribeiro

Policia apreende 2,5 mil CDs e DVDs piratas

01/Agosto/2006



Uma operação realizada pelas equipes da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DDF), no último fim de semana, na área do Conjunto São Cristóvão, resultou na apreensão de, aproximadamente, 2,5 mil CDs e DVDs piratas. Cinco pessoas foram autuadas em flagrante por crime de violação de direito autoral (artigo 184 do Código Penal Brasileiro), pela delegada Rosicleide de Castro. Ela havia recebido várias denúncias sobre a comercialização dos produtos falsificados naquela área de Fortaleza e, ao realizar a operação, apreendeu o farto material.

Foram presos: Fagner Maciel de Sousa, Alcenira Oliveira Cavalcante, Cristina Petrola, Williams de Sousa Silva e Lirdiano Teixeira da Silva. Caso sejam condenados, poderão pegar de três meses a um ano de detenção, ou pagamento de multa. De acordo com a titular da 'Defraudações', o crime de 'pirataria' tem de ser combatido com rigor, uma vez que não há o recolhimento de impostos para o Governo e causa prejuízos milionários às empresas do setor. "Inclusive o representante de uma associação de combate à 'pirataria', ligada ao Ministério da Justiça, vem a Fortaleza para conversar conosco, uma vez que o Ceará lidera as apreensões no Nordeste e é o quinto no Brasil", disse.

POSSE - Acontece na manhã de hoje a posse dos 355 novos inspetores de Polícia Civil, aprovados no concurso de 2003, que já a partir de amanhã serão lotados em delegacias da Capital e Interior. Também serão empossados peritos, legistas e auxiliares.

Fonte: Diário do Nordeste

Polícia desmonta fábrica de DVDs
26/Janeiro/2006

Equipe do Departamento de Operações Especiais (DOE) da Polícia Civil do Distrito Federal desativou na tarde de ontem um laboratório de produção de DVDs piratas. A fábrica funcionava em uma chácara alugada na Colônia Agrícola Arniqueiras, em Águas Claras. Investigadores da 21ª Delegacia de Polícia, em Taguatinga Sul, darão continuidade às investigações e acreditam que, no local, eram copiados até 600 DVDs por dia.

A ação dos policiais começou após eles receberem uma denúncia anônima, no fim da semana passada, pelo Disque Denúncia da Polícia Civil (telefone 197). Por volta das 17h de ontem, uma equipe da DOE chegou à Colônia Agrícola Arniqueiras para fazer o flagrante. Os policiais entraram na chácara e encontraram dois jovens em plena produção de DVDs falsificados.

Clemilson Ferreira dos Santos, 24 anos, e Elson de Lima Souza, 21, estavam com quatro gabinetes de computadores equipados com 25 gravadoras de DVDs; 30 tubos cilíndricos com 50 DVDs virgens cada; 406 filmes copiados, 79 mil capas de DVDs já impressas, 520 caixas para os filmes e 72 cópias prontas para serem vendidas. Entre os títulos que eram falsificados, o lançamento Harry Potter e o Cálice de Fogo e os especiais Ultraje a Rigor acústico MTV, Ivete Sangalo e Roberto Carlos.

Passado o flagrante, as investigações agora serão conduzidas pela equipe da 21ª Delegacia de Polícia. Segundo o delegado-adjunto da 21ª DP, Marco Antônio de Souza Silva, o material era vendido na Feira dos Importados de Taguatinga Sul e na Feira de Ceilândia. Para o delegado, os responsáveis pelo laboratório de falsificação tinham bancas nas duas feiras – os suspeitos detidos afirmaram ter sido contratados apenas para a produção dos DVDs por um homem identificado apenas como Rafael, que seria morador de Taguatinga.

“Estamos atrás de dois suspeitos. Possivelmente foram eles que alugaram a chácara há 30 dias. A propriedade foi locada apenas para a produção dos DVDs”, comentou Marco Antônio Silva. Ele afirma que Clemilson e Elson responderão a processos por violação de direito autoral. O artigo 184 do Código Penal prevê pena de um a quatro anos de reclusão pelo crime. O delegado afirmou também que o material apreendido será encaminhado à Justiça e destruído posteriormente pela Polícia Civil. Essa foi a primeira fábrica de DVDs piratas descoberta na região de Taguatinga Sul e Águas Claras.

Fonte: Correio Braziliense | Em 24/01/2006
Por: Guilherme Goulart

Apreensão de 4 mil CDs e DVDs piratas
11/Abril/2006

Quase 4 mil CDs e DVDs falsos foram apreendidos no Distrito Federal entre a madrugada de sexta-feira e ontem. Durante uma blitz na BR-060, sentido Samambaia, a polícia encontrou o material pirata dentro do Santana de placa JEE 1409-TO. O motorista fugiu. “Encontramos uma caderneta do Poder Judiciário de Goiânia. Suspeitamos que o dono da mercadoria seja essa pessoa, que já responde a processo e cumpre pena alternativa”, explicou o delegado Kleber Luiz da Silva Júnior, da Delegacia de Crimes Contra a Ordem Tributária, sem divulgar o nome do suspeito. Até as 19h30 de ontem, os agentes não tinham concluído a contagem do material. Mas, de acordo com o delegado, já chegava a 4 mil unidades. Também neste fim de semana policiais da Delegacia de Roubos e Furtos de

Veículos prenderam cinco homens, no Recanto das Emas, acusados de receptar carros roubados. Foram localizados três carros e um aparelho de som e apreendidos dois CPUs com várias gravadoras de CD, 352 CDs, oito DVDs piratas e R\$ 3.524 em dinheiro.

Fonte: Correio Braziliense - DF

Polícia apreende 150 mil produtos na Feira dos Importados

11/Maio/2006

Cerca de 150 mil produtos, a maioria CDs e DVDs falsificados, foram apreendidos na manhã desta quinta-feira na Feira dos Importados, em Brasília. A operação mobilizou 120 policiais, não houve confronto com os feirantes. Policiais chegaram na feira por volta das 6h, quando as bancas ainda estavam fechadas. Munidos com 95 mandados de busca e apreensão, os policiais arrombaram as bancas identificadas como ponto de venda dos produtos.

A Polícia Civil também recolheu sete equipamentos usados para gravação de softwares falsificados. “Isso significa que as bancas produziam e vendiam os CDs no local”, explica o delegado-chefe da delegacia de Defraudações (DEF), Domingos Sávio Dutra.

A DEF mapeou os principais pontos do Distrito Federal que vendem ou alugam CDs, DVDs e Softwares piratas. Dutra explica que a operação também visa apreender produtos das locadoras de vídeo que trabalham com DVDs falsos. “Estamos monitorando mais de 40 estabelecimentos”, revelou o delegado.

Outras quatro operações foram feitas em Taguatinga, Ceilândia e no Setor Comercial Sul. A DEF pretende realizar ações mensais até o fim do ano. “A meta é inspecionar todos os pontos que vendem esses produtos no DF”, explica o delegado Domingos Sávio Dutra.

Os donos das bancas serão intimados por crimes de violação de direito autoral e material. Se forem condenados, podem pegar até quatro anos de prisão. Esta é a segunda operação na Feira dos Importados esta semana. A Delegacia Contra Crimes da Ordem Tributária fez vistoria para recolher tênis e roupas falsificadas

Fonte: Correio Braziliense

Por: Rachel Libreron

Piratas encurralados

Polícia apreende 150 mil itens falsificados na Feira dos Importados, principalmente CDs e DVDs. Locadoras também serão vistoriadas

12/Maio/2006

A Polícia Civil declarou guerra à pirataria no Distrito Federal. O primeiro alvo foi a Feira dos Importados, onde apenas ontem foram apreendidos cerca de 150 mil itens de produtos falsificados, a maioria CDs, DVDs e softwares. A força-tarefa cumpriu 93 mandados de busca e apreensão e fechou a feira por quase quatro horas e meia, causando revolta nos feirantes. Batizada de Corsário III, a operação será estendida a outras feiras e locadoras do DF.

Outras operações foram feitas em Taguatinga, Ceilândia e no Setor Comercial Sul. A Delegacia de Falsificação e Defraudações (DEF) pretende realizar ações mensais até o fim do ano. “A meta é inspecionar todos os pontos que

"vendem esses produtos no DF", disse o delegado-adjunto da DEF, Luiz Henrique Sampaio.

Segundo ele, a data da operação foi escolhida estrategicamente em virtude da proximidade do Dia das Mães. O volume apreendido está avaliado em R\$ 1,5 milhão. A operação contou com a participação de 120 policiais e a mercadoria falsificada encheu dois caminhões. Foram apreendidos também tênis, bolsas e camisas falsificadas da Seleção Brasileira.

O delegado explicou que as bancas tiveram os cadeados arrombados e o dinheiro e cheques apreendidos junto com as mercadorias. Em cerca de 100 bancas vistoriadas ontem, em apenas cinco não foram encontrados produtos falsificados. A apreensão representa quase a metade da quantidade de CDs e DVDs falsificados apreendida em todo o ano passado, quando cerca de 220 mil unidades foram retiradas de circulação em diversas operações. No ranking nacional da pirataria desse tipo de produto, o Distrito Federal está em quinto lugar.

Desde o ano passado, a polícia brasiliense investiga o envolvimento de fabricantes e vendedores de produtos falsificados com a Máfia Chinesa.

Segundo relatório do Conselho de Combate à Pirataria, vinculado ao Ministério da Justiça, CDs e DVDs falsificados representam 60% de toda a venda do setor no País. No DF, um CD pirateado é vendido pelo fabricante a R\$ 2,50. Isso torna possível que um CD ou um DVD falsificado possa ser vendido ao preço entre R\$ 5 e R\$ 10, bem abaixo dos valores praticados no mercado formal. A polícia está monitorando também o trabalho de fabricantes que escolheram o território brasileiro para a produção de produtos falsificados.

Participação internacional

Desde o ano passado, o Departamento de Atividades Especiais (Depate) da Polícia Civil está investigando a presença de uma organização internacional ligada à pirataria no Distrito Federal. O principal indicativo disso, segundo o delegado Celso Ferro, é a existência de fábricas de CDs e DVDs piratas em território brasileiro e na Região do Entorno.

Somente no segundo semestre do ano passado, pelo menos quatro fábricas piratas de CDs e DVDs foram fechadas no Distrito Federal. Elas estavam instaladas nas cidades de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Paranoá. A maioria delas vendia a produção na Feira dos Importados de Taguatinga.

"Procuramos verificar qual é a conexão desses laboratórios com fornecedores de São Paulo, Foz do Iguaçu e Paraguai para confirmar a atuação da Máfia Chinesa no Distrito Federal", destaca Celso Ferro.

O delegado-titular da DEF, Paulo Fernando Sampaio, esclarece que as mercadorias apreendidas ontem serão levadas para o depósito da Polícia Civil e os feirantes identificados pela venda de produtos pirateados processados. A pena para esse tipo de infração é de dois a quatro anos de prisão, além de multa. O dinheiro apreendido pela polícia nas bancas será devolvido aos feirantes.

Ação irrita os feirantes

A ação da polícia deixou os feirantes indignados com o fechamento do local e a proibição da entrada. Alegam, ainda, prejuízos com a truculência dos policiais, que, de acordo com eles, arrombaram e danificaram as portas de algumas bancas. Além disso, muitos ficaram sem mercadoria para vender.

O comerciante Luciano Chaves, por exemplo, encontrou sua banca com a porta amassada e vitrines quebradas. "Também, fiquei sem mercadoria e não tenho o que vender", reclamava.

Dono de uma banca de jogos eletrônicos, André Henrique contabilizava as perdas. Segundo ele, a polícia levou R\$ 15 mil em mercadorias. "Eles iam levar o dinheiro do caixa, mas cheguei bem na hora", disse.

O feirante Diego de Moura não se conformava com a ação policial. "Não é por causa de uns que todos devem pagar", disse ele, ao defender os feirantes legalmente estabelecidos.

A feirante Lúcia Barbosa, dona de uma banca de jogos, não vê problemas em comercializar jogos copiados. "Qual é o pai que pode comprar um jogo original de R\$ 200?", questiona.

Na avaliação do diretor de Fiscalização da Feira dos Importados, Joselio Carvalho de Souza, a operação foi correta. Para ele, os feirantes precisam trabalhar legalmente. "É melhor perder uma manhã de trabalho do que a feira ficar fechada por tempo indeterminado", diz.

Últimas apreensões

17/04/2005 – Cerca de 140 mil unidades de CDs e DVDs piratas foram apreendidas pela Polícia Civil na Feira dos Importados de Taguatinga. Na época, foi considerada a segunda maior apreensão de produtos falsificados no Distrito Federal.

31/08/2005 – Disfarçados, policiais civis entraram na Feira dos Importados e fecharam 18 bancas que vendiam mercadorias falsificadas das grifes Victor Hugo e Louis Vuitton. Na ocasião, foram detidos 25 comerciantes, dos quais 21 eram chineses. A operação contou com a participação de 60 policiais e foram apreendidas duas mil bolsas falsificadas. Cada uma era vendida por R\$ 150, cerca de 20% do valor do produto verdadeiro. As bolsas eram fabricadas na Ásia e chegaram ao Brasil pelo Porto de Santos (SP). Houve confronto entre policiais e feirantes.

15/10/2005 – Sete caminhões abarrotados de produtos falsificados e sem nota fiscal. Esse foi o saldo da operação realizada pela Polícia Civil e Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) na Feira dos Importados. Entre os milhares de itens apreendidos, óculos escuros, relógios, CDs, DVDs, tênis e artigos de Natal.

15/10/2005 – Nesse mesmo dia, 80 mil CDs e DVDs piratas foram apreendidos na Feira dos Importados de Taguatinga. A polícia chegou ao local depois de estourar uma fábrica clandestina em Ceilândia. Na indústria, foram apreendidas 13 toneladas de encartes e capas de CDs e DVDs, além de equipamentos próprios para cópia.

09/11/2005 – Um milhão de cigarros falsificados, equivalente a 50 mil maços, foram apreendidos em quatro depósitos próximos da Feira de Ceilândia. De origem paraguaia, o produto seria comercializado em todo o DF. Os maços de cigarro estavam em duas camionetas.

14/12/2005 – Uma fábrica clandestina de CDs e DVDs foi descoberta pela polícia em Taguatinga. O laboratório fabricava 1,4 mil cópias por dia. Em cinco computadores, os criminosos copiavam sete CDs inteiros em menos de 20 minutos.

Fonte: Jornal de Brasília

PM intercepta ônibus com R\$ 500 mil em mercadorias contrabandeadas

29/Maio/2006

A Polícia Militar interceptou, nesta segunda-feira no Gama, um ônibus com cerca de R\$ 500 mil em mercadorias contrabandeadas do Paraguai. Dezesseis pessoas foram presas. Depois de uma denúncia anônima feita às 4h da

manhã, os policiais foram até a DF 475. Em uma chácara conhecida como Ponte Alta, dois homens desembarcavam as mercadorias, enquanto outras pessoas, que haviam feito encomendas, chegavam ao local.

O ônibus estava abarrotado de CDs falsificados, anabolizantes, remédios para emagrecimento, eletrodomésticos, computadores, e 400 caixas de cigarros. Os responsáveis pelas mercadorias não apresentaram nota fiscal. Segundo o tenente da PM Giuliano Ribeiro Enóki, o local era um ponto de recepção dos produtos contrabandeados. "As pessoas faziam encomendas e iam ao local apenas para receber-las. Lá havia uma barraca montada para o procedimento", explica Enóki.

As 16 pessoas detidas foram encaminhadas para a Superintendência da Polícia Federal de Brasília, onde o flagrante será registrado. Segundo Enóki, os receptadores apresentavam versões diferentes para o fato. "Umas disseram que faziam mudança. Outras falaram que estavam visitando a chácara. O fato é que é estranho uma visita às 4h da manhã", ironiza.

Os detidos podem ser enquadrados nos crimes de contrabando e descaminho. A pena é de um a quatro anos de prisão.

Fonte: Correio Braziliense

Por: CorreioWeb

CDs e DVDs piratas na feira

03/Ago/2006

A Polícia Militar apreendeu ontem cerca de 9 mil DVDs e 600 CDs piratas em 11 bancas na Feira dos Importados, em Taguatinga Centro. A operação aconteceu por volta das 11h15. Depois de recolher 82 CDs no centro comercial de Taguatinga, os PMs souberam de um forte esquema montado na feira e decidiram investigar. No local, os ambulantes resistiram à ação e depois fugiram com algumas mercadorias. Ninguém foi preso. "Éramos apenas seis e precisamos pedir reforço de quatro viaturas com mais 12 policiais para conter os ânimos e efetuar a apreensão", disse o subtenente Umberto, responsável pela apreensão. A 12ª DP (Taguatinga) vai instaurar inquérito para identificar os donos das bancas. A mercadoria ficará à disposição da Justiça.

Fonte: Correio Braziliense

Cinquenta mil piratas apreendidos

Policiais estouraram depósito e dois laboratórios de CDs e DVDs piratas. Cinco foram levados à delegacia acusados de violação de direito autoral

12/Setembro/2006

Após um mês de investigação - iniciada com informações de denúncia encaminhada à 31ª DP (Planaltina) - policiais da circunscricional realizaram, na tarde de 29 de agosto, uma operação na cidade que finalizou com a descoberta de um depósito e dois laboratórios clandestinos de fabricação de CDs e DVDs piratas.

Durante a operação, comandada pelo delegado-chefe José Adão Rezende, os policiais recolheram cerca de 50 mil CDs e DVDs, além de impressoras, CPUs e impressos utilizados na confecção das peças piratas. O delegado informou que todo o material apreendido seria vendido em feiras por ambulantes espalhados em vários pontos do DF.

As diligências foram iniciadas no Jardim Roriz, local do depósito instalado no Setor de Hotéis e Diversões no bloco K. Os policiais usaram de estratégia para entrar no local. Um "laranja" foi comprar a mercadoria. Assim que ele saiu, os policiais entraram dando o flagrante. No local foram presos Francisco de Souza Maia, 26 anos, e André de Souza Santos, 33.

Durante as buscas no depósito, os policiais encontraram CDs e DVDs evangélicos, de música popular e até pornográficos, alguns que ainda não foram lançados no mercado. Segundo os peritos do Instituto de Criminalística (IC), cerca de 30 mil peças foram encontradas no depósito.

Na delegacia, Francisco Maia foi identificado como líder da pirataria em Planaltina. Ele e André de Souza foram autuados no artigo 184 do Código Penal Brasileiro (CPB), que trata dos crimes contra a propriedade intelectual por manter em depósito obras fonográficas e de imagem sem autorização dos titulares ou de quem os represente.

Laboratórios produzindo sem parar

O comboio prosseguiu nas diligências e na casa 15 da Qd. 105, na Rua Hugo Lobo, no Setor Sul da cidade, os policiais estouraram o primeiro laboratório. A casa era alugada e no local os investigadores encontraram várias CPUs com drives para fabricação de CDs. Os equipamentos, segundo a perícia, são capazes de reproduzir de uma só vez 36 gravações em curto espaço de tempo.

Os policiais encontraram também capas confeccionadas, carimbos, agendas com nomes de comerciantes e quantidades de venda para cada um deles, além de cheques diversos - todos devolvidos por insuficiência de fundos.

Na Avenida Marechal Deodoro, também no Setor Sul, na casa 15 da Qd. 117, os policiais encontraram três CPUs, cada uma com oito drives de gravação. De acordo com os investigadores, os responsáveis pelos dois laboratórios utilizavam-se do depósito para guardar as mercadorias produzidas.

Nos dois laboratórios, os policiais encontraram Edmar Cícero Pereira, 31; Antônio Almeida Neto, 31 e José Ferreira, 45. Os três foram autuados pela reprodução ilícita dos CDs e DVDs, crime que prevê até quatro anos de prisão. De acordo com a polícia, Francisco de Souza do depósito e Antônio Almeida são os únicos que não têm passagens por delegacias. Os demais têm a ficha suja.

Fonte: Jornal Local - Na Polícia e Nas Ruas [Ed. 49 de 12 a 19/09]

Por: Silvio Linhares

ESPIRITO SANTO

Polícia fecha loja que vendia produtos contrabandeados em Vitória

17/Julho/2006

Uma loja que vendia produtos contrabandeados e funcionava em plena avenida Jerônimo Monteiro, no Centro de Vitória, foi fechada por policiais da Delegacia de Defraudações e Falsificações (DEFA), na tarde desta segunda-feira. O estabelecimento pertence à uma família chinesa, que mora há quatro anos na capital capixaba. No momento da operação policial, apenas a filha, a esposa e um sobrinho do proprietário, identificado com Zheng, estavam no local.

Segundo o delegado Luiz Neves, a loja montava óculos de sol de marcas famosas quando a polícia chegou ao local. Além de vender no atacado, os chineses vendiam no varejo. Todo material encontrado no estabelecimento foi apreendido. A Polícia Civil vai investigar se a família Zheng tem ligação com os chineses de São Paulo, acusados de

VITÓRIA
 serem os maiores contrabandistas do país. O comerciante chinês vai se indicado por comércio ilegal.
 A polícia está intensificando a repressão ao contrabando e à pirataria na Grande Vitória. No sábado, cerca de cinco mil cds e DVDs foram apreendidos em operações no Estado. Doze pessoas foram detidas e vão ser indicadas por comércio ilegal.

Policia recolhe produtos pirata em loja atacadista de Cariacica

20/Julho/2006

Apoltado como um dos maiores contrabandistas do país, o empresário paulista Law King Chong, preso em junho de 2004, pode ter ramificações no Espírito Santo. A Polícia Civil encontrou, na manhã de ontem, em Cariacica, uma loja atacadista que vendia produtos falsificados para boa parte dos vendedores ambulantes da Grande Vitória e de grandes cidades do interior. Há possibilidade de o material ser de origem chinesa.

A loja Canal Variedades fica na Avenida Expedito Garcia, em Campo Grande. Policiais civis da Delegacia de Defraudações e Falsificações (Defa) recolheram lá várias caixas com produtos falsificados provenientes de São Paulo. A origem foi confirmada por meio de notas fiscais que, segundo o titular da Defa, delegado Luiz Neves Paula Neto, também podem ser falsas.

"Vou entrar em contato com a Delegacia Fazendária e identificar se as notas são verdadeiras ou são montadas. Comprovando a fraude, iremos entrar em contato com a polícia de São Paulo para identificar e localizar as lojas que vendem esses produtos. Vamos investigar ainda se os produtos têm ligação com materiais contrabandeados por chineses", explicou o delegado.

O proprietário da Canal Variedades não foi localizado. Ele está em São Paulo, e a Polícia Civil capixaba aguarda que o empresário se apresente para explicar a origem do material apreendido. Entre os produtos recolhidos estão capas para telefones celulares, pulseiras, aparelhos eletrônicos e bonés. Todo o material foi recolhido e colocado em caixas, que foram levadas para a Defa.

Movimento. Segundo um funcionário do Departamento de Contabilidade da empresa, o movimento mensal de mercadorias variava de R\$ 80 mil a R\$ 100 mil. Segundo a polícia, a maior parte dos camelôs da Grande Vitória e de Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim compravam produtos nesta loja.

A loja foi vistoriada após uma denúncia anônima de moradores. Segundo a polícia, três vezes por semana caminhões paravam à noite em frente à loja e rapidamente descarregavam caixas de produtos. A ação levantou suspeitas, e durante um mês a polícia vigiou o lugar.

Depois de expedido um mandado de busca e apreensão, pela Central de Inquéritos, a polícia foi à loja, por volta das 9 horas de ontem, e realizou a apreensão. Dois funcionários foram levados à Defa, na Chefatura de Polícia, em Vitória, onde prestaram depoimentos e, em seguida, liberados. A loja foi fechada, mas se tiver mercadorias legalizadas poderá reabrir já a partir de hoje.

Fonte: Gazeta Online
 Por: Eduardo Santos

policia investiga ação de chineses

O empresário chinês Law King Chong, proprietário de um shopping na Avenida 25 de Março, um dos mais conhecidos pontos de vendas de produtos contrabandeados de São Paulo, foi preso em junho de 2004, acusado de contrabando, descaminho e pirataria. A polícia capixaba investiga agora se chineses também estariam enviando produtos contrabandeados para a loja Canal Variedades, em Campo Grande, Cariacica. Segundo a polícia, boa parte dos produtos pirata vendidos atualmente encontram-se em São Paulo. Como as notas fiscais apresentadas por funcionários da Canal Variedades são provenientes justamente desse Estado, a polícia vai investigar, com a ajuda da polícia paulista, se há ligação entre a Canal Variedades e os chineses que estariam por trás das importações.

Fonte: A Gazeta-ES
 Por: Fabricio Marvila

GOIÁS

Policia levanta pontos de produção e venda de material pirata

10/Janeiro/2006

A Delegacia do Consumidor (Decon) realiza levantamento de pontos de produção e venda de materiais pirateados em Goiânia a partir desta segunda-feira (9). Os trabalhos fazem parte de operação combate à pirataria na cidade, em que a polícia vem atuando há vários meses. Segundo o delegado José Carlos Bezerra da Silva, a produção e comercialização de CDs piratas caiu bastante. Os materiais mais reproduzidos hoje são os jogos eletrônicos (games) e os DVDs de filmes e musicais.

Os trabalhos são realizados em parceira entre as polícias Civil e Militar. José Carlos afirma que o trabalho agora é mais complicado, porque há muitos laboratórios de fundo de quintal reproduzindo mídias para comercialização. Em breve devem ser iniciados os trabalhos de apreensão no Centro, Campinas e nas feiras da cidade.

Fonte: Diário da Manhã-GO

MARANHÃO

Presos em laboratório no Maranhão

A polícia do Maranhão, atendendo notícia crime da ADEPI, efetuou busca no laboratório que funcionava em uma residência situada na periferia de Grajaú, dia 30 de janeiro, prendendo em flagrante delito 2 pessoas e apreendendo uma adolescente de 17 anos de idade. No local foram apreendidos 10 gravadores de CD e DVD, 01 computador, 01 impressora, 1.200 caixas para DVD, uma caixa com 1.000 capas impressas, 1.009 DVD gravados, além de outros materiais.

Fonte: Adepi - Informativa Fevereiro de 2006.

Pirataria: Dercife intensifica ações

Principais focos em Minas são as cidades de Governados Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros e RMBH
17/Abril/2006

As ações de combate ao comércio de mercadorias piratas no Estado continuarão em 2006. De acordo com a Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Informático e às Fraudes Eletrônicas (Dercife) da Polícia Civil de Minas Gerais - que apreendeu no exercício passado cerca de 50% a mais do que em 2004, o que representa 200 mil CDs, DVDs e fitas de VHS, avaliadas em R\$ 1 milhão -, os principais focos de pirataria e contrabando em Minas Gerais são os municípios de Governador Valadares (região do Rio Doce), Juiz de Fora (Zona da Mata) e Montes Claros (Norte de Minas), além da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Por questões estratégicas, os locais e as ações previstas para 2006 não podem ser divulgados. No entanto, com a centralização das investigações, a expectativa é de que o combate à pirataria seja mais eficiente. Desde março passado, a Dercife tem assumido as ações que antes eram de competência da Delegacia de Falsificações e Defraudações, como a pirataria de bolsas e roupas. Todavia, segundo a delegada, para estes crimes seja investigados é preciso que a parte interessada manifeste interesse por meio de uma representação.

"Ainda não foi emitida uma resolução que oficializasse a Dercife a assumir estas competências da Delegacia de Falsificações e Defraudações. No entanto, na prática, esta absorção já vem sendo feita de forma gradual. Diferentemente do crime de pirataria de mídia, que é de interesse público, os crimes que dizem respeito aos produtos como bolsas, roupas e, até mesmo, marcas pirateadas, é de interesse privado e depende de manifestação individual", afirmou.

De acordo com Andréa Araújo, o crime de pirataria de mídia está previsto no 2º parágrafo do artigo 184 do Código Penal, a pirataria de softwares é proibida por meio do 12º artigo da Lei 9.609 de 1998, e a ação de piratear marcas é vetada pelos artigos 189 e 190 da Lei 9.279/96.

Conforme a explicação da delegada, além das sanções previstas na norma, o produtor e comerciante de mercadorias piratas pode também responder por outros crimes, como o de sonegação fiscal. "É bom lembrar que as pessoas que tem apreendidas as mercadorias pirateadas não tem somente prejuízo material. Após o recolhimento dos produtos, os envolvidos responderão inquéritos policiais e processos na Justiça e podem ser presos", ressaltou Araújo.

Em dezembro do ano passado, somente a Operação Oiapoque foi responsável pela apreensão de, aproximadamente, 50 mil mercadorias piratas. A iniciativa foi realizada no primeiro shopping popular de Belo Horizonte, construído com o intuito de abrigar camelôs e toreros que foram retirados da região do bairro Centro da Capital, e que se tornou referência em produtos de origem duvidosa.

Foco no Popular

A criação dos shoppings e feiras na Capital, que possibilitam o comércio de produtos populares, permitiu uma certa "formalização" das vendas de mercadorias de origem duvidosa, muitas vezes piratas e contrabandeadas. Segundo a delegada Andréa Ferreira Silva Araújo, da Delegacia Especializada de Repressão ao Crime Informático e às Fraudes Eletrônicas (Dercife), a função de evitar o comércio ilícito é da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

"Quem tem a função ostensiva é a PM, que tem a missão de inibir. A Polícia Civil atua em uma fase posterior,

participando de operações planejadas e das investigações", observou.

De acordo com o assessor de imprensa do Comando de Policiamento da Capital (CPC), major Rogério Andrade, a Polícia Militar tem criado as condições necessárias para que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) possa realizar as ações de fiscalização.

"Não há como um policial definir qual produto é ou não a pirata. Ficou decidido que a fiscalização é de responsabilidade da PBH, enquanto o contrabando deve ser realizado pela Polícia Federal ou pela Polícia Rodoviária. É um trabalho em conjunto, no qual cada instituição faz a sua parte", afirmou.

Uma estimativa divulgada no ano passado pela Interpol - organismo policial internacional - calculou que o comércio de produtos piratas no Brasil resulta em um prejuízo anual próximo de R\$ 15 bilhões. Em relação as perdas com impostos e arrecadação, o estudo revelou que o país deixa de receber um valor muito alto cerca de R\$ 160 bilhões por exercício. (BM)

Fonte: Diário do Comércio Belo Horizonte

MATO GROSSO DO SUL**Apreendidos 53 mil pacotes de cigarros**

16/Janeiro/2006

Uma ação conjunta da polícia em Guairá resultou na apreensão de 53 mil pacotes de cigarros contrabandeados na madrugada de anteontem e na prisão de três homens e uma mulher. As caixas foram encontradas numa chácara na zona rural da cidade, próximo ao Distrito Industrial. Os maços de cigarros, de diversas marcas do Paraguai, seriam distribuídos na região de Ribeirão Preto.

De acordo com a Polícia Militar, os maços de cigarros estavam sendo embalados em 1.075 caixas e o material estava armazenado em um barracão e num caminhão-tanque, com placas de Nova Andradina (MS). O caminhão tinha um fundo falso que abrigava as caixas, escondidas. Depois da ação, a Polícia Civil começou a fazer um levantamento da origem da mercadoria, mas já foram identificadas diversas marcas provenientes do Paraguai.

A operação foi realizada em conjunto pelas polícias Militar e Civil após denúncia de moradores da região, que perceberam uma movimentação diferente na chácara, que teria sido alugada pela quadrilha. Os quatro suspeitos que estavam no local foram presos em flagrante por contrabando e formação de quadrilha.

Três dos acusados foram levados para a Cadeia Pública de Guairá. Uma mulher, que também integrava o grupo, foi encaminhada para a Cadeia Feminina de Jaborandi. De acordo com a polícia, ela é do Paraná e os outros três moravam em Guairá. A polícia investiga ainda a participação de outras pessoas no esquema de distribuição de cigarros contrabandeados na região.

Fonte: Amazônia Hoje

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Militar e Civil descobrem nova rota de contrabando
23/Janeiro/2006

Em uma operação conjunta, envolvendo as polícias Civil e Militar de Tacuru, foi apreendido, na tarde da última sexta-feira, quanto passava pelo município, um ônibus abarrotado de mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

O ônibus, com placas de Cuiabá (MT), tinha saído de Ciudad del Este no Paraguai e seguia em direção à capital mato-grossense levando no bagageiro, na parte traseira e nos corredores do coletivo, uma grande quantidade de mercadorias contrabandeadas do país vizinho, entre elas, brinquedos, peças para bicicletas, produtos eletrônicos e uma grande quantidade de equipamentos de informática, como peças para computadores e assessórios, tudo para abastecer o mercado informal de Cuiabá.

Quatorze pessoas, todas residentes em Cuiabá, entre elas o próprio motorista do coletivo, foram retidas juntamente com a mercadoria apreendida, encaminhadas para a Polícia Federal de Naviraí para serem tomadas as providências cabíveis.

Nova Rota

A apreensão realizada na sexta-feira em Tacuru, que aconteceu na rodovia MS-160, trecho que liga Tacuru a Sete Quedas na fronteira com o Paraguai, revela uma nova rota que está sendo utilizado pelos "sacoleiros".

Ao invés de saírem pela região de Foz do Iguaçu no Paraná, rota normalmente utilizada pelos sacoleiros para deixarem a fronteira, com a intensificação da fiscalização da Receita Federal na região, os contrabandistas têm buscado rotas alternativas.

Para chegar até Sete Quedas, os sacoleiros percorrem pelo menos 150 quilômetros pelo território paraguaio, passando pela região de Corpus Christi e saindo no distrito de Pindoty Porã, que fica na fronteira com o Brasil. (V.N.)

Fonte: Dourados Agora

PM de Corumbá apreende combustível contrabandeado
20/Fevereiro/2006

A Polícia Militar de Corumbá apreendeu ontem às 15 horas cerca de 120 litros de combustíveis, distribuídos em três compartimentos, para serem comercializados no Brasil e que eram contrabandeados da Bolívia.

A apreensão ocorreu durante patrulhamento ostensivo preventivo na Rodovia Ramão Gomes, principal via de acesso a Bolívia. Os combustíveis eram transportados pelo boliviano Fernando Torres Aragayo, 32 anos, que entrava no Brasil conduzindo um veículo Toyota Corolla de placas SA-0089, da Bolívia.

Além de ser produto de contrabando, o inflamável era transportado, segundo a PM, sem nenhuma norma de segurança, contrariando a legislação brasileira e colocando em risco a vida de terceiros. Ramão foi encaminhado à Polícia Federal.

Fonte: Agora MS

DOF apreende contrabando de autopeças em Ponta Porã
24/Fevereiro/2006

Policiais do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) apreenderam por volta das 4h40 de ontem, diversas peças automotivas durante bloqueio policial na Rodovia MS-164, próximo ao Município de Ponta Porã. Na fiscalização abordaram o veículo VW/Passat Importado, com placas de Botucatu (SP), dirigido por Luiz Sergio Santini e tendo como acompanhante Emir Rodrigues de Souza.

Durante a vistoria realizada no veículo, foram localizados 156 itens de acessórios oriundos do Paraguai. A mercadoria foi entregue a Receita Federal de Ponta Porã.

Fonte: Dourados News

DOF apreende contrabando de pneus na fronteira

16/Março/2006

Policiais do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) apreenderam por volta das 13h30 da última terça-feira, dia 14 de março, durante policiamento na Linha Internacional, fronteira com o Paraguai, na região sul do Estado, um carregamento de pneus contrabandeados do Paraguai, que estava sendo transportado no veículo Ford F-4000, de cor cinza, com placas HQS-2331, de Paraná, dirigido por Elizeu Guimarães, 40 anos.

Elizeu foi preso e encaminhado juntamente com as mercadorias apreendidas para a Delegacia de Polícia Federal de Naviraí, onde foi autuado em flagrante pelo crime de contrabando.

Foram apreendidas as seguintes mercadorias: 52 pneus diversos, 46 câmaras para pneus, 22 protetores de câmara, uma bateria para motocicleta, 12 pistões com anéis marca Honda, um eixo de cambio, três pastilhas de ferro, um par de paramotos.

Fonte: Dourados News

Dois são presos em flagrante por pirataria

27/Março/2006



Élio Júnior
Diversos computadores foram apreendidos na manhã de ontem e três deles estavam em atividade

Após receber uma denúncia pelo telefone 0800-7716600 da Polícia Civil, os investigadores do 2º Distrito Policial foram até uma casa, na Nova Marília, onde funcionava um central de pirataria de programas para computador, DVDs e CDs musicais. Duas pessoas foram presas em flagrante pelo crime contra a propriedade intelectual.

A denúncia foi recebida pela equipe da Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes (Dise), onde funciona o disque-denúncia da Polícia Civil. De acordo com o denunciante, pessoas estariam utilizando uma casa da rua Aparecida Pereira Lanzi, na Nova Marília, como central de falsificação de programas para computador, CDs de jogos e músicas, além de filmes em DVDs.

No período da manhã de ontem, às 8 horas, os investigadores do 2º Distrito Policial foram até o local e encontraram

duas pessoas, um homem de 39 anos e uma mulher de 35, fazendo diversas cópias piratas.

No momento em que os investigadores chegaram, pelo menos, três dos computadores utilizados para falsificar programas estavam em atividade. Muitas peças de computador, incluindo gravadores de CDs, CPUs e milhares de DVDs e CDs foram apreendidos.

Conforme informaram os delegados Mário Furlaneto e José Eduardo Lourenço dos Santos, do 2º Distrito Policial, este crime é enquadrado como contra a propriedade intelectual e também poderá ser registrado como crime contra a propriedade intelectual sobre programas de computador. As duas pessoas que estavam no local foram presas em flagrante pelo crime e estão em cadeias públicas da região. A pena pode variar de dois a quatro anos de prisão, além de multa.

Fonte: Jornal da Manhã em 24/03/2006

DOF apreende contrabando de cigarros

15/Maio/2006

Policiais do Departamento de Operações de Fronteira apreenderam na madrugada de ontem em barreira nas proximidades de Dourados, avistaram um veículo que ao perceber a viatura policial parou e os ocupantes empreenderam fuga pelo matagal.

Era um Passat, placas HQV-7608, e após buscas nas imediações, os policiais também conseguiram localizar Odilon Espindola Marques e Francisco Pereira da Silva. Eles estavam contrabandeando 679 pacotes de cigarros de várias marcas.

Odilon e Espindola foram detidos e encaminhados, juntamente com o veículo e a mercadoria, até a Polícia Federal de Dourados, onde foram autuados em flagrante, para as providências cabíveis.

Fonte: Dourados News

Em duas operações PM apreende contrabando

17/Maio/2006



As duas blitz realizadas pela Polícia Militar de Corumbá nesta quarta-feira, 17 de maio, resultaram em apreensões de diversos produtos, provenientes de contrabando e de transporte irregular.

Nas ações promovidas, pela manhã na rodovia Ramão Gomez - estrada que dá acesso à fronteira com a Bolívia - e agora à tarde na rua Dom Aquino Correia, entre Edú Rocha e Cyriaco Félix de Toledo, foram apreendidos: 119 relógios de pulso, 189 DVDs; 124 CDs; agasalhos e roupas que somaram a quantia de R\$ 1,3 mil e seriam levados para Aquidauana; 30 litros de combustíveis; 400 capas de DVDs; dois caminhões com carga de carvão vegetal sem a Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF).

Num carro com placas bolivianas os policiais apreenderam máquinas para corte de azulejo; facas; antenas de

televisão e macacos hidráulicos. O material foi encaminhado para a delegacia de Polícia Civil. Nove pessoas foram autuadas. Foram emitidos 9 autos de recolhimento de documentos, para que o condutor solucione as irregularidades encontradas no veículo em um prazo de 7 dias; 2 carros foram apreendidos.

As operações reuniram 45 policiais entre alunos do Curso de Formação de Cabo e pessoal de apoio.

Fonte: Corumbá On Line
Por: Marcelo Fernandes

Contagem de material pirata pode levar mais de 1 semana

01/Junho/2006

O material pirateado apreendido no Camelódromo de Campo Grande, em uma operação realizada na noite de segunda para terça-feira, vai demorar dias para ser contado. Dez pessoas estão fazendo a contagem, unidade a unidade. A estimativa é que foram recolhidos 70 mil itens entre dvds e cds falsificados, mas o número pode ser bem maior. Entre os policiais que faziam o trabalho, nesta tarde, a informação dada é que nem 20% do material já foram contados. Considerando que já são dois dias, vai ser preciso mais de uma semana só para essa etapa, essencial no processo contra os comerciantes.

Os produtos ocupam uma sala inteira do Unicoc (Unidade Integrada de Combate a Organizações Criminosas), grupo que reúne a Polícia Civil e o Ministério Pùblico. Entre os títulos, os mais vistos são sucessos recentes do cinema, como Código da Vince, que ainda está passando nas salas e não foi lançado em vídeo, e Era do Gelo 2. O trabalho é acompanhado de perto por um representante da Adepi (Associação Nacional de Defesa da Propriedade Intelectual), que ontem divulgou nota apoiando a ação e afirmado que Mato Grosso do Sul é um dos principais focos de pirataria no País, por causa da proximidade com as fronteiras da Bolívia e do Paraguai.

Enquanto isso, os comerciantes do Camelódromo tentam marcar uma audiência com os promotores do Ministério Pùblico que coordenaram a ação. Eles reclamam, entre outras coisas, do fato de investidas como essa só serem feitas no local, apesar de ser notório que há produtos pirateados à venda em vários pontos comerciais da cidade. Os comerciantes buscaram apoio político para tentar sensibilizar o Ministério Pùblico. Três parlamentares, Pedro Teruel (PT), Waldir Neves (PSDB), e Ari Artuzi, estariam intermediando a conversa. Hoje cedo, na Assembleia Legislativa, Neves chegou a defender que os donos de boxes do camelódromo tenham um prazo para parar de vender produtos pirateados, uma vez que eles seriam a alternativa de sustento dessas pessoas.

O Ministério Pùblico justifica a atuação no centro comercial popular apontando que o local, criado pelo poder público, está servindo de suporte ao crime contra a propriedade intelectual e também ao contrabando, cometidos pelos donos de boxes que vendem produtos pirateados. Em ação anterior, quando mais de 70 mil cds e dvds foram pegos no local, os donos acabaram perdendo o alvará para trabalhar no local. O mesmo procedimento deve ser adotado agora, seguindo o Código de Posturas do Município, mas isso só deve ocorrer quando o processo judicial transitar em julgado.

Prejuízo - A punição pode demorar, mas o impacto já chegou ao Camelódromo. Ontem, o local não funcionou durante parte do dia. E ainda hoje, os boxes onde forma encontrados produtos pirateados estavam fechados. O presidente da Associação que reúne os comerciantes, Vicente Peixoto, informou ao Campo Grande News que a ação policial no local fez o movimento cair. "Esse tipo de ação é sempre negativa para a imagem do local", afirma.

O presidente da associação diz que só agora, com a reabertura dos boxes, os donos vão poder calcular os prejuízos

com a perda do material apreendido pelo Ministério Pùblico. O advogado que representa os comerciantes, o vereador Marcos Trad, disse em entrevista ao Campo Grande News que a investida contra a pirataria tem total base legal, mas coloca em choque a lei e a Justiça, já que, segundo ele, a maioria dos comerciantes encontrou nesse tipo de comércio a alternativa ao desemprego.

Fonte: Agora MS com informações do Campo Grande News

Contrabando recorde de cigarros apreendido pela equipe do DOF

01/Junho/2006

O Departamento de Operações de Fronteira (DOF) apreendeu mais um carregamento recorde de cigarros. Desta vez foram 5.330 caixas do produto apreendidas no município de Eldorado. De acordo com as informações divulgadas ontem pelo departamento, após denúncia pelo 0800 e com a ajuda de dados obtidos após a Operação Fronteira Seca IV, onde foram utilizados o helicóptero do convênio Itaipu e um avião cedido pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública, os policiais localizaram uma fazenda em Eldorado, onde estariam sendo armazenadas grandes quantidades de cigarros oriundos do Paraguai.

Com o cerco ao local, a Fazenda Nossa Senhora de Fátima, os policiais constataram a veracidade da denúncia, apreendendo no imóvel rural, de propriedade de Acácio Alves, uma grande quantidade de caixas de cigarros empilhadas no pátio e dentro de um galpão.

Segundo o DOF o capataz revelou que a mercadoria era transportada por caminhões e haveria um rapaz que cuidava o contrabando durante a noite, com autorização do proprietário da fazenda. Após a contagem, peritos

A intervenção policial teve o apoio da Associação de Combate ao Mercado Ilegal (ACMI), entidade que realiza operações por todo o Brasil, sempre com o apoio das polícias Civil, Militar e Rodoviária, além da Receita Federal.

No início de abril passado, uma ação do DOF resultou na apreensão de nove carretas e seis caminhões carregados de cigarros contrabandeados, totalizando 5.284 caixas.

Fonte: Jornal Correio do Estado

PRE apreende 400 pacotes de cigarros contrabandeados

16/Junho/2006

A PRE (Polícia Rodoviária Estadual) apreendeu nesta quinta-feira oito caixas cada uma com 50 pacotes de cigarros contrabandeados. A mercadoria foi localizada em um veículo na MS-280, entre as cidades de Laguna Caarapá e Caarapó.

De acordo com a PRE, os 400 pacotes pertenciam a Amanda Nata, condutora o Fiat Pálio, placa HRN-5830. A apreensão aconteceu por volta das 16h30. O contrabando será encaminhado à Receita Federal da cidade.

Fonte: Campo Grande News
Por: Alessandro Perin

DOF apreende R\$ 3 mil em produtos contrabandeados

16/Junho/2006

Em operação conjunta, equipes do DOF (Departamento de Operações de Fronteira) e Força Nacional apreenderam contrabando avaliado em cerca de R\$ 3 mil. As mercadorias eram transportadas em ônibus com itinerário Tacuru a Eldorado (MS) e posteriormente, seriam levadas para Rondonópolis (MT).

Durante a revista nas bagagens do passageiro Misael Laranjeira de Carvalho, foram encontradas cinco sacolas contendo mercadorias de origem paraguaia, entre elas 636 brinquedos diversos, um aparelho de DVD, 412 capas para celular, sete pares de patins, doze blusas, três almofadas, vinte baterias para celular, 71 lanternas, além de pneus, antenas, jogo de chaves, furadeira, calculadoras e roupas. O material foi levado para Receita Federa de Mundo Novo.

Fonte: Dourados News

DOF e Força Nacional apreendem 100 pacotes de cigarro em bloqueio

14/Junho/2006

Em uma operação realizada pela DOF (Departamento de Operações de Fronteira), juntamente com o auxílio da Força Nacional, na BR-463, apreenderam 100 pacotes de cigarros contrabandeados.

No bloqueio que realizaram, policiais abordaram um ônibus de itinerário Ponta Porã/Dourados, onde durante a vistoria, encontraram em posse de Lucilene Fagundes da Conceição 100 pacotes de cigarros de origem Paraguai, encaminhando a mercadoria à Delegacia da Receita Federal local.

Fonte: Última Hora News

Por: Reginaldo Rizzo

PM de Dourados apreende 200 pacotes de cigarros

30/Junho/2006

Operação realiza pelo Serviço Reservado do 3º Batalhão de Polícia Militar de Dourados, apreendeu por volta das 08h30 de hoje, na rua Professora Antônia Cândida de Melo, no Jardim Água Boa, 200 pacotes de cigarros de diversas marcas contrabandeados do Paraguai, que estavam sendo transportados no veículo VE/Voyage, de cor branca, com placas BFW 7986, da cidade de Tietê, no interior de São Paulo.

Junto com o contrabando foram presos Jeferson Bispo Lima, 26 anos, residente no jardim Guaicurus e o irmão dele Ednilson Bispo Lima, 24 anos, morador no jardim Cilibri, em Dourados.

Ele estão sendo encaminhados neste momento juntamente com a mercadoria, para a sede da Polícia Federal de Dourados, para as providências de praxe.

Fonte: Dourados News

MP de Lucas R. Verde combate venda de produtos piratas
08/Março/2006

A promotora de Justiça de Lucas do Rio Verde Taiana Castrillon Dionello disse que a operação para apreender CDs e DVDs piratas vai continuar. No último dia 16, conforme Só Notícias já informou, teve início a primeira operação local de combate à pirataria. Atendendo determinação do MP, a Polícia Civil e PM, juntamente com Coordenadoria de Perícias de Sinop, apreenderam 1.467 DVDs e 2.762 CDs que estavam sendo vendidos em estabelecimentos comerciais. Um deles chegou a ser fechado.

A promotora avaliou, por intermédio da assessoria do MP, que "a operação foi bastante frutífera, pois todos os produtos estavam em situação irregular". Os objetos foram apreendidos no comércio local e até mesmo em locadoras, que não tinham receio em alugar material pirateado.

A principal meta da operação é a conscientização, pois a prática traz sérios prejuízos para toda a sociedade. "Precisamos tratar a pirataria com a mesma importância que os demais crimes. O Ministério Público nada mais fez do que cumprir e dar efetividade à lei", finalizou.

Fonte: Gazeta
Por: Patricia Neves

Ação resulta na apreensão de 662 CDs piratas em Dourados
08/Fevereiro/2006

O Getam (Grupo Especializado Tático Motorizado) de Dourados iniciou às 15h de hoje um "arrastão" no comércio da cidade, para combater a pirataria. Três locais foram alvo de abordagens policiais, segundo informações do Dourados News. Na avenida Marcelino Pires, 49 CD's e seis DVD's foram apreendidos por comércio ilegal. No cruzamento das ruas Bela Vista e Cuiabá, mais 94 discos foram levados.

A maior apreensão foi realizada no Trevo da Bandeira (fim da avenida Hayel Bom faker), onde foram recolhidos 159 DVD's e 360 CD's, todos expostos para venda. Durante todo o dia, foram recolhidos 662 discos, entre CD's e DVD's. Esta foi a segunda vez que o Getam realizou tal operação.

Fonte: Campo Grande News
Por: Humberto Marques

PM apreende carregamento de cigarros
25/Julho/2006

A Polícia Militar de Dourados voltou a fazer apreensão de cigarro contrabandeado do Paraguai. Na madrugada de ontem, um homem foi preso em flagrante quando trazia de Pedro Juan Caballero quase 650 pacotes. A polícia acredita que o cigarro seria vendido a ambulantes.

A apreensão aconteceu por volta das 5h da manhã na BR-163, nas proximidades do Trevo na Bandeira, na região

do Jardim Água Boa, quando os policiais pararam para averiguação o Ford/Corcel II vermelho, placas HQQ-1147, de Dourados, dirigido pelo pedreiro por José Barreto Pinto, 42 anos.

A mercadoria estava escondida no porta-malas e nas laterais do veículo. José Barreto, que é morador no Parque das Nações I, recebeu voz de prisão e foi encaminhado com o carro e a mercadoria para a Delegacia de Polícia Federal, onde foi autuado em flagrante por contrabando.

Apreensões

Nos últimos meses, as polícias Militar, Federal, Rodoviária Federal e o Departamento de Operações de Fronteira (DOF) têm efetuado diversas apreensões de cigarros contrabandeados tanto na região de Dourados como no cone sul do Estado. A mercadoria entra em Mato Grosso do Sul por meio de diversas cidades que fazem fronteira com o Paraguai.

Fonte: Correio do Estado
Por: Fábio Dorta

Operação aprende 5,7 mil CDs em Aparecida do Taboado
07/Agosto/2006



Material foi apreendido durante operação na última sexta-feira

A operação "Piratas do Caribe", realizada pela Polícia Civil e Polícia Militar, apreendeu 5,7 mil CDs, 2,7 mil DVDs e 18 CDs de MP3 em Aparecida do Taboado, a 431 km de Campo Grande.

A apreensão dos 8.529 produtos, provenientes do Paraguai, foi realizada na última sexta-feira. A operação foi realizada com o objetivo de combater o crime contra a propriedade imaterial.

Fonte: Campo Grande News
Por: Aline dos Santos

CDs piratas apreendidos na feira livre
08/Agosto/2006



Investigações da Polícia Civil da Delegacia Distrital de Vila Operária identificaram uma situação acintosa de comércio ilegal de CDs e DVDs pirateados na Feira Livre de Vila Operária, e acabaram apreendendo pelo menos 3 mil exemplares desses produtos.

A operação de combate à pirataria foi coordenada pela delegada Anaíde Barros de Souza e contou com o apoio de viaturas da Polícia Militar. Ninguém foi preso.

A polícia vinha recebendo denúncias de que o comércio ilegal de produtos pirateados estava sendo realizado tranquilamente nos dias de feira livre (noite de sábado e domingo).

A delegada realizou a abordagem nas pessoas que faziam o comércio e apreendeu os produtos ilegais, conduzindo-os à delegacia, onde deverão permanecer à disposição da Justiça, que deverá determinar a sua destruição. Apesar da grande apreensão, muitos vendedores conseguiram fugir da polícia no momento das abordagens.

De acordo com a delegada, esse tipo de operação terá continuidade, porque se configura em crime contra a propriedade intelectual e direitos autorais.

As investigações continuam no sentido de identificar os fornecedores, bem como a origem desse produtos.

Fonte: A Tribuna Mato Grosso
Por: Ailton Lima

PARÁ

Apreendidos 10 mil DVDs piratas

Operação da Delegacia do Consumidor no centro comercial de Belém apreendeu o material e deteve seis pessoas, sendo que duas foram autuadas em flagrante
25/Janeiro/2006

Uma operação policial, realizada no centro comercial de Belém, resultou na apreensão de dez mil DVDs piratas, ontem pela manhã. Seis pessoas foram inicialmente detidas. Mas, depois de ser analisada a situação de cada uma delas, apenas duas foram autuadas, em flagrante, por violação aos direitos autorais. Coordenada pela Delegacia do Consumidor (Decon), da Polícia Civil, essa que é considerada uma das maiores ações de combate à pirataria reuniu ainda policiais militares, federais, guardas municipais e representantes do Ministério Público do Estado e do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, totalizando 40 pessoas.

O material apreendido foi levado em dez Vans para a Decon, que funciona no prédio da Divisão de Investigações e Operações Especiais, na rua Avertano Rocha. Uma das salas da delegacia ficou cheia dos produtos falsificados, que, uma vez apreendidos, ficarão à disposição da Justiça. Segundo a delegada Gisele Campos, diretora da Decon, a operação aconteceu das 9 às 11 horas de ontem e se concentrou basicamente na área da praça das Mercês, na confluência das ruas Santo Antônio e Frutuoso Guimarães.

Essa região já vinha sendo investigada pela Polícia porque, no local, funciona uma feira de venda de CDs, DVDs e até LPs usados. De acordo com a delegada, na praça das Mercês atuam os distribuidores dos produtos piratas. Ela acrescentou que, há um mês, durante uma operação, policiais recolheram 30 mil DVDs e CDs pirateados. No entanto, conforme demonstrou a apreensão de ontem, esse comércio continuou bastante forte na capital paraense.

Os policiais também recolheram várias resmas de papel A-4, usadas para produzir as capas dos produtos. E recolheram cartões de visita com o nome de um homem e de uma mulher, e seus respectivos números de celular. Fica claro que, caso a pessoa queira comprar produtos falsificados, é só procurar aquelas pessoas. Como endereço, aparece no cartão a travessa Frutuoso Guimarães com a praça das Mercês.

Um dos detidos, e que foi autuado em flagrante, é Rodrigo Brito, 23 anos. Os policiais encontraram com ele 500 DVDs. Segundo os policiais, o rapaz revelou, antes de prestar depoimento, que, quando o comércio está bom, fatura R\$ 400 por com a venda desses produtos. Rodrigo, que disse ser estudante universitário, não revelou, porém, o nome do fornecedor dos DVDs piratas. Geralmente, nesses casos, eles não mencionam o nome da pessoa de quem adquiriram os produtos falsificados. O sigilo é fundamental nesse tipo de negócio.

O outro preso em flagrante não teve seu nome revelado. Mas contou à delegada Gisele que era dono de uma loja que, devidamente regularizada, vendia DVDs. Só que, segundo disse, seu estabelecimento foi assaltado duas vezes e, por causa do prejuízo, se viu obrigado a partir para o comércio clandestino. A delegada Gisele contou que uma das pessoas detidas durante a operação era um reparador de carros. Ele foi envolvido na história porque vigiava um carro dentro do qual havia produtos pirateados. Por esse motivo, nenhum procedimento foi lavrado contra ele.

O crime de violação de direitos autorais prevê pena de reclusão de dois a quatro anos. E só é afiançável na Justiça, explicou a diretora da Decon, onde houve a lavratura do flagrante contra os dois acusados. Pagando a fiança, os dois homens autuados em flagrante poderão responder o processo em liberdade. A delegada Gisele Campos informou ainda que outras operações de combate à pirataria, não só de CDs e DVDs, mas de roupas e acessórios, serão realizadas em Belém no decorrer do ano.

Fonte: O Liberal

Policia encontra produtor de DVDs piratas

03/Fevereiro/2006

Policiais da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe) de Belém prenderam ontem Manoel Domingos Leão Alves, de 50 anos, apontado como produtor de CDs e DVDs piratas para abastecimento do mercado informal nos bairros do Comércio e Batista Campos. Flagrado dentro de um táxi com quase 300 DVDs, quando seguia para o Comércio para distribuir o produto pirata, Domingos foi autuado em flagrante pelos crimes de violação do direito autoral e contra as relações de consumo e o consumidor. Na casa do acusado, localizada na Rua da Paz, no bairro do Jurunas, a Polícia apreendeu também diversas embalagens plásticas de DVD, capas impressas em papel couché - o que aumenta a qualidade da apresentação do produto pirateado - e uma torre de computador com quatro gravadoras de CD e DVD e uma matriz.

De acordo com o investigador Paranbos, que participou da operação realizada pela Dioe junto com os investigadores Ardiley, Ardilex e Japonês, é possível que outras quatro torres tenham sido levadas do local para evitar o flagrante. Ele acrescenta que, em cada uma delas, os pirateadores conseguem reproduzir até quatro cópias em apenas 20 minutos. Na casa de Domingos, vivem ainda a mulher dele, a sogra e dois filhos, que dividiam o espaço com os produtos falsificados.

A apreensão do material e a prisão de seu proprietário coloca a Polícia frente ao personagem mais oculto da cadeia da pirataria de DVDs - o produtor. Apesar das constantes apreensões realizadas, é raro os policiais conseguirem prender quem produz o produto pirateado, já que os vendedores de rua procuram proteger o seu nome a todo custo. Segundo a Polícia, não apenas produtores e vendedores do material podem ser indiciados pelo crime de violação de direito autoral, como também a gráfica que confecciona as cópias das capas dos produtos. Além da violação ao direito autoral, Domingos será enquadrado nos artigos 7º (inciso 7º e 9º da Lei 8.137/90, de crime contra as relações de consumo) e 66 (parágrafo único, Lei 8.078/90, de crime contra o consumidor).

Fonte: O Liberal Online

Preso fabricante de CDs e DVDs piratas

O acusado tinha em casa farto material que ele usava para piratear a mercadoria que distribuía a camelôs

15/Fevereiro/2006

Policiais da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe) prenderam na manhã de ontem Johnny Cordovil Tavares da Silva, acusado de fabricar e distribuir CDs e DVDs piratas em vários bairros de Belém. Na casa do acusado, localizada na passagem Dois de Junho, no bairro da Terra Firme, os investigadores da Dioe encontraram três impressoras, scanner, copiadora multifuncional, uma torre com duas gravadoras de CD e DVD, diversas capas impressas, 18 cartuchos de tinta e quase 130 CDs e DVDs.

De acordo com o investigador Paranhos, que ao lado dos investigadores Japonês e Barral participou da operação, o que mais chamou a atenção da Polícia nessa operação foram três tubos de verniz Acrilex, utilizados por Johnny para melhorar a qualidade das capas dos DVDs. Com a aplicação do material, elas ganham um aspecto brilhoso e uma textura semelhante à apresentada pelo papel couché, de custo bem mais elevado. A descoberta ajuda a entender melhor como funciona o processo de falsificação desses produtos, excluindo, a princípio, a participação de gráficas na cadeia produtiva dos DVDs piratas.

Johnny afirma que chegava a produzir 50 DVDs por dia, mas que iniciou na atividade há apenas quatro meses, tempo em que estava se capitalizando para poder iniciar uma produção maior. Segundo a Polícia, o custo de produção de cada unidade, repassada aos vendedores de rua por R\$ 7 ou R\$ 8, sai por menos de R\$ 3,50, gerando lucros superiores a 100% ao fabricante. A atividade, diz Johnny, garantia-lhe uma renda de cerca de R\$ 400, mas a Polícia acredita que esse valor possa ser bem maior.

De acordo com a delegada Gisele Campos, que comandou a operação, a prisão de Johnny representa um avanço importante nas investigações, já que atinge a base da cadeia produtiva da pirataria em Belém. "A gente percebeu a apreensão que fazíamos dos vendedores não estava surtindo efeito", comentou. O foco nos fabricantes e distribuidores, assegura Gisele, permite à Polícia evitar que o produto chegue ao consumidor final.

Por ter sido encontrado sem o documento de identidade - ele afirma ter sido assaltado recentemente -, Johnny deverá ser identificado criminalmente. O acusado foi autuado em flagrante pelos crimes de violação ao direito autoral e enquadrado nos artigos 7º (inciso 7º e 9º da Lei 8.137/90, de crime contra as relações de consumo) e 66 (parágrafo único, Lei 8.078/90, de crime contra o consumidor).

Fonte: O Liberal

Ataque frontal abate pirataria

15/Maio/2006

Mais de 70 mil CDs e DVDs foram apreendidos durante a "Operação Peter Pan" na manhã de ontem em mais de 100 municípios paraenses. A investida já é considerada a maior ação de combate à pirataria no Pará e a maior da Polícia nos últimos dez anos. Em alguns municípios da região sudeste do Estado, como Marabá, a operação continuou até a noite. Na região do Baixo Tocantins (Abaetetuba e adjacências), foi a prendida maior parte dos DVDs e CDs piratas: mais de 9 mil. No final da tarde de ontem, o delegado do Interior, Waldir Freire, confirmou que mais de 100 pessoas foram presas pelos mais de 200 agentes envolvidos na operação. Em Bujaru, também foram apreendidos 17 quilos de maconha. Somente hoje devem ser divulgados os números finais das apreensões.

Realizada em conjunto pelo Ministério Públco e pelas polícias Civil e Militar, a apreensão resultou na prisão de 17 pessoas apenas em Belém. Todas responderão pelo crime de violação à propriedade intelectual e, se condenadas, podem cumprir até quatro anos de reclusão. Desde o início de 2006, a Secretaria de Segurança Pública do Estado realizou apreensões, descobriu cinco depósitos de produtos piratas e três torres de gravação. Este material ficará à disposição da Justiça e deve seguir para Brasília até o final do ano, quando será destruído em local público durante a programação do Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, comemorado dia 3 de dezembro. Em Belém, foram apreendidos oito mil CDs e DVDs.

Em Belém, logo ao amanhecer os promotores Marco Aurélio do Nascimento e Gilberto Valente Gentil, acompanhados por 40 policiais militares e 50 civis, já agiam nos principais pontos de venda de CDs e DVDs da capital paraense - nas proximidades do shopping Iguatemi, praça das Mercês, avenida Presidente Vargas e rua Gama Abreu, além das travessas Santo Antônio e João Alfredo. O material apreendido foi levado em dois caminhões para a Divisão de Investigações e Operações Especiais (DIOE). As salas e os corredores do local ficaram abarrotados de sacolas com o produto.

Muita reclamação

Nos corredores da Dioe, houve muitas reclamações. Marco Antônio da Silva Neto, 38 anos, disse estar revoltado com a medida e a prisão da mulher Osimeire de Souza Neves, 35. Segundo ele, ele fez um investimento de aproximadamente R\$ 5 mil depois da operação policial. Segundo ele, o produto "era a única fonte de renda da família há 13 anos. A gente sabe do risco que corre sendo irregular mas esse é o jeito de sobreviver, já que não tem emprego. É injusto ser preso porque se trabalha. Como vou arranjar dinheiro para pagar a fiança da minha mulher se levaram o que nos dava sustentava?", reclamava ambulante.

O promotor Marco Aurélio do Nascimento não aceita o argumento do vendedor e diz a atividade é ilegal. Dados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a pirataria no Brasil, o país perde R\$ 132 bilhões anualmente por sonegação fiscal em razão da informalidade. De acordo com o promotor, os prejuízos vão além das cifras. A atividade cria uma instabilidade jurídica que desestimula o investimento do capital estrangeiro no Brasil. As empresas não aplicam dinheiro por receio do crescimento da economia informal.

Em nota enviada à Imprensa, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP) considerou satisfatórios os resultados da "Operação Peter Pan" e salientou a necessidade de uma delegacia especializada no Estado que combata a pirataria e o contrabando, vinculados ao crime organizado.

Pelo interior

A Polícia Civil, o Ministério Público e Polícia Militar realizaram durante todo o dia de ontem uma grande operação para desarticular uma quadrilha de falsificadores de CDs e DVDs, com ramificações em várias cidades dos Estados do Pará e Maranhão. Com a ação, a Polícia pretende dar uma resposta diante do comércio de produtos pirateados que entram no Pará através dos Estados do Maranhão e Tocantins, abastecendo principalmente as cidades de Dom Elizeu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Marabá, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Paragominas, Ipixuna, Aurora do Pará e Mãe do Rio.

As fábricas de DVDs e CDs piratas estão localizadas principalmente nas cidades maranhenses de Açaílândia, Itinga e Imperatriz e chegam ao Pará em tempo recorde. Como o sudeste paraense a fiscalização neste tipo de crime era falha, além da pirataria atuar abertamente no mercado de compra e venda de DVDs, o que pode ser facilmente constatado em várias lojas e mercados de várias cidades da região, os falsificadores também abastecem inúmeras locadoras que funcionam clandestinamente nestas cidades.

Enquanto um DVD original chega a custar até R\$ 70, os que produtores de piratas do Estado do Maranhão repassam o mesmo DVD falsificado aos atravessadores por valores que variam entre R\$ 5 e R\$ 7. Nas cidades paraenses, os DVDs chegam ao consumidor final pelo preço de R\$ 15.

DVDs e CDs vêm do Maranhão

Enquanto as locadoras do interior esperam os filmes novos serem liberados no mercado, os chamados "lançamentos", a indústria pirata do Maranhão caminha anos luz na frente, dando um baile nas grandes fornecedoras, obtendo cópias dos filmes, muitos ainda sendo exibidos no cinema, e os repassam para as locadoras clandestinas e para o mercado informal. As cópias, em sua maioria, são de péssima qualidade, uma vez que são retiradas da Internet ou gravações feitas dentro de um cinema. Muitas cópias apresentam falhas que vão desde o congelamento de cenas do filme, até gravações desconexas e incompletas.

Várias denúncias de locadoras que estão funcionando com produtos pirateados já estão em poder do delegado Marcelo Luz, superintendente da Zona Guajarina que engloba municípios do sudeste paraense. O delegado ressaltou que a Polícia está se mobilizando para coibir este tipo de crime em toda a região. Em Paragominas, até o final da tarde de ontem, a Polícia Civil já tinha apreendido mais de 4 mil DVDs piratas. Em Ulianópolis, mesmo com um efetivo reduzido, a delegada Eielza Braga, juntamente com o investigador "Japonês" e a guarnição da Polícia Militar conseguiram apreender vários DVDs pirateados em diversos pontos e locadoras espalhadas pela cidade. O major Rubenlúcio Silva, comandante do 19 BPM, disse ontem que a PM vai dar todo o apoio necessário ao combate a pirataria no interior do Pará.

Fonte: O Liberal - Belém

Polícia Civil combate à pirataria no sudeste do Estado

19/Maio/2006

A Polícia Civil vai intensificar o combate à pirataria de CDs e DVDs no sudeste do Estado. A decisão foi tomada em virtude do grande número de apreensões de produtos falsificados nessa região durante a operação "Peter Pan", realizada no último dia 12, em parceria com o Ministério Público Estadual.

Apenas no sudeste paraense, 28.843 produtos foram recolhidos, o que representa 36% do total de apreensões no interior do Estado. Os números demonstram que a reprodução ilegal de material fonográfico na região é muito

intensa. O delegado lembra que quem fabrica produtos piratas está cometendo crime contra o consumidor e contra o Direito Autoral. A Lei poderá ser aplicada também a quem adquire o produto falsificado.

Ao todo, durante a operação, a Polícia apreendeu 79.170 CDs e DVDs falsos nos municípios do sudeste paraense. O titular da Diretoria de Polícia do Interior, delegado Waldir Freire, informou que, na ação, foi utilizado um efetivo de 261 policiais das dez superintendências regionais da Polícia Civil no interior do Estado. Oitenta e cinco pessoas foram presas.

O delegado ressalta que, apesar da mega-operação, considerada uma das maiores dos últimos dez anos, a reposição dos produtos no mercado informal é muito rápida. Por isso, ressalta, a ação policial deverá ser intensificada em todo Estado com vistas, também, a identificar e prender os fabricantes.

Além da região sudeste, também houve um grande número de apreensões no Médio e Baixo Amazonas - foram 10.245 produtos confiscados -, região Guajarina (9.562); Baixo-Tocantins (9.393) e região do Salgado (5.788).

Fonte: Agência Pará

Operação apreende DVDs piratas

29/Maio/2006

Policiais da Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe) apreenderam, ontem, 600 DVDs, durante operação realizada pela equipe policial da Delegacia do Consumidor (Decon) em parceria com o Ministério Público do Estado (MPE). Na ocasião, foram presos em flagrante os proprietários de duas bancas de distribuição de DVDs em Belém. Paulo Roberto Silva Souza, 49, e Jone Kleber Ferreira da Silva, 30, foram autuados em flagrante pelos crimes de indução do consumidor a erro, previsto no artigo 7º da Lei 8.137, e violação do direito autoral, previsto no artigo 184, do Código Penal Brasileiro (CPB).

Segundo o delegado Osmar Lisboa do Rosário, a prisão foi realizada por volta das 13 horas, na Rua João Alfredo, no Comércio. As duas bancas que tiveram seus DVDs apreendidos são apontadas como fornecedoras de material pirata para várias outras bancas de Belém.

Na operação, chamou a atenção da Polícia a grande quantidade de DVDs pornográficos, vendidos nas ruas do Centro Comercial. "É impressionante como eles vendem DVDs infantis e pornográficos, um ao lado do outro, de forma desmedida", disse o delegado.

De acordo com Lisboa, a pena prevista no crime de violação de direito autoral varia de dois a quatro anos de reclusão. Ele só é afiançável na Justiça. Os dois indiciados não falaram com a reportagem, mas constituíram advogados, ontem à tarde, para defendê-los. Eles ficarão detidos na sede da Dioe à disposição da Justiça.

Fonte: O Liberal

Mais de dez mil produtos foram recolhidos em depósitos de Belém

Ação apreende mais DVDs

20/Junho/2006

Mais uma grande operação contra a pirataria foi realizada, ontem, em Belém e apreendeu mais de dez mil produtos em três depósitos. Policiais civis, militares e representantes do Ministério Público Estadual (MPE) e do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves participaram do trabalho, no centro comercial da cidade.

Um total de 11 pessoas foram detidas para averiguação, sendo que três delas foram autuadas em flagrante pelo

crime de violação de direito autoral. Os procedimentos policiais foram realizados na Delegacia do Consumidor (Decon).

De acordo com a delegada Márcia Oliveira, só na manhã de ontem foram apreendidos mais de dez mil produtos, entre CDs e DVDs, em dois depósitos. À tarde, outro depósito foi alvo da operação e mais um grande número de produtos pirateados foram apreendidos. Entretanto, de acordo com a delegada, até as 20 horas de ontem, ainda não havia sido concluído o levantamento total do material apreendido pela polícia. A operação também recolheu nos depósitos bolsas, tênis, camisetas e roupas em geral, com a falsificação de grifes internacionais famosas.

O promotor de Justiça Marco Aurélio Nascimento acompanhou de perto toda a operação, junto com o promotor Waldir Macieira e criticou a atuação das pessoas que vendem produtos pirateados.

De acordo com Marco Aurélio, levantamentos feitos pela CPI da Pirataria apontam que o Brasil deixa de arrecadar em impostos de R\$ 88 a R\$ 120 bilhões.

Além disso, segundo Nascimento, 1,5 a 2 milhões de empregos deixam de ser gerados em todo o país por causa da pirataria. "Um bom exemplo desse dado é que aqui mesmo na rua João Alfredo, há algumas décadas, havia várias lojas de CDs. Hoje, não há mais nenhuma", destacou o promotor. "Três cinemas já foram fechados na cidade só no último ano, e já tenho notícias de que outros também irão fechar porque fica difícil concorrer com esse mercado de pirataria", disse, acrescentando que no dia do lançamento do filme "O Código da Vinci", de Dan Brown, já havia DVDs piratas do filme nas ruas.

De acordo com Nascimento, as operações de combate à pirataria foram deslançadas, com mais intensidade, no início deste ano. No dia 12 de maio deste ano, foi realizada uma grande operação em 50 municípios paraenses e foram apreendidos cerca de 100 mil produtos, entre CDs e DVDs piratas. Na ocasião, participaram da ação 350 policiais, entre civis e militares, e 28 promotores de Justiça.

Na operação realizada ontem em Belém, participaram 80 policiais civis, dez policiais militares e dois promotores de Justiça. O advogado de um dos vendedores ambulantes, Waldemir Reis, disse que solicitará ao Ministério Público que devolva aos proprietários os produtos apreendidos que não sejam considerados piratas pelos peritos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Fonte: Amazônica Hoje

Polícia apreende produtos piratas no centro comercial de Castanhal

20/Junho/2006

Policiais civis de Castanhal realizaram, nesta terça-feira (20), mais uma operação de combate à pirataria e apreenderam 766 CDs e 311 DVDs falsificados, no centro da cidade, no Nordeste do Estado. Oito pessoas foram detidas e autuadas em flagrante por crime de violação do Direito Autoral. A operação foi coordenada pelo diretor da 12ª Seccional Urbana de Castanhal, delegado Nicolau Neto.

No dia 12 do mês passado, os policiais apreenderam mais de 9 mil produtos falsificados em Castanhal durante a operação denominada Peter Pan, coordenada pelo Ministério Público do Estado.

Em todos os municípios da região do Salgado cerca de 20 mil produtos foram recolhidos das ruas e levados à sede

da Polícia Civil para conferência. A operação realizada, desta vez, se concentrou em áreas comerciais de grande concentração de mercado informal. O crime de violação do Direito Autoral tem pena prevista de dois a quatro anos de reclusão com fiança apenas arbitrada em juiz.

Fonte: Agência Pará - Assessoria de Comunicação da Polícia Civil do Estado

Por: Walrimar Santos

Operação policial combate a pirataria

05/Julho/2006

Policiais civis e militares realizaram, nesta terça-feira (04), uma operação de combate ao comércio de CDs e DVDs piratas no município de São Francisco do Pará, Nordeste do Estado. Ao todo, 720 produtos foram apreendidos, dos quais 161 CDs e 559 DVDs. Duas pessoas foram conduzidas à Delegacia local e irão responder por crime de violação aos Direitos Autorais.

A ação policial foi desencadeada a partir de denúncias anônimas efetuadas à unidade policial da cidade. Segundo o delegado Adelino Souza, diretor da Delegacia de São Francisco do Pará, nove policiais participaram da operação iniciada às 10h e encerradas às 14h. Duas viaturas foram utilizadas na ação. As fitas de DVD falsificadas foram apreendidas em uma locadora de vídeo. Já os CDs foram apreendidos em uma banca situada às proximidades do mercado municipal, no centro da cidade.

Durante a ação, os policiais fiscalizaram outra loja, mas no local não havia produtos falsos. Conforme o delegado, a ação de combate à pirataria será estendida para os municípios de Igarapé-Açu e Magalhães Barata, por determinação da delegada Nilma Nascimento Lima, titular da Superintendência Regional da Polícia Civil do Salgado. O material apreendido foi encaminhado ao Instituto Médico Legal em Castanhal para ser submetido à perícia.

Fonte: Agência Pará

Por: Agência Pará - Assessoria de Comunicação da Polícia Civil

Vigilância Sanitária apreende medicamentos em Icoaraci – PA

10/Agosto/2006

Como parte das ações de fiscalização da Vigilância Sanitária, que conta com o apoio da Delegacia do Consumidor, da Polícia Civil e da Polícia Militar, foram apreendidos 600 comprimidos que estavam sendo vendidos ilegalmente na Feira da 8 de Maio, em Icoaraci, Distrito de Belém, na manhã desta quinta-feira(10). Uma pessoa foi detida.

Os fiscais detectaram a presença de um vendedor que estava com uma vasilha plástica cheia de comprimidos dos mais variados, entre eles analgésicos, antiinflamatórios e antibióticos. O vendedor foi detido e encaminhado à Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil (DIOE), onde foi instaurado um inquérito para apurar o fato.

De acordo com a vigilância, além de ser proibida a venda fracionada e sem autorização, ainda há o risco à saúde dos consumidores. 'Os medicamentos ficam impróprios para consumo, uma vez que estão expostos ao sol e à umidade', explica o fiscal José Maria.

Os fiscais também visitaram o trapiche de Icoaraci para checar denúncia de venda ilegal de medicamentos, mas a denúncia não foi confirmada.

As fiscalizações foram intensificadas, desde agosto do ano passado, quando começaram a surgir denúncias da venda irregular. Durante este período mais de 520.000 comprimidos já foram apreendidos, em fiscalizações que realizadas semanalmente. Na última, realizada na semana passada, na Avenida Presidente Vargas, foram quase 8 mil comprimidos apreendidos.

O material apreendido hoje será analisado pela Vigilância Sanitária, se for constatado que está em condição de consumo, pode ser doado a instituições de caridade. Os que não apresentarem condições para consumo serão incinerados.

Qualquer denúncia de venda irregular de medicamentos pode ser feita através do telefone: 3242-7029.

Fonte: Portal ORF

PARAÍBA

Operação Corsário combate pirataria na Paraíba
08/Setembro/2006

Policiais federais em parceria com o Ministério Público Estadual e a Receita Federal, deram início na manhã desta quarta-feira, 6, à Operação Corsário, de combate à pirataria. Esta primeira fase da ação, que visa reprimir a fabricação, distribuição e comercialização de produtos contrafeitos (piratas) na Paraíba, envolve as cidades de João Pessoa, Campina Grande e Patos.

O comércio ilegal desses produtos envolve crimes de violação de direitos autorais (artigo 184 Código Penal), de receptação (artigo 180 CP), contra a ordem tributária (Lei 8.137/90) e contra as relações de consumo (Lei nº. 8.078/90 - Código do Consumidor). Estão empenhados nesta Operação, cerca de 120 policiais federais paraibanos, além de prepostos da Receita Federal, Ministério Público Estadual e equipes da Polícia Militar/PB.

Além de ilegal a prática da pirataria é nociva à sociedade na medida em que deixa de recolher tributos; desestimula o artista, o produtor e o empresário, e a comunidade científica de uma forma geral, além de gerar prejuízos para a indústria fonográfica e audiovisual e provocar fechamento de postos de trabalho no mercado formal. O consumidor também é prejudicado, ao adquirir produtos de baixa qualidade.

A operação coloca o Estado da Paraíba entre aqueles que encamparam as recomendações do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, repelindo a institucionalização do informalismo. Estão empenhados nesta operação, cerca de 120 policiais federais paraibanos, além de prepostos da Receita Federal, Ministério Público Estadual e equipes da Polícia Militar/PB.

Até o final da tarde de quarta-feira, 6, já haviam sido arrecadados e apreendidos aproximadamente 87.600 unidades de Cds e Dvds, seis duplicadores com dois gravadores cada um, além de cinco CPUs.

*Fonte: Agência de Notícias da Polícia Federal
Por: Superintendência da PF na Paraíba*

PERNAMBUCO

Homem é preso por vender relógios falsificados em shopping
25/Janeiro/2006

A Delegacia de Repressão ao Roubo, em Tejipió, autuou em flagrante na tarde desta quarta-feira Luiz Ernesto Costa, de 33 anos, acusado de vender relógios falsificados em um shopping da Zona Norte do Recife.

Através de denúncias, a polícia conseguiu chegar ao acusado. Foram apreendidos com ele, 17 relógios de várias marcas falsificadas. Segundo o delegado Ariosto Esteves, Luiz Ernesto marcava com um cliente nas dependências do shopping para mostrar a mercadoria.

O acusado estava com uma carteira policial também falsa. Embora seja réu primário, ele já teve passagens por muitas delegacias. Luiz Ernesto foi encaminhado ao Centro de Triagem de Abreu e Lima (Cotel), onde ficará à disposição da Justiça.

Fonte: JC Online

Chineses são presos no TIP com pares de tênis falsificados
10/Fevereiro/2006

A Polícia Militar prendeu, no final da manhã desta sexta-feira (10), no Terminal Integrado de Passageiros (TIP), dois comerciantes chineses. Os homens, que iam para a cidade de João Pessoa, na Paraíba, estavam levando 420 pares de tênis falsificados e mais 80 camisas. Todo o material era ilegal.

Hu Ying Jun, 26 anos, e Jin Wu Dong, 28 anos, foram descobertos porque a Polícia desconfiou do excesso de bagagem que eles transportavam. Os comerciantes estavam chegando de Mias Gerais e já se preparavam para embarcar num ônibus para João Pessoa (PB).

Os dois foram levados para Polícia Federal e disseram, em depoimento, que iriam vender o material na capital paraibana. Eles foram autuados por pirataria. Pelo crime de falsificação, podem ficar presos de dois a seis anos.

Fonte: Pe360Graus

Polícia prende dois e apreende mídias falsificadas
27/Abril/2006

Cerca de dez mil CDs e DVDs falsificados foram apreendidos e duas pessoas autuadas e presas em flagrante durante uma operação realizada na tarde de ontem em Garanhuns, a 228 km do Recife. Os policiais saíram em diligências na cidade para cumprir dois mandados de prisão e investigar uma locadora, um laboratório e uma das maiores lojas de CDs e DVDs de Garanhuns. A ação contou com agentes do Núcleo de Combate à Pirataria da Polícia Civil e da delegacia regional de Garanhuns.

José Adauto Souza Alves é o proprietário da loja, onde foram encontrados mais de quatro mil CDs e DVDs. Pedro Alves de Souza, de 29 anos, também foi preso. Na locadora e no laboratório dele, foram apreendidos, três computadores,

três copiadoras, duas impressoras e mais de três mil DVDs.

De acordo com o delegado José Carlos Alves Pereira, as investigações na cidade irão continuar. Os dois foram encaminhados para a cadeia pública de Garanhuns.

Fonte: Diário de Pernambuco

Polícia apreende 13 mil DVDs e CDs piratas e prende três pessoas

27/Abril/2006

Três pessoas foram detidas, na tarde da última quarta-feira (26), em Garanhuns, no Agreste de Pernambuco. Elas estavam com 10 mil DVDs e 3 mil CDs falsificados, distribuídos num shopping popular da cidade e em duas locadoras.

As prisões foram realizadas por 20 policiais civis da delegacia regional de Garanhuns e do Núcleo de Repressão à Pirataria, acompanhados por fiscais da Associação de Defesa da Propriedade Intelectual (Adepi). A investigação partiu de uma denúncia feita ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria, ligado ao Ministério da Justiça.

"Vamos contar com apoio de outras equipes e vamos estar, todos os dias, nas ruas combatendo esse crime que está trazendo tanto transtorno para a sociedade que trabalha pagando seus impostos", diz o delegado Eduardo Machado.

Fonte: Interior 360°
Por: Redação do pe360graus.com

Operação apreende 25 mil DVDs piratas no Centro do Recife

24/Agosto/2006

Agentes da Polícia Civil estão nas ruas do centro do Recife, nesta quinta-feira (24), realizando uma operação de apreensão de DVDs piratas. Somente pela manhã já foram recolhidos 25 mil produtos irregulares. A operação está fazendo as buscas nas áreas próximas à Rua da Palma.

A operação é uma ação do Núcleo Anti-Pirataria da Polícia Civil de Pernambuco, em conjunto com o Ministério Público Estadual. O delegado Eduardo Machado comanda a operação.

Fonte: Pe 360 Graus.com

Polícia apreende cerca de 400 cópias de livros

09/Outubro/2006

Cerca de 400 cópias de livros, a maioria da área de direito (com 60 títulos), foram apreendidas hoje em um estabelecimento que funcionava como biblioteca e livraria, na Rua Afonso Pena, nas imediações da Universidade Católica de Pernambuco. A operação aconteceu após uma denúncia anônima enviada por e-mail à Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR). De acordo com o órgão, essa foi a maior apreensão realizada no país.

O advogado da instituição, Dalílio Machado, veio pessoalmente de São Paulo para Recife para acompanhar os trabalhos. Num pequeno galpão instalado atrás de uma copiadora, os livros foram encontrados distribuídos em prateleiras. Cada exemplar tinha de 10 a 15 cópias disponíveis para compra ou xerox total ou parcial. O público alvo eram os estudantes universitários.

O material foi encaminhado ao Núcleo de Repressão à Pirataria, na Rua Imperial. A prática é ilegal porque fere o direito autoral. Um homem que atuava na copiadora foi encaminhado para a delegacia a fim de prestar depoimento de esclarecimento.

O delegado Eduardo Machado, do Núcleo Integrado de Setúbal, que investiga o caso, pediu um prazo para se informar sobre a punição prevista para esta irregularidade. Casos como estes têm sido freqüentes. Só no mês passado, dez apreensões do tipo foram realizadas na mesma rua.

O advogado da ABDR acredita que os livros venham a ser incinerados, uma vez que a distribuição em escolas também poderia ser considerada irregular. No entanto, ele adiantou que a decisão deve ser anunciada pela polícia.

Fonte: Pernambuco.com
Por: André Duarte

Empresário é detido por piratear e comercializar CDs e DVDs

07/Novembro/2006

Agentes do Núcleo de Combate à Pirataria apreenderam, na tarde desta segunda-feira (06), 426 CDs e 174 DVDs que estavam na loja Papelaria Sbalon, que fica no bairro Estância. A polícia chegou ao local através de uma denúncia anônima.

O dono do estabelecimento, Rodrigo Vila Nova Dias da Silva, de 22 anos, foi preso em flagrante. Ele chegou a afirmar que os produtos não eram dele, mas a polícia descobriu que o material pertencia, sim, ao empresário.

Rodrigo foi detido e encaminhado ao Núcleo de Combate à Pirataria, no bairro de São José. Ainda nesta segunda (6), ele será encaminhado ao Cotel. A pena para um crime como este é de 1 a 4 anos de prisão.

Fonte: PE360graus.com

PIAUÍ

Polícia apreende 140 mil CDs e DVDs piratas no PI

05/Janeiro/2006

A Delegacia Especializada do Crime Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra Relações de Consumo (Deccotec) apreendeu na madrugada de hoje caixas de CDs e DVDs piratas. O delegado geral da Polícia Civil, Laércio Eulálio, informou que são mais de 140 mil CDs e DVDs piratas que seriam comercializados em Teresina.

A mercadoria apreendida está no depósito da Polícia Civil. A maior parte da mercadoria foi apreendida com os camelôs no centro da cidade. A venda de CDs e DVDs piratas em Teresina não tem nenhum tipo de fiscalização, mas

a Polícia Civil recebeu uma recomendação da Secretaria Nacional de Segurança Pública para combater a pirataria no Estado.

A ação começou ainda durante a madrugada. Com mandados de busca e apreensão expedidos pelo juiz Valério Chaves a polícia iniciou a operação. Na primeira batida foram apreendidos cerca de 40 mil cópias piratas de CDs e DVDs, inclusive de MP3. Foram identificados pelo menos 14 pontos comerciais de vendas deste produto no centro de Teresina.

"Pirataria é crime e com isso perde o Estado, que deixa de arrecadar o imposto, perde o artista que deixa de receber pelo seu trabalho, perdem as pessoas que deixam de adquirir um produto de qualidade", disse, acrescentando que todo o material será incinerado.

Fonte: Agência Nordeste

Um milhão de CDs piratas apreendidos em Teresina

06/Janeiro/2006

TERESINA - Polícia do Piauí apreendeu ontem, em lojas e armazéns do centro de Teresina, um milhão de CDs virgens e gravados e pelo menos oito toneladas de mercadorias eletrônicas importadas da China e do Paraguai sem nota fiscal. A delegada Hildete Evangelista disse que os proprietários das lojas e depósitos serão indiciados por sonegação. As empresas terão um prazo para apresentarem os documentos comprovando a origem dos produtos apreendidos, ou serão investigadas por contrabando pela Polícia Federal (PF).

- Encontramos muitos produtos piratas e CDs virgens para a produção de cópias piratas em grande quantidade, além de capas de discos e DVDs. Os empresários que não apresentarem as notas serão indiciados - disse Hildete.

Muitas das lojas vendiam material para abastecer camelôs no Piauí e no Maranhão. Os donos do material apreendido podem responder ainda por falsificação e apropriação ilegal de direitos autorais.

- O material é em grande quantidade, até agora não foram apresentadas notas e é difícil que isso ocorra - disse o delegado Ronaldo Prado, da Comissão de Combate ao Crime Organizado da Secretaria de Segurança do Piauí.

A operação, que começou de madrugada e continuou até o fim da tarde de ontem, mobilizou 28 agentes e delegados da Polícia Militar (PM). O material apreendido lotou o pátio e as salas da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo. Ao todo, foram quatro meses de investigações.

Apreensões cresceram 130% no Brasil em 2005

As apreensões de produtos piratas no Brasil cresceram 130% em 2005, segundo o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça. Segundo o conselho, a fiscalização no estados brasileiros deve ficar mais apertada em 2006. O ministério também promete fechar o cerco contra estrangeiros que pratiquem o crime de pirataria em território nacional.

Fonte: O Globo
Por: Éfem Ribeiro

Contrabando

09/Janeiro/2006

A Secretaria de Segurança Pública do Piauí afirmou que os mais de 1,7 milhão de produtos apreendidos em um arrastão que aconteceu na última quinta no centro vinham do grupo do chinês Law Kin Chong. Ele está preso em São Paulo acusado pela importação ilegal de produtos eletrônicos e outras mercadorias produzidas na China.

O secretário estadual de Segurança Pública, Robert Rios Magalhães, disse que a apreensão de CDs e DVDs e aparelhos eletrônicos importados sem documentação demonstrando sua procedência e guias de importação é muito maior e mais complexo do que apareceu na mídia.

Ele afirmou estar comprovada a ligação de pessoas do Piauí com o empresário chinês Law Kin Chong, que controla a venda de produtos importados contrabandeados e piratas na região da Rua 25 de Março, em São Paulo.

Law Kin Chong está preso em São Paulo pela importação ilegal de produtos eletrônicos e outras mercadorias produzidas na China.

O secretário disse que a Polícia Civil vai solicitar a prisão dos empresários de lojas que insistirem em comercializar os produtos vindos da China e do Paraguai contrabandeados, piratas e desacompanhados de notas fiscais. "São os responsáveis pela fantástica quantidade de material pirateado e estão usando os camelôs", disse o secretário estadual de Segurança Pública.

Informou que foram apreendidas mercadorias anteontem avaliadas em R\$ 1 milhão. Ele indaga como é que camelôs vão ter R\$ 1 milhão de mercadorias. "O que está ocorrendo é a ligação desses comerciantes de produtos contrabandeados no Piauí com as máfias chinesa e paulista", falou Magalhães.

A partir da próxima semana, Robert Rios vai repassar para a Polícia Federal a investigação sobre contrabando e venda de produtos piratas por lojas e depósitos de Teresina e sua ligação com o grupo de Law Kin Chong. "Vamos pedir ajuda da Polícia Federal para investigar a ramificação dessa máfia no Piauí.

Queremos transferir o caso para a Polícia Federal", declarou o secretário estadual de Segurança Pública. Robert Rios Magalhães afirmou que Law Kin Chong controla a importação ilegal de produtos vindos da China e distribui para os Estados brasileiros e países da América Latina. Segundo ele, os produtos do grupo de Law Kin Chong chegam em Teresina por uma cadeia de lojas menor, que distribui os produtos para os camelôs.

"Quando a polícia age e apreende as mercadorias, invariavelmente os proprietários das cadeias de lojas colocam os camelôs na frente para chorar, alegar que têm filhos para养rir. Mas a polícia não está agindo contra os camelôs, mas contra os millionários contrabandistas", falou Robert Rios Magalhães.

O secretário estadual de Segurança disse que o comércio de mercadorias contrabandeadas e piratas de Teresina está ligado à máfia chinesa de contrabando com ramificação em São Paulo. Ele disse que durante a apreensão dos produtos piratas e contrabandeados ocorrida anteontem, os lojistas e donos de armazéns diziam que iam colocar os produtos importados ilegalmente novamente nas prateleiras.

Fonte: Meio Norte-PI | Em: 07/01/2006
Por: Efrém Ribeiro

Ex-vice-prefeito é preso por pirataria

06/Abril/2006

O ex-vice-prefeito de Janiópolis, Almir Gonçalves Barros, de 43 anos, foi preso nesta sexta-feira no centro de Campo Mourão, Região Centro-Oeste do estado, acusado de pirataria, depois de entregar camisetas falsificadas das marcas Lacoste e Puma em lojas da cidade.

Junto com ele a Polícia Civil apreendeu cerca de 400 peças de roupas, entre camisetas e blusas, avaliadas em R\$ 10 mil, que seriam entregues a lojistas da região.

Fonte: *Gazeta do Povo***Polícia faz apreensão recorde de cigarros e pneus ilegais**

Datox indiciará 30 pessoas por crimes previstos nos Códigos Penal e de Defesa do Consumidor

17/Abril/2006

PONTA GROSSA - Uma operação conjunta envolvendo agentes de repressão ao tráfico de substâncias entorpecentes da Delegacia Antitóxicos (Datox) e fiscais da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), resultou na apreensão de pneus e de cigarros ilegais. Pelo menos 30 pessoas serão indiciadas em inquérito policial, acusadas de contrabando, descaminho, falsificação, fraude no comércio, entre outros previstos no Código Penal e no Código de Defesa do Consumidor.

Os policiais e os fiscais da ABCF saíram às ruas antes das 9 horas de quarta-feira. Pela manhã, as equipes monitoraram o Calçadão da Coronel Cláudio, praças e as imediações dos terminais Central, de Oficinas e de Nova Rússia. "Na parte da tarde visitamos mais de 90 pontos de vendas e apreendemos 3,5 mil maços de cigarros de diversas marcas e que vieram do Paraguai", assinala o investigador Bernardo Kirtian Neto, da Datox.

Pneus - A operação já estava sendo finalizada quando as equipes descobriram um depósito com 700 pneus, supostamente clandestino, na Rua Antônio Saad, no bairro Santa Mônica. "Na realidade nós paramos para vistoriar um prédio que teoricamente funcionaria como mercado, mas acabamos encontrando uma grande quantidade desse produto", comenta o advogado Rodolfo Ramazzini, diretor da ABCF.

Segundo Ramazzini, todos os pneus são de procedência estrangeira, já foram usados e não poderiam estar sendo revendidos ao consumidor como novos. "Temos uma situação totalmente irregular neste local porque as leis proíbem a importação de qualquer mercadoria usada", acentua. O advogado enviou ontem mesmo um ofício do delegado Danilo Cesto, solicitando a abertura de inquérito para apurar a procedência desse material e identificar o responsável pela introdução dos pneus em território brasileiro.

A proprietária do mercado que servia de depósito para os pneus foi localizada no início da noite pela polícia e levada para interrogatório à Datox. O depoimento iniciou-se às 19 horas e não havia hora para terminar. Ela poderia sair algemada da delegacia. Na segunda-feira, segundo o policial Kirtian Neto, serão ouvidas outras 29 pessoas que estavam vendendo o cigarro contrabandeado. Algumas são ambulantes. Outras são proprietárias de bares, lanchonetes e de pequenos mercados localizados na periferia da cidade.

Alerta ao consumidor

PONTA GROSSA - O cigarro contrabandeado não produz efeitos negativos apenas à economia brasileira. A saúde do consumidor também é afetada. "Esse cigarro ilegal é composto de inseticidas, pesticidas agrícolas entre outras substâncias maléficas", ressalta Rodolfo Ramazzini. Uma análise feita a pedido da Associação Brasileira de Fumo (Abifumo), com 45 marcas comercializadas ilegalmente, mostrou que todas elas continham corpos estranhos, como grãos de areia, plástico, insetos, mofo, fios de cabelo e penas de ave.

Segundo a ABCF, o preço médio da carteira de cigarro contrabandeado ou falsificado é de R\$ 0,74, ao passo que o valor médio do produzido legalmente é de R\$ 1,36. A diferença de 62 centavos representa uma defasagem de 84% no preço do cigarro legal para o ilegal. No ranking nacional, o Paraná participa com 4% do volume total do comércio de cigarros contrabandeados e ilegais. São Paulo ocupa a primeira colocação, com 23% de participação.

Fonte: *Diário dos Campos Gerais - PR*

Por: Mário Martins

RIO DE JANEIRO**Secretaria da Fazenda prepara plano para combater pirataria**Além dos mercados populares, fiscais da Fazenda vão atuar nas ruas e feiras da cidade
09/Janeiro/2006

A secretaria de Fazenda da prefeitura prepara um plano de operações para combater a pirataria nos principais pontos da cidade a partir deste ano. As ruas dos principais centros comerciais da cidade estão tomadas por bancas de CD's e DVD's piratas e, por isso, a fiscalização quer atuar não somente nos Mercados Populares, mas também nas ruas e feiras livres, durante sete dias da semana.

O chefe de gabinete da secretaria de Fazenda, Eudis Furtado, afirmou que a fiscalização da venda desses produtos é "uma briga de gato e rato". "Realizamos as operações, entretanto, alguns ambulantes acabam fugindo", afirmou.

Os pontos de maior incidência do crime são Vila, Retiro, Amaral Peixoto e, atualmente, Santo Agostinho. Este ano, as operações também vão ocorrer nas feiras livres. "Ao todo são dez fiscais, que serão divididos entre os principais bairros, com escalas de operações das 7 às 22 horas. Inclusive com ações planejadas, com o apoio da Guarda Municipal, aos finais de semana", disse.

Durante o ano de 2005 foram apreendidos milhares de CD's e DVD's, que foram destruídos pela secretaria de Fazenda. Segundo Eudis, cerca de quatro bancas de produtos piratas são fechadas por semana.

MERCADOS POPULARES - Este ano, os fiscais manterão o monitoramento dos Mercados

Populares, os "camelódromos" da cidade. Em dezembro foram caçados dois alvarás de licença de quiosques por causa da comercialização de produtos piratas.

FLAGRANTE - Ontem, a equipe de reportagem do DIÁRIO DO VALE percorreu avenidas da cidade. Só na Amaral Peixoto foram encontrados seis pontos ilegais de venda nas calçadas. Bancas irregulares dos produtos também

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

estão sendo montadas nas feiras livres da cidade. A Avenida Sávio Gama, no Retiro, é outro ponto onde a venda de CD's e DVD's falsificados é constante. No Aterro, os vendedores se escondem da fiscalização em ruas transversais, menos movimentadas, como a Avenida Integração. Vila Santa Cecília foi o local com menos pontos de venda encontrados.

Fonte: Diário do Vale

Presos três envolvidos em falsificação de medicamentos

23/Janeiro/2006

Policiais civis da delegacia anti-pirataria do Rio conseguiram prender três pessoas envolvidas na falsificação do medicamento Meta Crill. A droga é muito utilizada em procedimentos de estética, empregada em clínicas que oferecem serviços como implantes, correção de rugas e sulcos da face e estética corporal.

Os agentes desencadearam de manhã uma operação para cumprir oito mandados de prisão e prenderam os irmãos Cristiano e Mônica Sommer no Rio. Segundo a polícia, eles comercializavam exemplares adulterados do medicamento.

A polícia apreendeu material de divulgação do produto e amostras grátis na Barra da Tijuca, na zona oeste, e em Botafogo, na zona sul.

Equipes da polícia carioca também atuaram no Estado de São Paulo. Um dos líderes da quadrilha, identificado como Gabriel Westman, foi preso num hotel de Campinas. Os agentes também fizeram buscas no município de Bragança Paulista.

Segundo a polícia, a quadrilha de falsificadores comercializava os produtos falsos entre várias clínicas de países da América do Sul e da França. A delegacia anti-pirataria do Rio foi acionada pelo laboratório proprietário da marca Meta Crill, que acumulava prejuízos financeiros com a adulteração. A polícia ainda busca os foragidos.

Fonte: Estadao.com.br | Em 21/01/2006

Pirataria chega às cervejas

14/Fevereiro/2006

No carnaval, há quem se fantase de pirata. Mas o disfarce, quando usado no mercado negro, pode afetar até um dos ingredientes mais procurados no calor da folia: a cerveja. A localização, sábado, de um lote de cerveja disfarçado com um rótulo de marca mais cara coloca em dúvida o gosto na boca dos consumidores. Enquanto a polícia procura pela procedência do lote, que pode ser roubado, os foliões desprevenidos estão sujeitos à compra de gato por lebre. Para driblar o freguês, o falsificador utiliza máquinas que trocam rótulos e tampinhas de marcas famosas.

- Além de ser uma concorrência desleal, a venda de cerveja não legalizada é uma questão de saúde pública - alerta Darcílio Junqueira, superintendente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes do Rio (SindRio), que representa 1.800 associados.

Segundo Junqueira, no período do carnaval, a venda de bebidas nos pontos de comércio tradicionais da cidade

aumenta em até 20%. Ele ressalta que também cresce a presença de ambulantes nas ruas. O superintendente do Sindicato Nacional da Cerveja (Sindcerv), Marcos Mesquita, diz que a clonagem de cerveja não é um crime isolado.

O falsificador não consegue ter lucro apenas com a troca de rótulos. Por isso, ele usa carga roubada - diz Mesquita.

O delegado Ricardo Halack, da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas, não acredita que as cervejas roubadas de carretas tenham os rótulos adulterados.

Geralmente, a carga roubada já é de uma cerveja nobre vendida mais barata nos bares da comunidade - observa Halack.

De acordo com o delegado substituto da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial, Robson da Silva, a clonagem de cervejas é feita em regiões da Baixada Fluminense e na periferia.

Em Irajá, as cervejas com rótulos adulterados eram vendidas em um depósito. O proprietário José Rego, 50 anos, foi detido sábado por policiais da 27ª DP (Vicente de Carvalho). O delegado Otílio Bezerra ainda apura se Erlite Trindade, 35, acusado de ser o responsável pela falsificação, e José têm passagens pela polícia. A ação resultou na apreensão de 15 caixas com 24 cervejas cada uma - a maioria da marca Cristal, armazenada em embalagens falsas da Brabma. As bebidas estavam na casa de Erlite. Também foram apreendidas uma máquina de lacrar garrafas e cerca de 6 mil chapinhas.

Segundo a polícia, a dupla agia há cinco meses. Erlite contou que José era o seu único cliente e que recebia R\$ 3 para "transformar" uma caixa de Cristal em Brabma. Erlite desenvolveu uma técnica para molhar os rótulos da Brabma e retirá-los, sem que rasgassem. As chapinhas eram compradas pelo acusado de catadores por R\$ 2,50 o quilo. José vendia a cerveja pelo preço da Brabma em seu depósito, próximo à Favela Pára-Pedro. José e Erlite vão responder em liberdade pelo crime de fraude de bem ou serviço por meio de falsificação de embalagem. A pena é dois a cinco anos de detenção em regime semi-aberto.

Fonte: Jornal do Brasil

Dez detidos em operação da Delegacia Anti-Pirataria no Centro

23/Fevereiro/2006

RIO - Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPI) prenderam, na tarde desta quinta-feira, dez pessoas numa fábrica que falsificava camisas e bonés das marcas Nike, Adidas, Puma e Vontutch. Na loja, que fica no sobrado número 375 da Rua da Alfândega, no Centro, foram apreendidos cerca de 70 mil itens, entre camisas e bonés.

O proprietário da loja e nove funcionários foram detidos e levados para a sede da DRCPI, no Largo da Canceleda, em São Cristóvão, onde estão prestando depoimento. Eles serão indiciados por crime contra as marcas e formação de quadrilha e responderão ao inquérito em liberdade.

Fonte: Globo Online
Por: Marcelo Gomes

Policiais continuam buscas a contrabando no camelódromo
14/Março/2006

Policiais da Delegacia Antipirataria continuaram, na manhã desta terça-feira, a série de buscas no mais de 1,5 mil boxes de vendas do camelódromo, na Rua Uruguaiana, no local conhecido como mercado popular. Nesta segunda-feira, o presidente da associação de vendedores do camelódromo, Alexandre Faria, foi preso sob a acusação de contrabando, pirataria e usurpação do poder público. Segundo o delegado Marco Antônio Ribeto, a operação em busca de produtos falsificados continuará ao longo dos próximos dias.

- Foram vistoriados todos os estoques e os proprietários com mercadoria falsificada ou com origem ilícita serão identificados. O material apreendido será colocado à disposição da Justiça e, quando for o caso, poderá ser encaminhado para instituição de caridade. A operação continua - garante Ribeiro.

Alexandre Faria também cobrava taxas mensais de cada comerciante, entre R\$ 40 a R\$ 80, para pagamento do consumo de luz.

- Ninguém pode cobrar por um serviço público a não ser a concessionária responsável por ele. Isso é usurpação de função pública e crime. Além disso, Alexandre foi flagrado em escutas telefônicas que há seis meses vêm sendo feita pela polícia negociando a compra e venda de produtos piratas que seriam comercializados aqui - disse o delegado.

Na casa de Alexandre, em Maricá, policiais encontraram várias mercadorias contrabandeadas e R\$ 21 mil em dólares e reais. Na sede administrativa da associação, na Rua dos Andradas, Centro do Rio, foram apreendidos documentos, entre eles relação dos comerciantes que trabalham no camelódromo.

Entre os produtos apreendidos estão CDs e DVDs piratas, tênis, produtos eletrônicos sem nota fiscal de compra ou de venda.

Fonte: Correio do Brasil

DRCPIM apreende CDs e equipamentos usados na pirataria
25/Abril/2006

Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes de Propriedade Imaterial (DRCPIM), com apoio de agentes do Serviço de Repressão a Entorpecentes Oeste (SRE) apreenderam nesta segunda-feira (24/04) 1.139 CDs de música, 203 DVDs, piratas, além de quatro CPUs – processadores de computadores -, 13 gravadores de CDs e um de DVD. O material estava na Travessa São José, 216, Vila Vintém, Bangu.

Os agentes prenderam no local, Cristiano Ferreira da Silva, 33 anos. Ele foi autuado por violação ao direito autoral.

Fonte: ASCOM/PCERJ

Fiscalização coibe ação de "piratas" na feira livre
06/Abril/2006

Volta Redonda/RJ – No sábado de manhã, a prefeitura realizou uma fiscalização na feira livre, no bairro Aterrado, para coibir a ação de ambulantes que comercializam produtos irregulares. Além de vender produtos piratas, eles

ainda são apontados pelos feirantes como forte concorrência. "Não temos como competir com eles, porque pagamos impostos. Eles podem colocar o preço abaixo do nosso sem problemas, e nos atrapalha", disse a feirante Fátima Souza.

Segundo ela, a fiscalização resolve o problema no dia, mas depois eles voltam. "Hoje (sábado) a fiscalização está aí, então não tivemos esse problema. Mas quando não há, eles ficam mesmo por aqui aproveitando o movimento da feira", enfatizou.

O secretário municipal de Fazenda, José Carlos Abreu, afirmou que a prefeitura segue uma determinação e uma tendência nacional ao combater a pirataria. "Já está provado que o dinheiro da pirataria é utilizado para outras práticas ilícitas mais graves ainda, como trabalho escravo, contrabando e outras. Infelizmente, esses ambulantes também são usados neste processo, como o elo final de uma corrente", disse Abreu.

O secretário ressaltou ainda que a prefeitura está agindo dentro da lei. "Temos nossas limitações dentro do combate à pirataria. No entanto, dentro do que a lei nos permite, estamos fazendo nossa parte", destacou o secretário.

Feirantes reclamam de pouco movimento

Volta Redonda/RJ – Final de mês, o movimento era fraco na feira livre deste sábado, no bairro Aterrado. Segundo os feirantes, além da época não ser boa, no período entre o dia 20 e o dia 1º de cada mês sempre é registrada uma queda nas vendas. De acordo com a feirante Fátima Souza, a situação é em todos os setores. "Está todo mundo reclamando, independente do produto comercializado. Os feirantes reclamam que as vendas estão fracas, e os consumidores reclamam que está tudo caro. E este mês a situação ainda se agravou por causa dos impostos que a população tem que pagar, como o IPVA e o IPTU. Isso tudo reflete diretamente nas nossas vendas", disse Fátima.

O feirante André Luiz, que trabalha com roupas, concorda. "A época do ano é bem fraca. Mais adiante deve melhorar, quando chegar a época do frio", acrescenta. No setor de hortifrutigranjeiros, a expectativa é de que o começo do mês traga mais fregueses. "Fim de mês é sempre movimento maneirado, devagar. Na semana que vem deve melhorar. Pro meu ramo não tem muito época boa e ruim. Tem época de preços mais caros e mais baratos, por causa da produção. Mas do dia 25 ao dia 1º é isso aí mesmo", contou José Henrique Rodrigues.

Fonte: Diário do Vale
Por: Felipe Vieira

Ações contra pirataria apreenderam 32.400 produtos fonográficos ilegais esta semana
10/Abril/2006

RIO - Nesta semana, policiais da Delegacia de Repressão Contra Crimes de Propriedade Imaterial (DRCPIM) acompanhados pelos agentes da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos, e pela equipe de apoio operacional, intensificaram as investigações contra a prática ilegal de reprodução fonográfica, apreendendo 32.400 unidades de produtos fonográficos ilegais. RIO - Nesta semana, policiais da Delegacia de Repressão Contra Crimes de Propriedade Imaterial (DRCPIM) acompanhados pelos agentes da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos, e pela equipe de apoio operacional, intensificaram as investigações contra a prática ilegal de reprodução fonográfica, apreendendo 32.400 unidades de produtos fonográficos ilegais. Também foram descobertos quatro laboratórios clandestinos de fabricação de CDs e DVDs piratas, em Volta Redonda, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Turiaçu. Foram registradas operações de rua em Niterói, Alcântara, Belford Roxo e Mesquita. O município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, registrou o maior número de apreensões durante a operação

de rua, onde foram capturados 10.665 CD-Rs e 1.264 DVD-Rs, gravados de forma desautorizada, de diversos títulos e autores. Também foram descobertos quatro laboratórios clandestinos de fabricação de CDs e DVDs piratas, em Volta Redonda, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Turiaçu. Foram registradas operações de rua em Niterói, Alcântara, Belford Roxo e Mesquita. O município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, registrou o maior número de apreensões durante a operação de rua, onde foram capturados 10.665 CD-Rs e 1.264 DVD-Rs, gravados de forma desautorizada, de diversos títulos e autores.

Fonte: Globonline

Polícia apreende 50 mil CDs e DVDs falsificados

04/Maio/2006

Cerca de 50 mil CDs e DVDs falsificados foram apreendidos nos últimos três dias durante operações de policiais da Drcpim em feiras livres da Baixada Fluminense (em Duque de Caxias e Nilópolis) e da Zona Oeste do Rio, incluindo Campo Grande. Na mesma operação, segundo a Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos (Apdif), que acompanhou o trabalho da polícia, os agentes descobriram um depósito de material falsificado em Duque de Caxias, onde foram apreendidos mais de 16 mil CDRs (CDs graváveis) e cerca de 6 mil DVDs piratas.

Fonte: O Globo

Pirataria: polícia apreende roupas e estoura fábrica

16/Maio/2006

Policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM) fizeram ontem pela manhã operação no Camelódromo da Uruguaiana para apreender mercadorias falsificadas de uma grife de roupas. Os agentes chegaram por volta das 11h ao camelódromo e confiscaram cerca de cem bermudas e camisetas piratas.

Diversas barracas foram fechadas quando os comerciantes perceberam a presença dos agentes. À tarde, policiais da mesma delegacia estouraram uma fábrica de CDs e DVDs piratas na Favela Parque Arará, em Benfica.

Fábrica em favela faturava R\$ 150 mil por mês

Policiais da DRCPIM que estouraram a fábrica clandestina no Arará calculam que o faturamento da quadrilha que atuava no local era de R\$ 150 mil por mês. No apartamento onde funcionava a pequena indústria de pirataria havia 26 drives de gravação, distribuídos em nove gabinetes de computador. Foram apreendidos cerca de cinco mil DVDs de filmes e shows, além de pequena quantidade de CDs.

Uma impressora colorida de alta definição era utilizada para imprimir as capas dos discos e dos filmes, que eram catalogados de forma organizada, em ordem alfabética, numa estante de madeira. Os policiais calculam que 40 mil CDs e DVDs eram produzidos por mês no local. Ainda de acordo com a polícia, é muito provável que o material apreendido servisse para abastecer o Mercado Popular da Uruguaiana.

Fonte: Jornal O Globo

Polícia fecha gravadoras de CDs e DVDs piratas

A descoberta de um dos laboratórios se deu após cinco meses de investigação da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Propriedade Imaterial, no Rio de Janeiro.

16/Maio/2006

Dois laboratórios de produção pirata de CDs e DVDs foram descobertos ontem, em mais um dia de operações da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Propriedade Imaterial (DRCPIM). Em um dos locais, uma pessoa foi presa. Ainda ontem, policiais da DRCPIM apreenderam 59 peças de roupas falsificadas em dois boxes do camelódromo da Avenida Uruguaiana. Ninguém foi preso.

A descoberta de um dos laboratórios se deu após cinco meses de investigação da DRCPIM. A partir de CDs piratas apreendidos pela delegacia, policiais descobriram o local de produção, na Rua Gurutatuba, 65, apartamento 303, em Brás de Pina.

No local, morava Luiz Eduardo Rocha de Assunção, de 25 anos, que foi preso. Dois gabinetes, com um gravador de CD e um gravador de DVD cada, duas impressoras de alta resolução, 27 DVDs, 33 CDs de jogos, 169 CDs de programas, 38 DVDs virgens e 100 CDs virgens foram encontrados no apartamento.

Luiz Eduardo foi encaminhado à DRCPIM e já está detido na Polinter. O mandado de busca e apreensão que terminou com a descoberta do local foi emitido pela 5ª Vara Criminal do Rio.

O segundo laboratório funcionava no sobrado número 425 da Rua Matoso Correia, na favela do Parque Arará, em Benfica. O local estava fechado e, segundo a polícia, aparentemente era usado à noite, por possuir camas e infraestrutura para dormir. Foram encontradas cinco torres, com 25 gravadores de DVD, DVDs de filmes e shows.

Por volta das 10h30, um grupo de policiais da DRCPIM iniciou uma operação no camelódromo da Uruguaiana, no Centro. Entretanto, somente dois boxes foram vistoriados, já que os outros fecharam as portas quando perceberam a presença da polícia. Foram apreendidas 45 bermudas e 14 camisas falsificadas na grife Redley. Nenhuma pessoa foi presa.

Cinco equipes da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Propriedade Imaterial realizam operações diárias de combate à pirataria desde 2003, quando a delegacia foi criada. No Rio, os pontos mais vistoriados são o camelódromo da Uruguaiana, o Mercadão de Madureira e camelódromos nas Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, em Bangu, Campo Grande e Méier.

Desde o início do ano, já foram apreendidos 173.600 produtos piratas, entre CDs de música, CDs de jogos, cartuchos de jogos, CDs de programas de computador, DVDs, VCDs, VHS, cigarros, relógios, perfumes, bolsas, roupas, brinquedos, tênis e óculos.

No ano passado, foram apreendidos 1.156.123 de peças falsificadas. Além do município do Rio, as operações também são feitas com freqüência em Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Macaé, Campos, Cabo Frio, Petrópolis, Teresópolis, Volta Redonda e Resende.

Fonte: Jornal do Commercio

Dois policiais são feridos em operação contra pirataria de CDs e DVDs na Penha

30/Junho/2006

Dois policiais civis foram feridos por estilhaços de bala, ontem de manhã, durante uma operação no Morro da Fé, na Penha Circular, para cumprir um mandado de busca e apreensão na Rua Maturaca. Eles subiam a rua quando

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

foram surpreendidos por um ataque de traficantes e houve intenso tiroteio.

O delegado Marco Ribeiro, titular da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPI), explicou que uma investigação apontou para um endereço na Rua Maturaca como sendo um local usado para produzir cópias ilegais de CDs e DVDs.

Com o apoio de agentes da 38 DP (Brás de Pina), os policiais subiram a rua. Logo no começo, foram recebidos a tiros pelos marginais. Os inspetores Alcebíades Sales Pereira, de 47 anos, da 38 DP, e Marcelo Nazaré, de 39, da DRCPI, foram feridos e ficaram encerrados no alto do morro.

Os policiais pediram reforço de agentes da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core). Um helicóptero da PM também sobrevoou o local. Segundo moradores, foram duas horas de tiroteio.

No endereço, os policiais encontraram um computador e material que pode comprovar a cópia ilegal de CDs e DVDs. O proprietário foi detido e levado à delegacia. Se confirmada a venda de produtos piratas, ele poderá ser condenado a uma pena de dois a quatro anos de reclusão por violar direitos autorais.

Fonte: Jornal O Globo

Polícia apreende CDs e DVDs piratas em Nova Iguaçu, Nilópolis e Campos

05/Julho/2006

Policiais da Delegacia Anti-Pirataria apreenderam nesta quarta-feira mais de dez mil CDs e DVDs piratas nos camelódromos de Nova Iguaçu e Nilópolis. Alguns dos CDs traziam funks 'proibidões', com alusões a facções criminosas e ao tráfico de drogas. A operação começou por volta das 13h e terminou às 15h. O material apreendido está sendo contado na sede da delegacia em São Cristóvão. Policiais informaram que camelôs ao se depararem com a polícia largaram o material e fugiram.

No km 78 da BR 101 (Rio-Campos), policiais rodoviários federais também apreenderam, no final da manhã de terça, 187 DVDs e CDs piratas no porta-malas de uma Topic. Segundo a PRF, o passageiro Sílvio Esteves Ferreira, 64 anos, confessou que a mercadoria era dele e informou que havia comprado os produtos no Shopping Popular Israel Haddad, no centro de Campos. Ele disse, de acordo com a PRF, que compra este produtos há mais de 2 anos. Cada CD seria vendido a R\$ 5 e cada DVD a R\$ 10, na cidade de Conceição de Macabu.

Fonte: O Globo Online

Dezoito computadores usados para piratear músicas são apreendidos na Baixada Fluminense

11/Julho/2006



Dezoito computadores usados para copiar músicas através da internet e que eram gravadas em CDs e em seguida comercializados, foram apreendidos em três Lan House, em Nova Iguaçu, por policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes de Propriedade Imaterial - DRCPI. A operação foi realizada na sexta-feira (07/06) com base em mandado de busca e apreensão expedido pela Comarca de Nova Iguaçu.

Na Lan House Himaker, na Praça da Liberdade, Centro daquele município, os agentes apreenderam três computadores e outros dois foram na Rua Frederico de Castro Pereira. Os outros treze estavam na Lan House Cyber, na Avenida Abílio Augusto Távora, nº 2227, no bairro Jardim Nova Era, naquele município.

Segundo os agentes da especializa, os proprietários não foram encontrados, mas todos eles foram identificados e vão responder pelo crime de violação de direitos autorais. Os computadores foram encaminhados à perícia. A operação contou com o apoio da Associação de Proteção aos Direitos Intelectuais Fonográficos, do Brasil - APDIF.

Fonte: Polícia Civil do Rio de Janeiro / DRCPI

Guardas apreendem menor com 231 VCDs piratas no Centro

12/Julho/2006

Dez guardas do Grupamento de Ações Especiais (GAE) da Guarda Municipal do Rio apreenderam, ontem, um menor de 16 anos que vendia 231 VCDs de filmes piratas no Centro. O camelô foi flagrado na esquina da Avenida Nilo Peçanha com a Rua México usando duas grades para expor os filmes. A grande maioria dos VCDs estava guardada em uma bolsa. O menor e o material foram encaminhados para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

Fonte: Jornal do Brasil - 11/07

Anti-Pirataria aprende 513 fitas VHS e 133 DVDs falsificados em Campo Grande

14/Julho/2006



para um depósito da ADEPI.

Quinhentos e treze fitas VHS, além de 133 DVDs pirateados foram apreendidos, na tarde desta sexta-feira (14/07), em Campo Grande, por policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial - DRCPI.

Os agentes daquela especializada com apoio de funcionários da Associação de Defesa da Propriedade Intelectual - ADEPI - realizaram a operação, por volta das 13 horas, na Word Vídeo Locadora, que funciona na Rua Caracaraí, lote 45, quadra 110, no bairro Santa Margarida. O material foi apreendido e depois encaminhado

Fonte: Polícia Civil do Rio de Janeiro / DRCPI

Polícia apreende jogos, CDs e programas piratas

19/Julho/2006

Com o apoio da Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes), a Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPI) organizou ontem uma ação que apreendeu cerca de dez mil CDs piratas de jogos e programas de computador, além de DVDs de música e filmes, em Campo Grande. Uma pessoa foi detida, mas liberada logo depois por falta de provas.

A operação focalizou três pontos de venda de produtos piratas: o chamado Camelódromo de Campo Grande, localizado nos fundos do terminal rodoviário, a Cooperativa de Comércio Popular, que fica na saída da estação de trem, e lojas no calçadão do bairro.

De acordo com a advogada da Associação Brasileira de Empresas de Software Sirlene Cavaliere, que acompanhou a operação, o mercado de softwares perde cerca de R\$ 1,681 bilhão no Brasil com a pirataria.

— Ano passado, cerca de 64% dos programas de computador e jogos vendidos no Brasil eram piratas. Com isso, o mercado deixou de gerar 120 mil empregos — disse a advogada.

Sirlene Cavalieri afirmou ainda que o Rio de Janeiro é o segundo colocado no ranking de apreensões de softwares piratas no país. Só perde para Florianópolis (SC).

Prova de que o Rio está no topo do ranking da pirataria, em maio duas operações da DRCPIM resultaram na apreensão de 50 mil CDs e DVDs falsificados. No mesmo período, os policiais da delegacia especializada descobriram uma fábrica clandestina de CDs e DVDs na favela Parque Arará, em Benfica.

De acordo com a investigação, o faturamento da fábrica clandestina girava em torno de R\$ 150 mil por mês. No apartamento onde funcionava a pequena indústria de pirataria havia 26 drives de gravação e uma impressora colorida de alta definição, utilizada para imprimir as capas dos discos e dos filmes.

Fonte: Globo Online

Pirataria: polícia prende 3 no Centro e no subúrbio

DRF recolhe produtos falsificados, computador, duas impressoras e gravadores de DVD e CD

21/Julho/2006

Policias da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM) fecharam ontem à tarde uma fábrica clandestina de produção de CDs e DVDs piratas. A fábrica funcionava na Rua Veríssimo Machado 325, em Rocha Miranda.

No local foram apreendidos 815 DVDs, 38 VCDs, 709 caixas para DVD, 142 DVDs virgens, duas impressoras de alta definição para copiar dos originais as capas dos discos falsificados e um computador com dois gravadores de CDs e DVDs. Uma pessoa foi detida no local e poderá ser processada por violação de direitos autorais, segundo a polícia.

Simultaneamente, outra turma de policiais da delegacia, chefiada pelo delegado titular Marco Aurélio Ribeiro, fez uma operação no Camelódromo da Rua Uruguaiana, para investigar a venda de produtos pirateados. Os policiais revistaram cerca de 109 boxes e apreenderam CDs e DVDs falsificados. Duas pessoas foram presas e levadas para a sede da delegacia, em São Cristóvão. Elas poderão ser processadas por venda de produtos piratas.

Fonte: Jornal O Globo

Guardas apreendem 1494 CDs e 745 DVDs piratas no Jardim América

19/Julho/2006

Dez guardas municipais da 3ª Inspetoria (Higienópolis) da Guarda Municipal do Rio de Janeiro apreenderam, hoje, 1.494 CDs de música e 745 DVDs piratas que eram comercializados irregularmente na Rua Franz Liszt, em frente ao número 446, no Jardim América. Ao perceber a aproximação dos guardas, o ambulante fugiu, deixando toda a mercadoria exposta na barraca que ocupava dois metros da calçada. Os CDs e os DVDs foram levados para a 11ª Inspetoria Regional de Licenciamento e Fiscalização, na Penha. A operação foi realizada a partir de denúncias recebidas pela 3ª Inspetoria da GM-Rio.

Fonte: Jornal do Brasil

Anti-pirataria apreende 220 mil maços de cigarros em Caxias

25/Julho/2006



As bobinas de papel usadas na fabricação dos pacotes de cigarros

Duzentos e vinte mil maços de cigarros, 507.600 embalagens e 37 bobinas para fabricar pacotes, todos da marca WL, foram apreendidos por policiais da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial -DRCPIM, nesta terça-feira (25/07), na fábrica de cigarros FENTON Indústria e Comércio de Cigarros Importação e Exportação Ltda, situada na Washington Luiz, nº 6.716, bairro Jardim Gramacho, em Duque de Caxias.

Cinco equipes de agentes daquela especializada participaram da operação, em apoio a um oficial de Justiça para cumprir mandado de busca e apreensão expedido pela 3ª Vara Empresarial. A fábrica de cigarros FENTON foi denunciada à Justiça pela empresa SUDAMAX Indústria e Comércio de Cigarros Ltda, que se sentiu lesada com a fabricação dos produtos semelhantes aos seus, identificados com a marca WL e que são parecidos aos cigarros US, produzidos pela SDAMAX. O material foi encaminhado ao depósito público do Rio de Janeiro. Essa foi a quarta operação realizada pela DRCPIM naquela fábrica para apreensão de produtos contrafeitos.

Fonte: Polícia Civil do Rio de Janeiro

Polícia apreende mais de 22 mil produtos piratas no estado - RJ

11/Agosto/2006

Mais de 22 mil CDs e DVDs falsificados foram apreendidos do dia 7 até esta sexta-feira em operações realizadas pela Delegacia de Repressão e Combate a Propriedade Imaterial da Cidade do Janeiro (DRCPIM) em Barra Mansa, Resende, Volta Redonda e no bairro de Campo Grande, no Rio. Nos três municípios, foram apreendidos em ruas centrais 6.398 CDs e 7.929 DVDs, todos gravados.

Em Campo Grande, os policiais estouraram um depósito na Estrada Monteiro e apreenderam 8.353 produtos falsificados. As ações foram acompanhadas por agentes da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais Fonográficos. No balanço da associação referente aos sete primeiros meses deste ano, o Estado do Rio apareceu em 5º lugar no ranking nacional, com a apreensão de 795 mil produtos piratas.

Fonte: O Globo Online

Polícia descobre depósito de produtos piratas em Madureira

04/Setembro/2006

RIO - Policiais Militares localizaram um depósito de produtos piratas no Mercadão de Madureira, neste sábado. Os policiais apreenderam cerca de 1.500 CDs e DVDs falsificados, além de bonés, brinquedos, camisas de futebol, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos. O material apreendido foi levado para a Delegacia Antipirataria, em São Cristóvão. Três pessoas foram presas.

Fonte: Jornal do Brasil - RJ [02/09 sábado]

Polícia Civil prende dupla que pirateava CDs e DVDs

21/Março/2006

Policiais da Delegacia Especializada de Defraudações prenderam na tarde de segunda-feira (20/03), em uma granja na cidade de Paranamirim, Lutz Augusto da Silva e Marcelo Coelho de Moraes, acusados de piratearem CDs e DVDs. Os dois teriam sido contratados pela pessoa de Cláudio Júnior que é tido pela polícia como o responsável pelo aluguel da granja e proprietário do laboratório de pirataria.

A prisão aconteceu através de uma denúncia feita a delegacia. Por volta das 17h os policiais chegaram até o estabelecimento e prenderam Lutz e Marcelo em flagrante, Cláudio fugiu do local. Na granja foram apreendidos computadores, impressoras, monitores, bastante material para impressão de capas, vários CDs e DVDs vírgens e um grande número de material já produzido.

O Delegado da Defraudações, Correia Júnior, explica que as investigações deram início após uma reunião com o Conselho Nacional de Combate à Pirataria, os acusados serão autuados pelo artigo 184 do Código Penal Brasileiro, violação de direito autoral.

Fonte: Diário de Natal Online

Guerra aos produtos “piratas” em Caicó – RN

18/Agosto/2006

As atividades dos comerciantes que atuam no centro da cidade de caicó, vendendo produtos “piratas”, estão com os dias contados, se defender do que ficou acertado na noite de terça-feira, numa reunião promovida por entidades representativas do comércio que contou com representantes da polícia e ministério público.

“Nós sabemos que aqui em Caicó se comercializa de forma livre, produtos piratas, produtos que não são legalizados e isso tem havido, a gente reconhece, uma certa tolerância por parte da polícia, por parte do próprio ministério público, a gente não tem sentido um combate muito efetivo”, declara o promotor de justiça, Geraldo Rufino de Araújo Júnior.

Segundo o representante do Ministério Público, existia até agora um consenso na cidade de que as pessoas que trabalham nessa área, são desempregados, sem outra fonte de renda, uma questão social.

“Mas a polícia ultimamente foi verificando que não é bem assim. Já começa a se sentir uma certa organização desse “comércio” e já está começando a criar dificuldades para o comércio regular. Então chegou-se a um consenso na reunião, que não é possível continuar nessa situação, sob pena que desapareceria o comércio regular”, afirmou o promotor.

Geraldo Rufino realça que da mesma forma que os camelôs podem argumentar que a decisão pode criar um problema social, isso já está existindo no comércio formal. “Porque o comércio regular ele gera emprego, ele gera renda para o estado, pagando imposto, ele alimenta o progresso da cidade e esse comércio seria sacrificado em nome de uma situação irregular, então não é possível. A reivindicação do comércio, é uma reivindicação justa, nada mais quer do que se cumpre a lei”.

Segundo o representante do Ministério Público, convencionou-se na reunião, que os representantes das três entidades representativas do comércio - Câmara de Dirigentes Lojistas, Sindicato do Comércio Varejista e Associação Comercial, Industrial e de Serviços - encaminharão ofícios à polícia militar e à polícia civil, pedindo empenho maior das forças policiais no combate à pirataria. A ação segundo o promotor também contará com apoio da secretaria estadual de tributação e da prefeitura.

O promotor de justiça declarou que a qualquer momento a ação policial terá início, tirando de circulação os produtos considerados “piratas”, que vão desde CDs, DVDs, camisetas, bermudas e bonés, além de outros produtos que são cópias de marcas de empresas famosas.

De imediato o anúncio da decisão já causou um impacto muito forte na cidade. O centro comercial de Caicó, é tomado nas laterais de ruas e nas calçadas por pequenos comerciantes, que vendem esses tipos de produtos.

“Esse trabalho vai surtir um bom efeito na cidade, porque alimenta nas pessoas a necessidade delas se regularizarem. O bom profissional é aquele que trabalha de forma regular, de forma transparente”, declara o promotor.

Os comerciantes pediram apoio do Ministério Público e da polícia, porque se sentem acuados, com a carga tributária, a que estão sujeitos, os encargos sociais dos seus funcionários e uma concorrência, considerada por eles, desleal, pela prática dos preços de produtos bem inferior, efetuada pelos camelôs, comparando-se com o que é cobrado no comércio regular.

Fonte: Diário de Natal

RONDÔNIA**Camelô é preso com CDs piratas e tablete de maconha**

26/Maio/2006

O camelô Aldenir de Souza Damasceno, 20 anos, e seu amigo de nome Andreilson de Lima Alves, 18, foram presos sob acusação de estarem envolvidos com drogas e pirataria. Em poder deles a PM teria apreendido quase 200 CDs e DVDs piratas e um tablete de maconha.

Os suspeitos transitavam de bicicleta nas imediações da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, área central de Porto Velho, quando foram abordados pela equipe do PM Marciney Silva. Damasceno era o condutor da bicicleta e Lima, o carona, segurava uma mochila.

Durante as averiguações de praxe, segundo os militares, Damasceno teria tentado se desfazer de um pacote contendo o tablete de maconha, jogando-o ao chão, mas o gesto foi percebido pelos integrantes da guarnição. No interior da mochila os policiais teriam encontrado 118 CDs e 73 DVDs piratas, diz a ocorrência nº 2745/2006.

Fonte: Rondoniagora.com

Operações de combate à pirataria serão desencadeadas após envio de documentos

25/Julho/2006

As operações de combate à pirataria, desencadeadas pela Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (Sesdec), têm obtido os resultados esperados e, consequentemente, os elogios às ações estão sendo prestados, tanto pela sociedade como também pelas entidades interessadas.

O Grupo de Combate ao Crime Organizado, os órgãos de inteligência federais e estaduais, bem como, o Clube dos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Diretores Lojistas e a Federação do Comércio de Rondônia (fecomércio) têm desempenhado satisfatoriamente seus papéis, no que diz respeito à prestação de informações necessárias ao planejamento de operações para a apreensão de material "pirata" e ainda para a prisão dos produtores e dos comerciantes das tais mercadorias.

A própria Receita Federal (RO) realizou, com sucesso, operações de combate à pirataria em Ariquemes e Cacoal. Nestes municípios foram presos os produtores e apreendidos os materiais, tais como, CDs e DVDs, que seriam distribuídos em Rondônia e no Acre.

Porto Velho

Em Porto Velho, os servidores da segurança esperam informações da Prefeitura Municipal para desencadear as operações de combate à pirataria. Acontece que na última reunião realizada entre o grupo que compõe a operação, a Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz) se comprometeu a remeter informações cadastrais de ambulantes (camelôs), legalizados e ilegais, como também informar os prováveis produtores que agem na capital e nada foi encaminhado para Sesdec, até o momento.

As informações da Semfaz deveriam ser encaminhadas para a Sesdec até o dia 13 de julho. A Secretaria de Segurança ainda informa que tão logo as informações forem recebidas as operações de combate à pirataria serão desencadeadas, uma vez que não é interesse da secretaria injustiçar os trabalhadores ambulantes e sim combater a pirataria em sua raiz, isto é, capturar os produtores e os distribuidos desses produtos, que tanto prejudicam a economia.

Fonte: Tudorondonia

RORAIMA

Polícia Federal e Civil fazem apreensão de CDs

09/Novembro/2006

Boa Vista/RO - A Polícia Federal desencadeou ontem uma operação contra a pirataria de CDs e DVDs, denominada "Operação Verdes Mares". As batidas aconteceram em vários pontos comerciais da cidade e 15 pessoas acabaram presas e encaminhadas para a sede da PF.

Devido à grande quantidade de material apreendido, não foi repassado para a Folha o número total de apreensão, o que deve ser feito hoje. Conforme informação obtida do delegado Gustavo Carvalho, a operação já estava planejada há algum tempo.

Os locais visitados pelos policiais foram a feira do Passarão, o Comercial Caxambu, destinados aos camelôs no Centro Comercial da cidade e em frente à Caixa Econômica Federal, onde os ambulantes se aglomeraram para trabalhar com a venda de CDs piratas.

Polícia Civil

Numa outra investigação feita por policiais civis do 3º Distrito, liderados pelo delegado Paulo Henrique, foram apreendidos cerca de 20 mil CDs virgens, que estavam na garagem da residência de um comerciante, identificado apenas pelo nome de Elizeu, no bairro Asa Branca.

Segundo o delegado, há um mês os policiais estavam investigando a entrada do produto no Estado, vindo da Venezuela. Os policiais foram informados que os CDs estavam na residência e apreenderam todo o material.

O comerciante não estava na casa no momento da batida policial, mas ao ser contatado se prontificou a cooperar com o trabalho policial. Ele alegou que estava guardando o material para um conhecido, que identificou como José Gregório, comerciante da cidade de Pacaraima.

Elizeu prestou termo de declaração e depois foi liberado. Paulo Henrique lembrou que os CDs virgens tinham como destino a cidade de Manaus, onde seriam gravados com músicas e voltariam para Boa Vista para serem vendidos como piratas.

Fonte: Folha de Boa Vista

RIO GRANDE DO SUL

Patrulheiros apreendem mercadorias na RST 135

19/Janeiro/2006

Na madrugada dessa quarta-feira, no KM 10 da RST 135, em Coxilha, integrantes do grupo rodoviário da BM local abordaram um ônibus Scania K 112, com placas de Passo Fundo. O veículo transportava mercadoria adquirida no Paraguai.

Os patrulheiros localizaram na bagagem de dois passageiros DVDs e CDs virgens avaliados em aproximadamente R\$ 1,5 mil. A mercadoria foi encaminhada à Delegacia da Receita Federal de Passo Fundo.

Na manhã dessa quarta-feira, na RST 135, também abordaram um ônibus de turismo com placas de Encantado. O veículo transportava 29 passageiros.

No bagageiro, os patrulheiros rodoviários encontraram material de informática, CDs e DVDs virgens, 70 serras elétricas e dez furadeiras avaliadas em R\$ 4,5 mil. As apreensões também foram encaminhadas à Receita Federal.

Fonte: O Nacional

Governador apóia instalação de delegacia de combate à pirataria no RS

20/Fevereiro/2006

Agilizar o processo de instalação de delegacia do consumidor especializada no combate à pirataria no Estado, criando condições que possibilitem sua estruturação física, foi o tema do encontro, nesta segunda-feira (20), entre o governador Germano Rigotto e representantes do Ministério Público Estadual, no Palácio Piratini. O procurador-geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira apresentou ao governador, a possibilidade de instalar no local, além da delegacia, também o depósito dos produtos oriundos de apreensões feitas no combate ao crime. O prédio sugerido pelo MPE é de propriedade do Estado. De acordo com a proposta, seria transferida para outra área a atividade boje existente no local, cuja área é de 3,5 mil metros quadrados e fica na rua Comendador Tavares, zona norte de Porto Alegre. Segundo a proposta, a delegacia receberia apoio de entidades e associações privadas, que estariam dispostas, inicialmente, a investir em torno de R\$ 1 milhão na reforma e instrumentalização do local.

Recursos humanos

Rigotto determinou total mobilização para a liberação e conversou sobre os profissionais que poderão atuar no prédio com o secretário da Justiça e da Segurança, José Otávio Germano, solicitando apoio na questão dos recursos humanos. O governador disse também que "a concretização da delegacia será um marco para o Estado no que se refere ao combate à pirataria e à sonegação fiscal que acarreta". De acordo com Rigotto "com a instalação, o Rio Grande do Sul será cada vez mais uma referência, um modelo neste setor em todo país", frisou.

O procurador-geral de Justiça lembrou que "a pirataria acarreta a exclusão social e afasta muitos cidadãos da economia formal. Por isso, a decisão do governador de apoiar a instalação desta delegacia é histórica". Segundo ele, "o fato demonstra a posição do governo para contribuir no combate a este tipo de crime que se tornou uma chaga da sociedade. A ação entre os poderes Executivo, Judiciário e entidades privadas será integrada", enfatizou Pereira.

De acordo com o promotor Carlos Alberto Araújo, que esteve presente na reunião também representando o MPE, entre algumas das entidades que apóiam a instalação da delegacia, estão a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo, Associação de Defesa de Propriedade Intelectual (Adept) e a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF). Esta última reúne representantes de diversas entidades empresariais, entre elas do setor fumageiro e têxtil. Também participaram do encontro o procurador de Justiça Eduardo de Lima Veiga e o executivo da comissão antipirataria do calçado no RS, Marco Aurélio Kirsch.

Fonte: Agência de Notícias do Governo do RS

Smic apreende medicamentos e receituários

Material ilegal estava em sala na Avenida Otávio Rocha, no Centro

28/Abril/2006

A fiscalização da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) apreendeu ontem medicamentos de tarja preta, receituários médicos e produtos piratas em um depósito clandestino em uma sala na Avenida Otávio Rocha, no centro da Capital.

O depósito foi descoberto por meio de investigações da Operação Vapor da Smic, em ação com a Brigada Militar. Durante a busca, pela manhã, fiscais encontraram 3 mil CDs e DVDs falsificados, 15 cartelas de medicamentos tranqüilizantes de tarja preta - cuja venda é permitida apenas com receita médica - e 40 receituários em branco, apenas assinados e carimbados. Também foram apreendidas caixas de decodificadores de TV, dois celulares, videogames e 20 rádios de automóveis sem procedência comprovada. O material foi enviado à 17ª DP, que investigará a origem.

A Smic tem dois depósitos licenciados que guardam o material dos camelôs autorizados. Na semana passada, em um deles, na Praça Parobé, a secretaria apreendeu cosméticos, produtos pirateados e remédios para cardíacos, pertencentes a uma banca da Praça 15, flagrada vendendo o remédio Regental T-Triac, proibido no Brasil. A proprietária teve a licença cassada.

- Na semana passada, suspendemos a licença de uma banca da Praça 15. Hoje (ontem), achamos o primeiro depósito com medicamentos controlados. Vamos continuar fiscalizando para inibir a venda ilegal de remédios nas bancas de camelôs - afirma o secretário Idenir Cecchim.

Além de comunicar à polícia, a Smic alertou o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e o Conselho Regional

de Medicina para que seja investigada a autenticidade das receitas. O diretor de fiscalização da secretaria, Léo Antônio Bulling, avalia que a apreensão de ontem é o inicio do desmantelamento de uma quadrilha que atua nas imediações da Praça 15.

Fonte: Zero Hora

RS está prevenido contra a pirataria

09/Junho/2006

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, destacou nesta quinta-feira em reunião no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, as medidas que o Rio Grande do Sul vem adotando para enfrentar o problema da pirataria e do contrabando, com a integração e ação dos órgãos de segurança, Ministério Público, Secretaria da Fazenda, Polícia Federal e Receita Federal. Segundo ele, o Rio Grande do Sul já conta com uma delegacia do consumidor especializada no combate à pirataria. "O Estado tem sido considerado um exemplo nas medidas que tem adotado, inclusive com o recebimento de certificados e premiações devido à política de combate à pirataria", enfatizou.

Rigotto informou ainda que deve ocorrer nos próximos dias, em São Paulo, outra reunião com a participação dos secretários da Fazenda e da Segurança, além das procuradorias dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais, para fortalecer mais a integração no combate à sonegação e à pirataria, que termina refletindo no crime organizado. A sugestão partiu do governador gaúcho. "Será importante ocorrer a troca de informação e de experiência do que os Estados estão fazendo para combater o contrabando e a pirataria, que são hoje preocupações de todos os entes federativos, principalmente dos que têm fronteira", afirmou.

Rigotto salientou que a pirataria atinge vários setores, entre eles, o de calçados, cigarros, computadores e a indústria têxtil. Participaram os governadores de São Paulo, Cláudio Lembo, de Santa Catarina, Eduardo Moreira, e do Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos. Estavam presentes o secretário de Comércio dos Estados Unidos da América, Carlos Gutierrez, que visita o Brasil, e governadores das regiões Sul e Centro-Oeste do país.

Fonte: Leather

Pirataria: Polícia busca uma estrutura satisfatória

31/Julho/2006

Enquanto a pirataria aumenta, órgãos de repressão no Estado vão tentando se virar para colocar a estrutura à altura do problema. Em Porto Alegre/RS, a titular da Delegacia do Consumidor (Decon) do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), Fabiana Borges Kleine Favero, conta que as ações cresceram desde maio. Foi quando caíram para ela também as atribuições sobre crimes de pirataria e saúde pública. "Temos tido reuniões quase diárias (na Segurança Pública), envolvendo também representantes do Ministério Público e empresários", comenta Fabiana.

O objetivo: conseguir mais pessoal para a Decon e melhorar a estrutura física do departamento, que hoje funciona em um prédio de dois andares, na Avenida Sete de Setembro, na capital gaúcha. Ela evita entrar em detalhes sobre quantos agentes tem à disposição, mas lembra que além da demanda crescente, ainda continua respondendo também pelos crimes contra consumidores. "De certa forma, pirataria já era tratada por nós, já que o consumidor

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

é uma das partes prejudicadas." Porém, agora a equipe trabalha mais forte em cima de quadrilhas de falsificadores e contrabandistas.

A delegacia, segundo ela, precisa de um local com um depósito para armazenamento de mercadorias apreendidas. O espaço atual não tem nem estacionamento. "É complicado fazer uma grande apreensão sem ter onde guardar os produtos", comenta. E demanda não falta. Só no último dia 17, a delegada comandou uma operação em Novo Hamburgo, onde foram apreendidos 1.638 CDs, 1.795 DVDs e 531 jogos piratas.

A batida ocorreu em parceria com a Guarda Municipal e secretaria municipais de Indústria, Comércio e Serviços (Semic) e do Meio Ambiente de Novo Hamburgo (Semam), em lojas no Shopping das Fábricas, Rua Magalhães Calvet, no Centro.

Já na última sexta-feira, policiais da Decon retornavam de Curitiba, depois de interrogarem um importador chinês. Seguiram o rastro de uma quadrilha de distribuição das chamadas mídias virgens, CDs e DVDs para serem gravados. O produto é matéria-prima para a rede de pirataria de músicas, filmes, jogos e programas de computador. "Conseguimos apreender a mercadoria antes que ela se espalhasse pelo Estado", festeja Fabiana. Ela refere-se aos mais de 30 mil CDs e DVDs apreendidos recentemente em Porto Alegre.

Fonte: Leather

Contrabandista acaba preso em flagrante

21/Junho/2006

O Grupo Rodoviário da Brigada Militar de Passo Fundo localizou, na madrugada dessa terça-feira, no KM 136 da RS 129, em Guaporé, cigarros e outras mercadorias contrabandeadas do Paraguai. A carga estava num veículo Santana com placas de Candiota. Na abordagem, o condutor do veículo tentou fugir, mas acabou preso.

Os policiais rodoviários encontraram no interior do veículo 1.444 pacotes de cigarros de diversas marcas e uma sacola contendo brinquedos, CDs, DVDs e roupas, num valor total estimado em R\$ 8,5 mil. A guarnição deu voz de prisão em flagrante ao suspeito, conduzindo-o juntamente com a mercadoria e o veículo à Delegacia da Polícia Federal de Passo Fundo. O detido foi autuado em flagrante por contrabando e descaminho e encaminhado ao Presídio Regional de Passo Fundo.

Fonte: O Nacional

Policiais rodoviários localizam contrabando de armas, munições e mercadorias em Pontão

27/Junho/2006

O Grupo Rodoviário da Brigada Militar de Coxilha encontrou na madrugada desta terça-feira (27), na RS 324, quilômetro 158, município de Pontão, armas, munições e mercadorias contrabandeadas do Paraguai. A carga estava na caminhonete Saveiro, placas IJS-3384, de Flores da Cunha. O veículo era conduzido por um homem de 28 anos e tinha como passageiro outro de 23 anos. Ambos foram presos em flagrante e levados à Delegacia da Polícia Federal de Passo Fundo, junto com o produto do contrabando.

Os policiais localizaram na tampa traseira da caminhonete duas pistolas, uma de calibre 9 mm, e outra Beretta. As duas armas estavam acompanhadas dos respectivos carregadores. Também foram encontrados 100 cartuchos calibre 22, outros 100 de calibre 9mm, mais 100 cartuchos calibre 380, 100 de calibre 32, 100 de calibre 38 e 44 cartuchos Calibre 12, além de equipamentos de som automotivo, roupas, perfume e calçados.

Fonte: Gazeta do Sul

Operação apreende mercadoria irregular

05/Julho/2006

A Associação Brasileira de Combate à Pirataria e Falsificação (ABCF), em conjunto com a Delegacia do Consumidor (Decon/Deic - Polícia Civil), realiza operação contra a pirataria de cigarros no Rio Grande do Sul. Em junho foram apreendidos mais de quatro mil maços de cigarro contrabandeado ou com origem não comprovada em nota fiscal pelo proprietário nos municípios de Santa Rosa, Novo Hamburgo e Canoas. A fiscalização acontece em estabelecimentos comerciais de varejo. Os comerciantes flagrados vendendo produtos irregulares podem ser indiciados e a carga apreendida.

"A operação de fiscalização no varejo tem o objetivo de coibir esse comércio de cigarros contrabandeados que causa no Brasil um prejuízo de R\$ 1,8 bilhão por ano no recolhimento de impostos", explica o diretor da ABCF, Rodolpho Ramazzini. Ele calcula que só no Rio Grande do Sul o contrabando impede uma arrecadação de R\$ 180 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A mercadoria contrabandeada é trazida, principalmente, do Paraguai. Além das ações no comércio varejista o batalhão rodoviário da Brigada Militar e a Polícia Rodoviária Federal têm feito apreensões de cigarro contrabandeado em blitz nas estradas.

O cigarro contrabandeado não produz efeitos negativos apenas à economia brasileira. As marcas apreendidas não têm registro comercial e nem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para venda no Brasil, não sofrendo nenhuma espécie de controle. Uma análise macrobiológica realizada em laboratório com 45 marcas de cigarros ilegais apreendidas apontou um teor de alcatrão e de nicotina até seis vezes maior que os níveis permitidos, além de detectar a presença de substâncias como chumbo, zinco, ferrugem e mofo.

Fonte: Gazeta do Sul

Por: Ângela Rocha

Fábrica de DVDs em casa

03/Agosto/2006

Um dia antes de completar 53 anos, na segunda-feira, Sílvio Daniel Conzatti Martins foi preso em Mariluz, balneário de Imbé, no Litoral Norte.

O homem mantinha em casa uma fábrica de CDs e DVDs piratas. Cerca de 11 mil discos de músicas e filmes foram apreendidos além de três computadores.

A DP de Tramandaí começou a investigar a casa havia uma semana, a partir de uma informação anônima. Com mandado de busca e apreensão, os agentes entraram na casa.

Era uma fábrica improvisada. Ele usava CDs e DVDs originais para fazer as cópias falsas pelos computadores. É um crime em expansão, que levou um grande golpe - comemora o delegado Paulo Perez.

Segundo o policial, Sílvio atuava na região havia um ano. Cada CD era vendido a R\$ 2 e cada DVD, a R\$ 3. Os negócios eram fechados por atacado (grandes quantidades).

Autuado por crime contra o direito autoral, o homem foi levado ao Presídio de Osório. Ele pode pegar de um a quatro anos de prisão.

Fonte: Zero Hora

Desbancado esquema de pirataria em Santa Catarina

17/Janeiro/2006

A Polícia Civil de Joaçaba-SC apreendeu no fim da tarde dessa segunda-feira grande quantidade de CDs e DVDs copiados em uma central pirata instalada em uma residência na Rua Floreal Vivas Fernandes, Cobab.

No ato foram apreendidos aproximadamente 10mil CDs, 5mil DVDs, um computador, impressora laser, aparelho gravador de CD e DVD e efetuada a prisão em flagrante de Juliano Merlo, 21 anos.

O preso comandava esquema que abastecia várias empresas de Joaçaba e região.

"A Gravadora Pirata não faz uso de marca própria, como outras que já foram descobertas no Estado", informou o Dr. Ademir Oliveira, delegado titular da DPOI de Joaçaba.

Os produtos apreendidos eram vendidos por R\$ 4,00 (CDs) e R\$ 10,00 (DVDs). Os policiais encontraram também agendas, em um veículo GM Chevette, onde constam anotações de pedidos de clientes, que serão investigados nos próximos dias.

As investigações estavam sendo feitas há vários dias, após denúncia anônima sobre o local da "Gravadora Pirata". Foram detidos, também no local, mais três pessoas que estão sendo investigadas para apurar envolvimento na empresa pirata.

Fonte: CNCP com textos do informe da Polícia Civil-SC

Apreensão de veículos e mercadorias-SC

10/Fevereiro/2006

Nos dias 1º e 2 de fevereiro em ação conjunta com a Polícia Rodoviária Estadual-PRE e com o apoio da Polícia Civil de Santa Catarina, a Inspetoria da Receita Federal em Florianópolis, SC, realizou operação de repressão aduaneira na região da Serra do Rio do Rastro, sul do Estado. A referida operação teve por objetivo reprimir a prática do contrabando e descaminho naquela região.

Como resultado foram apreendidos um ônibus de turismo e mais quatro veículos, sendo um Vectra, um reboque, uma Fiorino e uma Saveiro, todos eles transportando mercadorias estrangeiras, também apreendidas. Durante a operação, um veículo GM-Vectra conduzindo um reboque de carga tentou se evadir da fiscalização, sendo detido no momento em que o reboque capotou em uma curva, na perseguição. Os passageiros, fugiram em direção ao mato. No interior do veículo e da carreta foi encontrado grande quantidade de cigarros contrabandeados.

Dentre as mercadorias, destaca-se a apreensão de cigarros, eletrônicos, vestuário, material de informática, brinquedos e medicamentos de uso controlado ou proibido. No total, a apreensão foi avaliada em R\$ 107.600,00.

Fonte: Receita Federal
Por: IRF Florianópolis-SC

Aprendido contrabando no Oeste

Entre as mercadorias foram recolhidos 22 mil maços de cigarros, munição e produtos eletrônicos
17/Fevereiro/2006

Durante operação conjunta entre a Secretaria de Estado da Fazenda e a Polícia Militar de Chapecó foram apreendidos 22 mil maços de cigarros, diversos equipamentos eletrônicos, de informática e munição de origem paraguaia. A ação, iniciada na semana passada, foi concluída quarta-feira à noite. Os produtos, avaliados em mais de R\$ 50 mil foram apreendidos em ônibus de sacoleiros e em duas casas. Uma pessoa foi presa.

De acordo com os auditores da Receita Estadual, na semana passada, com apoio da Polícia Militar, foi iniciada uma série de abordagens a ônibus de sacoleiros que fazem compras no Paraguai. Seis veículos foram interceptados em diversos pontos da BR-282 e vistoriados. Com os passageiros, membros da operação encontraram CDs, DVDs, e diversos equipamentos para informática. É a maior apreensão do ano na região, segundo os auditores.

Na quarta-feira à noite, em dois bairros de Chapecó, auditores e PMs localizaram 22 mil carteiras de cigarros, também adquiridos no Paraguai. Em uma residência foram recolhidas mil carteiras e na outra, que funcionava como um distribuidor, eram armazenadas 21 mil carteiras. Todas as mercadorias foram encaminhadas para a Delegacia da Receita Federal em Joaçaba. Os responsáveis serão indiciados pela Polícia Federal por descaminho.

Ainda na noite de quarta-feira, no bairro Seminário, em Chapecó, em cumprimento a mandado de busca e apreensão, policiais encontraram diversos outros objetos oriundos do Paraguai. Os produtos estavam na residência de Volmir Silva de Lima, 45 anos. Entre as mercadorias descobertas no local, estavam 12 cartuchos de revólver calibre 32, 44 cartuchos para calibre 38, 25 cartuchos de pistola calibre 6.35, um cartucho de espingarda calibre 32, uma espingarda de fabricação caseira tipo taquari, uma espingarda de pressão chinesa, uma luneta para rifle, marca Tasco 415 e duas tocas tipo ninja. O responsável pelas mercadorias foi detido e conduzido à Central de Polícia, para onde também foram levados os produtos.

Fonte: A Notícia

Fazenda estadual faz apreensão de contrabando e pirataria-SC

24/Fevereiro/2006

A Secretaria da Fazenda Estadual de Santa Catarina efetuou várias apreensões no último dia 22, quarta-feira.

Segundo informações da ADEPI, que acompanhou as apreensões, foram apreendidos mais de 17 mil CDs e DVDs e mais 6 câmeras fotográficas digitais, 3 câmeras fotográficas comuns 3 aparelhos de CDs e 1 tela DVD player.

As apreensões ocorreram nas cidades de Florianópolis e Itapema, no estado de Santa Catarina.

Fonte: CNCP - com informações da ADEPI

Fechado camelódromo de Joinville

Combate à pirataria traz prejuízo de mais de R\$ 100 mil
03/Maio/2006

Joinville - O camelódromo de Joinville foi fechado na manhã de ontem, durante operação de fiscalização e combate à pirataria. Fiscais das receitas estadual e federal fecharam os 33 pontos de venda e apreenderam centenas de mercadorias, que acondicionaram em 93 caixas. Os camelôs estimam que o prejuízo total tenha chegado a R\$ 150 mil.

Já a PM fala em R\$ 80 mil em CDs, DVDs, tênis, eletrônicos e brinquedos, entre outros. Atuaram na operação o Grupo de Combate Ostensivo ao Contrabando, Falsificação e Pirataria da Receita Estadual (GCOCFP), a Receita Federal, a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCaf) e a Associação de Defesa de Propriedade Intelectual (Adepi), com apoio do 8º Batalhão da PM. Os fiscais argumentam que a operação combate a comercialização de produtos piratas e sem notas fiscais. Ainda segundo informe oficial enviado pela PM, a operação atendeu a denúncias do comércio local, de que o camelódromo estava com grande estoque de produtos pirateados.

O presidente da associação dos camelôs, Josué Cirilo Mueller, não concorda com a ação. Argumenta que a falta de notas fiscais é decorrente da falta de legislação e as dificuldades em fundar uma cooperativa. "Não conseguimos autorização da Receita Federal. Tentamos legalizar, mas só teremos CNPJ quando conseguirmos estatuto", reclama. O camelódromo foi construído em parceria entre a Prefeitura e a associação, em 1995. "Temos alvará de funcionamento, mas não temos como nos legalizar", completa.

Os comerciantes estão revoltados. Destacam que a ação promove desemprego, pois cada box gera pelo menos três empregos diretos. Ahmad Kurim, proprietário do box 23, disse que no mês passado assaltaram sua casa, levaram dinheiro e mercadorias, e a polícia não fez nada. "Agora estão aqui, para tirar nosso ganha pão", reclama. Com notas em mãos, disse que os fiscais não quiseram olhá-las e recolheram tudo, sob argumento que faltava selo do Inmetro. "Trabalho com eletrônicos e trouxe de São Paulo. Porque não aceitam as notas?", reclamava. A proprietária do box 29, Maria Fernandes, concorda que é preciso acabar com a pirataria, mas reclama que só fazem pressão no camelódromo, quando há lojas que trabalham com o mesmo tipo de produto e o mesmo fornecedor.

Fonte: A Notícia

Apreensão de bolsas falsificadas e contrabandeadas em Florianópolis

21/Junho/2006



Uma operação realizada em conjunto com a Receita Federal e Polícia Civil fechou ontem, dia 20, um depósito clandestino em Florianópolis. A sala funcionava em um edifício no centro da capital catarinense, e guardava produtos falsificados e contrabandeados como bolsas Victor Hugo e Louis Vuitton, roupas e tênis das marcas Adidas, Nike e Puma, camisas Lacoste, calças Diesel, relógios Rolex e Cartier e diversas marcas de óculos e carteiras.

Dentre os produtos contrabandeados, originais mas com origem ilegal, havia marcas de uísque e uma grande variedade de perfumes. Os produtos falsificados (cerca de 80%) deverão ser destruídos.

Os produtos apreendidos foram levados para o depósito da Inspetoria da Receita Federal em Florianópolis.

Fonte: Receita Federal
Por: Assessoria de Imprensa da SRF

SERGIPE

Guerra contra a pirataria: Polícia apreende milhares de DVDs e CDs

16/Janeiro/2006

Em mais uma ação contra a falsificação de material fonográfico, policiais da Delegacia Especial de Combate a Falsificações e Defraudações – DEFD apreenderam no final da manhã desta sexta-feira, 13, mais de 5 mil DVDs e CDs pirateados, prontos para serem comercializados, guardados no primeiro andar de uma residência situada na Rua Pernambuco, bairro Siqueira Campos.

A mercadoria pertence a Antônio Nilton Andrade, de 50 anos. Segundo os policiais, populares informaram que Nilton saía da casa momentos antes da chegada dos policiais, aparentando tranquilidade, deixando um rapaz – supostamente funcionário seu - cuidando dos DVDs e CDs que estavam empilhados em diversos locais da residência. O jovem foi ouvido pela polícia como testemunha e liberado.

O delegado Alessandro Vieira, titular da DEFD, tem feito um ótimo trabalho no combate a esse tipo de crime. Recentemente, com o apoio da equipe do colega João Martins, de Simão Dias, foram apreendidos mais de 20 mil DVDs e CDs, além de equipamentos para a produção do material, como computadores equipados com drives para gravação, mídias virgens, caixas e capas de papel, dentre outros.

Para concretizar a apreensão de sexta-feira, 13, os policiais fizeram revezamento nas proximidades da casa de Nilton, verificando o seu comportamento, suas idas e vindas, bem como as pessoas que o procuravam. "Esse trabalho durou mais de um mês", disse o agente Jailton Reis, chefe do serviço de investigação e um dos principais responsáveis pelos trabalhos da DEFD.

Fonte: Agência Sergipe de Notícias
Por: Secretaria de Segurança Pública-SE

Polícia apreende jogos de PlayStation falsificados

17/Janeiro/2006

Em mais uma ação contra a pirataria, agentes da Delegacia Especial de Falsificações e Defraudações – DEFD realizaram a apreensão de cerca de 300 jogos para videogame Playstation I e II, nas lojas Game & Cia., localizada na Rua São Cristóvão, edifício Futuro, e Game Jardins, estabelecida num dos shoppings de Aracaju.

De acordo com o delegado titular da DEFD, Alessandro Vieira, nas lojas foram encontrados jogos originais e falsificados, supostamente trazidos de São Paulo. As duas lojas pertencem à mesma pessoa e o proprietário vai ser indiciado assim que se apresentar na Delegacia de Falsificações e Defraudações. O delegado disse ainda que a sua equipe está iniciando uma investigação minuciosa para identificar a cadeia de produção.

No momento da apreensão do material, dois funcionários das lojas acompanharam os policiais até a delegacia, foram ouvidos como testemunhas e liberados posteriormente. Um deles trabalha na Game & Cia., que já foi alvo de uma grande apreensão de produtos falsificados em 2004.

Além dessas empresas, várias produtoras de material falsificado já foram desmontadas pelos policiais da DEFD e as ações de combate à pirataria vão continuar. Somente entre agosto e dezembro do ano passado, a delegacia conseguiu apreender o número recorde de 110 mil cópias gravadas de DVDs e CDs falsificados.

Fonte: Agência Sergipe de Notícias

Pirataria perde 20 CDs e DVDs

07/Fevereiro/2006

Uma operação policial retirou ontem de circulação nada menos que 20 mil CDs e DVDs piratas que estavam sendo comercializados na cidade de Tobias Barreto. Os CDs e DVDs procedem de Feira de Santana.

Teve vendedor que, prevenido da ação policial, conseguiu fugir de moto. Um vendedor colocou até um mostruário no meio da rua, como se fosse uma locadora legal. No centro comercial da cidade, havia lojas que negoçavam apenas CDs e DVDs piratas. Até uma vídeo-locadora foi localizada com o acervo praticamente composto de piratas. Tudo foi fechado e aberto inquérito. A Polícia promete fazer outras investigações, desta vez em outros municípios.

Em Aracaju, a pirataria corre solta. São dezenas de CDs e DVDs piratas oferecidos a possíveis compradores, a preços que variam de R\$ 5 a R\$ 10, até de filmes de sucesso que ainda não chegaram aos cinemas. A pirataria é muito forte no Estado e as ações policiais tentam inibir a comercialização.

Fonte: Infonet

Por: Ivan Valença

Polícia apreende 6 mil CDs e DVDs piratas no bairro América

28/Abril/2006

Na noite de quinta-feira, dia 27, cerca de seis mil unidades de CDs e DVDs piratas foram apreendidos pela equipe de captura da 8ª Delegacia, sob o comando do delegado Fernando Melo. Os policiais flagraram o material sendo vendido em uma residência da rua Nova Paraíba, no bairro América, zona oeste da capital.

A polícia chegou até o local após uma denúncia anônima que foi prontamente investigada. Confirmada a informação, seis policiais foram até o local e presenciaram duas pessoas comprando os CDs e DVDs. A operação culminou com a prisão de Ana Greice da Costa Mota e de dois possíveis 'clientes' que estavam comprando o material, mas como não finalizaram a compra, foram liberados instantes depois.

O delegado Fernando Melo informou que Ana Greice atuava com o marido, Marcelo Rodrigues Oliveira, que conseguiu fugir pulando o muro da casa. O delegado disse ainda que os DVDs vinham da cidade de Feira de Santana, na Bahia, e eram revendidos para ambulantes e camelôs aqui em Aracaju por cerca de R\$ 4. Já os CDs eram falsificados pelo casal em um computador caseiro equipado com gravador. "É importante lembrar que os maiores prejudicados com esse tipo de crime são os artistas, pois os falsários atingem diretamente a lei de Direitos Autorais", comentou Melo, lembrando que o Código Penal Brasileiro prevê pena de 1 a 4 anos de reclusão para quem comete esse tipo de crime.

A ação de combate à venda de produtos audiovisuais falsificados vem sendo intensificada pela polícia há algum tempo. Uma das maiores apreensões feita até hoje aconteceu em Lagarto, no ano passado. Na oportunidade foram apreendidos cerca de 20 mil DVDs e CDs piratas.

A polícia já identificou o centro de Aracaju, os mercados municipais e os municípios do interior como os locais mais visados pelos falsificadores. A Polícia Civil continua reunindo informações oriundas de investigações e de denúncias da população e está mapeando as áreas de maior incidência do comércio e fabricação de produtos pirateados. O objetivo desse trabalho é identificar a escala da pirataria, a fim de encontrar os atravessadores, os pequenos distribuidores, fornecedores e os grandes fabricantes.

Fonte: Agência Sergipe de Notícias

Por: SSP

SÃO PAULO

Polícia apreende R\$ 500 mil em medicamentos em Ribeirão Preto

04/Janeiro/2006

Policiais civis de Ribeirão Preto apreenderam uma carga de remédios, avaliada em aproximadamente R\$ 500 mil, em uma casa luxuosa, no bairro da Ribeirândia, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo.

Os medicamentos, da distribuidora Armed, estavam abrigados em locais inadequados. A polícia suspeita ainda que os remédios possam estar vencidos, mas tinham as suas embalagens trocadas por novas embalagens falsificadas e, eram vendidos para farmácias da cidade e da região.

O delegado Sérgio Siqueira do 6º Distrito Policial explicou que os remédios, em sua maioria, eram para pessoas cardíacas e com trombose. "Eles carimbavam a caixa e vendiam normalmente. Eles deveriam ter uma nota legal, de menor quantidade, para esquentar os demais produtos...porque ninguém vai conferir se ele vendeu mil ou um milhão", declarou o delegado.

Na ocasião, a polícia prendeu em flagrante por receptação e formação de quadrilha, Eliomar de Moraes e Manuel Messias de Sá.

Toda a mercadoria foi apreendida e levada para análises da Vigilância Sanitária.

Fonte: JB-Online

Por: Elisa Vitachi

Operação 25 de Março apreende 21 mil CDs

20/Janeiro/2006

A Subprefeitura da Sé encontrou na manhã desta sexta-feira (20/01) mercadorias contrabandeadas do Paraguai em dois prédios. Entre os produtos apreendidos estão cerca de 21 mil CDs e DVDs piratas, 80 litros de bebida importada sem nota fiscal e óculos escuros.

O Departamento de Controle e Uso do Solo (Contru) intimou por falta de segurança os dois imóveis, localizados nas ruas Carlos de Souza Nazaré, 77, e Augusto Severo, 120. As ações fazem parte da "Operação 25 de Março", que vistoria desde segunda-feira (16/01) estabelecimentos comerciais, contrabando, pirataria, segurança nos imóveis, trânsito e comércio ambulante.

Participam da operação a Guarda Civil Metropolitana (GCM), a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o Departamento de Transporte Público (DTP), o Contru, a Secretaria da Fazenda, Polícia Militar e a Polícia Civil, com efetivo de aproximadamente 400 pessoas.

A Operação 25 de Março percorre o perímetro formado pela avenida Senador Queiroz, Rua Florêncio De Abreu, Ladeira Avanhandava, Rua Conselheiro Basílio Jaffet e Rua Barão de Duprat.

Balanço dos dias 16, 17 e 19 de janeiro da Operação 25 de Março

- 6.871 apreensões de produtos piratas, contrabandeados ou sem nota fiscal
- 450 ambulantes orientados a trabalhar de forma correta (barracas com excesso de mercadoria)
- 22 TPUs (Termos de Permissão de Uso) recolhidos (ambulantes presentes não eram o titular do TPU da banca);

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

mercadorias vendidas não tinham nota fiscal; venda de comida)

- 48 imóveis vistoriados
- dois imóveis interditados pelo Contru por falta de segurança
- 45 estabelecimentos (guarda-volumes e comércio) foram intimados pela Subprefeitura da Sé a apresentar licença de funcionamento
- 24 intimados por falta de segurança pelo Contru
- cinco bancas de jornal intimadas pela subprefeitura a regularizar atividade (venda de produtos não autorizados como alimentos e brinquedos)
- 90 veículos vistoriados
- 28 veículos apreendidos
- 60 veículos autuados
- seis intimações a veículos sem autorização para transportar mercadorias (frete).

Fonte: IDG Now! Com dados da Assessoria da Prefeitura de SP

Oito são detidos por contrabando em S.Caetano

31/Janeiro/2006

Oito pessoas foram presas em flagrante domingo à noite no bairro Fundação, em São Caetano, acusadas de contrabando. Segundo a Guarda Municipal da cidade, responsável pela prisão, os acusados foram detidos descarregando carga avaliada em R\$ 200 mil que estava dentro de um ônibus vindo do Paraguai.

Parte do material foi apreendida pela corporação. Continha 9 mil CDs virgens, centenas de brinquedos, componentes para computador, aparelhos de DVDs, circuladores de ar, liquidificadores e artigos para pesca, entre outros materiais. De acordo com a polícia, a carga, sem nota fiscal, seria distribuída para ambulantes e comerciantes não só da região, mas também de São Paulo.

A prisão ocorreu às 19h, na rua Pedro Alexandrino. A carga estava sendo distribuída na rua mesmo, do ônibus para aproximadamente 12 pessoas com carros estacionados, entre eles um Renault Clio, dois Daewoos, um Santana Quantum, um Corsa e dois Gols.

A Guarda Municipal descobriu a ação durante patrulhamento de rotina. Quando uma viatura da corporação passou pela rua, algumas pessoas entraram correndo para dentro de veículos e conseguiram fugir.

Para evitar fuga maior, guardas municipais fecharam a rua nos dois sentidos e conseguiram deter o motorista do ônibus, Edson Batista da Silva, 39 anos, e outras sete pessoas: a comerciante Cláudia Bertol, 28 anos, o metalúrgico Aldenor Machado, 46, o vendedor Luiz Carlos Lucas Linhares, 44, o comerciante Sandoval José de Sousa Matos, 40, Aracele Enriques Peros, 26, o motorista Elson Adão Bertol, 34, e seu irmão, o gerente comercial Sidnei Antônio Bertol, 29.

As pessoas que conseguiram fugir saíram com os carros em alta velocidade nos sentidos da avenida dos Estados e da rua Maximiliano Lorenzini. A Guarda Municipal realizou buscas pela vizinhança, mas não conseguiu deter mais ninguém.

Segundo a polícia, o motorista do ônibus teria confessado que costuma trazer mercadorias do Paraguai pelo menos duas vezes por mês e utilizava a rua Pedro Alexandrino para divisão da carga. A distribuição da mercadoria no meio da rua geraria menos suspeitas da vizinhança do que usar um galpão, por exemplo.

Os oito detidos foram conduzidos até o 1º DP de São Caetano e presos em flagrante por contrabando. "As mercadorias não estavam com notas fiscais e há todos os indícios de que essas pessoas participaram do delito", afirmou o delegado responsável pela prisão, Paulo Roberto Ferraz.

Cigarros

Na última quinta-feira, na rua Tapuias, na Vila Conceição, em Diadema, a polícia apreendeu um ônibus contendo 350 caixas de cigarros de procedência não definida. Há suspeitas de que a mercadoria seja contrabandeada. A ocorrência também foi marcada por uma briga envolvendo profissionais da imprensa e pessoas que descarregavam a carga.

A apreensão ocorreu após a Polícia Militar receber denúncia anônima. Quando os policiais chegaram ao local, viram cerca de dez pessoas transportando o material para uma residência.

O motorista do ônibus, José Aparecido Bezerra, 48 anos, e seus ajudantes, que eram amigos e parentes, foram levados até o 3º DP de Diadema. Bezerra afirmou à Polícia Civil que trouxe a carga da fronteira com o Paraguai e que os cigarros eram de diversos passageiros que compraram a carga lá. O material passaria por perícia para determinar se era contrabandeado ou não. Na ocasião, ninguém foi preso.

Em frente à delegacia, um cinegrafista da TV Bandeirantes e um fotógrafo da Agência Estado disseram que foram agredidos por amigos e parentes do motorista enquanto captavam imagens da carga apreendida.

O fotógrafo também disse que teve um celular furtado na confusão. O delegado de plantão interpretou que houve uma briga generalizada e registrou a ocorrência como rixa.

Fonte: Diário do Grande ABC
Por: Luciano Cavenaghi

Blitz apreende R\$ 700 mil em produtos irregulares no Brás

03/Fevereiro/2006

Setenta policiais civis do Departamento de Investigações Sobre Crime Organizado (Deic) realizaram na madrugada desta sexta-feira uma blitz em busca de produtos piratas e contrabandeados na feirinha da madrugada que acontece em vias públicas da região da Rua Oriente, no Brás, nesta madrugada. Segundo o delegado Edson Soares, pelo menos 120 carros de ambulantes e três ônibus, todos repletos de mercadorias, foram apreendidos e levados para o prédio do Deic. Até esmaltes produzidos numa fábrica clandestina foram apreendidos na Rua Oriente.

Participaram da operação ainda 39 fiscais da Subprefeitura da Mooca e 15 guardas municipais. A polícia vai verificar se as notas fiscais apresentadas pelos camelôs são verdadeiras. Só quem apresentar as notas poderá retirar as mercadorias.

- A ação da polícia visa o combate da pirataria, do descaminho (exportação ilegal) e da sonegação fiscal - afirmou Soares.

Segundo a subprefeitura da Mooca, cerca de 5 mil barracas são instaladas no local de segunda a sexta-feira, mas apenas nenhuma delas têm autorização para trabalhar.

Há um mês, o Largo da Concórdia foi fechado pela prefeitura e as barracas dos camelôs que lá trabalhavam

retiradas. No local será construída uma praça, que faz parte do processo de revitalização do bairro.

- Surgiram aqui diversos shoppings populares, que são uma boa alternativa para eles, desde é claro que trabalhem com produtos regulares - afirmou Eduardo Odloak, subprefeito da Mooca.

O valor estimado dos produtos apreendidos durante a madrugada no Brás chega a R\$ 700 mil.

Fonte: Globo Online

Pirataria lota 10 vans e 8 caminhões no Brás

10/Fevereiro/2006

Os curiosos peruanos mandavam perguntar aos curiosos bolivianos, que acusavam os curiosos coreanos e chineses. Por sua vez, os orientais fingiam não entender o que estava acontecendo ou não diziam uma palavra em português. Ainda assim, todos eles assistiram à apreensão de mais de 1 milhão de objetos piratas ou contrabandeados, durante operação realizada sexta-feira pela Polícia Civil e Subprefeitura da Mooca na região do Brás, em São Paulo. Foram 1.500 sacos plásticos para embalar o material, que foi levado em oito caminhões e 10 vans.

Os produtos irregulares foram encontrados em quatro galpões, que serviam como guarda-volumes para ambulantes irregulares que atuam na tradicional Feirinha da Madrugada. Segundo policiais que participaram da operação, muitos dos tais "curiosos" seriam os donos das mercadorias apreendidas. "Eles têm medo de se identificar, a maioria está ilegal no país", disse um policial.

A operação começou por volta das 3h. Cerca de 70 policiais e 30 fiscais agiram simultaneamente nas ruas Monsenhor de Andrade, Oriente e Henrique Dias. Apesar de os galpões terem sido arrombados, não houve resistência ou confusão. No local, foram encontrados camisas, meias, óculos escuros, relógios, bolsas, aparelhos eletrônicos e toda sorte de produtos piratas, avaliados em quase R\$ 2 milhões. Segundo o coordenador da operação, o delegado divisionário do Deic (Departamento de Investigação Sobre Crime Organizado), Edson Dias, 130 pessoas deverão responder a um inquérito policial.

O proprietário de um dos galpões da rua Monsenhor de Andrade, o espanhol Miguel Ramos, disse que não pode ser responsabilizado pelos produtos que seus clientes guardam em seus armários. "Nós apenas alugamos o espaço, não podemos saber o que cada um guarda. Não temos como pedir nota fiscal", afirmou. Todos os galpões foram lacrados pela Subprefeitura. Nenhum possuía alvará de funcionamento.

Em frente ao galpão "do espanhol" havia um ônibus estacionado. No interior desse veículo, foi encontrada uma série de produtos contrabandeados. Nenhum passageiro ou motorista estava no local. A procedência desse ônibus ainda está sendo investigada.

Os poucos que se assumiam como ambulantes reclamavam do desemprego e da falta organização da categoria. Para eles, a prisão de seu líder, Afonso Camelô, em agosto do ano passado, deixou os ambulantes sem liderança. "Ele segurava as pontas por aqui", disse uma mulher que não quis se identificar.

Para o subprefeito da Mooca, Eduardo Odldak, a operação deve impedir a realização da Feirinha da Madrugada, que acontece das 3h às 7h, na rua Oriente. "Os produtos foram todos apreendidos. Aos poucos, vamos minando esse comércio ilegal. Os lojistas vão trabalhar com mais tranquilidade", disse o subprefeito. Atualmente, apenas 893 camelôs atuam dentro da lei. Outros 10 mil ambulantes seriam ilegais.

Fonte: Diário Online

Pirataria: 92 presos com R\$ 1,5 milhão em produtos

Foi o que a Delegacia de Combate à Pirataria apreendeu nos últimos 90 dias. Só ontem foram 12 presos em flagrante, com 4.000 peças de CDs e DVDs piratas
04/Março/2006

Pelo menos R\$ 1,5 milhão em CDs, DVDs, tênis e camisetas falsificadas e eletrônicos e cigarros contrabandeados do Paraguai, entre outros produtos, foram apreendidos nos últimos 45 dias pela Delegacia de Combate à Pirataria do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic).

Nessas operações realizadas sem alarde, desde que assumiu a delegacia no dia 1º de dezembro de 2004, o delegado Ismael Rodrigues prendeu 92 pessoas pelos crimes de contrabando, descaminho e violação de direitos autorais.

Só entre a noite de anteontem e a manhã de ontem, 12 vendedores ambulantes - entre eles dois menores de 17 anos - foram presos com cerca de 4.000 peças de CDs e DVDs piratas. Em janeiro, 17 pessoas - incluindo o líder da pirataria no local, o chinês Ting Kuang Chu - foram presos no Stand Center, um shopping na Avenida Paulista, vendendo produtos falsificados.

Na noite de anteontem, o primeiro detido foi o vendedor ambulante Arismar de Souza Silva. Ele foi pego na Praça da República, logo após receber um lote de 929 peças de CDs e DVDs. Os policiais chegaram a Arismar após um informante delatar todo o esquema de distribuição dos produtos piratas na região da 25 de Março e a rota de fuga dos ambulantes. Segundo a denúncia, toda vez que um carro caracterizado da Polícia Civil se aproxima da região da 25 de Março, os olheiros se comunicam com os vendedores de CDs e DVDs piratas. Eles embrulham a mercadoria e correm para dois bares da região - um na Rua Barão de Duprat, 369, e outro na Afonso Kherlakian, 179. Por conta desse modo de agir dos ambulantes, a ação policial foi batizada como Operação Ratoeira.

Com os endereços dos esconderijos em mãos, os policiais não tiveram dificuldade. Assim que os ambulantes perceberam a movimentação dos policiais à paisana na região, correram para os bares. Em seguida, os investigadores fecharam as saídas dos estabelecimentos e efetuaram os outros 11 flagrantes.

Na opinião de Rodrigues, a prisão é a única forma para se extinguir a pirataria. "Quando os ambulantes são indiciados em inquéritos, mas continuam em liberdade, não sentem o rigor da punição. A prisão, com certeza, assusta e coíbe o delito. Faz o ambulante pensar um pouco mais no risco que vai correr."

Penas variam de 2 a 4 anos de prisão

O Código Penal Brasileiro prevê pena de 2 a 4 anos de reclusão para os condenados pelo crime de violação de direitos autorais. Para os contrabandistas, a pena varia de 1 a 4 anos de prisão.

O diretor do Deic, Godofredo Bittencourt, elogiou o trabalho de Rodrigues. Ele disse que a delegacia vai continuar realizando operações como a promovida em novembro, quando os policiais fecharam a Galeria Pajé e apreenderam R\$ 10 milhões em mercadoria.

Fonte: Jornal da Tarde

Por: Rita Magalhães

Operação Escudo prende 12 e R\$3 milhões em equipamentos

Com 49 mandados de busca e apreensão, quase 200 policiais e agentes fiscais tinham como principal alvo as lojas de eletroeletrônicos no Shopping do Romeiro, nas dependências do Santuário Nacional de Aparecida
26/Maio/2006

Cerca de R\$3 milhões em mercadorias trazidas ilegalmente do Paraguai foram apreendidas nesta sexta-feira durante a Operação Escudo, deflagrada pela Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Federal, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Receita Federal.

A ação começou ainda de madrugada com a prisão de dois policiais civis de Aparecida e dois policiais rodoviários que trabalhavam na via Dutra, na região do Vale do Paraíba. Um dos policiais civis presos é irmão de um delegado de polícia da cidade. Outras oito pessoas, entre comerciantes e guias de ônibus que trabalhavam diretamente com o contrabando foram detidas. As doze prisões são temporárias.

Com 49 mandados de busca e apreensão, quase 200 policiais e agentes fiscais tinham como principal alvo as lojas que vendem eletroeletrônicos dentro do Shopping do Romeiro, instalado nas dependências do Santuário Nacional de Aparecida.

Trinta e sete lojas foram fechadas e delas retiradas seis carretas de caminhão em equipamentos eletrônicos e de informática. "Uma quantia que surpreendeu até a nós. Estimamos mais de três milhões de reais", informou o delegado da Receita Federal, José Antonio Gaeta.

Investigações

As investigações começaram em maio do ano passado quando o Ministério Público Federal recebeu denúncias de policiais que recebiam propina para dar cobertura ao crime de contrabando. "Deixavam passar sacolas de produtos do Paraguai, e também armas e drogas", contou o procurador Ajame Alexandre Gonçalves.

O esquema funcionava com informações passadas dos policiais para os guias e sacoleiros. "Recebiam valores mensais e presentinhos para fazer até escolta dos ônibus e ainda corromper outros policiais". Inúmeras conversas foram gravadas pelo MPF e fundamentaram as investigações. Segundo o delegado da PF, Amaro Vieira Ferreira, os policiais e comerciantes vão responder por formação de quadrilha, facilitação e contrabando e podem pegar até dez anos de prisão se condenados.

"Com um dos policiais foram encontrados armas, cocaína, munições e oito dinamites". A Secretaria de Estado da Fazenda ainda vai analisar a quantia de impostos sonegados nesta prática.

Fonte: Agência Estado
Por: Simone Menocchi

Blitz apreende 13,8 mil CDs e DVDs

03/Abril/2006

A Polícia Civil e fiscais da Associação Protetora dos Direitos Intelectuais e Fonográficos (Apdif) apreenderam 13.805 CDs e DVDs piratas em 14 bancas do comércio informal do centro popular de compras, o "camelódromo", localizado na Rua Álvares Machado, no Centro, em Campinas. A operação durou três horas, entre a noite de quinta-feira e a madrugada de ontem. Ninguém foi preso. As bancas foram lacradas e os proprietários intimados a prestarem depoimento na Delegacia de Investigações Gerais (DIG). O material apreendido está avaliado em R\$ 100 mil,

segundo informou a polícia, com base nos preços praticados pelos informais: R\$ 5,00 (CD) e R\$ 10,00 (DVD).

A operação policial foi feita com base em um mapeamento realizado por policiais da DIG a partir de denúncias recebidas pela Apdif, segundo informou o delegado Hamilton Caviolla Filho. "Desde o ano passado, estamos realizando apreensões com o objetivo de conter o comércio de mercadorias piratas", disse o delegado. O material foi apreendido nas bancas localizadas no trecho entre a Avenida Doutor Campos Salles e Rua General Osório. Como não havia ninguém no "camelódromo", os donos das bancas foram notificados a prestarem declarações.

"Campinas tem um forte esquema de pirataria, tanto na venda como em laboratórios montados. É uma verdadeira organização", disse Valdemar Ferreira, coordenador regional da Apdif.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é apontada como um dos principais pólos de ação dos piratas de mídia. "A pirataria é ruim para todos. Impostos não são recolhidos e toda sociedade é atingida", comentou. Segundo os policiais, foram achados também 1.769 boxes para guardar CDs. O material foi encaminhado para destruição na Capital. Foram registrados BOs por crime de violação do direito autoral. (Colaborou Adagoberto Baptista/do Cosmo On Line)

Fonte: Cosmo On Line | em 01/04/2006

Por: Bargas Filho e Carla Silva

Operação "Henry Ford" apreende um milhão de produtos em SP

05/Abril/2006

Foi realizada nesta segunda-feira (03/04), pela 1º Divisão de Investigações Gerais da DIG/DEIC, uma operação para apreensão de produtos piratas e contrabandeados na Capital.

A operação intitulada "Henry Ford", foi realizada no Bairro da Mooca em São Paulo, na Avenida : Henry Ford, 622 - Cia. De Produtos Armazéns Gerais e contou com a participação de 36 policiais e 12 viaturas .

Segundo o Delegado Chefe da Divisão de Investigações Gerais do DEIC, Dr. Edson Soares, os números finais da operação foram de 834.012 DVDs virgens, 18.981 pares de tênis, 41.316 óculos, 151.832 brinquedos, totalizando R\$ 1.046.141 (Um milhão quarenta e seis mil e cento e quarenta e um produtos apreendidos), no valor total de R\$ 5.306.610,00 (Cinco milhões trezentos e seis mil e seiscentos e dez reais).

Ainda foram instaurados seis inquéritos policiais e houve a averiguação de dezoito pessoas presentes no local.

Fonte: Fonte: Departamento de Investigações sobre Crime Organizado - DEIC

DIG de Campinas apreende roupas pirateadas

04/Agosto/2006

Se não fosse a qualidade inferior do pano e o preço bem abaixo do mercado, centenas de peças de roupas da marca francesa Lacoste, apreendidas ontem pela Polícia Civil, poderiam ser encontradas no comércio de Campinas sendo vendidas como se fossem originais.

Além da empresa que detém a patente da marca ser lesada o consumidor também estaria levando para casa uma mercadoria falsificada. A apreensão foi resultado de uma fiscalização feita pelo escritório da empresa no Brasil.

Fiscais da grife francesa detectaram que uma fábrica de roupas, localizada na Avenida Adão Focesi, no Jardim do Lago, estaria falsificando as peças.

Logo, investigadores do Setor de Crimes Contra o Patrimônio (SCCP), da Delegacia de Investigações Gerais (DIG) se deslocaram até o local e também constataram o fato. Foram 600 peças apreendidas.

Ao todo foram apreendidos dez sacos, contendo uma média de 60 camisas masculinas e camisetas pólos cada um. Os modelos eram tanto femininos quanto masculinos, que seriam vendidos pela média de R\$ 35,00. Sendo que o preço original é três vezes maior.

"Além das roupas, os investigadores também encontraram selo de identificação da marca, popularmente conhecido como o desenho de um jacaré, TAGs (etiquetas falsas que apontariam a originalidade do produto) e sacos plásticos com o símbolo da Lacoste usado para embalar as roupas", disse o titular da DIG, Paulo Tucci.

O proprietário do comércio, na qual o nome não foi revelado pela polícia, responderá judicialmente pelo crime de violação de direito autoral. Caso venha a ser condenado, ele pode ser preso, em regime fechado, pelo período de três meses a um ano. O dono do estabelecimento não foi preso em flagrante.

As peças apreendidas foram encaminhadas para o Instituto de Criminalística para averiguar a originalidade do produto. A pirataria se refere a cópia, venda ou distribuição de material sem o pagamento dos direitos autorais, como o que aconteceu com os produtos da Lacoste.

Ela envolve os mais diversos tipos de produtos que vão desde roupas de grifes, tênis de marcas famosas, óculos e brinquedos. De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco), o Brasil perde anualmente R\$ 30 bilhões, em arrecadação, por causa dos produtos falsificados.

Os produtos pirateados não são os mais caros e sim os mais populares, de acordo com a entidade. E são mais atrativos aos consumidores por causa do preço, que é mais em conta.

A pirataria também é a responsável pela criação de milhares de postos de trabalhos informais. De acordo com especialistas no assunto, para combatê-la é necessário intensa fiscalização. A reportagem da Agência Anhanguera de Notícias (AAN) procurou por um representante da Lacoste para falar sobre o assunto mas ninguém foi localizado.

Fonte: Cosmo On Line com informações da Agência Anhanguera
Por: Carla Silva

Rua Santa Ifigênia, no centro da capital, é alvo de operação conjunta de combate à pirataria

07/Agosto/2006

Uma operação conjunta entre agentes fiscais de renda da Secretaria da Fazenda do Estado, policiais militares, auditores fiscais da Receita Federal, agentes da Prefeitura e guardas civis foi iniciada na manhã desta segunda-feira, 7 de agosto, na Rua Santa Ifigênia, centro da capital paulista.

Mais de 70 agentes públicos participam da ação batizada "Operação Ventania", que tem o objetivo de combater à pirataria, o contrabando e a sonegação fiscal.

Os equipamentos eletrônicos e componentes de informática são o foco da operação, que verifica a procedência dos

produtos, a documentação fiscal e a emissão de notas fiscais.

De acordo com o delegado regional tributário da Capital-II, Sérgio Mazzoni, coordenador dos representantes da Secretaria da Fazenda, a ação deve se estender enquanto houver mercadorias para verificação ou apreensão nos estabelecimentos fiscalizados.

Até o final da tarde de hoje, prevê-se a apreensão de diversos produtos, dadas as irregularidades verificadas até o momento. "Ainda não é possível quantificar, mas aparentemente teremos um número elevado de apreensões", informa o delegado.

A "Operação Ventania" é semelhante a outras já realizadas, como a "Operação Sagitário", que só em dezembro do ano passado apreendeu mais de 7.000 caixas de mercadorias no Shopping 25 de Março, e "Operação Escudo", que apreendeu mercadorias importadas irregularmente em lojas e shoppings de municípios do Vale do Paraíba.

Fonte: SP Notícias - Portal do Governo do Estado de São Paulo

Por: Cíntia Cury e José Luiz Lima

Fiscalização: Fazenda, Receita e Prefeitura realizam Operação Ventania na Santa Ifigênia

09/Agosto/2006

A Superintendência da Receita Federal em São Paulo e a Secretaria da Fazenda do Estado, com o apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar desencadearam nesta segunda-feira (07/08), a "Operação Ventania", com o objetivo de reprimir o comércio irregular em lojas da Rua Santa Ifigênia, principal centro de eletrônicos, componentes de informática e programas de computador da Capital.

Balanço

Na etapa de hoje, cinco estabelecimentos foram fiscalizados, cuja principal irregularidade encontrada foi a exposição de mercadorias sem nota fiscal ou com nota fiscal falsificada. Também foram apreendidos dois caminhões tipo 'baú' com cerca de 50 metros cúbicos cada um, com lotes de mercadorias basicamente compostos de eletrônicos - equipamentos de áudio e vídeo; toca-cds; MP3; tvs de plasma etc.

O valor do lote de mercadorias apreendidas foi estimado em R\$ 600 mil. Nas primeiras horas da operação, a loja O Mundo, situada à rua Santa Ifigênia, 226, foi interditada pela Prefeitura (Contru), em razão da existência de depósitos. Nos próximos dias, a Secretaria Estadual da Fazenda irá lavrar autos de infração (multas) contra os estabelecimentos em que foram encontradas irregularidades.

As equipes de fiscalização da Secretaria da Fazenda atuaram sob a coordenação do delegado regional tributário da Capital-II, Sérgio Mazzoni.

Nas próximas semanas, a "Operação Ventania" irá se deslocar da Rua Santa Ifigênia para outros alvos identificados pelo Serviço de Inteligência da Receita Federal, mas, a qualquer momento, poderá retornar às lojas já fiscalizadas.

A Força Tarefa esteve constituída por cerca de 70 Agentes Públicos entre Auditores e Técnicos da Receita Federal, Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo e Fiscais da Prefeitura de São Paulo, apoiados pela Guarda Civil

Metropolitana e a Polícia Militar.

O trabalho de hoje esteve concentrado no combate às práticas de contrafação (pirataria), sonegação (venda sem Nota Fiscal e sem o pagamento de impostos) e descaminho ou contrabando (venda de mercadorias importadas sem o pagamento dos impostos). Com esse objetivo são fiscalizados os recolhimentos dos seguintes tributos: IRPJ, PIS, COFINS, II/IPI e ICMS.

Fonte: SP Notícias - Portal do Governo do Estado de São Paulo [07/08/2006]

Blitz apreende produtos na inauguração de galeria em SP

15/Setembro/2006

São Paulo/SP - A operação Avant-première apreendeu hoje R\$ 250 mil em mercadorias em uma blitz durante a inauguração da Galeria Prestes Maia, em São Paulo. A ação foi conjunta da Secretaria da Receita Federal, da Fazenda, prefeitura da cidade de São Paulo e Polícia Militar. Segundo o delegado regional da Secretaria da Fazenda, Sérgio Mazzoni, a operação encontrou irregularidades em aproximadamente 70% dos boxes que já funcionavam no primeiro dia. A galeria tem 92 boxes, dos quais 20% já funcionavam hoje.

Entre as irregularidades foram verificadas falsificação, pirataria, contrabando, comércio de produtos nacionais sem nota fiscal e comércio sem registro na Secretaria da Fazenda. Segundo o delegado, alguns estabelecimentos foram fechados e as mercadorias apreendidas encheram uma van. Os comerciantes que tiveram mercadorias nacionais apreendidas por falta de nota fiscal podem reaver-las mediante pagamento de uma multa de 70% do valor do produto.

A Galeria está localizada na esquina das avenidas Senador Quetroz e Prestes Maia, "praticamente em frente à Receita", destaca Mazzoni. "Eles foram otimistas demais", afirmou o delegado, que entendeu a postura como "provocativa".

Fonte: IG Notícias - Último Segundo | com informações da Agência Estado

Operação Carrossel

13/Outubro/2006

A Superintendência da Receita Federal em São Paulo e a Secretaria da Fazenda do Estado, com o apoio da Polícia Militar desencadearam hoje, 11/10/2006, a Operação Carrossel para reprimir o comércio irregular na cidade de São Paulo.

A operação tem por objetivo combater a contrafação (pirataria), o descaminho (venda de mercadorias importadas sem o pagamento dos impostos) e a sonegação (venda sem nota, catxa 2, ...).

Os alvos da Operação Carrossel são as lojas e os boxes dos Shoppings Stand Center, Promocenter e Interpaulista, localizados na Avenida Paulista.

A Força Tarefa da operação é constituída por 50 Agentes Públicos, entre Auditores e Técnicos da Receita Federal e Agentes Fiscais de Renda, apoiados pela Polícia Militar.

Fonte: Receita Federal [11/10]

Por: Assessoria de Imprensa da SRF

Operação antipirataria apreende R\$ 1 mi em mercadorias em SP

11/Novembro/2006

São Paulo/SP - Fiscais da Receita Federal e da Secretaria da Fazenda de São Paulo fizeram nesta sexta-feira (10) uma operação na região central da capital para reprimir o comércio irregular.

Os alvos da "Operação Raio", de combate à pirataria, à sonegação e à venda de mercadorias importadas sem pagamento de impostos, foram as lojas e os boxes do Shopping São Paulo, na Rua Florêncio de Abreu, região da Rua 25 de Março.

Foram apreendidas 300 caixas de 1 m³ e 100 sacos de mercadorias irregulares contendo perfumes, cosméticos, eletrônicos, camisetas, calças, blusas, relógios, óculos e câmeras e máquinas digitais. As mercadorias apreendidas foram estimadas em R\$ 1 milhão.

A força-tarefa contou com 70 homens, entre auditores e técnicos da Receita Federal e agentes fiscais de renda, apoiados pela Polícia Militar.

Fonte: G1.com

TOCANTINS

Mais de dez mil produtos pirateados foram retirados de circulação em Palmas

30/Outubro/2006

Policiais Civis da Delegacia Estadual de Crimes Contra os Costumes e Diversões Públicas apreenderam mais de dez mil objetos pirateados em Palmas, apenas neste ano. Os produtos estavam sendo comercializados por ambulantes na Capital.

As ações de repressão à comercialização e falsificação de produtos foram desenvolvidas em feiras livres, bares, entre outros locais públicos de Palmas. O objetivo específico da Delegacia é combater a "Pirataria", atacando também os crimes de violação dos direitos autorais.

As apreensões dão continuidade à Operação Corsário, idealizada e em execução desde o final do ano de 2004. Por meio dessa operação, a Polícia Civil conseguiu retirar de circulação mais de 80 mil produtos pirateados. Apenas em 2006, cerca de 29 pessoas foram autuadas e indiciadas em nove inquéritos policiais e apreendidos mais de dez mil DVD's, CD's, fitas VHS, e MP3.

De acordo com delegado Deustiano Amorim, a Polícia Civil vai intensificar ainda mais o combate à pirataria, não só em Palmas mas em todo o Estado. "O cidadão também pode denunciar a fabricação e ou comercialização de produtos, no disque-denúncia, 0800 63 1180", enfatiza Amorim.

Todo o material apreendido é periciado no Instituto de Criminalística da Polícia Técnica, onde os exames constatam a autenticidade ou não, de cada unidade. E colocado à disposição da justiça.

Fonte: Portal do Estado do Tocantins - SSP

ANEXO V

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**➤ DECRETO Nº 5.244, DE 14 DE OUTUBRO DE 2004**

Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, e dá outras providências.

Publicado no D.O.U. de 15.10.2004

➤ LEI 10.695, DE 01 DE JULHO DE 2003

Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e dá nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, alterado pelas Leis nºs 6.895, de 17 de dezembro de 1980, e 8.635, de 16 de março de 1993, revoga o art. 185 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Publicado no D.O.U. de 2.7.2003

➤ LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Publicado no D.O.U. de 20.2.1998

➤ LEI 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.

Publicado no D.O.U. de 20.2.1998 e retificado no D.O.U de 25.2.1998

➤ LEI 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Publicado no D.O.U. de 15.5.1996

➤ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto constitucional de 5 de outubro de 1988.

➤ Acordo TRIPS

Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio.

➤ CONVENÇÃO UNIVERSAL SOBRE DIREITO DE AUTOR

Convenção Universal Sobre o Direito do Autor, revista em Paris a 24 de Julho de 1971.

Decreto nº 76.905, de 24 de dezembro de 1975

➤ CONVENÇÃO DE GENEbra

Convenção para a proteção de produtores de fonogramas contra a reprodução não autorizada de seus fonogramas.

➤ CONVENÇÃO DE BERNA

Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas

➤ CONVENÇÃO DE ROMA

Convenção Internacional para proteção aos artistas intérpretes ou executante
aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão.

➤ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

**ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA**

